

**RODRIGO TAVARES GODOI**

**HISTÓRICA:  
CONFIGURAÇÃO, NARRATIVA, SENTIDO.**

*Questões para uma história de Barra do Garças.*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, Campus de Dourados-MS, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eudes Fernando Leite.

DOURADOS-MS  
2007

94(8172)MT G588h	1	GODOI, Rodrigo Tavares.
	2	Histórica: configuração, narrativa, sentido. Questões para uma história de Barra do Garças / Rodrigo Tavares Godoi. – Dourados, MS : UFGD, 2007
	3	184p.
	4	
	5	Orientador: Prof <sup>o</sup> . Dr. Eudes Fernandes Leite
	6	Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Grande Dourados.
	7	
	8	1. História- Barra do Garças (MT). 2. Narrativa histórica. 3. Memória social e coletiva. I. Título.

**RODRIGO TAVARES GODOI**

**HISTÓRICA:  
CONFIGURAÇÃO, NARRATIVA, SENTIDO.**

*Questões para uma história de Barra do Garças.*

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador \_\_\_\_\_

2ºExaminador\_\_\_\_\_

3ºExaminador\_\_\_\_\_

4ºExaminador\_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DADOS CURRICULARES**  
**RODRIGO TAVARES GODOI**

NASCIMENTO 18/02/1980- BARRA DO GARÇAS/MT  
FILIAÇÃO Joaquim Silvério de Godoi  
Valdete Tavares da Silva Godoi

1997-2001 Curso de Graduação em História  
Faculdade de Estudos Sociais de Barra do Garças/ FESB

2002 Curso de Pós-Graduação em História, nível de Especialização  
Universidade Federal de Goiás, UFG

2005-.2007 Pós-Graduação em História, nível de Mestrado  
Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD-MS

## **RESUMO**

O presente trabalho em exposição compreende uma perspectiva ligada à reflexão histórica. Como pesquisa e trabalho acadêmico busca apresentar uma discussão ligada a epistemologia da história quanto sua carga semântica e de suas atribuições de significados e por uma história social da memória. Esta dissertação baseia-se exclusivamente sob dois princípios atestados por Henri-Irene Marrou quanto à perspectiva historiográfica da análise e da explicação. Neste prisma o texto integral está exposto em duas partes, uma primeira ligada à idéia de história produzida por narrativa de localidade e, uma segunda ligada a interpretação da narrativa de localidade por meio da memória social e da própria estética da recepção. Destarte, uma discussão interpretativa acerca da idéia de história requer meditação em questões ora reconhecidas ora ignoradas, um constante círculo hermenêutico.

## **ABSTRACT**

The present work in exposition understands a on perspective to the historical reflection. As research and academic work search to present a on quarrel the epistemic of history how much its load semantics and of its attributions of meanings and for a social history of the memory. This dissertation is based exclusively under two principles certified for Henri-Irene Marrou how much to the historiography perspective of the analysis and the explanation. In this prism the integral text is displayed in two parts, first a on one to the idea of history produced for locality narrative and, one second on a interpretation of the narrative of locality by means of the proper social memory and of the aesthetic one of the reception. Destarte, a interpretative quarrel concerning the history idea require meditation in recognized however ignored questions however, one constant hermeneutic circle.

A minha mãe

## AGRADECIMENTOS

Este é um momento agradável e difícil ao mesmo tempo. Mesmo podendo cair no erro de esquecer de alguém que de forma indireta contribuiu para a realização deste trabalho, alguns nomes devem aparecer como forma de reconhecimento. Irei dividir este momento em três etapas.

A primeira etapa está voltada para aquelas pessoas que me ajudaram num momento difícil em Dourados- MS. Por estar em um lugar novo, diferente e o mais inusitado, sem minha fonte de renda depois do primeiro semestre, agradeço as pessoas que foram colegas e solidárias como Mônica, Gisele e Selma. Pessoas que acolheram em sua casa de bom grado, oferecendo hospedagem e alimento. Ainda devo acrescentar uma pessoa chamada Betânia que vezes também me acolheu em sua casa.

A segunda etapa ficará para as pessoas que me deram apoio em sentido moral e afetivo, pela sua amizade e dedicação de tempo integral em especial a Eva, que me presenteou com sua amizade, afeto (maternal); a Suzana, com seu carinho (irmã); Alexandre; Luciano, que também em certos momentos acolheu a mim e o Alexandre em sua residência, além de se ter tornado um grande parceiro que se poderia contar a todas as horas. Resta, em especial, agradecer a uma caríssima companheira e amiga que se encontrava como eu um *Jhon Doe*, Luciana, que sempre esteve próxima, suportando-me e convivendo com minhas neuroses. Em nome de um ser social, estou grato.

A terceira etapa fica expresso a uma questão intelectual puramente, primariamente a todos os professores de créditos do programa de Mestrado, pelas sugestões e análises de idéias. Em especial, ao professor Cláudio Vasconcelos, além da disciplina, como coordenador de curso, ciente de minha situação, com prazer providenciava passagens para que eu pudesse viajar para encontros de história e participar de debates. Ao professor Eudes Fernando Leite, que com paciência soube lidar com minhas ansiedades quanto a escrita e estilo na dissertação e o mais fundamental, manteve-se sempre como um leitor criterioso e propriamente apenas um orientador, o que é de valor fundamental para este trabalho. Por fim, aquele que por ser amigo e apaixonado por história, responsabilizou-se de retirar equívocos de minha experiência acadêmica e tratou de me ajudar a ingressar num programa de Mestrado, Eduardo Gusmão de Quadros, companheiro e camarada presente.



Em sentido familiar, pelo apoio e encorajamento, esses que compõem minha família também são responsáveis pelo sucesso no desenvolvimento deste trabalho, em especial mãe e esposa.

(...) a história é o resultado do esforço, num sentido criador, através do qual o historiador, o sujeito do conhecimento, estabelece essa relação entre o passado que evoca e o presente que é o seu (...) A história é um combate do espírito(...).

Marrou

## SUMÁRIO

Folha de Rosto-----	01
Ficha catalográfica-----	02
Ficha banca examinadora-----	03
Dados biográficos-----	04
Resumo-----	05
Abstract-----	06
Dedicatória-----	07
Agradecimentos-----	08
Epígrafe-----	10
Lista de abreviaturas-----	13
Introdução-----	14
Parte I: Narrativa como desconstrução e narrativa como prática analítica-----	19
Cap.I Configuração: narrativa e cidade na produção de sentido-----	20
O sentido da narrativa-----	27
Memória, crônica, história-----	35
Da disposição simbólica da localidade-----	43
Cap.II Configuração do tempo pela pretensão historiográfica e ficcionalização da configuração temporal: uma desconstrução-----	52
Realidade como problema da noção de tempo sobre a localidade-----	66
Realidade e imaginação-----	74
Prática discursiva como indicação de escrita da história-----	85
Proposições seqüenciais-----	93
Obra e feições-----	98
ParteII: Narrativa como explicação e interpretação-----	104
Cap.III Por uma história social da memória-----	100
Cotidiano e práticas 1920-1940-----	128
Reflexão sobre a história da memória barra-garcense-----	142
Cap.IV Ícone:reconhecimento e alteração da memória -----	149
Noção efetual e de recepção-----	153
Conclusão-----	166
Fontes-----	173

Fontes impressas (publicadas)-----	173
Fontes impressas (arquivos de memória)-----	174
Fontes não impressas (arquivos de memória)-----	175
Fontes áudio-visual (arquivos de memória)-----	175
Fontes orais (prática de oralidade)-----	176
Referencial bibliográfico-----	177
Autorização de reprodução da dissertação-----	184

## LISTA DE ABREVIATURAS

- (...) Supressão de falas pelo autor desta dissertação a fim de excluir idéias secundárias ou que não estejam diretamente ligadas a discussão do momento citado;
- ... supressão das falas pelo autor da obra citada ou de fonte produzida pelo mesmo;
- Toda citação literal da fala de outrem será apresentada a parte dentro da estrutura textual ;
- Toda referência bibliográfica ou de fontes será apresentada em nota de rodapé e explicações de ordem complementar e indicativa;
- As palavras em itálico sevem para duas finalidades, relativizar ou destacar falas importantes e termos conceituais. O contexto de cada parágrafo determinará se é uma ou outra.

## INTRODUÇÃO

Um estudo sobre cidade envolve algumas determinações que partem de classificações; uma delas é definir primariamente o que é a cidade. Este estudo que se abre para análise que também é fruto de uma análise, possui algumas disposições fundamentais para seu entendimento, ou seja, das partes que o envolve. Primeiramente, por que a cidade como problema? Pelo fato de que existe no lugar uma questão muito pertinente e peculiar, que são as representações, as verdades e seus reflexos. Para a cidade existe um conjunto de obras que dedica entender suas raízes, formação de sua identidade local e da sua importância, trata-se de sua afirmação. A representação que existe é de base cronista e memorialista. Esta análise se centraliza sobre os lugares de memória da cidade e como esses lugares são constituídos por meio das vontades de representação.

Como proposição histórica de entendimento (da interpretação) e como perspectiva histórica de narrativa (representação) é que fica lançada a problemática de estudo, como a cidade está sendo entendida e vista quando se fala de história (*geschichte*) e memória (*mimese*). Serão dedicadas duas partes nesta dissertação para tentar entender como a cidade se constitui na narrativa cronista e como essas obras foram refletidas para a criação de um imaginário social na cidade. Para esta análise, numa primeira ordem, é necessário que se entenda o autor e sua obra, uma relação textual e, numa segunda ordem a de interpretação; do texto e da realidade a que propõe representar, ambas partindo de princípios fundadores da interpretação histórica: heurística, semântica, hermenêutica.

Antes de tudo, apesar de entender as formas de apresentar a cidade pelas crônicas, um dado a ser divulgado é a dedicação de entender as obras do Sr. Valdon Varjão, como *premier* das tentativas de narrativa. Partindo da idéia de originalidade, pelo tempo cronológico, suas obras precedem as dos outros narradores da cidade, o que o faz original, por haver uma cristalização de suas verdades e reprodução de suas conclusões em outras narrativas. Por mais que tenham um estilo próprio de narrar há um fator que liga os outros escritores ao referido que é a questão da formação da cidade, há uma reprodução de suas conclusões e uma validação por meio da repetição. Poderia adentrar afirmando que outras formas narrativas o reconhecem assim como esta, porém cada uma cumprindo finalidades objetivas peculiares.

Uma condição de pensar historicamente implica retirar equívocos de pensamentos. É por este motivo que pensar a formação não significa buscar sua origem,

seu nascimento, mas pensar esta questão denota uma problemática do presente. Dentro da cultura local, das suas produções materiais que identificam esta localidade consigo e não com outra, é uma preocupação para o pensar histórico. As condições materiais da cidade, que são seus monumentos, os lugares de memória, remetem a uma reflexão de como o presente das relações é desta e não de outra forma, o que induz a uma condição de tentativa de explicação. Lidar com a formação apreende-se unicamente na vontade mental no consciente, na busca racional de enquadrar, narrar, constituir, justificar e fundamentar uma localidade.

Dentro do conjunto das observações algo foi percebida: há uma ligação estreita entre a obra, o autor e a produção material da cidade. É por este motivo que a prática da interpretação se destina pensar a localidade. A figura do narrador da cidade é muito presente nela, sua presença se estende desde os anos de 1937, momento que chega a Barra do Garças. Mas como sendo de uma outra localidade relativamente perto da antiga Barra Cuiabana, constantemente esteve na cidade, participou de festas religiosas e como músico, fez parte de uma pequena banda da região do Araguaia, originária de Baliza. Seu objetivo, ao chegar no lugar, era de melhorar sua condição de vida e também porque já estava sozinho devido ao falecimento de seus pais. Chegou ainda jovem, era filho de migrantes nordestinos que instalaram na região do Rio Araguaia em busca de ouro<sup>1</sup>.

As localidades que possuíam uma interligação por meio fluvial, entre os Rios Garças e Araguaia, como Barra Cuiabana e Barra Goiana, ficavam divididas apenas pelo Rio Araguaia. Baliza e Araguaiana (separada de Registro do Araguaia apenas pelo Rio Araguaia), dependiam estritamente do garimpo. Assim, é possibilitado afirmar que as pessoas que chegavam para qualquer uma destas localidades eram para e puramente garimpar. O ideal dessas pessoas não era o de construir uma cidade, mas o de enriquecer e voltar para os lugares mais diversos de sua origem. A única exceção é Registro do Araguaia, pois foi criada para servir de entreposto do caminho que cortava Cuiabá para Vila Boa de Goiás. Nestes moldes é possível perceber por que estas localidades não se desenvolveram, a *única* objetividade de sua existência era a extração rudimentar de pedras que tinham valor. Mesmo assim esse imaginário migratório dividiu espaço com a desilusão e decepção, ocasionando a prática de plantio e criação de animais.

O estudo sobre a localidade está sendo pensado sobre algumas vertentes primordiais. Primeiro, o autor tenta apresentar a cidade e sua história por meio das

---

<sup>1</sup> NASCIMENTO, M.das G.S. O escritor e suas obras; 1988.

narrativas que desenvolveu no decorrer de sua vida; segundo, como esta tentativa fica suscetível para a desconstrução e terceiro, como o intérprete desenvolve-se para tentar validar seu conjunto de hipóteses (testadas dentro da primeira parte). Toda a tentativa de discussão sobre a localidade é identificar uma relação entre a produção de textos como pretensão historiográfica e sua relação com a realidade apresentada. Para conseguir atingir tal pretensão, como interpretação, é necessário que a relação entre história e memória seja retomada. Esse retomar é de sumária importância porque será observação de um discurso histórico que busca instituir o lugar de história e memória. De forma elucubrada esses lugares serão discutidos visando à carga semântica adotada e atribuída a partir da teoria da história de Jörn Rüsen.

Os quatro capítulos que compõem esta dissertação visam entender como a cidade foi pensada e como existe hoje uma idéia de história. Para tomar como base da dissertação, as obras do memorialista e cronista Valdon Varjão serão prestigiadas, devido à significação que é dada a ele e a sua obra, como a *história oficial da cidade*. Sua existência é importante para a cidade porque foi um dos homens que participou ativamente para o processo de crescimento do lugar, observou e participou pela experiência pessoal e pública. Sua significação se torna maior porque tentou formular uma idéia de história para a cidade; além da experiência, se preocupou em configurar a cidade e seu tempo. Destarte, toda a primeira parte possui como meta à análise da obra e seu autor; são proposições interpretativas que refletem o entendimento de textos e sua objetivação. Já na segunda parte da dissertação há uma tentativa de entender um pouco da memória social que possa corroborar para o entendimento das proposições da primeira. Há uma investida sobre a experiência propriamente dita, pelo uso dos arquivos de memória e pela tradição oral. Como tentativa de identificar o campo sublunar da localidade barra-garcense, de seus espaços silenciados e esquecidos da escrita da história da memória, a tradição oral será significativa.

No terceiro capítulo da dissertação, a maior ênfase é sobre a questão da memória social. Esta etapa funcionaliza uma idéia de pensar uma produção de história da memória da cidade. É uma tentativa de reflexão sobre a localidade, de meditar a condição de produzir história, assim, trabalhar numa linha de que nenhuma história pode ser pensada de forma fragmentada ou localizada, onde o espaço sobreponha a reflexão histórica. O espaço é determinante na medida que demarca bases materiais e verificáveis, mas a reflexão historiográfica medita na inserção do espaço a um problema que está inserido ao texto. Destarte, a escrita da história é uma produção textual que cruza as relações humanas



do lugar com uma questão rizomática. Esse capítulo não se limitará a um discurso das memórias ou dos excluídos, mas de entender como discursos advindos de matrizes diferentes estabelecem uma base para a reflexão histórica ou de sua compreensão.

A presença da memória social será identificada por meio dos arquivos de memória sobre a localidade. Não serão produzidos os arquivos de memória, a questão está relacionada em utilizá-los a partir de documentação pública ou privada. Nessa tentativa o capítulo concentrar-se-á sob uma história social da memória, retomando o debate temático da dissertação em relação à questão da configuração, narrativa e sentido.

No último capítulo a obra de arte ou o monumento da cidade que será referido como sendo o ícone, apresentará uma análise fazendo uso da teoria literária de Hans Robert Jauss. De maneira nenhuma seria possível esboçar a complexidade de seus escritos; aqui busca uma conformidade metodológica da carência do objeto e sua realidade sensível. Essa discussão será uma tentativa de fundir uma dialética da noção de tempo e retomar as proposições da primeira parte. Este reunirá em si a presença ou torna-se a essência do princípio formador de toda a problemática proposta nesta dissertação, a história como lugar de repetição e reconhecimento.

Para parte final da dissertação, uma preocupação a centraliza, pois é o momento no qual o leitor irá perceber a tentativa da máxima do intérprete da narrativa local. Na medida em que na primeira parte há uma concentração a percepção de uma prática desconstrutiva, na segunda há uma projeção, a partir da teoria da história de praticar uma racionalização histórica. A partir da matriz adotada como orientação do pensar historicamente (há inúmeras críticas feitas por pós-estruturalistas, geralmente por psicólogos e críticos literários, o que seria necessária uma outra discussão sobre a epistemologia da história), a concepção de história está voltada para uma relação de manifestação fenomenológica e de percepção<sup>2</sup>. Por meio duma consciência histórica hermenêutica a preocupação é saber como e qual realidade foi capturada por meio do discurso cronista da localidade. Na relação dos cruzamentos é percebida que na construção de narrativas locais/regionais, principalmente quando refere a Mato Grosso, os manuais que mais circulam são aqueles produzidos pelo Instituto Histórico de Mato Grosso, assim como os relatos dos viajantes e de missões religiosas.

---

<sup>2</sup> Neste ponto há uma aproximação da discussão de Husserl no que enfatiza que no mundo há manifestações que são percebidas pelo humano. Sua ação existencial se manifesta nas relações fenomenológicas. Estas manifestações são pré-lingüísticas, que apenas a configuração podem enfatiza-las ou deturpa-las. HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002.

Destarte, a construção do pensamento histórico por meio de uma escrita da história não existirá nesta discussão. Não busco uma refiguração do tempo, antes é uma tentativa culturalista da história ligada a questões de filosofia da história e da linguagem. Entender como narradores conhecidos e reconhecidos na e da cidade estão se articulando dentro da concepção de história. Toda a base de discussão será permitida a partir dos escritos de Valdon Varjão, de sua idéia de história e de sua recepção.

**PARTE I**  
**NARRATIVA COMO DESCONSTRUÇÃO**  
**E NARRATIVA COMO PRÁTICA ANALÍTICA.**

Quem quiser compreender um texto realiza sempre um projetar (...) o intérprete prelineia um sentido do todo (...) quem lê o texto lê a partir de determinadas expectativas e na perspectiva de um sentido determinado (...) Quem busca compreender está exposto a erros de opiniões prévias que não se confirmam nas próprias coisas (...)

Gadamer

**Cap.I**  
**CONFIGURACAO:**  
**NARRATIVA E CIDADE NA PRODUCAO DE SENTIDO**

Uma realidade é atribuída a Barra do Garças através de texto; essa condição possibilita seu entendimento histórico, ou seja, na elaboração de uma consciência local. Seus narradores são pessoas que estão presentes nas construções materiais, imaginárias, na memória e na existência. Por meio desta última as outras formas se apresentam como história efetual. Cada cidadão que deseja fazer uso da palavra o faz a partir de sua subjetividade<sup>3</sup>, torna-se narrador da localidade. Essa memória perpassa o problema exposto por Halbwachs entre a individual, social e coletiva.

Na configuração local, o narrador reconhecido parte de uma memória coletiva e apresenta uma idéia de sociedade. Este experimenta uma possibilidade de narrativa. Mas quem é a obra e qual sua *função*? Há a pretensão de *orientação*. Existem dois problemas dispostos para análise: primeiro, sua pretensão e interesse; e segundo, o que visou como resultado a partir da atribuição de sentido? Uma determinante pode ser apresentada porque Valdon Varjão é a figura central desse primeiro capítulo da dissertação, justamente pelo fato de representar na sua presença uma presença-ausente. Sua estrutura narrativa não será tomada como uma análise do discurso ou de sua estilística, mas o modo como pode percebê-lo como reconhecido narrador de Barra do Garças. Para isso termos como poder e força simbólica são apresentados como possibilidades de entendimento. Há um esforço mental de relacionar a presença do escritor e do político no social.

O memorialista parte da experiência de vida vivida e a cruza com a experienciada (uma memória que não os pertence). De qualquer forma, este é um debate que anuncia a relação da memória como lugar de experiência. As relações sociais que o sujeito desempenha, do grupo a que pertence, passa a transferir à memória, à medida que se considera como fazendo parte do mesmo. Na relação entre o narrar e o direito de narrar preserva a relação de poder. No campo das relações de cunho teleológico o grupo passa a narrar uma sociedade que é transmitida como parte indispensável e atribui sentido a ela. Assim a memória narrada deve ser de fatos reais e de validade.

---

<sup>3</sup> Que é uma condição própria de cada sujeito, a partir de sua verificação pelas relações e cruzamentos de informações, da imaginação ou da memória coletiva.

Este livro resulta das meditações de um historiador vivente em uma região por mais de 70 anos, inserindo nele casos e fatos desenrolados dos quais o rabiscador teve participação ou testemunhou<sup>4</sup>.

Nesta citação é apresentada a noção fundamental do que e como a *história* de Barra do Garças aparece (em sentido narrativo)<sup>5</sup>. Na nota voltada para o leitor este enunciado constitui e demarca uma discussão que centra na problemática. O ponto forte deste enunciado não está propriamente nele, mas em seu significado. Há marca do lugar de experiência: a) o tempo de existência referente aos 70 anos e b) a validação da experiência por ser *testemunha*. Pode-se pensar em dois lugares de experiência nesse momento: em Benjamin a de vida vivida pelos 70 anos de morada na região e a experiência de vida dividida (experienciada) como testemunha. Na junção da alternativa *a* e *b* uma perpassa sobre a outra, ser testemunha relacionada aos 70 anos determina uma consolidação do dizer verdadeiro e os 70 anos na região refere à testemunha como alguém de relação social, o que viabiliza o cruzamento de uma pluri-memória. Seria memória ainda se a mesma estivesse permanecido apenas como lembrança-imagem. A narrativa consolida o nascimento da história, o que passou a produzir imagem-lembrança.

As obras do cronista da cidade distribuem-se numa quantidade que subjuga na sua pretensão. O enunciado é posto como tentativa de desenvolver uma análise sobre Barra do Garças bem como de cidades vizinhas. A noção de sociedade está determinada por uma idéia de lugar. A questão do espaço está sujeita a uma idéia geográfica. Isto denota e caracteriza a noção de região. Por isso, nos escritos podem ser encontradas as tentativas de caracterizar as cidades que geograficamente estão no território que *pertencia* à cidade de Barra do Garças. O fator de pertencimento está destinado à questão de puro formalismo, pois essa realidade não pertence à consciência, no ato de ocupação reivindica o direito de pertencer, ou seja, esta relação de pertencer fixa-se sob o fator político, daí cunhado o termo de *Grande Barra*. Este termo pode ser pensado também a partir da idéia de história apresentada pelo próprio cronista e memorialista, ou seja, a que será desconstruída para haver o entendimento de seus *fundamentos narrativos*.

---

<sup>4</sup> VARJAO, V. Ao leitor *in* Barra do Garças. 2000.

<sup>5</sup> O que é inegável, tanto a história como a memória coletiva depende da matéria ou do mundo material para existir como sentido e para ser validado. A memória coletiva utiliza-se tanto da prosa como da poética para se consolidar, sua função é fundar a história. Como ambas estão ligadas pelo desejo de verdade e pela forma narrativa, a memória coletiva pode se passar por história, mas esta por sua estrutura tenta negar a memória coletiva. Esta tenta marcar o mito de origem enquanto a história tenta se fixar por princípios de explicação, análise e relação. Este debate de história-memória será tratado no terceiro capítulo da dissertação.

Abrindo uma condição explicativa, no parágrafo anterior fora anunciado duas predisposições que podem e necessitam de considerações mais específicas: a noção de *região* e *identidade*. Fazendo uso da condição de *ser* impõe na narrativa uma visão que condiciona uma realidade para o texto.

O auctor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as, fazendo-as arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”<sup>6</sup>.

Na discussão de Bourdieu, a condição de pensar o espaço regional aproxima-se, em primeira etapa, na posição de *poder*. A condição de sedimentar uma realidade a partir das condições de validade da autoridade anunciativa denota que há uma realidade constituída, experimentada e verificável<sup>7</sup>. A questão da identidade de Barra do Garças está voltada para uma análise de invenção, ou seja, o pressuposto é de que a cidade é uma invenção imaginativa do sujeito autorizado; tem-se para a cidade uma construção mítica<sup>8</sup>.

Quando escreve, o faz a partir de uma viva existência de um passado-presente-futuro. Na idéia de história, esse aparece com uma máxima, história somente se torna uma quando faz referência ao passado. Quer apresentar uma história de Barra do Garças e de Mato Grosso. Por ser um dos mais recentes trabalhos do autor, indicações poderão apresentar como é pensada a produção do conhecimento histórico. Sob uma pretensão política e de situação, o autor pretende partir duma narrativa que seja capaz de orientar o social, ou seja, o presente pelo passado.

Ciente de todas as dificuldades que afligem a população estudantil de Barra do Garças, pela falta de livros ou compêndios nas escolas que orientam e ensinam a historiografia da região desenvolvendo uma permanente vigília cívica<sup>9</sup>.

A citação compreende uma fala que não pertence diretamente ao cronista da localidade de Barra do Garças. Pelo contrário, é uma afirmação de reconhecimento dos

---

<sup>6</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 114.

<sup>7</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000.

<sup>8</sup> É preciso pensar o mito como uma condição necessária quando se trata de construir uma imagem agradável ou que seja para retirar preconceitos, há uma construção emotiva e de paixões. ZORZATO, O. Conciliação e identidade; 1998 e GALLETI, L. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso; 2000.

<sup>9</sup> NOGUEIRA, J. Prefácio in VARJAO, V. Barra do Garças; 2000.

escritos de Valdon Varjão<sup>10</sup>. De acordo com Bergson, Varjão produziu uma lembrança-imagem sobre a localidade. A princípio, é possível compreender esse reconhecimento porque no momento dessa publicação, o escritor já havia produzido outras obras. Este começou a escrever na década de 1980, até chegar ao ano 2000, a sociedade já o intitulou como *historiador*. Logo, seus escritos são representações da *história de Barra do Garças*. A produção de uma história local determina um lugar de repetições. Na retórica, na enfática (re)enunciação constituiu o que é posta como comemoração e reconhecimento. Numa estratégia da memória, esta apropriada de roupagem oriunda de sentidos de validade, verdade e, essencialmente, história. No lugar, pensar é eminentemente repensar memória como encobrimento, silêncio, esquecimento. Pela estética, a escrita da história da memória posiciona-se frente a verso e prosa. Então dois nomes dividem a atenção quando se trata de história de Barra do Garças a partir da década de 1990: Valdon Varjão, consolidação e reconhecimento local como o escritor da *história* e, Zélia dos Santos Diniz como outra escritora que dedicou-se a escrever sobre as memórias e *histórias* de homens e mulheres. Assim, para esta segunda, há uma introdução à narrativa local o relato de sujeitos e cidadãos, em seu espaço individual e social.

Como porta voz da narrativa confiável e de validade, busca caracterizar uma condição verídica do real. Uma das possibilidades de validade e comprovação é submetida a uma idéia de dados objetivos não interpretativos, mas assimilados. A concepção é particular naquilo que foi dado para percepção e significada a partir de sua produção de sentido, de sua valoração<sup>11</sup>. Parece ser uma relação diacrônica dos enunciados, mas o que impera nos textos da localidade são pretensões de validade daquilo que é real. Não há interpretação, o objeto é auto-explicativo. A narrativa significa uma projeção de resgate de um tempo que não existe<sup>12</sup>.

(...) por desconhecimento ou informações errôneas, oferecem dados imprecisos ou historiam fatos em ângulos que não representam a verdade estatisticamente<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Sobre o reconhecimento será apresentado no quarto capítulo desta dissertação uma discussão voltada para entender a recepção dos escritos do memorialista e cronista da cidade.

<sup>11</sup> Mesmo não sabendo da condição específica de que há uma busca da pretensa objetividade, significa que é tido pelo conhecimento do autor o dever de dizer a verdade. Partiria da idéia de que o autor dispensa o trabalho conceitual, o que o traria numa pretensão das *conexões objetivas entre as coisas*. COHN, G. Weber; 1997.

<sup>12</sup> Como o texto está sendo trabalhado na hipótese do determinismo geográfico em relação ao social, torna resgate devido uma condição de ausência a partir do tempo cronológico, mecânico e biológico. Assim, a narrativa fica impossibilitada de trabalhar na perspectiva que existe na experiência do tempo de vivência situações de simultaneidade. Destarte, a produção de narrativa da localidade é apresentada sobre as conexões objetivas entre as coisas.

<sup>13</sup> VARJÃO, V. Ao leitor *in* Barra do Garças; 2000.

A afirmação posta refere-se a uma questão de importância, a que será a centralidade da problemática deste estudo. Essa questão pode ser dividida em duas partes: primeira, sendo cronista e memorialista reivindica o direito de ser reconhecido como historiador e como aquele que diz a verdade. Quando se refere a *informações errôneas e dados imprecisos*, está principiando uma escrita da história que seja séria, objetiva e verdadeira. Somente o pode ser se partir de dados confiáveis, *verdade estatisticamente*. Segunda, por essa qualidade que julga indispensável é que produz sua narrativa e pelo adjetivo usado *historiam*, reconhece as narrativas de outrem como histórica, mas não a verdadeira, pela falta de documentação adequada; logo, sua abordagem parte de uma análise fria e objetiva; então esta deve ser entendida também como histórica e seu produtor como historiador; logo, surge a história.

A memória de Barra do Garças é fundamentada pelo direito não somente buscado, mas por um direito atribuído e reconhecido por aqueles que de forma direta ou não fazem parte do círculo duma memória coletiva. O que interessa é saber o sentido da própria produção dele, alguém deve significar uma realidade e dela fazer uso numa narrativa. Isto significa uma condição de validação, uma autoridade dos meios de informação e conhecimento local atesta que algo é verdade; assim, isto é cristalizado e posto sob uma égide verdadeira. Quer dizer, a produção de sentido é estabelecida por meio de valoração de *funções sociais*, mesmo que essa função seja de mero texto ou imaginativa. É uma narrativa.

Os temas por ele abordados sempre estão associados à vida e às tradições de Barra do Garças, fazendo-o, acima de tudo, adepto da literatura regionalista. Por isso mesmo podemos catalogar os diversos livros como uma coletânea das primeiras publicações sedimentadas sobre o surgimento e a evolução histórico-geográfica, fato que reveste o autor de uma importância transcendental na formação cultural do jovem estudante barragarcense, ligando seu nome, irreversivelmente, ao processo de leitura obrigatória nas escolas de Barra do Garças e cidades circunvizinhas<sup>14</sup>.

Mais uma vez é notada a presença de uma declaração de reconhecimento quanto à forma e sentido atribuído à localidade de Barra do Garças. Este que produz sentido pela narrativa é chamado de aquele que percebe uma história e a narra, sua lógica é atribuir significado a origem e ao processo evolutivo da localidade. É nessa mesma citação

---

<sup>14</sup> NOGUEIRA, J. Prefácio in VARJAO, V. Barra do Garças; 2000.



que toma nota da idéia de história sobre a localidade, a *evolução histórico-geográfica* insere a meditação sobre a estrita relação entre a história e a geografia. Quanto mais próxima está esta idéia, assim também a propriedade de narrar, a história fica estabelecida sob o princípio de *descrição*<sup>15</sup>. Como complemento, sua proposta está voltada para descrever *a vida e tradições*<sup>16</sup>. Assim, a narrativa produzida pelo cronista Valdon Varjão é obra de importância para quem pretende pensar a história de Barra do Garças. De acordo com o prefaciador da obra *reveste o autor de uma importância transcendental (...) ligando seu nome, irreversivelmente, ao processo de leitura obrigatória(...)*. Sendo consciente ou não, o autor e a obra entrelaçam entre si; a união entre ambos produz a história. Enquanto texto, Barra do Garças não pode existir sem Valdon Varjão através de uma forma simbólica. Seu sentido está nas obras deste cronista e este existe porque existe Barra do Garças, há uma elucubração. Essa sim é a representação da transcendência da coisa e do sujeito.

Em resumo, estes dados apresentam estudos abrangentes por informações de pioneiros ou pessoas como os fundadores Antonio Cristino Cortes e Antonio Paulo da Costa Bilego, de quem tivemos a honra e prazer de conviver e aos quais apresentamos agradecimentos pelo muito que contribuíram na formação desta cidade<sup>17</sup>

A princípio, este texto apresentou o cronista da cidade em sua busca pela verdade e objetividade na escrita de uma história sobre a localidade de Barra do Garças. Neste momento este já passa a instituir o processo de formação da sociedade, assim como da própria cidade. Esta afirmação é importante para o entendimento do ponto de partida do próprio cronista; nesta fala há a clareza de dois fatores: o marco do início e a perspectiva narrativa para identificá-lo. A *história* da cidade de Barra do Garças, a partir de Valdon Varjão possui seu sentido quando esta revela algo relacionado aos dois pioneiros da localidade, Antonio Cristino Cortes e Antonio Paulo da Costa Bilego. O primeiro como fundador e o segundo pela consolidador e fundador do poder administrativo. Instalou a prefeitura e se tornou o primeiro prefeito da cidade de Barra do Garças a partir de 1948. Então, trata-se aqui não propriamente de um estudo sobre a história de Barra do Garças, mas de como uma dada forma de configuração institui uma chamada *história de Barra do Garças*. A primeira se concentra na configuração em si e a segunda na metodologia. Mais

---

<sup>15</sup> KOSELLECK, R. L' expérience de l'histoire; 1997: 56.

<sup>16</sup> Saber como o escritor lidou com a questão do cotidiano e sua narrativa, ver o capítulo três desta dissertação.

<sup>17</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000:I.

um dado importante: quando o autor da narrativa reconhece os fundadores também anuncia uma outra questão<sup>18</sup>, como pode-se pensar uma relação entre história e memória. Em particular, tomando Halbwachs como referência, há a formação de uma memória coletiva local. No momento, se considerar Le Goff, esta memória é seletiva e se apresenta de forma escrita. Reunindo esses dois intelectuais, o primeiro sociólogo ligado à psicologia social e o segundo historiador, Barra do Graças é concebida por meio de uma memória coletiva nascente. Trata-se, neste sentido, do estudo no qual abordará as peculiaridades quanto a prática de configuração ou da atribuição de sentido para a localidade de Barra do Garças. Anuncia-se um estudo ligado ao autor-linguagem-sentido.

Quando é lido numa obra produzida por cronista e memorialista, como no caso Valdon Varjão, (...) *quem tivemos a honra e prazer de conviver e aos quais apresentamos agradecimentos pelo muito que contribuíram na formação desta cidade*, identifica-se a presença ou o pertencimento a um grupo determinado. Em particular, a pessoa do cronista e memorialista fazia parte do grupo ao qual ele anuncia. Essa presença é identificada pela declaração do mesmo a se referir a um grupo de pessoas que não estão mais presentes no momento em que este anuncia sua escritura. Assim, é de identificar, tanto nesta obra de análise como desde a primeira de peso histórico da década de 1980, o cronista narra num momento posterior ao grupo, isso em parte, porque quando narra pela primeira vez apenas Cristino Cortes havia morrido e quando narra nessa obra, Bilego também o havia. A narrativa de Valdon Varjão se torna a forma de transcender ou de marcar uma presença-ausente dos fundadores da cidade pela narrativa. Segundo ele, é preciso narrar para não cair no esquecimento. Em contra partida, sua narrativa serve como uma outra função, neste sentido haveria necessidade de uma outra abordagem: a construção dos mitos de fundação.

A sociedade produz sentido que na maioria das vezes somente é percebido quando sua produção é *a posteriori*. Sobre a consciência da ação...

Como os indivíduos não sabem, propriamente falando, o que fazem, o que fazem tem mais sentido do que sabem (...). Uma sociedade não poderia ser um sistema a não ser sem sabe-lo<sup>19</sup>.

Uma sociedade obtém consciência das ações quando passam pelo sistema da configuração do tempo. O ponto central nessa busca de fundamentar a problemática é, como se dá essa construção da configuração. O tempo é observado na obra como

---

<sup>18</sup> A que compõe o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>19</sup> CERTEAU, M. A invenção do cotidiano I; 1994: 124. .

possibilidade de progresso, então sob uma continuidade, o que está fora da continuidade ou linearidade sincrônica está excluída da narrativa. O que é possibilitado a entender é o fato de que para uma narrativa de crônica a idéia da diversidade e da simultaneidade não existe e esta é a significação apresentada pelo narrador local<sup>20</sup>.

### **O sentido da narrativa**

Resta saber (pelo estudo das obras de Valdon Varjão) como se relacionam dois fatores importantes: a) do enunciado e, b) da coisa enunciada. Se a narrativa do cronista local pretendia atribuir sentido e configurar uma realidade dada, a questão a ser respondida é: que prática narracional este fez uso para enquadrar uma realidade? Retomando a Certeau, a sociedade de Barra do Garças possui consciência de si porque leu em algum lugar. Dentro do tempo cronológico, quanto mais distante estiver do grupo fundador, mais próximo estará da narrativa do cronista local. Na medida que os representantes da memória social vão deixando de existir, estes passam a ser substituídos pela memória coletiva<sup>21</sup>. As narrativas do cronista são a base, logo há a formação das lembranças-imagem.

A obra apresenta uma cronologia linear para tratar da cidade, algo que passa a ser a primeira parte, isto denota a atribuição de sentido<sup>22</sup>. O sentido da narrativa deve caminhar por meio da biografia, de caracterizar um ser que signifique a personificação do ideal do progresso e desenvolvimento social. O cronista possibilita um entendimento na abertura de sua obra que signifique confirmação da discussão sobre determinações. A cidade é pensada por questões que ultrapasse seu sentido urbano, não numa forma de entendimento<sup>23</sup>, mas de posse. A cidade deve portar uma origem majestosa e que signifique unidade. Na abertura da primeira parte da obra, o autor disponibiliza a imagem da bandeira que é um objeto do meio simbólico que pertence à construção de identidade.

---

<sup>20</sup> BITTENCOURT, L.B. et all (orgs). Escritas da história; 2004.

<sup>21</sup> Essa não é uma afirmação simples, para Pollak essa memória social estará presente porque a tradição oral não deixa de existir mesmo com o passar do tempo. POLLAK, M. Memória, silêncio, esquecimento; 1989.

<sup>22</sup> Antonio Cristino Cortes. *Fundador da cidade*. Como característica memorialista, sempre deve haver um marco de fundação, o que prescinde de uma origem comum, mas trata não de simplesmente um homem. Quem já leu uma obra memorialista onde o sujeito da ação não seja mais que apenas um, deve ser atribuídas qualidades, isto denota significação, logo garantia. É considerado destemido, revolucionário e criador. *Antonio Cristino voltou ao posto de comando, não para fazer uma revolução armada, mas sim uma revolução de trabalho. A sua sonhada cidade, que teria como protetor o Santo Antonio, começa a florir com as primeiras casas construídas, abrindo ruas, marcando quadras, distribuindo lotes, fazendo sacrifícios, às vezes até deixando os seus afazeres, quando solicitado*. VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: VII, IX.

<sup>23</sup> Observe essa discussão posta da diferença entre a transcendência do espaço na visão de produção de sentido e de entendimento da cidade em SILVA, L.S.D. da. Conceito de cidade Nova de Fronteira ou testes para a Construção de um tipo ideal de Cidade Nova de Fronteira; 2004: 148-154.

(...) representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores<sup>24</sup>.

A bandeira é um bem de meio simbólico no qual sua forma ultrapassa a mera condição de ser, funcionaliza uma orientação. Sua obra já abre com uma descrição *História dos municípios da Grande Barra*. A cidade passa a ser considerada um grande pólo para as demais, isto é construído, é uma realidade das relações dos homens em sociedade, buscam uma finalidade. Seriam projetos de progresso, mesmo que o resultado transcendesse as suas finalidades<sup>25</sup>. Mas na realidade o que anuncia esta prática narrativa é mais complexa que pareça ser, por isso, este debate. As obras de Valdon Varjão significam mais que uma mera narrativa; nesta dissertação, suas afirmações tomam significado no conceito de *orientação*.

Durante as ações sociais, os sujeitos não poderiam percebê-las da forma que está posta na narrativa do cronista, pois, ainda não possuíam sua consciência enquanto sentido histórico, mas que as ações deveriam tender para uma necessidade material. Esta necessidade é convertida no princípio do comércio e das relações complexas da vida na cidade. Ou seja, tomar consciência sobre um sentido histórico, além de desnecessário era também sem utilidade. As pessoas que viviam sob o cotidiano, em práticas de existência, não iriam jamais se preocupar em estabelecer um sentido histórico, pelo contrário, suas preocupações voltavam-se para como preservar um sustento familiar, individual e não deixar que a memória morresse. O único sentido que atribuíam era para si mesmo e de suas origens. A orientação estava sob responsabilidade de cada um ou do responsável por uma família<sup>26</sup>.

A cidade de Barra do Garças possibilita seu entendimento a sempre reportar a condições que ultrapassa a concepção da memória coletiva, por isso, seu fundamento parte de uma memória histórica.

---

<sup>24</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 112.

<sup>25</sup> Um dos projetos adotados pela localidade foi o da construção de uma cooperativa que pudesse proporcionar o desenvolvimento da região. A Coopercana, que em si já é uma significação dos ideais sulistas de produzir desenvolvimento essencialmente numa relação entre Barra e Canarana. Se os outros municípios foram favorecidos com a cooperativa, Barra do Garças se tornava a cede, um elo de ligação entre as outras localidades. A cooperativa montada em 1972 significou um assentamento de quase 2.000 famílias até 1979 na região, Barra do Garças era referência. PROCÓPIO FILHO, A. A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia; 1984: 35.

<sup>26</sup> Essa proposição é retirada de RIBEIRO, M.M. Memória de migrantes: onde o viver o fazer faz o saber. Goiânia: UCG; 2004 (dissertação de mestrado).

Barra do Garças é uma das cidades que tem a mais linda história e um passado orgulhoso. Nasceu da pertinácia dos aventureiros bandeirantes, e dos garimpeiros, que numa vida de lutas e sacrifícios, alimentados pela esperança de alcançar a riqueza, enfrentaram as intempéries, desbravaram regiões e constituíram núcleos<sup>27</sup>.

Para entender a referência do autor a partir da discussão proposta, pode-se dividir as palavras do cronista em três etapas: a) da memória coletiva, b) da memória histórica e, c) do mito. Quando anuncia a cidade, este faz a partir e por meio de uma memória de garimpeiros. Para se transformar em local, a formação da cidade está a cargo de pessoas que a identificam a partir de um grande berço garimpeiro. Logo, a primeira base econômica da localidade foi a exploração do garimpo, que para o cronista, em seu sentido histórico, afirma ser essa a *Primeira Fase da história de Barra do Garças*. Em nenhum momento nos escritos do cronista e memorialista encontrará registro que negue este dado. Para ele, a história de Barra do Garças existe porque seu princípio está atrelado à questão do garimpo. Em paralelo, devido o fato da formação da cidade está ligada ao garimpo, assim também, a cidade está diretamente ligada a figura de Antonio Cristino Cortes. Quando, a escrita de Valdon Varjão ultrapassa os limites da localidade, por meio de sua escrita teleológica, recorre a fontes documentais do então conhecido Bartolomeu Bueno da Silva (Anhangüera). Essa memória histórica visa apresentar uma fundamentação de como um lugar como a cidade de Barra do Garças possui importância e para enfatizar a ligação da mesma ao garimpo. Dentro desta perspectiva de análise, a cidade já estava predestinada, antes de surgir materialmente, seu projeto já estava presente. Os barra-garcenses não sabiam dessa questão, apenas possibilitada com a construção de um sentido histórico constituído pelo autor das narrativas. A história, nesse sentido, possui a necessidade de *resgatar* o passado. Não se trata de uma análise, mas de uma narrativa descritiva de momentos não presentes. Uma cronologia dos fatos *mais* importantes é de fundamental necessidade para a consciência. Então, através da narrativa do escritor enquanto cronista foi inserir esses fatos à experiência de Barra do Garças. Em Benjamin, essa experiência (memória) pode ser pensada de forma: a) de vida vivida e, b) de vida dividida. No caso, como se trata de uma memória histórica, essa experiência é de vida dividida. A escrita sobre Barra do Garças, para entendê-la no séc. XX foi necessário recorrer ao séc. XVI. É nessa movimentação que se passa a terceira e última etapa, a construção do mito. A junção

---

<sup>27</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: 07.

entre a memória coletiva e a memória histórica é a consolidação da construção do mito local. Não se trata de apresentar apenas uma abordagem histórica, uma tentativa de remontar um passado distante, mas sim o de constituir uma realidade. E novamente não há nenhum tipo de contrariedade nisso, pelo contrário, em Collingwood essa perspectiva aparece como *imaginação histórica*. Resta saber como essa prática de construção de realidade se procedeu.

Tomando o tempo da narrativa e a narrativa do tempo, assim como propôs Ricoeur, compreende-se um dado importante. A junção entre a memória coletiva e a memória histórica produziu uma arbitrariedade histórica. Os documentos utilizados pelo cronista para se referir ao Anhangüera (pai ou ao filho) não pertencem à localidade de Barra do Garças. Apenas buscou-se a conformidade desta contrariedade porque se lê nos documentos que ambos passaram pelo Rio Araguaia. Um dado como este não pode servir de base para uma determinação como esta. Assim, a condição histórica que deveria aparecer na narrativa do cronista não foi apresentada, apenas afirmou-se. Todas as vezes que um fato ou acontecimento histórico é descontextualizado, há uma construção mítica da realidade<sup>28</sup>. Em sentido local, a figura de Antonio Cristino Cortes deixa de ser histórica para uma obra de arte, pois nas narrativas do escritor, como memorialista, o fundador da cidade; é retirado de uma condição humana e passa para o estágio da *contemplação*. Todas as palavras que pudessem desabonar a figura deste foram eliminadas, ficando apenas virtudes de um ser herói. Até mesmo houve uma significação do termo *coronel*, esta deixou de ser uma má qualidade como condição histórica e passou a ser associada como virtude de Cristino Cortes. Pelo fato de ter sido um coronel, é que ocorreu a ordem e o progresso da pequena localidade de Barra do Garças. Essa é a função da memória coletiva, instituir uma realidade original e que se passe como comum a todos.

No momento que Valdon Varjão anuncia como surge a cidade, sua forma narrativa é poética. Este não está preocupado com aquilo que não deu certo ou com o contingencial, mas sim aquilo que efetivamente reafirma um presente, o que ele pertence. Assim, uma escrita como essa cumpre uma função, justificar o presente, há uma política contínua de escolha entre lembrar e esquecer. Por isso, suas palavras são proféticas, anunciam uma condição de futuro orgulhoso e majestoso porque seu passado foi da mesma

---

<sup>28</sup> Nessa parte poderia se apresentar uma correlação entre a análise posta em Hartog sobre as obras de *Ilíada* e *Odisséia*. A presença de um passado e presente estão fixados apenas por uma *justaposição*. A arbitrariedade em atribuir uma relação direta na presença de Bartolomeu Bueno da Silva a localidade de Barra do Garças, retira completamente a noção de tempo sobre o fato. Mesmo sendo um acontecimento de importância, principalmente para Goiás, em Barra do Garças sua presença aparece para compor uma configuração mítica. HARTOG, F. Os antigos, o passado e o presente; 2003: 27.

forma. Então, a centralidade para entender uma história de Barra do Garças está na e a partir da narrativa existente, nada fora dela. Resta saber, o que está esquecido na lembrança e por quê? Por que as obras de Valdon Varjão estão impregnadas de elogios e majestade ao passado?

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história<sup>29</sup>.

Em contra partida está a narrativa do memorialista da cidade e suas crônicas. Para este, existiram grandes e pequenos acontecimentos. Nesse sentido, achou-se no direito de escolher, visto que se tratava do enobrecimento da cidade de Barra do Garças e não mais de um pequeno povoado isolado no meio de mato e cercado de índios. Pelo contrário, a existência do garimpeiro apareceu em sua narrativa por meio de um propósito referindo a eles pelos adjetivos de *pertinácia* e *desbravadores*. Esses marcaram a construção de uma cidade do futuro. Os índios aparecem em sua narrativa apenas para se referir àquilo que era e não mais é, pelo contrário estes tiveram que se integrar a sociedade, ou se tornarem civilizados. Como não se trata de uma narrativa do todo, a memória coletiva é seletiva, por isso os acontecimentos ligados ao cotidiano não aparecem na configuração de Valdon Varjão. Da forma como disse Le Goff, essa prática narrativa é uma forma que configura o político. Em Barra do Garças essa afirmação é muito própria, o cronista e memorialista concentrou-se em lidar com assuntos que estivessem ligados à política local. É uma constante em seus livros a presença do líder fundador e logo em seguida as fases de Barra do Garças como sentido histórico (econômico) e por fim o sentido histórico humano (político)<sup>30</sup>.

O ideal de cidade histórica parte do princípio de continuidade. São apropriadas leis que instituíram o município enquanto tal e cidade, mas para isso, usa-se da referência a outras cidades, como se Barra do Garças fosse uma finalidade processual do progresso, algo que era teleologicamente predito. A cidade passa a ser considerada sob uma ordem natural das coisas, o que poderia afirmar novamente que a condição de entender a cidade fica subordinada a noção geográfica. O sentido do social é geograficamente determinado.

---

<sup>29</sup> BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política; 1994: 223.

<sup>30</sup> Este parágrafo foi possível ser escrito porque há uma estreita relação entre autor-linguagem-sentido. Além de cronista ele é também memorialista. Sua participação efetiva na construção de uma localidade como Barra do Garças estabelece um sistema racional sobre a narrativa. A crônica não pode prevalecer a memória.

Para que a cidade pudesse possuir uma *evolução política, administrativa e judiciária* devia-se perceber um *histórico* que precede as condições existenciais da memória coletiva.

O município, no decorrer de sua história, passou por modificações administrativas, territorial e judiciária. Pela Lei Nº387, de 12 de Abril de 1904, foi criada a Freguesia de Registro do Araguaia, no município e Comarca da Capital. Posteriormente, pela Lei Nº636, de 08 de Julho de 1913, foi elevada à categoria de município com a denominação de Araguaiana e com sede na Vila de Registro do Araguaia. Sua área foi desmembrada do município de Cuiabá, passando a constituir-se termo daquela Comarca. Em 1915, tornou-se sede de Comarca pela Lei N 167698, de 12 de Junho.

Barra do Garças foi um município que sucedeu, em 1948, o município de Araguaiana em toda área e contexto<sup>31</sup>.

No final da fala do cronista este alega que Barra do Garças *sucede* Araguaiana em toda sua área e contexto. Se houvesse uma *sucessão* então deveria ter havido uma substituição de um sobre outro. Realmente aconteceu, mas em que sentido essa *sucessão* é concebida? O termo está propriamente bem empregado para a finalidade desejada, e um de seus significados é: a) *transmissão do patrimônio dum finado a seus herdeiros e legatários*, ou b) *descendência, prole*. De qualquer forma as definições se aplicam a uma idéia de continuidade e seqüência, ou herança. Esta é a visão que o cronista possui da história, a cidade de Barra do Garças é o resultado de um processo longo e contínuo que começou desde o período que o Brasil ainda não existia, era ainda a Colônia de Portugal. Se Antonio Cristino Cortes é considerado o fundador legítimo de Barra do Garças, quando Valdon Varjão produz sua narrativa este parte das últimas localidades de onde passou e viveu o referido fundador, que no caso é Registro do Araguaia e Araguaiana. Ainda outro fator forte que liga essa noção é o fato de Barra Cuiabana pertencer à Comarca de Araguaiana. O sentido de *sucessão* na narrativa do cronista está diretamente ligado à questão política.

O termo é bem aplicado para a finalidade desejada, quando se trata de sua aplicação para a história, o mesmo se torna ambíguo. Na configuração, o cronista afirma que Barra do Garças sucede Araguaiana em área e contexto. A princípio parece compreensível, porém não justificado, Barra do Garças não poderia jamais substituir Araguaiana em contexto, visto que a mesma permanece até a atualidade e muito menos esta a Registro do Araguaia, visto que também permanece em sua localidade. Cada qual se compôs como sociedade distinta. Logo, não há uma mistura entre estas. Barra do Garças é fruto de um processo migratório assim como as outras, porém cada qual possui sua

---

<sup>31</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000:05.



peculiaridade e tempo histórico. Araguaiana e Registro do Araguaia não podem ser consideradas localidades que se assemelham a um embrião de Barra do Garças. Estas possuem autonomia e desenvolveram papel importante para a relação entre as capitânicas de Cuiabá e Goiás. E a transferência de poder de uma sobre a outra refere a uma questão política de capitânicas que exerceu influência sobre aqueles que ali estavam; resta saber suas relações. A história não pode ser tomada numa escrita da história como atrelada a princípios puramente geográficos ou políticos, mas de estabelecer sua função relacional e de cruzamentos social.

Caso não houvesse essa forma configurativa da localidade, talvez outra já estaria presente a partir de uma outra concepção ou talvez ainda não houvesse nenhuma. Independente disso, uma perspectiva da teoria da interpretação visaria saber como essas formas de narrativas se consolidaram na produção de sentido ou na invenção de uma história. Mas o fato inegável é: a narrativa de Valdon Varjão existe e está presente a mais de vinte anos, neste sentido, qualquer estudo sobre uma história de Barra do Garças no mínimo considera-lo. Qualquer forma de história deve partir da escrita, a percepção é um sinônimo de reconhecimento. No caso de Barra do Garças, esse somente é possível pela narrativa de Valdon Varjão ou daquilo que derivou dele, as construções materiais. Fora disso deverá haver um rompimento com a tradição, tomar outro princípio de narrar, que não seja o ocidental, mesmo assim se fará menção à prática narrativa deste pelo reconhecimento, sendo explícito ou não. Uma história local, parte da memória local, antes dos historiadores se dedicarem a estudar uma localidade ou sociedade os memorialistas e cronistas já se debruçaram sobre o assunto. Duas conseqüências disto são notadas: a) estes representam uma parcela da sociedade que possui apreensão imediata do passado, a disputa pelo Poder e, b) em decorrência dessa pressa estes escritores e narradores reúnem ou indicam um material que auxilia nas pesquisas dos historiadores. Enquanto os cronistas e memorialistas locais se debruçam para tratar da manipulação sobre o passado ou inventar um, os historiadores se debruçam sobre a experiência.

Partindo da perspectiva de Finley<sup>32</sup>, uma visão de busca da origem induz a uma percepção mitológica, entendeu esse processo a partir do estudo sobre os gregos. Barra do Garças é também entendida sob esta forma mágica de aparição. O passado da cidade mistura-se a condições de entendimento que proporciona uma imaginação criadora, a isto não pode buscar a verdade deve-se acreditar. A produção mítica duma realidade produz

---

<sup>32</sup> FINLEY, M. Usos e abusos da história; 1989.

uma idéia de que o lugar é abençoado e protegido por uma providência. No que se refere às bandeiras, estas podem e foram apropriadas para caracterizar o princípio mais remoto da formação<sup>33</sup>. É utilizada uma figura real e histórica, como Bartolomeu Bueno da Silva, o qual chegou a Goiás via Araguaia. Quanto ao garimpeiro, este é marcado por uma idéia na qual o princípio do princípio é mítico e o histórico é a figura de um sujeito que não poderia ser comum. Destarte, a construção de saber sobre o lugar é referida sob uma linguagem romanceada na qual não há a presença dos conflitos da relação social.

Começou na procura de um tesouro, (uma garrafa cheia de diamantes). Nos traz a lembrança daquele lavrador, pai de numerosa família, que já trôpego pela senilidade, às vésperas da morte, chamou os filhos e disse: -“Meus filhos, nestas terras (apontou para o seu sítio) enterrei há muitos anos um tesouro; alguns quilos de moedas de ouro e algumas jóias de alto valor. Não mais condição de dizer o lugar certo, mas creio que está entre este vale e aquela serra; só posso afirmar que está na superfície da terra, numa profundidade de menos de meio metro. Antes da minha morte gostaria de repartir esse tesouro com vocês”.

(...) Ao término da primeira procura, nada tendo encontrado, para não perderem o trabalho com a terra revolvida, resolveram planta-la, o que em seguida foram colhidos os frutos de uma boa safra. No ano seguinte, os filhos empreenderam novas pesquisas e sucessivamente o plantio, e assim, na seqüência dos anos de procura não encontraram o tesouro de ouro e jóias mas o fruto do trabalho amanhando a terra que seu pai deixara e que representava, figuradamente, o tesouro por ele almejado aos filhos<sup>34</sup>.

A narrativa sobre a localidade de Barra do Garças marcou o ponto máximo do esplendor de seu nascimento. Com essa marca, o aparecimento da cidade, conforme se apresenta na narrativa, retira qualquer possibilidade discutível e já traz consigo a evidência da construção mítica. Mesmo tomando em consideração que este fato realmente é peculiar à localidade, sua forma narrada retira qualquer possibilidade que atesta esta hipótese. Retomaria nesse momento as palavras de Nogueira na abertura do livro de Valdon Varjão, *é uma questão transcendente*. De todas as formas que se busca compreender a apresentação de Varjão sobre a cidade, sua explicação parte de dados incertos ou não históricos, no sentido de verificação pela análise. Se tomar a sua manifestação da memória histórica, essa problemática se repete, pois remete a uma condição, que para a localidade se torna *a-histórica*. Este se trata de um problema para a história, mas não para a memória coletiva. A prática narrativa empregada para descrever a cidade de Barra do Garças é puramente plausível. Todo aquele que pretende entendê-la, parte dos escritos de Valdon Varjão, e sua forma remete a uma aceitação e reconhecimento. De certa maneira, a escrita

---

<sup>33</sup> Este é um dos lugares onde se pode aplicar o conceito de retrodição de Veyne.

<sup>34</sup> VARJÃO, V. Barra do Garças; 2000: 07,08.

do cronista e memorialista determina que antes daquilo não há nada a que recorrer, por meio do mito de origem e pela escrita original produziu-se o sentido histórico da cidade.

O problema não está sobre o aparecimento da cidade, a pesquisa não concentra sobre esta questão. Para entender a memória coletiva da localidade é necessário que se recorra aos fundamentos da narrativa e ao mito da origem como marca identificadora dessa forma de memória. Como desconstrução, uma narrativa necessita ser compreendida para ser interpretada. Neste momento ocorreu até aqui uma preocupação com o simbólico, ou seja, a figura individual com sua força mental identificando ação e relação social de uma sociedade e de sua fundação pela narrativa.

### **Memória, crônica, história.**

Como se trata de uma memória emprestada, a verdade do mito refere-se a pessoas que a pronunciaram, por meio da existência de um documento do qual o narrador não o viu, mas acredita porque se trata de uma *tradição oral*, são os porta-vozes do passado. Em Benjamin essa posição é entendida como:

A lembrança institui a corrente da tradição que transmite o acontecimento de geração a geração. Ela é a musa da épica em sentido lato. Abarca o conjunto das formas singulares do épico inspiradas por ela. Entre estas figuras, em primeiro lugar, a que o narrador se encarna. O cronista é o narrador da História (...) O historiador está obrigado a explicar, de uma maneira ou de outra, os incidentes de que se trata; não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo. Mas é exatamente isso que o cronista faz (...) <sup>35</sup>.

(...) figura secularizada do justo, essa figura da mística judaica cuja característica mais marcante é o anonimato (...) também seria a figura do trapeiro (...) do catador de sucata e lixo (...) pelo desejo de não deixar nada se perder (...) o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda <sup>36</sup>.

Sentido de complexidade é o que introduz Benjamin para refletir na problemática em discussão. *O cronista é o narrador da História*, estes (da tradição oral) são aqueles que primariamente estabeleceram um sistema de configuração. Quando se trata da História o termo é aplicado para entender a Razão, nas palavras de Hegel ou *Magistra vitae* nas de Koselleck. A História (Historie) é concebida pela idéia de ordem, um sentido extra-humano, o homem não precisa buscar a tentativa de explicar, mas a de perceber. A

---

<sup>35</sup> BENJAMIN, W. O narrador; 1980: 65,67.

<sup>36</sup> GAGNEBIN, J.M. Memória, história, testemunho; 2004: 90.

História existe fora da consciência do homem este é quem deve perceber seu motor. Tanto Ranke como Droysen pregaram essa perspectiva da História. No campo da linguagem a História é estrutural independente da vontade humana. Os historiadores buscam retirar-se da condição de individualidade e passar para uma transcendência; História e Metafísica possui uma relação estreita. A natureza possui sua ordem e o homem deveria entendê-la a partir do conceito de universal. Se a condição era para um historiador, por que Benjamin aplicou ao cronista? Este filósofo da história apresentou uma abordagem a prática de narrar. Como distinção entre um historiador e o cronista é que este último narra e o primeiro explica. Na noção de uma *historiam rerum gestarum*, a história fica impregnada por uma idéia de História, ou seja, como os cronistas buscam uma preocupação em manter uma ordem e ser factual. A partir do séc. XX, depois da década de 1930, o estruturalismo não deixou de vigorar, porém a Razão cedeu lugar para a razão. Um motor para a história não é mais concebido, mesmo permanecendo a idéia de uma história total. A historiografia francesa apresentou os passos iniciais, na prática, para mudança conceitual de Histoire (*Historie*) para histoire (*geschichte*)<sup>37</sup>. Por meio da crônica a narrativa concentra-se na busca de narrar, dotar de sentido as ocorrências. A narrativa cronista se passa no momento do acontecido, por uma descrição processual. Também a narrativa cronista pode remeter-se num tempo não experienciado pelo narrador, para isso faz uso de documentos geralmente contidos em arquivos estaduais ou nacionais. Esse distanciamento temporal, consciente e sincrônico confunde-se com história. Por essa via, pensar a narrativa cronista conforme Benjamin através da História, significa o registro acontecimental de forma acumulativa e evolutiva.

A relação entre as crônicas e a História está próxima para Benjamin porque os cronistas se concentram em relatar os fatos. No conjunto dos fatos há a construção de sentido, o que passa pela idéia de acontecimental, acidental ou contingencial é delegado a uma categoria de menor importância para estes produtores de narrativa *não pode, em circunstância alguma, contentar-se em apresentá-los como peças exemplares do mundo. Mas é exatamente isso que o cronista faz.* O cronista de Benjamin não se distancia de Valdon Varjão a ponto de serem incomparáveis, o fato está na conformidade entre um e outro, ambos se concentram na prerrogativa de romancear, uma mistura entre o histórico e

---

<sup>37</sup> ANKERSMIT, F.R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia; 2006: 97, 98; ANKERSMIT, F.R. Historismus, Postmoderne und Historiographie; 1993: 66-85, ANKERSMIT, F.R. Historia y topología; 2004, DROYSEN, J.G. Précis de théorie de l'histoire; 2003, KOSELLECK, R. Linguistic Change and the History of Events; 1989: 649-666; KOSELLECK, R. The practice of conceptual History; 2002: 46,47; LOZANO, J. El discurso histórico: 1994: 114.

a imaginação. Quanto ao cronista e memorialista da cidade, essas classificações não aparecem por acaso, mas porque Valdon Varjão cumpre essas duas funções ora escreve como cronista ora como memorialista. Independente dessas condições este é um narrador. Para Benjamin o narrador deveria ao máximo e apenas narrar; assim apresentaria coerente a *lembrança institui a corrente da tradição que transmite o acontecimento de geração a geração. Ela é a musa da épica em sentido lato. Abarca o conjunto das formas singulares do épico inspiradas por ela*. Um narrador concentra-se naquilo que é referente à lembrança e sua escrita ao épico.

Em Barra do Garças, o épico está nas particularidades dos heróis Antonio Cristino Cortes, Bartolomeu Bueno da Silva e Antonio Paulo da Costa Bilego. A grande formação do sertão por meio de uma história heróica em sua escrita é chamada de epopéia. São os homens que merecem destaque na história local do cronista. Na narrativa são apresentados como pioneiros, os únicos a serem lembrados como desbravadores. A tríade no aparecimento de Barra do Garças é sinônimo de uma significação; está carregada pelo verbo *vir*. Mesmo que historicamente o fato não esteja ligado a Barra do Garças, quando se refere às bandeiras que saíram de São Paulo, descreve com o verbo *veio em busca de ouro*. Uma lembrança épica é seqüencial e romanceada, desfaz-se dos equívocos e prevalece uma visão profética. O cronista consegue sê-lo pela narrativa, assim *o narrador e o historiador deveriam transmitir o que a tradição, oficial ou dominante, justamente não recorda*. Caso a tradição da lembrança épica é a de traçar uma epopéia, um narrador deveria se tornar àquele que fugisse do meio tradicional, apresentar as diacronias do sistema, dos particulares, daquilo que não deu certo, das tentativas abandonadas e das frustrações. Ao historiador, enquanto narrador, deve prevalecer essa condição social do ser humano. Mesmo não desaparecendo a prosa e a retórica, sua escrita visa esta necessidade.

Isto classifica uma condição verídica de pensar a história da cidade. Datas e nomes são constituídos para dar sentido e validade aos enunciados.

Barra do Garças, assim parece, teve sua origem numa estória lendária de riquezas. No seu início muitos estiveram presentes à procura de diamantes, do índio ou do ouro. Hoje a exuberância de sua agricultura, com terras férteis e dadas é o fator primordial<sup>38</sup>.

O termo *estória* marca a fala do narrador enquanto memorialista. É uma comparação com o tempo de sua chegada com os dias nos quais se encontra, já com a

---

<sup>38</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: 09.

comemoração do Cinquentenário da cidade. Enquanto pertencente ao grupo, refere-se ao mito já existente *o garimpo*. Uma aparição majestosa, (re)produz uma lembrança e com a narrativa produz uma imagem. Por ser um narrador de crônicas o épico prevalece, uma cronologia é identificada. O tempo da prosperidade continua com a prática agrícola. Enquanto cronista, a agricultura desempenha papel de fundamental importância para a localidade barra-garcense, momento que há a presença de setores secundários e terciários na cidade, o esplendor da *Terceira Fase da história de Barra do Garças* (incentivos fiscais e agricultura).

Sendo uma prática da narrativa cronista, o autor preocupou-se em descrever a geografia, falando sobre clima, vegetação, demografia e divisas naturais do lugar como meio de demonstrar, a partir de dados estatísticos, como a localidade é configurada nessas narrativas. Num sistema de comparação, o cronista da cidade aproxima-se muito em relação às crônicas goiana. É uma prática de síntese de fatos passados capturáveis em documentos bem como os que orientavam as bandeiras quando saíam de São Paulo desde o séc. XVIII<sup>39</sup>.

O parágrafo acima anuncia mais uma distinção entre o trabalho memorialista e o de historiador, pois as memórias referem-se ao passado, sua base é sobre a recordação de vivências de um tempo, já a história, esta possui suas bases no presente. Apesar de que esse termo passado e/ou presente não cabe bem para caracterizar o tempo, pois há uma transcendência. O memorialista refere-se ao passado da experiência quando é interpelado a tal; isso significa que sua memória exprime-o de forma diferente (o mesmo tempo ao qual tenta se referir) justamente porque suas carências presentes são distintas a cada vez que esse tempo passado da vivência for evocado. Mas, isso não quer dizer que o mesmo se aplica à história, esta parte e finda-se no presente, qualquer projeção que tenta fazer a um futuro são meras projeções mentais para lidar com o presente. Assim, a função de uma escrita da história prescinde das atribuições memoráveis e das suas relações cruzadas com outras atribuições memoráveis, ou miméticas. Na função das relações cruzadas estas são submetidas a novas relações comparativas a fim de ordenar um saber que sirva de ajuda para o sujeito da ação movimentar-se por meio de um conteúdo que o auxilie na tomada de decisões. Para isso, o historiador deve possibilitar ao intérprete do texto suas pressuposições conceituais, das aplicações e do sistema interpretativo. Por isso, o estudo sobre a memória.

---

<sup>39</sup> ALENCASTRE, . Anais da Província de Goiás. 1863; AMERICANO DO BRASIL. Súmula de história de Goiás; 1982 e TELES. Vida e obra de Silva e Souza; 1998.

Sob outro ponto de discussão, tanto história como memória fazem parte do passado. O historiador aborda, problematiza e compreende o que se passou em dado momento histórico. Quando se trata de memória, na sua evocação é nítida a presença da ausência, um quadro, uma fotografia, objetos de valor simbólico, todas são formas materiais que circundam para a lembrança. História e memória estão para o passado. Por esta intervenção significativa há uma contradição as afirmações acima. Na realidade trata-se de uma postura epistemológica, ou seja, de posições teóricas quanto ao sentido e validade da história enquanto conhecimento científico. Porém, a contradição descrita não representa uma oposição ou negação, é uma postura de entender os fundamentos.

Memória não significa dúvida, mas ordenação, indução e valoração. Nos escritos do memorialista da cidade, essa prática é caracterizada na sua visão teleológica da narrativa. Mais um ponto se refere à narrativa da tomada de consciência para configuração e não do sujeito histórico na ação social ou nas suas relações. Quer dizer que há uma forma de representação. Isto significa que o autor na sua estrutura textual, não apresenta uma relação dos cruzamentos das práticas, pois os escritos não se funcionalizam para uma análise dessas. O cronista disponibiliza uma seqüência de fatos e dados fechados que meditam em pequenas afirmações indisponibilizando as noções duma narrativa do social. A memória do sujeito mistura-se muito aos dados coletados nas informações obtidas por meio dos sentidos lidos. A forma é sintética, divididos em pequenos tópicos que pretendem dar conta de tudo, ou seja, do processo histórico de Barra do Graças.

(...) por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa<sup>40</sup>.

As narrativas memorialistas de forma geral buscam uma descrição dos acontecimentos. Isso é perceptível nos tratos que o autor dá às suas testemunhas, é uma forma de ver. As construções significam a configuração de uma temporalidade por meio duma descrição de realidade. As perspectivas reais das que o texto parte possibilita ao cronista o direito de dizer. São funções mentais que relacionam no texto narrado uma relação que deve ser percebida pelo intérprete e não necessariamente pelo autor<sup>41</sup>. O

---

<sup>40</sup> CHARTIER, R. O mundo como representação; 1991: 184.

<sup>41</sup> Esta é uma idéia apresentada por Gadamer. A interpretação não cabe ao escritor mas a seu intérprete, pois esta prática possibilita apresentar o inconsciente de quem escreve. GADAMER, H-G. Verdade e Método I; 2005.

narrador da cidade faz a representação de uma ausência. Em sua prática narrativa a ausência se refere ao tempo mecânico e biológico, o representado está em seu texto. Como em Chartier, é diferente o que se representa e o que é representado.

A configuração é dada como a realidade de um tempo, mesmo sem a narrativa, esta já existe em forma de pré-texto, é mimética. No ato da narrativa o leitor deve enxergar o que o memorialista enxerga: a realidade de um tempo que é passado, não existe mais. O leitor deve ser convencido de que esta narrativa é a verdade, pois são disponibilizados meios aos quais comprovam essa discussão (a materialização do discurso em ruas, praças, comemorações e monumentos). Esta é uma forma de que o discurso seja cristalizado como verdade.

Chartier trabalhou com uma idéia sobre a representação, que é da coisa ausente. A memória é registrada quando não existe mais no tempo da vivência, porque é existencial, mas existe no presente porque é uma *apresentação* pública duma realidade que encontra presente. As representações iconográficas no texto do cronista<sup>42</sup> caracterizam bem essa busca da comprovação do discurso; a pedra S.S. Arraya e a praça dos garimpeiros disponibilizam ao leitor tanto a comprovação do texto narrado como para remetê-lo ao texto quando for interpelado pela materialidade dessas bases concretas.

A condição da realidade é infinita sendo manifesta pelo espírito finito. Essas são as palavras de Weber, que pressupõe a questão da significação, assim, a realidade não pode ser medida numa questão de objetividade. Pois, esta não existe em Ciências Sociais por não haver um motor da história<sup>43</sup>, isto quer dizer que a história não pode ser pensada a partir de mecanismo de verificação entre causa e efeito, não existem leis, assim não há um método silogístico. Para pensar historicamente alguns princípios de racionalidade são disponibilizados para o estudo e escrita da história, eis a complexidade do pensar historicamente, se o memorialista desempenha um papel fundamental que caracteriza uma época real das relações, assim sua descrição não pode ser a realidade, pois é uma narrativa. No caso do historiador também pode ser assim classificada, pois é mais uma narrativa possível. Destarte, tanto a narrativa cronista, memorialista e a escrita da história são possibilidades de leitura duma realidade infinita, mas que se manifesta finitamente pelo espírito racional.

---

<sup>42</sup> Varjão. Barra do Garcas; 2000: V, XVI.

<sup>43</sup> VEYNE, P. A história conceitual; 1995.



(...) todo o conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado pelo espírito humano finito baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento, imitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica, e de que só ele será “essencial” no sentido de “digno de ser conhecido”<sup>44</sup>.

Apesar de Veyne<sup>45</sup> ter escrito em um de seus textos que o trabalho do historiador não possui nada de sério, essa distinção entre o trabalho do historiador em relação ao do memorialista retoma novamente o conceito de retrodicção. Na busca da realidade e na atribuição da significação, a historiografia busca uma possibilidade de subjetividade-objetiva. Nas constituições racionais das abstrações teóricas, na aplicação de seus conceitos e quadros interpretativos os historiadores distanciam-se dos memorialistas e cronistas não por sua complexidade, mas porque visam atingir mecanismo de relações sociais que significaram mudanças ou que orientaram práticas sociais. Como não há seguridade das regularidades, as ciências da cultura buscam uma relação das vidas sócio-culturais com outras, que também devem ser inscritas como individuais.

(..) interesse pelas ciências sociais reside na configuração real e portanto individual da vida sócio-cultural que nos rodeia, quando queremos apreendê-la no seu contexto universal, nem por isso menos individual, e no seu desenvolvimento a partir de outros estados sócio-culturais, naturalmente individuais também<sup>46</sup>.

O que é disponibilizado, na narrativa local, o cronista e memorialista configura uma realidade da qual não há meditação da relação social que pretende, mas que sua configuração satisfaz demandas de ordem *necessária*, de necessidade política. Tomando o texto que está sob análise, sua função transcende a mera questão de anunciar a cidade antes na tentativa de enfatizar a continuidade do progresso. O que partiu de poucas casas, como cidade de fronteira abre uma nova fase para o Brasil.

(...) de 1924-1942 (...). Edificaram as primeiras casas, alinharam as primeiras ruas e através da propaganda e da afluência de Nordestinos, deram início à povoação<sup>47</sup>.

A impressão inicial que se tem ao chegar à progressiva cidade de Barra do Garças, na fronteira de Mato Grosso com Goiás é de que começou no Brasil uma nova “corrida”<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> COHN, G. Weber; 1997: 88.

<sup>45</sup> VEYNE, P. Como se escreve a história; 1998.

<sup>46</sup> COHN, G. Weber. Sociologia; 1997: 91.

<sup>47</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: 09.

<sup>48</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: 15.

O texto quase prepara o leitor para o ápice da providência, pois se trata de uma estratégia de convencimento induzido. O número de páginas dedicadas para caracterizar a cidade, outras mais de seis por cento, destinaram a tratar da administração do ano 2000. As retrodições são montadas numa ordem que o leitor veja, o que realmente é um processo histórico de progresso. Essa reflexão nada tem a ver com questões políticas, apenas que a narrativa transcende a uma *inocência* de narrar sobre a sociedade, sua forma formula uma estrutura de que assim deve ser pensado (uma escrita da história toma a crônica como objeto de estudo).

Dependência genealógica. O município de Cuiabá deu origem ao município de Araguaiana (depois extinto), Araguaiana deu origem a Registro do Araguaia (depois extinto), Registro do Araguaia deu origem a Araguaiana (depois extinto), Araguaiana deu origem a Barra do Garças, Barra do Garças deu origem a Canarana, Canarana deu origem a Ribeirão Cascalheira<sup>49</sup>.

Estas formas narrativas constituem uma imposição de realidade, e a escrita da história desconstrói o raciocínio memorialista por encontrar suas *relações de cruzamentos*. Também, a busca historiográfica não é sobre a verdade, numa idéia de finalidade, mas de como essa realidade em seus meios se constitui enquanto tal<sup>50</sup>. A produção do conhecimento histórico pauta sobre uma distinção entre os interesses de grupo e da sua influência sobre as condições de relações sociais, assim, a memória que pertence à história transcende as práticas subjetivas dos indivíduos de ação social.

Para escrever uma obra de memória, é necessário que o autor reporte a sua memória de vivência, mas para ser analisada, torna-se necessário que o mesmo autor possibilite ao intérprete os indícios de suas narrativas, dos seus *a priori*. Quando pensa sobre Barra do Garças é notado seus princípios de base narrativa, sua prática preserva uma função descritiva, apresenta incertezas sobre o lugar da memória individual e da coletiva, não permitindo que a social apareça. Somente através de uma prática analítica da narrativa é possibilitada a distinção entre os termos.

Mas isso não poderia ser cobrado do autor, esta é uma prática de evidenciar ao leitor que na estrutura narrativa memorialista, esta é uma atividade normal. Aqui há uma prática hermenêutica de tentar identificar os lugares da fala. O autor possui o direito de

---

<sup>49</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: 54.

<sup>50</sup> *Um dia, em que discutíamos sobre a verdade dos mitos, ele me dizia a grande questão, segundo Heidegger, era o de saber o fundamento da verdade; o segundo Wittgenstein, a de saber o que se diz quando se diz o verdadeiro: mas “a meu ver” acrescentou textualmente ( pois logo tomei nota daquela frase), “a questão é: de onde vem a idéia de que a verdade seja, no mínimo, verdadeira?”*s/p. VEYNE, P. O último Foucault e sua moral; 1985.

reivindicar uma memória, pois fez parte da relação social da localidade. Ao mesmo tempo, como intérprete é necessário observar qual forma adotada, a configuração e a estratégia narrativa. Essas análises devem ser demonstradas ao leitor como meios, por fim, o leitor que passa a ser um intérprete, percebe como é constituída a narrativa de configuração (logo, da análise desta e das categorias utilizadas). A conclusão não pertence à subjetividade do intérprete, mas da função racional dispensada pelo analista da configuração. Quer dizer que o intérprete da análise necessita decifrar as pretensões objetivas de validade, para proceder da reflexão sobre os fundamentos.

Esta compreensão pode ser entendida no princípio das significações:

(...) somente ela tem significado para nós precisamente porque revela relações tornadas importantes graças à sua vinculação a idéias de valor. O conhecimento científico-cultural tal como entendemos encontra-se preso, portanto, a premissas “subjetivas” pelo fato de apenas se ocupar daqueles elementos da realidade que apresentam alguma relação, por muito indireta que seja, com os acontecimentos a que conferimos uma significação cultural<sup>51</sup>.

O entendimento da história pela cultura é de fundamental importância aos historiadores ligados a um pensamento antropológico, em particular, e no geral pelas ciências sociais, como no caso de Max Weber. A significação está ligada a uma questão de valores; na relação de ambas é composta uma idéia de realidade. Em caso específico, em Barra do Garças esta condição não é estranha; a significação do cronista e memorialista produz uma realidade porque é uma ligação entre a significação dada a eventos e sua valoração pela significação.

Para Weber a relação entre a subjetividade e a ciência social não pode ser distinta, pois nas bases de formulação dos problemas, sua predisposição parte dela. Esta subjetividade deve ser submetida à objetividade da ciência. Seria o que chamam de subjetividade-objetiva. As premissas subjetivas do pesquisador ficam submetidas a condições conceituais de análise. Da relação entre a teoria e a realidade sensível tem-se as funções orientadoras do agir e sofrer<sup>52</sup>.

### **Da disposição simbólica da localidade**

---

<sup>51</sup> COHN, G. Weber; 1997: 92, 98.

<sup>52</sup> RICOEUR, P. História e verdade; 1957; RÜSEN, J. Razão histórica; 2001 e SCHAFF, A. História e verdade; 1991.

Esta relação entre as relações e suas bases objetivantes podem partir tanto das práticas ou das idéias projetivas. O que pode entender é um fator de que na obra do cronista há uma tentativa de projeção configurativa de criar uma relação de continuidade. A temporalidade não pôde ser pensada numa forma que seja descontínua, das suas disposições diacrônicas. Seria impossível pensar racionalmente o irracional na narrativa local<sup>53</sup>, pois tenta produzir um sistema de orientação a partir de uma *genealogia* do processo histórico. Uma obra que passa pelo ideal de mapa sobre o lugar, sua base deixa de ser social e passa para uma física. Como a concepção de relações está determinada pela geografia, os dados estatísticos configuram uma orientação abstrata e enrijecida. A obra trata a todo tempo dos mitos de origem, das belezas naturais, leis e outros, os nomes que aparecem são formas naturalizadas. O social é referido como intervenção não como ação e relação. Quando a obra é aberta, se o leitor procurar entender as estruturas de configuração relacional, das disposições humanas, é nulo. Mas se a observância passar pelo sistema de orientação *geográfica* é válida.

Para falar da Grande Barra, é necessário referir-se a inúmeras cidades do chamado baixo Araguaia. Se pela geografização esses lugares deixaram de pertencer ao município de Barra do Garças, de um outro modo, o poder simbólico tenta demonstrar sua continuidade (na construção duma identidade coletiva que ultrapassa os limites da cidade). Essa identificação está sendo pensada única e exclusivamente sobre a referência ao econômico, o que retira o processo multidimensional das aplicações. Neste sentido, há uma permanência da (Grande) Barra do Garças; houve di-visões no processo público. Todos os lugares devem seu sentido de existência a Barra do Garças; para isso, quando se fala de cada localidade diferente trata de estabelecer sua interpretação *genealógica*.

A produção do sentido passa por meio de sistemas legítimos de representação, que significam uma condição real de construção narrativa. Caso o ideal passe por meio de uma objetividade política, então essa relação se reproduz por meio de um campo simbólico. Como as outras localidades *genealógicas* descritas pelo cronista como estão extintas, a Barra é delegado o direito de centro. O direito de nomear, representar e significar possibilita uma configuração da realidade a qual pretende objetivar.

(...) o trabalho de produção e de imposição do sentido faz-se tanto no seio das lutas do campo de produção cultural como por meio delas mesmas (e sobretudo no seio do sub-campo político): ele é a função própria, o interesse específico

---

<sup>53</sup> WEBER, M. *Économie et société* I; 1973.

dos produtores profissionais de representações objectivas do mundo social ou, melhor, de métodos de objectivação<sup>54</sup>.

(...) as relações de força objectivas tendem a reproduzir-se nas relações de força simbólicas<sup>55</sup>.

A mesma coisa se diria acerca das relações entre o espaço geográfico e o espaço social: estes dois espaços nunca coincidem completamente; no entanto muitas diferenças que, geralmente, se associam ao efeito do espaço geográfico, por exemplo, à oposição entre o centro e a periferia, são o efeito da distância no espaço social, quer dizer, da distribuição desigual das diferentes espécies de capital no espaço geográfico<sup>56</sup>.

A narrativa local denota a capacidade de articulação entre memória histórica e memória local. Possibilita ao narrador a condição de articulação proposital sobre o sistema orientacional da localidade. Sua forma narracional está fixada na condição induzida. É um estilo de convencimento e esta prática está refletida em outras obras que o autor dispõe a fixar sua capacidade *interpretativa*. No que pensa sobre o conceito de retrodicção de Veyne, esta seria uma boa chance de esquematizar sobre sua capacidade de articular a narrativa apresentada em forma de enquadramento documental. Neste sentido é referido a textos que o mesmo escreveu no início dos anos de 1980, caracterizando marcas e evidências constituídas de uma orientação social e produção de sentido.

No propósito de orientação social implica além de motivar o sujeito a ação e estabelecer suas relações sociais, uma narrativa historiográfica, também perpassa sobre a condição mental do sujeito. Quando o sujeito toma consciência das ações, primeiramente parte de sua realidade existencial, daí é extravasada para outros grupos constituídos, isto devido às relações sociais<sup>57</sup>. Destarte, quando Barra do Garças é pensada sobre um caráter de historicidade, esta transcende sua realidade concreta e propriamente existencial.

Uma cidade não pode ser entendida historicamente a partir de seu núcleo urbano porque a condição social das relações é mais importante para estabelecer o entendimento sobre o lugar. Assim a determinação geográfica não pode ser maior que a das relações sociais e de suas bases objetivantes. Em Barra do Garças, esta possibilita uma interpretação que poderia ser de qualidade simbólica, pois a cidade necessariamente já nascera antes mesmo de sua constituição; a idéia nasceu antes da fisicalidade, assim seu entendimento deve partir da sua significação. Daí tem-se dois problemas a serem

---

<sup>54</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 143

<sup>55</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 145.

<sup>56</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 138.

<sup>57</sup> Este parágrafo é constituído essencialmente a partir das orientações e exposições de Weber e Halbwachs. O sujeito na infância relaciona-se com um grupo que é denominado memória individual; e sua existência e temporalidade existencial o induz a sociabilizar-se com outros, daí a mudança de grupo. Mas os grupos não são como cargos ou enquadramentos, ainda que uns mais e outros menos, por isso deve haver na sociedade suas relações sociais.

decifrados; um primeiro passa pelas práticas de poder sobre ações objetivantes dos projetos políticos; e um segundo a prática narrativa de pretensão historiográfica.

No primeiro caso, a condição de ação social é disposta sobre a pretensão de constituição da localidade, fundar uma cidade organizada. Para isso, haveria de dispor dados relacionais das ações do então Antonio Cristino Cortes, das suas pretensões políticas e administrativas para a constituição da localidade. Mas essa é uma informação obtida a partir da narrativa, então a base deste caso está na narrativa sobre a localidade disposta na obra do cronista local. Assim, toda reflexão sobre esta disposição fixaria uma prática discursiva, pois seriam formas narrativas sobre outras formas narrativas, constituiria uma função representacional.

Nesse caso, a interpretação partiria duma idéia dada a perceber pelo próprio texto, que apenas poderia ser discutida por meio de testemunhos sobre o tempo da proposição. Seria uma verificação da ação objetivante de finalidade, que envolve uma relação de poder e numa prática dos cruzamentos, das relações sociais. Estabelecer observação de que realidade é aquela que determinou ou possibilitou a constituição e fundação da localidade. Por esse motivo, a prática da ação objetivante é mais que um mero fator geográfico na sua textualidade interpretativa, é atribuída uma discussão de funcionalidade social, das suas disposições sociais. O problema determina uma prática discursiva e a função historiográfica determina uma compreensão hermenêutica dos cruzamentos das relações, pois o próprio texto é uma forma de relação social.

No segundo caso, este ultrapassa a posição do poder sobre ações. É um interesse de funcionalidade e de evidência, da realidade. Um embrião, o tempo é tomado como corrente da continuidade e da evolução. No trajeto de uma *arqueologia* uma origem deve ser apresentada; por isso, na crônica local, são remetidas as idéias de cunho histórico, porque há documentos, e há uma imaginação sobre o que é histórico. A narrativa busca no mito das origens, o que seria a gênese da cidade de Barra do Garças. Assim, a imaginação sobre dados históricos ultrapassa a condição da imaginação histórica. No processo de produzir um conhecimento, este já produz sua teleologia, a narrativa necessita de um fim. A mudança de ótica entre a carência da problemática e do resultado distancia a disposição da narrativa sobre qualquer objeto possível. Há a indução.

A constituição da localidade por meio de narrativa que dispõe dum processo indutivo da pretensão historiográfica tende a produzir uma realidade. A realidade da configuração deve ser percebida na realidade das relações, e o poder simbólico possui a tendência de constituir realidade. Para Bourdieu,

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica<sup>58</sup>.

A construção da realidade passa por meio de usos de símbolos. A narrativa faz com que a sociedade se integre enquanto sociedade de conhecimento e de comunicação. Daí o porquê dessa tentativa de observar como o poder simbólico da narrativa do cronista da localidade em tentar configurar uma realidade de Barra do Garças. Seria pensar sobre as condições de produção da configuração do tempo na obra do narrador. O trabalho que dispõe é pensar a obra enquanto representação, e a obra enquanto re-representação da realidade que possui sua presença-ausente.

O narrador produz sua narrativa e o intérprete pretende verificar o sistema de fundamentação narrativa da obra. Essa particularidade é necessária na medida em que há a pretensão de demonstrar a configuração enquanto obra a ser lida e a disposição metodológica da interpretação. Destarte, o poder simbólico possui o poder de subordinar e legitimar.

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada<sup>59</sup>.

No capítulo seguinte esta parte será evidenciada, pois trata justamente do poder que simbolicamente a narrativa adquire por representar uma realidade e legitimá-la por meio de testemunhos. O que dispõe para entendimento é o fato de que a narrativa possui seu poder validador. A narrativa é um fenômeno auto-justificado, pois independente de ser a realidade de um tempo ou não, possui em si o critério de verdade. A enunciação já possui a totalidade de seu sentido, quem enuncia é testemunha do enunciado e da coisa enunciada possui um direito de validade anunciativa.

Quando se trata de enunciados, estes devem servir de legitimidade configuracional. Na obra do cronista da cidade, esta disposição redundava numa situação retórica. Os dados tidos como concretos, que por isso se apresentam como reais, produzem na totalidade dos enunciados uma problemática que é de ordem afirmação e negação. Na aproximação semântica, os signos que compõem a obra se confundem, no momento das repetições. Como as obras caminham no montante de repetir suas afirmações, de um lado

---

<sup>58</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 09.

<sup>59</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 15.

tem-se a afirmação da expressão, de outro, sua negação por meio da afirmação. Isso implica que na obra do cronista, as repetições configuram um cenário de dúvidas sobre as próprias afirmações. Sobre o lugar, mesmo sabendo que para o estudo da sociedade barragense, seu entendimento não pode ser restrito ao urbano. Na obra do cronista no mesmo tempo que pretende a precisão da constituição da cidade, como marco de início, a transcende numa condição *a priori*. Sua intenção é a de denotar ao lugar o marco de formação sendo numa característica cronista, mas ao fazê-la, deixa imprecisão entre a fundação do lugar onde hoje é conhecida a cidade ou num lugarejo denominado de Voadeira<sup>60</sup>. Esta poderia ser uma especulação sobre a questão, poderia não haver relevância, isto aparentemente, pois há, quando se trata de relação social.

O que conta, na realidade, é a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objetos socialmente insignificantes em objectos científicos (...)<sup>61</sup>.

Na condição de intérprete é pensado o estudo da cidade a partir de uma disposição social; assim, quando ao marco de formação o cronista quer tratar, deixa clara evidência da geografia sobre a sociedade, pois o centro de referência para pensar a cidade é o rio (Araguaia-Garças). Mas para entender algumas das afirmações do autor quando trata essencialmente sobre as datas de significação do lugar, as retrodicções inviabilizam pensar sobre a sociedade da época das décadas de 1920, 30 e 40. Isto, hipoteticamente sobre o esplendor da idéia de continuidade e, conforme o autor, não narrar aquilo que julga ser negativo para o enobrecimento da cidade. A partir de dados advindos de outras fontes testemunhais, será capacitado retirar a noção de continuidade da *histórica*, bem como da de retrodicção, pois há uma disposição de pensar a realidade pelas relações.

Nas relações sobre a localidade, faltariam aqui disposições de fundamentação empírica. A localidade possui sistema relacional com outras localidades, por isso o rio é de fundamental importância. Nessa medida é possível pensar a localidade de Barra do Garças como apenas mais uma localidade dentre as demais, que estava propensa a desaparecer. Um fator que contribui para sua fundação efetivamente chama-se projeto do governo federal da Expedição Roncador Xingu e do interesse econômico, que na época subordina o fator político; isto pelo fato de levar em consideração que estas localidades eram

---

<sup>60</sup> Esta discussão deverá ser apresentada no segundo capítulo desta dissertação. Sua preocupação estará centrada na questão da concepção de realidade e dos usos dos signos.

<sup>61</sup> BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004: 20.



constituídas por pessoas que nada tinham de interesse político e nem viviam sob regimes assistidos por eles. A cidade de Barra do Garças, no campo da irracionalidade, ou de um inconsciente possibilita uma leitura que distancia da apresentada como afirmativa, o que resulta no seu poder simbólico. A realidade constituída na narrativa é uma relação de força, pois a relação social é impossibilitada de aparecer. Esta parte narrada da localidade, na obra do cronista, é disponibilizada por meio da memória coletiva. Em algumas obras, deixa explícito por dizer ou referir que dava testemunha de uma narrativa de memória emprestada, pois a testemunha que narrou ao cronista fazia parte da produção simbólica da localidade<sup>62</sup>.

A compreensão simbólica está pela busca do poder; melhor, o poder produz uma representação simbólica. A cidade parte da análise de que tudo deve ser relatado nas crônicas, porém, sua narrativa necessita atender algumas predisposições, como o da ordem e o da continuidade. Pensar a cidade de Barra do Garças, sob uma idéia de simbologia, obriga o intérprete a tratar sobre as formas anunciativas de representar. Conforme Bourdieu, aquilo que ele não diz, diz mais do que pretendeu dizer. Os encobrimentos das disposições relacionais funcionam um conjunto de hipótese sobre a localidade. Assim, estas devem ser estudadas e pensadas na medida de orientar o social, porque afirmações como, *não há registro pelo fato de não haver fatos importantes*, ou o que significa *não se preocupa com teorias literárias* e o que não diz quando diz sobre *o processo histórico de Barra do Garças*, ainda quando refere *para que não morra a memória da cidade?* Partindo duma forma especulativa da história, poderia haver inúmeras interpretações, ainda mais na utilização de teorias literárias que foram dispensadas pelo cronista. Mas como já dito, é preciso, para entender a narrativa sobre a localidade, dispor de duas bases: a primeira é a que propõe pela teoria, uma teoria das crônicas, melhor dos estilos dos cronistas que pretendem ou pretenderam produzir história a partir de suas narrativas configurativas. Uma segunda, por meio da disposição de escrita, o que seria uma leitura interpretativa, mais que especulativa da obra de crônica. Estas práticas caracterizam uma leitura externa da obra, uma análise de suas partes e de sua pretensão e uma que partiria para uma reflexão de como pensou sobre a prática de narrar; isto implica disposições subjetivas do narrador da localidade.

Como parte do poder simbólico, o poder da fala legítima pode criar uma realidade que é admitida por meio dos seres envolvidos na prática narrativa. Como obra de

---

<sup>62</sup> Varjão. Barra do Garças; 1985.

importância fundamental para qualquer análise sobre a cidade, o cronista local deixa claro que para cada escrita a preocupação é sempre a de fazer uso da reminiscência ou da disposição memorável. No estilo que adota com o passar dos registros e das seqüências das obras escritas, fica claro que suas obras ultrapassam os limites das suas comedidas frases introdutórias. Isto poderia ser descrito como algo involuntário num sentido de que pela vida pública, visa sempre uma importância aos discursos produzidos. Mas pensar por meio de uma idéia sobre a busca de verdade, é uma construção voluntária e induzida de dados históricos (uma forma de ficcionalizar a realidade).

Pela retrodicção junta alguns documentos e pela imaginação pretende uma forma de apresentar a realidade. A primazia da verdade buscada desconhece condições metódicas de verificação documental. O autor das obras relaciona tempos diferentes para coisas aparentes, são apropriações de fontes testemunhais fixadas como se do lugar fizesse parte. Por pertencer ao Instituto Histórico, teve acesso a uma documentação que aparentemente poderia ser considerada legítima, e realmente seria, se não tivesse sido apropriada para uma realidade da qual não faz parte. No estilo, pela constância das afirmações, com o tempo da repetição, passaram a ser afirmações certas e estas passam a transitar por meio de um inconsciente social através duma força simbólica. Este poder faz parte da vida dos sujeitos na atualidade; seria a presença-ausente por meio da narrativa.

Como dito, o discurso instituiu uma realidade que foi cristalizada. É uma realidade do discurso, que promove uma relação social. Essa proposição irracionalista das relações sociais promovidas pela tentativa racional de narrativa produziu a verdade por meio de mitos constituídos para substituir especulações de conflitos, visto que a prática narrativa destinada pelo cronista sedimentou esta forma de ver a cidade. Assim, fica indiscutível que a cidade nasce exclusivamente do garimpo. Seus primeiros e expressivos moradores eram nordestinos, estando diretamente ligada a lugares como Registro do Araguaia e Araguaiana. Estas são considerações criadas pelo autor e que são validadas como reais; isto porque ambas as cidades existem, precedem a existência de Barra do Garças (constituída a partir da transferência de Araguaiana). São dados concretos, pois são perceptíveis à consciência social dos sujeitos envolvidos. Para moradores de Araguaiana uma usurpação feita por meio de interesses puramente econômicos<sup>63</sup> e para a nova cidade de fronteira que surgia, a consolidação de progresso.

---

<sup>63</sup>A transferência ocorre na década de 1930, momento que é instalada a Fundação Brasil Central na cidade de Aragarças, antiga Barra Goiana. O que para o cronista é a melhor fase da localidade, momento de prosperidade e desenvolvimento. Segundo este, foi a melhor fase de Barra do Garças, pois conseguiu

Mas, com o estilo narrativo, o cronista da cidade predispõe de mais uma condição, que seria por meio de fatores históricos, reais e relacionais, ainda que sua ordem narrativa possa ser questionada, por meio da indução, usou de condições míticas para caracterizar a cidade. Como não possui um centro ou uma precisão da constituição do lugar, a narrativa é montada, fazendo uso de dados históricos, através de um cruzamento com lendas ou afirmações de cunho imaginativo. Por esta falta de centro, a alternativa é creditar ao cronista que sua narrativa é real e que apresenta uma realidade, a cidade. Destarte, um imaginário torna-se a re-presentação da localidade, o que se insere na sociedade por meio do poder simbólico e passa a orientar a cidade a partir da materialidade do imaginário, a princípio a obra e depois os monumentos.

---

suplantar grandes municípios que lideraram a economia regional que possibilitou ultrapassar Baliza, Lageado, Rio Bonito e Iporá. VARJAO, V. Janela do Tempo; s/d: 36. Esta é uma afirmação que determina uma outra leitura sobre os encobrimento dos enunciados do autor, trata-se da questão da magnitude da cidade. Esta antes do final da década de 1930 era apenas mais uma localidade sem significado, pois o ideal de civilidade estava em outras partes como Baliza e Araguaiana. Realmente, pelo que está registrado, a Fundação Brasil Central possibilitou a localidade uma outra perspectiva de futuro, por isso, tanto interesse por parte de Antonio Paulo da Costa Bilego em transferir a sede do município. Numa outra obra sintetiza sua observação da noção do lugar, *Onde outrora viviam em plena idade da pedra milhares de silvícolas e, em estado de grande atraso, os colonos pioneiros, a Fundação criou escolas e povoados, e, onde as habitações eram pobres palhoças, apareceram casas de alvenaria e de madeira*. VARJAO, V. Barra do Garças; 1985; 30.

**Cap.II**  
**CONFIGURACAO DO TEMPO PELA PRETENSÃO HISTORIOGRÁFICA**  
**E FICCIONALIZACAO DA CONFIGURACAO TEMPORAL: UMA**  
**DESCONSTRUCAO**

A forma de apresentação da cidade possui um princípio fundador que em Wittgenstein se torna uma *afiguração*. Esta apropriação pode ser determinada porque o autor das narrativas possui uma intenção que pode denotar uma imaginação, representação ou desconfiança. Esta apresentação reivindicada como direito pelo cronista intenciona funcionalizar a história da cidade. No capítulo anterior foi possível observar uma seqüência ou poderia afirmar uma série de proposições que buscavam entender a forma utilizada pelo cronista para compreender um *processo* histórico da cidade e pelo intérprete a inserção da historicidade no processo de figuração. A figuração como idealidade do cronista desencadeou uma possibilidade de entendimento que perpassa a configuração. Como uma proposição de sentenças elementares denota uma seqüência de mutações e de instabilidade. Assim, pôde ser visto numa possibilidade de entender o conjunto dos signos como um conjunto de jogos de linguagem. Numa tentativa inconsistente, poderia afirmar uma apropriação de Derrida, ou seja, uma falta de centro<sup>64</sup> dos jogos lingüísticos, ou uma falta de sustentação objetiva da objetivação do cronista local<sup>65</sup>. Esta possibilidade de entender e analisar a escrita da localidade desempenha uma estrutura de pensar a composição relacional ou comum entre a figuração e afiguração descrita por Wittgenstein. Trata-se dos usos dos signos e das suas significações. A narrativa é uma forma de relação social, sua composição denota sistema relacional, o que possibilita uma realidade. Então, há de pensá-la sob esta projeção de realidade objetivada e de entendê-la na sua objetivação. Daí toda perspectiva atual, como, a partir de uma relação social, a narrativa a estabelece por posições configurativas.

A pretensão historiográfica é uma idéia de que uma narrativa permite-se existir por meio de um esforço mental que dê significado a uma realidade. Dos conjuntos de objetos existentes na composição do mundo, que é a realidade na sua materialidade, a narrativa a substitui na sua falta, assim como o signo *casa* substitui o objeto ao enunciá-lo. Assim, há uma conformidade doméstica de associação entre signo, matéria e imagem que dela se faz. A narrativa é possibilidade de caracterizar uma realidade, dos conjuntos

---

<sup>64</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença 1995.

<sup>65</sup> WITTGENSTEIN, J.J. Investigações filosóficas; 1979:VI-XIX..

diversos de objetos há uma simbolização destes por meio dos conjuntos de signos utilizados. Mesmo não podendo ser domesticado na mente<sup>66</sup>, há uma imaginação sobre os objetos que são anunciados; por isso, há uma *representação*. Somente concebida por meio de uma perspectiva de relação entre a figuração e a afiguração. No caso da narrativa local, o conjunto dos signos há uma configuração. Estes termos são utilizados por meio de Wittgenstein, devido à idéia de existir uma lógica, ou um conjunto de signos que se assemelhem a uma forma matemática para entender a realidade; por isso, seria uma afiguração que deriva da figuração: a *fórmula*. A configuração classifica uma irregularidade de cunho subjetivo, onde a afiguração é falha ou está numa tautologia ou numa contradição.

(...) as proposições mostram o que dizem, mas se forem tautológicas ou contraditórias são vazias de sentido. Em outros termos, a tautologia e a contradição não são figurações da realidade, não representam nenhuma situação possível, porquanto a primeira permite todas as situações possíveis, enquanto a segunda, nenhuma<sup>67</sup>.

A condição de classificar a narrativa afigurada como tal não pertence à pretensão da objetivação narrativa, é uma análise. A narração visa à realidade do narrado. Para Wittgenstein na maior parte das proposições de linguagem corrente não parece ser figurações da realidade, somente por meio das análises delas podem tornar manifesto o caráter figurativo. Essa projeção possui uma idéia de que a pretensão figurativa da narrativa não imagina que esta não possui a essência da pretensão, e que somente a análise clarifica a distinção entre a objetivação e o apresentado<sup>68</sup>.

Enquanto intérprete da narrativa, esta distinção é importante porque tenta conformar com o capítulo anterior na idéia de haver uma narrativa enquanto apresentação da realidade (significava de compreender as relações sociais da época narrada). Nesta parte é pretendida uma idéia de que, independentemente da narrativa classificar ou não as relações sociais, esta é uma forma de relação social, assim, uma realidade. Trata-se de pensar a narrativa local como configuração. Por isso, idealizou uma realidade, a que pudesse ser a mais original possível, tornando sua narrativa indispensável, da memória local.

---

<sup>66</sup> Esta domesticação é pensada na idéia de que há uma realidade pretendida figurada e que sua temporalidade entre o tempo da narrativa e o tempo narrado ultrapasse o tempo de existência média da memória coletiva, isto impediria a mentalização do objeto a menos que existam condições materiais que possibilite imagens de partes dos conjuntos de objetos pretendidos na narrativa.

<sup>67</sup> WITTGENSTEIN, J.J. Investigações filosóficas; 1979: XVII.

<sup>68</sup> WITTGENSTEIN, J.J. Investigações filosóficas; 1979: XII.

O seu enquadramento é uma projeção de que o narrado é uma condição historiográfica de finalidade. A questão está justamente no signo da *finalidade*. É uma relação de oposição, de condições antagônicas, porém de complementação por afirmação ou negação. Enquanto a narrativa cronista entende uma forma que seja figuração, o narrado possibilita uma afiguração, ou seja, uma imaginação. Para ser claro na objetivação da sentença, existe aqui um campo de força simbólica<sup>69</sup> (enquanto o narrador da cidade busca uma estrutura narrativa que se assemelhe a uma escrita da história). Sua idéia é representar a cidade num tempo ao qual ela não existe mais na vivência, somente na memória. Como cidadão e de ação, a partir de um conjunto de relações reguladas pela força do poder simbólico, ou político do lugar, há uma inversão, ou uma mudança de sentido na atribuição do signo objetivado. Esta idéia é pensada na questão da busca da verdade do autor, é uma *invenção da cidade*.

Na tentativa de apresentar uma realidade de um tempo que significa histórica, a da cidade, duma relação com o tempo passado e da sua experiência por meio das relações entre os seres consigo e da ocupação do território por meio da demografia, há uma criação do que esta realidade pôde ser. Na atribuição de valor dos signos para composição narrativa sobre a localidade, o cronista a funda, substitui o conjunto de objetos por conjunto de signos que produzem uma imaginação sobre esta realidade narrada; assim, a idéia que vigora é a de que o narrado é uma figuração da realidade.

Destarte, a narrativa é uma relação social na qual fundamenta uma orientação sobre a vivência, o que caracteriza uma relação entre o passado da experiência e o presente, uma projeção sobre o passado por meio do presente. A relação está no fato de que as ações do presente podem ser orientadas a partir da figuração. Trata-se de uma relação que se pretende a partir dos objetos materiais do passado que permitiram uma aproximação real entre o signo no que refere ao significante e ao significado. Neste capítulo há uma compreensão na narrativa. Enquanto relação social, a narrativa através de uma base de objetivação, prescinde de uma afiguração, o que poderia ser entendido como uma proposição não sobre o passado, sim de justificativa do presente.

Significa que a ação sobre o tempo por meio da narrativa denota uma insuficiência na objetivação, devido a uma relação intencional sobre os sentidos dos conjuntos seqüenciais dos signos, há uma ficcionalização. A realidade, na qual era pretendida pela narrativa, nos signos atribuídos como valores, sobrepõem a objetivação

---

<sup>69</sup> BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas; 1998.

resultando numa invenção de realidade. É uma realidade imaginada que não existiu enquanto relação social, mas que é presente enquanto relação textual e material.

A narrativa do autor da cidade propõe uma composição racional, estando numa perspectiva anunciada como verdadeira e comprovada (o resultado que poderia chamar de figuração é comprometida pelo fantasma da afiguração). Esta é apresentada como real por meio do texto, das obras do cronista e por meio das comprovações materiais, que são apresentadas em forma de homenagens, em ruas, praças e na bandeira. Mesmo assim, a idéia não é de entender como uma irrealidade (esta é presente e orienta os sujeitos de ação e relação social), mas uma condição de pensar como esta realidade do presente, apresentada enquanto tal comporta uma realidade das relações do tempo da experiência, uma transcendência do real e uma sobreposição da idéia de realidade. É uma tentativa de compreender o que diz Hegel quando fala de história.

Em geral o particular é muito insignificante em relação ao universal, os indivíduos são sacrificados e abandonados. A Idéia paga o tributo da existência e da transitoriedade, não de si mesmo, mas das paixões dos indivíduos<sup>70</sup>.

Aqui é uma questão de conformidade da idéia de tempo: 1.do narrado, 2.da narrativa e 3. do narrador. O elo de entendimento entre os três está no terceiro<sup>71</sup>, pois é uma questão de configuração e não de passado, presente e futuro; não se trata de uma temporalidade existencial, mas de composição da idéia de existência. Isto no primeiro momento da análise o que prepara para uma idéia de ficcionalidade. Uma perspectiva exclusivamente baseada em estrutura sincrônica desfigura as partes que atribuem sentido ao todo. Por esta razão, as partes ficam nulas e suas relações contingenciais desaparecem.

O problema numa inversão da realidade está além do pensar sobre o discurso e sua representação, mas que há uma relação entre o sistema seqüencial do nome, da nomenclatura e do nominador; daí se pode entender o sentido da significação, no que trata sobre a cidade. Para Bourdieu não é significativamente sobre a idéia das palavras e seus sentidos reais e objetivados, mas uma condição de conhecimento e reconhecimento, é uma função de força.

(...) um indivíduo, agindo em seu próprio nome ou em nome de um grupo mais ou menos importante numérica e socialmente, que transmitir a alguém o significado de que ele possui uma dada qualidade, querendo ao mesmo tempo

---

<sup>70</sup> HEGEL, F. A Razão na história; 2001: 82.

<sup>71</sup> Deve ser visto como uma posição hermenêutica.

costrar de seu interlocutor que se comporte em conformidade com a essência social que lhe é assim atribuída (...) luta propriamente política, encerram uma certa pretensão à autoridade simbólica enquanto poder socialmente reconhecido de impor uma certa visão do mundo social (...) a autoridade que funda a eficácia performativa do discurso é um percipi, um ser conhecido e reconhecido, que permite impor um perciperi, ou melhor, de se impor como se estivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum<sup>72</sup>.

O sujeito do enunciado se for autorizado para tal as palavras soam mais sobre a personalidade que propriamente na condição de argumentação; este nomeador é autoridade, o ser é a significação última. Quando há a autorização para enunciar, é criado um conjunto de ritos sobre o enunciado, ou seja, sobre o enunciador, pois ambos se fundem quando do discurso e da representação evidencia. Assim, na cidade de Barra do Garças, o enunciador pela autoridade é homenageado, e este rito fundamenta o enunciado. Toda a institucionalização dos enunciados, nas suas afirmações e nas ações dispostas sobre esta prática verificam uma imagem de validade (obras e reconhecimento). Poderia apontar uma problemática; é reconhecido porque é merecido (seria se o princípio da obra não fosse o *status*). O que tem em mente com a questão não é necessariamente a pessoa do enunciado, mas que na falta de outras formas narrativas, esta toma o lugar de a mais verídica possível. É uma relação entre a sociedade do reconhecimento (política), a forma (narrativa) e a proposição (reivindicação de narrar pela condição existencial de fazê-la).

Para Wittgenstein é uma questão de denominação, no ato de denominar a coisa, na sua classificação; esta é tomada como naturalizada, ou seja, o fato do nominador denominar uma denominação implica uma validade que retira a desconfiança.

Denominamos as coisas e podemos falar sobre elas, referir-nos a elas no discurso. Como se já fosse dado com o ato do denominar, uma coisa que significasse: “falar das coisas”<sup>73</sup>.

A seqüência das afirmações é resultante de proposições dadas pelo cronista no conjunto das obras. Como descrito no capítulo primeiro, este naturaliza as formas, as coisas que anuncia e no fato de que pode anunciar e nomear classifica, válida e autêntica, mas não na subjetividade, pois esta não entra na condição discursiva, este funda a cidade por meio de dados de validação. Esta é tida como verdade porque significa uma realidade;

---

<sup>72</sup> BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas; 1998: 82.

<sup>73</sup> WITTGENSTEIN, L.J.J. Investigações filosóficas; 1979: 20.



a questão seria conformar ou produzir proposições que tornasse comum à idéia de passado da cidade e a aceitação deste pelo presente<sup>74</sup>.

Destarte, o presente deveria ser apresentado por um passado que o autor denomina glorioso e de orgulho. Ora, quem não gostaria de receber tal caracterização! Neste meio de adequação, o que para ele (cronista) era classificado de negativo não poderia ser fruto de uma reflexão, pois não contribuía para o enobrecimento da cidade.

Procuramos não descrever o lado negativo para nos preocuparmos somente com o positivo<sup>75</sup>.

A declaração é evidente, percebe o verbo empregado *procuramos* na primeira pessoa do plural. Isto indica que não fala de sua própria iniciativa, mas a de um grupo ao qual pertence ou ao geral, retomando Hegel<sup>76</sup>. O negativo é traduzido em sua obra como o cotidiano, tomando a questão da hermenêutica de Gadamer como análise literária e exposição do campo inconsciente daquele que escreve. Na idéia modernista e positiva que ronda o pensamento do cronista e memorialista da cidade, a história deve portar de um significado da História de acordo com o capítulo anterior. A linearidade e sincronia devem ser a prática de uma escrita da história. Sua afirmação *somente com o positivo* é evidência própria da idéia de sua forma enunciativa, da busca pelo progresso e da civilidade. Tanto nas derivações verbais *procuramos* como na *preocupamos* denota a noção de buscar uma história séria e objetiva. Os verbos caracterizam uma narrativa lógica e confiável. A apropriação verbal caracteriza uma intenção narrativa que retire qualquer posição que defina a individualidade e subjetividade. Quando diz *procuramos* organiza uma idéia de seriedade documental e testemunhal que consolida a busca do enunciar. Quando diz *preocupamos* há uma nítida formulação consciente de significar, atribuir sentido ao que outrora estava submerso no esquecido ou silenciado. Enquanto o primeiro concentra-se em documentos e provas, o segundo liga-se exclusivamente ao estilo e a estética.

Uma projeção imaginativa, enquanto discurso, apropriada de seres reais e duma realidade verificável e incontestável (os documentos), daí partir para sua afiguração. A hipótese que ronda a proposição é que a narrativa sobre a cidade está mais para uma justificativa do presente enquanto ação e relação que propriamente entender como as ações

---

<sup>74</sup> Apesar das datas, passado e presente se funda na justaposição.

<sup>75</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 08.

<sup>76</sup> A fala do cronista é apresentada como se fosse da *Coisa-em-si*. HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do Espírito; 2005: 95.

e relações foram constituídas na localidade. Por isso, para entender a cidade na sua forma enunciativa é necessário que parta de uma análise da idéia de figuração presente na obra, assim, o nominador deve pertencer ao critério de verificação da nomeação.

Numa idéia de história e na busca de uma verdade sobre a cidade, o cronista faz uso de condições materiais, das testemunhas do tempo. A começar de sua condição de existir, já nas obras reivindica o direito de anunciar, pois é parte integrante da cidade, o que é reconhecido como tal.

Valeu-nos apenas a memória que num repasso, ainda guarda vivas certas datas ou nomes de participantes das histórias e alguns que, por eventualidade forem citados em fatos que lhe possam ser considerados como pejorativos (...) Evitaremos ao máximo as ficções ou romantismos sem contudo deixar de usá-los como enfeite (...) trata-se de alguns fatos verídicos, outros históricos, assistidos por alguns, outros de conhecimentos gerais, reminiscências guardadas no subconsciente com testemunhas ainda vivas<sup>77</sup>

O cronista escreve uma história da cidade através de recursos que chamou de *memória*. Resta saber que tipo de memória este evoca para descrever. Nesta obra que escrita no ano de 1980 são apresentados dados que pertencem à memória e a própria consciência histórica. Quanto à memória individual, a narração do momento que chega a cidade, o ano e a atividade que desenvolvia e sobre as festas religiosas que também ambas se confundem com a memória social. A memória coletiva é evidenciada quando faz referência a Cristino Cortes e seus feitos. Demonstra a afirmação do grupo ao qual pertencia e que possui um valor simbólico sobre a localidade. A consciência histórica está presente quando fala sobre o governo de Getúlio Vargas. De forma geral, a década de 1930, é considerada importante para Varjão nessa obra. Será nesse período que a cidade toma forma e o momento que este marca sua presença identitária no lugar. Pensando a partir de seus próprios escritos, sua presença é marcada juntamente com o início da cidade porque chega durante a *Primeira Fase*.

Quando diz *certas datas ou nomes de participantes das histórias* caracteriza a forma de como se apresenta enquanto escritor e narrador. Sua prática narrativa envolve a história subordinada à memória. A memória para o cronista e memorialista é a base central de suas afirmações, seja ela individual, social, coletiva ou histórica. O importante é a memória como base porque este se refere a um tempo de experiência de vida vivida e é cronista porque se refere a um tempo de experiência de vida experienciada e tanto uma

---

<sup>77</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 03, 07.

como outra se fundem na narrativa. A memória é o que pode legitimar o dizer verdadeiro do autor e a incontestável originalidade da presença-ausente do princípio fundador. Por essa percepção nota-se também que essa forma de conceber a memória é transferida para a forma de aceitar a história. Sua narrativa é realmente aquilo que anuncia, um conjunto de nomes e datas para determinar uma história sobre Barra do Garças.

Na forma que irá se dedicar a escrever consolida uma evidência de afirmação e negação. *Evitaremos ao máximo as ficções ou romantismos*, esta atitude é apresentada porque pretende uma escrita da história de Barra do Garças de objetividade. Sua intenção é propor uma escrita que vise à comprovação histórica dos fatos. Nessa medida, toma por base condições concretas e inegáveis; os nomes referidos e as datas consolidam essa verificação histórica. Uma maneira de retomar sua idéia de história *certas datas ou nomes*. Por esta idéia de história fundamenta sua escritura através de dados históricos. Sua narrativa não iniciou descrevendo o mito de origem; pelo contrário, tratou de classificar informações advindas da memória social, o princípio de Barra do Garças não esteve em seu espaço urbano, mas numa localidade chamada e denominada Voadeira<sup>78</sup>. Evitar a ficção e o romantismo foi uma forma de expressar seu princípio de narrativa verídica e confiável.

Em contra partida, quando diz *sem contudo deixar de usá-los como enfeite* caracteriza uma prática de escrita da história sem o uso de conceitos. Idéias ligadas a categorias de análise não estão em seus planos narrativos, não cita teoria, não usa conceito e nem usa referencial teórico. O que entusiasma sua narrativa é o emprego de signos (trazer seus significantes e significados da forma mais objetiva possível). A narrativa comporta dados históricos importantes para o entendimento de uma história de Barra do Garças. Não há exageros romancista como disse, pelo contrário a presença individual não aparece, a forma distinta é apresentada como espaço físico da cidade e de Cristino Cortes<sup>79</sup>. Condições que são puramente históricas, afastando a questão da ficção como problema a ser identificado nesta obra. Ao contrário, quando se preocupa em descrever a participação de Cristino Cortes para a formação da localidade, o faz de maneira romântica e épica. Essa

---

<sup>78</sup> A informação de Valdon Varjão é confirmada pelo arquivo de memória social, tratado no terceiro capítulo, como da memória social emprestada ( tradição oral) cedida por Joaquim Silvério de Godoi ao se referir a seu pai Benedito Vilela (...).quando esteve pela primeira vez em Barra do Garças “Ao chegar meu pai foi a beira do córrego Voadeira (hoje conhecido como córrego do monjolo- canalizado) e disse ‘este não é o Voadeira da Barra’”. Tratava-se de um não reconhecimento do lugar, isso porque o Voadeira a que se referia estava onde hoje é conhecido o povoado de Voadeira. O espaço urbano ocupado pela cidade de Barra do Garças não tinha importância no início da década de 1930.

<sup>79</sup> A noção de romantismo pode ser vista em Lefebvre quando apresenta Herder. LEFEBVRE, G. El nacimiento de la historiografía moderna; 1974: 151-155.

situação pode ser entendida como um sistema de relação próxima entre ambos. Descreve sua morte como uma tragédia na história de Barra do Garças, pois para ele esta marca o fim da tradição.

As festividades começaram a perder a originalidade depois de 1954, com o falecimento do fundador da cidade, Cel. Antonio Cristino (...) <sup>80</sup>

Aqui não se trata apenas de um lamento, mas que pela composição da cidade, das pessoas unidas, da amizade, hospitalidade e com a morte do fundador (líder), começa a haver a perda da sociedade original <sup>81</sup>. A prática de enobrecimento do fundador é a primeira observada em sua obra. Sua presença a partir de então na escrita de Valdon Varjão passa a deixar de ser puramente histórica e começa a aparecer nas obras seqüentes como mito. Nesta obra em especial, a condição histórica em prosa se sobrepõe a poética <sup>82</sup>.

Ao mencionar *trata-se de alguns fatos verídicos, outros históricos*, refere-se a duas condições que apresenta; os verídicos se manifestam por meio de dados puramente objetivos que atribuem sentido à localidade ou fatos, nomes e datas que estão ligados à memória. A memória local é fixada como o lugar da comprovação sem contestação, aquele que narra é testemunha ocular daquilo que é narrado. Quanto a dados históricos, estão ligados àquilo que está fora da localidade narrada, ou seja, de fatos externos ao lugar e que a memória local não pode capturar ou que o narrador não viveu ou dividiu. Referindo-se aos fatos verídicos, pode-se recorrer ao parágrafo anterior, e quanto aos históricos destaca o governo de Vargas como influência para Barra do Garças na década de 1930 e 1950 com a Fundação Brasil Central e com a participação na construção das pontes sobre os rios Araguaia e Garças <sup>83</sup>.

Os fatos se tornaram verídicos porque foram *assistidos por alguns* que fizeram parte dessa localidade desde seu princípio anunciado pela narrativa, relataram ou dividiram sua experiência com uma alteridade. Alguns são chamados na narrativa *outros de conhecimentos gerais* referindo aos de conhecimento comum pela memória social, coletiva ou aquilo que chamou de históricos. Pela compreensão e interpretação, esses conhecimentos gerais estão mais para sua classificação de históricos que para uma memória social ou coletiva <sup>84</sup>. De qualquer forma, no momento da escrita de uma história

---

<sup>80</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 131.

<sup>81</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 70, 71, 129.

<sup>82</sup> WHITE, H. Meta-história; 1995 e LIMA, L.C. História, ficção, literatura; 2006: 181-185.

<sup>83</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 53-56.

<sup>84</sup> GUMBRECHT, H-U.; LUSEBRINK, H-J. e REICHARDT, R. Histoire et langage; 1983: 01.

de Barra do Garças este liga a *reminiscências guardadas no subconsciente com testemunhas ainda vivas*. Em Ricoeur o termo *reminiscência* parte do grego que possui duas classificações: uma cognitiva e uma pragmática, *mneme* e *anamnesis*. Em caso específico, ao escrever Varjão a faz sob a primeira, na tentativa de identificar uma verdade original<sup>85</sup>. Esta forma original está guardada no subconsciente de testemunhas ainda vivas. Seu objetivo é transformar esta reminiscência em história; este debate é uma presença verdadeira que se consolida em forma de história. No momento da escrita o cronista anuncia que muitos ainda estão vivos, aqueles que fizeram parte de uma primeira sociedade, dos anos de 1930. Realmente estão e o capítulo terceiro irá tratar desta memória.

No mesmo tempo que o autor classifica a sua autoridade para enunciar, justifica sua posição enquanto *status* no presente. Na página de nº60 desta obra, o mesmo faz questão de enfatizá-lo através das proposições discursiva e imagética. Chega na cidade no ano de 1937, ou seja, está autorizado para falar da cidade e para reivindicar o direito para tal, devido o tempo de fixação e também por ter feito parte do grupo dos primeiros a estarem no lugar. Como na maioria, estes não existem mais; sua narrativa deve ser creditada como a verdadeira e possível.

As palavras possuem um sentido que pode ser entendido como duplo, ou sua significação está no contexto de sua proposição<sup>86</sup>, assim o cronista anuncia que para a cidade sobreviver, deve ser dado reconhecimento àqueles que fizeram parte do processo de desenvolvimento, ou do progresso da mesma.

A cidade que não pranteia aqueles que alguma coisa fizeram pelo seu progresso é uma cidade sem passado, sem memória, sem tradições e sem cultura.<sup>87</sup>

Esta proposição pode ser dada à imaginação, mas no seu contexto de significação há duas evidências claras que podem agir mais como hipóteses de entendimento que propriamente sobre afirmações acertadas. Logo após afirmar a sentença descrita em nota de rodapé, o mesmo fixa uma idéia sobre o mito de origem e no fundador. Das páginas 39 a 42 fala sobre o Cristino Cortes e das 45 a 48 sobre a garrafa de diamantes que foi enterrada na localidade, passando a ocupar um marco lendário o que perpassa as páginas 51 a 54. Na primeira idéia, pode ser que, o cronista da cidade esteja referindo-se

---

<sup>85</sup> RICOEUR, P. La mémoire, l'histoire, l'oubli; 2000: 04.

<sup>86</sup> WITTGENSTEIN, L.J.J. Investigações filosóficas; 1979:31.

<sup>87</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; S/d: 31.

que a Antonio Cristino Cortes deve ser dado o direito de atestador do nascimento da cidade, ou seja, sua personificação de proposições e afirmações deve ser reconhecida como tal. O que poderia deixar claro que a idéia de narrar não é uma condição de imposição sobre o enunciado de qualificação do enunciador. Isto se o texto não possuísse o título *Do passado ao presente*, o que denota para uma idéia de que este é parte da importância da cidade, e lhe cabe o direito de nomear. A isto seria a segunda evidência, pois a partir das páginas 103 o autor da narrativa o classifica no âmbito desta questão de qualificação e valorização. O cronista se intitula como merecedor de participação do progresso da cidade e de ser reverenciado por isso. Tratou de enfatizar sua primeira administração em 1976. Entre as páginas 143 e 149, o cronista estabelece uma finalidade de sua obra por reportar a cidade por meio de poemas, nos quais buscam reforçar um passado comum e ímpar. Nestes, re-significa a significação feita em páginas anteriores, descreve a questão da pedra Arraya, como sendo um marco que dá ao lugar um sentido de mistério e de misticismo, algo que surge já das riquezas.

A lenda da “Pedra Arraya”/ Não deve viver apagada, / Precisa ser divulgada/ A quem aqui vem viver;/ É uma história fascinante/ Do litro de diamantes/ Que ainda estamos por ver<sup>88</sup>.

Esta parte compõe sua forma poética de observar a cidade. A *pedra arraya*, como composição mítica da localidade de Barra do Garças. Mesmo não apresentando o lugar ou de onde esse mito parte, se apropriou dele e o anunciou como se fizesse parte da formação da cidade. Para estar presente na memória, *não deve viver apagada*. A presença do mito fundador é uma espécie de fascinação a quem vive ou passa a viver na localidade. A questão da garrafa de diamantes apresenta uma idéia de prosperidade (o litro de diamantes *que ainda estamos por ver*). Mesmo referindo-se a um tempo passado, a preocupação do narrador está no futuro. É um sistema paradoxal, o passado é o enfoque, para que não seja esquecido, mas o futuro é o interessante. A poesia é apresentada como preocupada com o fim<sup>89</sup>. A presença do diamante na idéia geral de formação da cidade de Barra do Garças é tão presente que pode ser vista primariamente por aqueles que pelo centro da cidade estão passando. Sua presença consciente já está presente num inconsciente social. A finalidade da escrita é produzir uma sociedade conformada, porque uma narrativa como esta busca exclusivamente as semelhanças (em caso especial, do grupo

---

<sup>88</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; s/d: 143.

<sup>89</sup> LIMA, L.C. História, ficção, literatura; 2006: 182.

coletivo que predominava a partir da década de 1930). Essa sociedade aparece na escrita do cronista e memorialista como um fenômeno a ser entendido a partir de uma (re)construção.

Por meio do progresso de que tanto fala o cronista, a cidade deve ser compreendida também através dos incentivos fiscais, ou seja, da colonização sulista com a Coopercana, que segundo ele, faz parte incondicional do progresso da cidade.

Ser barra-garcense “bacana”/ É andar com muita grana, / Nos bancos se endividar;/plantando arroz e feijão./ Tendo o crédito na mão/ com vida de invejar<sup>90</sup>.

Em verso, apresenta o que havia feito em prosa. Em decorrência do sucesso adquirido pela exploração de diamantes, Barra do Garças chama cada vez mais a atenção de pessoas de todos os lugares do Brasil. Neste momento, o escritor está tratando sobre a década de 1970 com a chegada dos sulistas para a região a fim de movimentar a agricultura de *arroz e feijão*. Momento este que a cidade já se apresentava como lugar de meio urbano definido, com bens e serviços. A presença de bancos na localidade demonstra essa realidade vivida pelos barra-garcenses. O termo *bacana* poderia ser vertido para *de fato*. Sendo assim, um legítimo barra-garcense era aquele que primava para o futuro e desenvolvimento, andar com *muita grana*. O fato é que, na ocasião quem investia nessa possibilidade eram aqueles que faziam parte do grupo de Norberto Schwantes, ou seja, aqueles que deslocaram do Rio Grande do Sul para adentrar essas terras desconhecidas. Em seu livro de memória, a chegada em Barra do Garças não foi algo premeditado e planejado, pelo contrário, era uma exigência do governo para que pudessem receber a verba necessário para o plantio<sup>91</sup>.

Esta é uma primeira condição de ser o *barra-garcense* do cronista, pois ainda há uma outra condição que pode ser de oposição ou de antagonismo da primeira, mas não sua negação (sim retificação) o que remete para a formação da cidade.

Ser barra-garcense de outrora/ Não é ter vindo agora, / Depois da cidade crescida;/ É ter garimpado na praia,/ Na beira do Araguaia/ Fazendo sua comida<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> VARJAO, V. Barra do Garças s/d: 145.

<sup>91</sup> SCHWANTES, N. Uma cruz em terra nova; 1989: 88,89.

<sup>92</sup> VARJAO, V. Barra do Garças s/d: 145.

Em oposição à agricultura, a sociedade original surgiu com o garimpeiro. Na expressão *ser barra-garcense de outrora* demonstra essa idéia do original. Ao mesmo tempo, essa afirmação se torna intituladora do grupo de pessoas que viveram no lugar a partir dos anos de 1920. Mesmo tornando-se um barra-garcense, os que chegaram de fora, deveriam entender e perceber uma formação original para a localidade e seus habitantes. Mesmo empregando em seu livro *Barra do Garças no Passado* o reconhecimento de que havia uma outra localidade mais em evidência que Barra do Garças durante a década de 1930, em seu verso trata de centralizar a cidade ao meio urbano. Quando diz *é ter garimpado na praia* está evidenciando uma prática de localização da memória coletiva. Mesmo neste deslocamento, isso não retirou a visão mágica e romântica para a formação da sociedade.

Para finalizar, como na práxis da narrativa fundante da cidade e de sua caracterização, fala sobre sua geografia.

Barra, hospitaleira terra de “Simião Arraya”/ Rutilante, queimada de Sol, que a  
seca não flagela/ Abrigo lembrado de quem como retirante sacia,/ Tens rios,  
tens montanhas que embelezam tua aquarela<sup>93</sup>.

Barra do Garças é sinônimo de *completo*. Nas narrativas em verso o cronista poeta vislumbra e explicita a forma que imagina ser para a simetria da cidade. Contrariando a característica própria do Nordeste, Barra do Garças não seca, pelo contrário é o lugar onde o retirante se sacia. Esta parte pode ser entendida como se estivesse se referindo a seus companheiros ou condescendentes, aqueles que migraram e que sofreram muito para atingir as localidades na beira do rio Araguaia. É uma visão contemplativa, há presente uma *aura* que distancia na proximidade e se aproxima pela distância<sup>94</sup>. Uma verdadeira obra de arte a escrita em verso do épico Valdon Varjão. Sua epopéia imagina uma cidade ideal, mas não futura, no balanço entre seu passado-presente-futuro; essa é sua presença.

Ao contrário das obras anteriores observadas, esta apresenta uma espécie de visão generalizante. Não há contexto histórico, enquanto nas outras duas primeiras analisadas havia uma preocupação com a estética histórica e com a verdade, nesta há um inverso. Mesmo parecendo distante, em Costa Lima tanto na poesia como na história a

---

<sup>93</sup> VARJÃO, V. Barra do Garças s/d: 149.

<sup>94</sup> BENJAMIN, W. A obra de arte; 1980: 9,13.



*mimese* é o lugar de concentração. Em todo geral há uma particularização<sup>95</sup>. A verdade da história particular apresentada na escrita do cronista e memorialista é reproduzida na idéia geral da escrita em verso. A forma escrita da narração em verso ou em prosa buscou consolidar uma cidade que não possui nada em comum com o contigencial ou com o diacrônico. Esta escrita já possui um fim em si, buscar as semelhanças e validá-las através da escrita.

As proposições acima não são uma verificação hipotética, mas o que é dado a ler pelo texto, das seqüências nominais feitas pelo cronista. Há algo a ser dito, o fato é que no enquadramento narrativo dessa obra, o cronista da cidade tenta classificar o que é considerado como progresso e bem como seus participantes. No parágrafo acima, há um segmento quanto ao núcleo de todo o capítulo, devido sua vertente estar numa base onde pode ser trabalhada pela perspectiva histórica da consideração sobre a cidade, bem como da proposição imaginativa sobre dados históricos. Na relação entre realidade objetivada e realidade apresentada há uma distância chamada de retrodicção. A seqüência propositiva do cronista da cidade é uma tentativa de elucidar ou de clarificar sobre como pensar historicamente a cidade. Entre a idéia por meio da imaginação histórica e a idéia por uma imaginação sobre dados históricos há uma evidência, a memória da cidade. Para entender sobre a cidade de Barra do Garças, é necessário ao analista ou intérprete das obras observar as possibilidades que são classificadas pelas retrodicções enquadradas pelo autor. Assim como para, quando não se consegue fundamentar ou enquadrar uma realidade sensível a ciência recorre a filosofia, assim, na narrativa sobre a localidade, quando esta realidade de apreensão fica sob anacronismos, há uma imaginação sobre seus dados. Assim, pode ser conseguida uma narrativa sincrônica. A palavra realidade perde seu referente ou significante; este a desloca; há uma transcendência entre uma objetiva e uma imaginativa. Não há um centro de pensamento. Este jogo de palavras que pode ser identificado na obra do cronista é evidente na medida que é detectada uma narrativa dos dados de objetos e de uma narrativa sobre estes dados, dum cruzamento entre o que significa e sua significação, por isso uma circularidade no conceito de realidade.

Esta idéia de realidade que é tratada aqui não significa uma que seja plausível de verificação por todos os que pesquisarem sobre a cidade de Barra do Garças. Não significa uma projeção racional a ponto de encontrá-la na sua forma objetiva e lógica. Mas trata de uma realidade que é pensada a partir de quando refere ao texto do cronista,

---

<sup>95</sup> LIMA, L.C. História, ficção, literatura; 2006: 184.

objetivação e significação. Quando trata da relação cruzada entre o texto apresentado na sua pretensão de figuração com as práticas das relações sociais (de objetos), na sua materialidade que são percebidos por meio dos cruzamentos das próprias relações ou das manifestações inconscientes dos sujeitos de ação (por meio de panfletagem, jornais, fotografias, discursos, cartas e outros). São considerados inconscientes por não haver uma racionalidade finalista sobre o pensar hoje, por meio das informações confeccionadas, para um pensar futuro sobre o presente, que será passado. Não existe uma base como *a priori* objetiva, mas objetivações acerca dos objetos de relação, por isso, as fundamentações são necessárias quando se trata de significar os signos como substitutos dum conjunto de objetos, chamados de realidade sensível ou da vida prática.

### **Realidade como problema da noção de tempo sobre a localidade**

A questão da realidade está diretamente ligada à noção sobre o tempo. Quando Ricoeur<sup>96</sup> se referiu ao tempo, este o fez a partir de Santo Agostinho. Santo Agostinho se expressou em relação ao tempo por dizer que se ninguém lhe perguntasse sobre o tempo, teria conhecimento sobre ele, mas se fosse responder a quem lhe perguntasse, já não o saberia. Para Wittgenstein, trata-se de uma questão relacionada a existência da reflexão.

*Quid est ergo tempus? Si nemo ex quaerat scio; si quaerenti explicare velim, nescio.*” Isto não se poderia dizer de uma questão das ciências naturais (por exemplo, a questão do peso específico do hidrogênio). Aquilo que se sabe quando ninguém nos interroga, mas que não se sabe mais quando devemos explicar, é algo sobre o que se deve refletir. (E evidentemente algo sobre o que, por alguma razão, dificilmente se reflete.)<sup>97</sup>.

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explica-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? *E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? (...) O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei.*<sup>98</sup>.

Na posição de Wittgenstein, um problema indefinido como este sobre o tempo não poderia aparecer nas ciências da natureza. Desta forma este classifica que de algum modo é porque não ocorreu ainda um processo de reflexão sobre a problemática. Pensando cientificamente sobre um assunto, uma resposta como esta não poderia ocorrer sendo que

---

<sup>96</sup> RICOEUR, P. Tempo e narrativa I; 1994.

<sup>97</sup> WITTGENSTEIN, L.J.J. Investigações filosóficas; 1979: 49.

<sup>98</sup> SANTO AGOSTINHO. Livro XI: o homem e o tempo; 1980: 217, 218.

em ciência busca-se a comprovação e a precisão das informações. Em outras palavras, quanto à idéia de tempo devia-se aplicar o sistema de racionalização sobre o tempo.

Por que esta proposição? Isto porque para entender a problemática sobre a cidade e sobre as seqüências estabelecidas pelo próprio cronista da cidade, é de fundamental importância pensar sobre o tempo. Não numa compreensão da física, mas numa relação entre a experiência e a idéia de tempo, passado, presente e futuro. São pensados como materialidade, o que significa que o presente é muito citado nas obras do cronista da cidade, isto significa suas proposições sobre os títulos de sua obra como *do passado ao presente, um pouco de sua história, janela do tempo, homenagem ao passado, Barra do Garças no passado, migalhas de sua história e fatos do passado*<sup>99</sup>. Então, na relação do tempo nas obras do cronista estão numa projeção de cubos, o tempo presente é o marcado pela terceira fase que descreve como os ciclos da cidade e o passado, um histórico, a partir de 1924 e um mítico, a partir do séc. XVII, com as bandeiras. Mas o que quer significar sobre a questão do tempo é o fator primordial, o passado não existe mais, sua capacidade de lembrar é diferente da relação de re-lembrar, o que pretende é desconsiderar qualquer fator subjetivo da narrativa do cronista. O tempo que reivindica está como uma tábua rasa na mente do narrador, é uma comprovação e para ter acesso a este tempo que deve ser de referência para a cidade, deve-se recorrer a seu portador legal, ou às suas narrativas por meio de palestras dadas e registradas em gravadores ou fitas de vídeo, ou por meio de suas obras escritas e perpetuadas como legítimas.

É um direito natural, não pode ser pensado como uma questão de projeção presente sobre um tempo específico que convencionou chamar de passado. O signo *passado* já é usado para um fim, o que denota uma longitude no tempo onde o tempo presente não conseguiria alcançar a não ser por meio de sua base material, ou de sua testemunha, o cronista. Quando se trata de tempo, seu significado para a localidade é de contextualização, pois está mais para remeter a um outro signo que o de compreensão das proposições temporais, que é o de *progresso*. Assim, a idéia de tempo é associada ao progresso, algo que possui um princípio, que o autor tenta em todas as obras classificar, um tempo que ficou no passado; sua narrativa é uma saudação a ele, como disse Bourdieu, no direito de reivindicar, os sujeitos justificam-se a partir de seu tempo. Assim, o que passou era sempre melhor que o hoje, e os de hoje, no futuro próximo que será presente, irá se justificar por meio do passado que agora é presente. O tempo, ao mesmo tempo que é uma

---

<sup>99</sup> Essas discussões com maior ênfase e dedicação.

projeção significativa na obra do autor é também nulo, isto no trato pela reflexão. A ausência da reflexão sobre as relações sociais dos homens no tempo da ação, da experiência ou da vida prática, não deixa ou não atribui ao autor a qualidade de proposições de temporalidades. Sua primazia está em descrever uma realidade, e sempre se projetar sobre e a partir dela. A idéia de projeção que é atribuída ao autor, não é a de se promover, por meio de uma idéia de banalização, mas que por fazer parte de uma trajetória que é histórica somada a vida pública torna-se uma legitimidade autorizada.

Realidade como noção de tempo, ou o tempo como noção de realidade é um jogo de palavras que apenas seriam seqüências se não existisse uma teleologia para isso, significa que este jogo induz a uma condição de reflexão, qual sentido? O de que a realidade que é tida pelo autor das narrativas é comprovada por dois signos básicos, o de *presença* e de *verdade*. O primeiro determina sua participação efetiva nos acontecimentos da localidade e o segundo por meio da palavra dada pelo cronista como atestação e por meio de registros oficiais. Mas o que significaria se ao invés de ser pronúncias do cronista da cidade, fossem de um sujeito que vivesse no mundo sublunar da cidade, ou seja, na periferia, que vivesse nos bares do lugar? Teriam o mesmo valor? Mesmo que alguém o pudesse dar crédito por um motivo ou outro, suas palavras de verdade e presença não seriam o bastante. Isto quer dizer que além dos signos propositados pelos portadores, estes devem ser *reconhecidos*, o que poderia ser chamado de autoridade, então, na seqüência de afirmações os signos possuem um valor que seja como a matemática dos números<sup>100</sup>. Para o cronista os termos *presença* e *verdade* são creditados mais por sua autoridade e reconhecimento. Mas para o segundo essa *presença* e *verdade* passariam a ser consideradas como meia presença e meia verdade, pois haveria uma dúvida sobre isto, o que significa a falta de autoridade e reconhecimento; a isso é chamado de campo de força<sup>101</sup>. Mas uma pura e simples comparação entre um e outro não significa uma elucidação, mas uma especulação vulgar filosófica. O que se quer é compreender a sistêmica da verdade e presença do autor; por isso, a questão entre realidade e tempo. A distinção entre o primeiro e o segundo está no emprego das palavras. Os signos possuem uma relação social mais que um significado fixo independente. Assim, poderia fazer uma apropriação pelo

---

<sup>100</sup> Uma conseqüência dessas verdades por autoridades provoca a cristalização de tais, que resulta na aceitação sem a reflexão há apenas a aceitação. RÜSEN, J. Razão histórica; 2001.

<sup>101</sup> BOURDIEU, P. A economia das trocas lingüísticas; 1998 e BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004.

(...) conjunto de gestos lingüísticos convergentes, cada um dos quais definido mais por um valor de emprego do que por uma significação<sup>102</sup>.

Esta é uma boa afirmação para tentar entender as palavras do escritor memorialista Valdon Varjão. Quando escreve o faz com a idéia de consolidar a história da cidade. Somente uma escrita fundamenta uma história verídica e confiável (há de se observar o próprio signo de *história*). Ao mesmo momento que o escritor (cronista) atribui à história um sentido de verdade, enquanto escritor (memorialista) apresenta a história por meio de reminiscência. Pela crônica somente pode existir uma história que se resume a dados observáveis e comprovados, para isso cita leis normativas e documentos. Seu *logos* está sob fatos e datas. Pela memória, sua reivindicação de verdade está ligada a prática da memória. Sua idéia é (re)presentar pela mimética, ou seja, pela cópia perfeita de um tempo no qual não está mais presente. De acordo com as outras proposições apresentadas neste trabalho, a influência da épica faz com que esta prática mimética retire as noções de cotidiano e diacronia; há uma busca permanente das semelhanças. Quanto ao conceito de história na obra do autor deve-se observar o sentido que apresenta em cada obra a idéia máxima de história. Entender seus enunciados e uma análise de suas proposições nos textos possibilita perceber seus valores de emprego e de sua significação. Tomando a apresentação de Maffesoli e Canclini o processo de significação e (re)significação é contínuo e permanente; nesse sentido, a prática de emprego lingüístico em Valdon Varjão já traz uma significação e uma (re)significação<sup>103</sup>.

Na relação entre tempo e realidade (isto se é possível falar numa realidade por idéia uniforme) sedimenta a atribuição de uma outra palavra, uma que ultrapassa os escritos do cronista, por ser uma condição de interpretação, mas que é significada como forma nos escritos; trata-se da configuração. O signo apresenta uma estrutura de significante (a localidade enquanto real e concreta) e um significado (enquanto sentido da realidade do concreto), para esta segunda aproximar ao conceito de Weber sobre o sentido de valor<sup>104</sup>. Assim, pode-se entender a realidade da localidade a partir de uma proposição sobre ela, então o significante somente existe devido à existência do significado, ou seja, o texto e narrativas de memória. É um sistema de valoração de um sistema de proposição em detrimento de outro, é um jogo dos jogos de seqüências.

---

<sup>102</sup> MERLEAU-PONTY, M. Textos sobre linguagem; 1980: 132.

<sup>103</sup> CANCLINI, N. Culturas híbridas; 2006 e MAFFESOLI, M. No fundo das aparências; 1999: 301-349.

<sup>104</sup> COHN, G. Weber; 1997, WEBER, M. Économie et société; 1971 e FONTES, V. Fontes. História e Modelos; 1997.

Quanto para realidade e tempo, pode-se exemplificar por fazer uso do que o cronista chama de ciclos da história da cidade. São as chamadas fases da história local. A primeira começa nos anos 1924-1942, a Garimpeira; a segunda de 1943-1964, Fundação Brasil Central; a terceira de 1965-1973, a Agropecuária e incentivos fiscais e a última, uma quarta, a partir de 1974, a chamada contemporânea, dos gaúchos e agricultura. Ora, estas são condições materiais dadas pelo tempo da vivência, isto significa que é uma realidade, aconteceu, além de haver nos registros do cronista ainda há memórias e crônicas de outros lugares que atestam, há jornais, fotografias e testemunhas. Assim, são comprovações de base concreta e real.

A chamada para a atenção é o fato de que não se trata de realidade concreta e objetiva, mas de indícios de uma realidade que ocorreu nos seus processos e acontecimentos; por isso, é chamada de configuração. Mas ainda não se trata apenas pensar por essa simples noção de configuração, mas que significa essa expressão sobre a cidade de Barra do Garças. Se foi uma realidade e que é comprovada pelo tempo da cronologia, assim, resta meditar não na sua condição existencial, mas na forma de existência que é atribuída pela narrativa que existe. Por isso, chama-se tempo; aí este termo toma um outro significado para que haja o entender, o que ele (cronista) queria significar quando sobre ele (tempo) era tratado na narrativa. Tem-se uma idéia de dois tempos diferentes, o tempo da narração<sup>105</sup> e a narrativa do tempo<sup>106</sup>. Por meio desta prática poder-se-ia captar a idéia de expectativa dada pelo autor e da forma derivada da expectativa, a narrativa<sup>107</sup>.

Numa determinação, o exemplo envolve a noção de realidade e de tempo, não numa condição ambivalente, mas ambígua. A realidade é subjetivada e relativizada por causa do tempo da narrativa e ao mesmo tempo, o tempo é subjetivado e relativizado por causa da idéia de realidade da configuração. Eis a questão do tempo e da realidade, na narrativa do autor. A cidade é configurada numa idéia de real. Sabe-se que ocorreram os objetos descritos, mas o que se pergunta é: a configuração preserva uma coerência entre os objetos e a objetivação? Com base numa orientação teórica<sup>108</sup>, a idéia de história vista sob a pretensão de ciclos, é uma visão mítica e que, por sua vez, retira o caráter de objetividade da consideração do que seria real. Quando pensar a história com uma base na antropologia<sup>109</sup>, a idéia de ciclo significa uma forma de ruptura, o que existia é modificado

---

<sup>105</sup> Que implica uma compreensão da metafísica e da psicologia.

<sup>106</sup> Na sua base de astronômico, mecânico e biológico.

<sup>107</sup> SANTO AGOSTINHO. Livro XI: o homem e o tempo; 1980: 228, 229.

<sup>108</sup> FINLEY, M. Uso e abuso da história; 1989.

<sup>109</sup> POLANYI, K. A grande transformação; 1980.

e transformado para uma nova etapa, seu uso entra em desuso, seria uma idéia de progresso. Caberia uma pergunta, mas quando a Fundação Brasil Central chegou em Aragarças, a idéia seria retirar os homens do trabalho de garimpagem ou seria a Fundação o marco do término do garimpo nos rios Araguaia e Garças? Caberia afirmar que havia uma transcendência das fases em si? Ou seja, a segunda existiu na primeira a segunda na quarta, ou ambas em todas? Houvera as fases ou foram formas adaptativas e criadas na narrativa como classificação por convenção (arbitrária)?

O tempo e a realidade ultrapassam medidas de enquadramentos, mesmo que não seja possível encontrar uma essencial na linguagem, os signos são falhos em si, mas no conjunto das proposições denotam uma capacidade de entender as significações. São dois signos que possuem uma falta de centro, no caso de Barra do Garças. A própria narrativa não possuía a pretensão de tratar dos signos por meio de conceitos. A proposta do cronista é necessariamente a de relatar um momento histórico. Não cabe a pergunta sobre a verdade da narrativa, mas como uma relação sincrônica projetada a diacrônica da e na narrativa, as relações que são desenvolvidas por esses indícios da própria materialidade dos acontecimentos relacionais, há de pensar sobre uma condição de realidade e tempo.

De início, o ponto de vista “subjetivo” envolve o ponto de vista “objetivo”. A sincronia envolve a diacronia<sup>110</sup>

Tratando de linguagem, este é o centro para pensar Barra do Garças na sua aparição na narrativa. A relação diacrônica está presente na escritura sobre a cidade. O ponto de vista subjetivo é aquele que o autor se comporta com humildade frente a todas as indagações teóricas e filosóficas sobre uma forma ou outra de escrita da história. Momento que afirma não fazer uso de teorias literárias em nome de uma memória individual e dividida pelo simples e puro relato de fatos e acontecimentos é o seu espaço da subjetividade. A presença do autor da escritura é evidenciada por ele mesmo que tenta, por estas palavras, relativizar e particularizar seu enunciado. Na leitura, por uma busca da atribuição de sentido pela significação e aplicações lingüística é notório seu objetivo. Esse objetivo na obra do escritor não é representado na idéia de uma finalidade concentrada na narrativa, sua perspectiva é estrutural. A escrita está centrada no emprego específico de signos, é intencionada uma representação da coisa ausente pelo significante e significado. O significante da coisa narrada está ligado a uma ausência da presença. Há toda uma busca

---

<sup>110</sup> MERLEAU-PONTY, M. Textos sobre linguagem; 1980: 131.

do original, do próprio e mais ainda, do necessário. A escrita objetiva a composição de um significante inquestionável pela presença de uma historicização. Pelo contrário, o significante é estático e não pode mudar. O significante possui na escritura do cronista o sentido da *mneme* ou a imitação do passado.

Enquanto o significante é apresentado pela narrativa do cronista como algo que está fora da narrativa, ou seja, que sua presença independe da vontade de narrar ou da configuração, o significado concentra-se na narrativa. Apesar de aparecer em sua narrativa a palavra reminiscência, no seu emprego, quer denotar uma imitação. Pela *aura* esta realidade no mesmo tempo que está presente é ausente, se distancia pela aproximação e se aproxima pelo distanciamento. Uma dialética se apresenta na escrita do autor quando há uma união na apreciação de suas obras. O significado da obra é notado pela escrita. A narrativa pode apresentá-lo de forma justificada, mas somente a escrita sanciona uma história pela memória. O significado coloca em ordem o tempo histórico. Enquanto o significante temporalmente está no passado o significado está no presente. Este sentido de compreensão sobre significante e significado é que justifica a escrita. Sua presença é a forma de caracterizar a história da cidade pelo uso dos signos.

A presença de uma escrita da história de Barra do Garças pela prática narrativa de Valdon Varjão, não significa que o mesmo pretendeu aplicar uma apresentação conceitual de suas aplicações. Sua compreensão da cidade não envolvia pensar sobre o processo diacrônico. Mesmo assim, na prática narrativa de sincronia a diacronia apresenta-se. Essa apresentação não é de forma voluntária porque conscientemente o escritor pretendia evitar qualquer indício de descontinuidade. A questão está na prática hermenêutica sobre a narrativa. Os preconceitos que se apresentaram para entender a escritura do cronista e memorialista identificara pontos miméticos e de imaginação. Um conceito não pôde ser encontrado na narrativa de Valdon Varjão porque justamente este não apresentava intenção na teoria ou na própria reflexão sobre o tempo. A escrita concentrou sobre a relação de verso e prosa a partir do épico.

Na localidade, a incompreensão do tempo é sustentada pela irreflexão sobre as práticas desenvolvidas pelos sujeitos na localidade. A narrativa é tomada de consciência sobre um conjunto de práticas desenvolvidas, que ao configurá-las, o sujeito deve empreender em evidenciar o cotidiano e a própria parte da reflexão sobre as condições possíveis da narrativa acerca do narrado e do que pretende narrar. Uma idéia de realidade é sempre aqui tratada por meio dum conceito de relação, que reflete sobre as práticas dos sujeitos mesmo que estes não tenham a consciência de que há de narrar. É uma condição



de prefiguração. A evidência da narrativa está na quantidade de obras publicadas. Estas dão base para um vasto processo de reflexão, e é compreendido que para realidade e tempo são manifestas inúmeras noções. A noção de tempo do autor está mais voltada para uma forma psicológica, quando tenta descrever as festas da cidade, o estilo denota que este faz mais uso de sua memória individual que de outra coisa. Em certas obras, a idéia de tempo perpassa a uma condição biológica e mecânica, mas em outras, já é percebida uma noção de tempo onde não se percebe o próprio tempo; sua análise fica impossibilitada, pois a duração parece não existir. E para cada situação apresentada, é também uma idéia diferente de realidade. A inexistência do tempo nas obras do cronista é entendida quando o autor passa duma narrativa temporal (acontecimental), para um relato de romance quando não apresenta nenhum indício empírico ou de trato com dados histórico<sup>111</sup>.

Mesmo que existam acepções diferentes de realidades, para o trabalho de intérprete é de ser considerada duas bases como princípio de realidade. Na primeira, o cronista elabora uma realidade por meio de seu texto, aqueles que a recebem; acreditam que é a realidade do tempo descrito; e uma segunda, da idéia de realidade projetada pelo próprio cronista, ou seja, da intenção. O ideal de tempo do cronista é caracterizar o passado de forma *justa* para que o presente perceba sua necessidade. Todas as vezes que faz uma introdução às suas obras, onde pretende fundamentar os escritos que o leitor terá de perceber, justifica sempre por meio de memória, fatos e testemunhas. São remições do passado, o presente existe, mas somente compreendido se pensar o passado como extinto. Medir o tempo fica sob a responsabilidade de uma condição biológica. É uma idéia de valor, é passado pela narrativa, um sentimento de perda. Tomando em consideração o que disse Santo Agostinho, o tempo é sempre presente<sup>112</sup>, passado e futuro sempre dimanam daquilo que é presente.

Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três, presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras<sup>113</sup>.

A forma metafísica na qual Santo Agostinho apresenta a noção do tempo pode ser aplicada de maneira semelhante na escrita de uma história de Barra do Garças em Valdon Varjão. O tempo na escrita se apresenta num eterno partir. O presente é compreendido por idéia de progresso, assim, futurista. O passado não se fixa propriamente

---

<sup>111</sup>VARJAO, V. Epopéia dos sertões; 1993: 71-74.

<sup>112</sup> SANTO AGOSTINHO. Confissões XI: o homem e o tempo; 1980:216.

<sup>113</sup> SANTO AGOSTINHO. Confissões XI: o homem e o tempo; 1980: 222.

em si, mas o presente é a finalidade do passado. Mesmo instituindo uma formação épica para a cidade, esse passado somente pode ser entendido porque o presente necessitou de uma presença do passado na forma que se apresentou. O presente, pela construção de um passado, não se limita por esta prática construída (o ideal está no futuro). O futuro está em usufruir da *garrafa de diamantes* que ainda não fora encontrada pelos pioneiros da cidade. Essa ambigüidade entre passado-presente-futuro na obra do escritor Valdon Varjão é uma apresentação de uma trans-história. A naturalização dos fatos e simetria de como estes são apresentados na narrativa identifica o ideal da sua escritura *histórica*. Nesta problemática insuficiente enquanto argumentação pode ser compreendida se apresentar a obra do narrador sob o signo da imaginação.

### **Realidade e imaginação**

O real para o cronista está ligado por uma veia que conduz uma representação que seja contínua. Esta realidade fica sob a presença do presente. Se a narrativa produzida é para satisfazer uma finalidade, isto denota que inconscientemente a narrativa não pertence ao passado descrito, afirmado e reconhecido, mas que toda projeção parte do presente<sup>114</sup>. Esse presente é o que denota o momento racional de medir as ações dos homens e mulheres da localidade. Assim, uma hipótese é que nada poderia ser escrito fora da narrativa. A imaginação é produzida na narrativa<sup>115</sup> por meio do que não pudesse ser narrado, ou seja, dos silêncios da narrativa que ao mesmo tempo é uma esquematização sem conceito<sup>116</sup>. Uma forma de esquema sem conceito, ou que esteja fora da reflexão, é o fator básico de quando o cronista tenta buscar um mito original que está fora da noção de memória, apropriação de relatórios sobre as bandeiras, ou duma memória histórica que não pertence à localidade, mas que pela imaginação consegue anexar a compreensão sobre a cidade.

Em 1667 os bandeirantes Campos Bicudo (Pai Pira) e seu filho, Antonio Pires de Campos, tiveram um encontro com outros bandeirantes, Bartolomeu Bueno seu filho Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera) no local por eles descrito e procurado mais tarde como a lendária “Serra dos Martírios” ou “Minas dos Araés” (...) A passagem do roteiro indicava Porto Grande ex. Registro do

---

<sup>114</sup> Toda construção é presente. Este é um fim em si.

<sup>115</sup> Como já referido no capítulo anterior, a imaginação pode ser vista como dúbil, há uma de produção individual, da liberdade pura de especulação subjetiva e uma imaginação, que é a tentativa do historiador, por base em dados materiais de viver no próprio espírito, por isso um re-presentar. COLLINGWOOD, R. A idéia de história; 1972.

<sup>116</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005:19.

Araguaia, denominado “Caminho Geral dos Bandeirantes” ou “Estrada Geral do Sertão”<sup>117</sup>.

Em momento algum o cronista de Barra do Garças se referiu a cidade ao proferir esta afirmação. Não há registro em suas palavras que possa ligar a fala a Barra do Garças. Mesmo não o fazendo, sua intenção última foi de provocar uma sensação que a cidade tinha diretamente vínculo com o movimento bandeirante em si. Mesmo não havendo a cidade durante o séc.XVII, os bandeirantes foram tomados na narrativa como fazendo parte dessa aparição, ou seja, sem as bandeiras dificilmente se encontraria presente Barra do Garças. Um movimento audacioso produziu uma cidade audaciosa e para frente.

Como as palavras de Valdson Varjão nesse momento soam como crônica, há também outros escritos cronistas que podem ajudar a lidar com uma situação como esta dos bandeirantes e sua relação com a cidade de Barra do Garças. Essa mesma passagem é encontrada nos escritos de Alencastre. Este cronista desenvolveu suas narrativas a partir dos escritos de Silva e Souza chegado na Capitania de Goiás no ano de 1790 aos vinte e seis anos de idade. Durante o séc.XIX, Alencastre foi aceito no IHGB, no ano de 1863 apresentou sua obra sobre *Anais da Província de Goiás*, na qual fazia apologia a Luiz Antônio da Silva e Souza. Em suas considerações,

A Província de Goiás considera-o como seu natural, e lá homem algum deixou, baixando sepultura, mais pungente saudade, memória mais venerada<sup>118</sup>.

Nos escritos de Silva e Souza que estão presentes na obra de Alencastre e reapresentadas por Teles são apresentadas algumas noções que envolvem a questão anunciada por Valdson Varjão.

Mesmo não explicitando sua intenção, quando anuncia o escrito, o faz como uma necessidade para entender o *a priori* de Barra do Garças. Numa observação puramente informativa do enunciado, em Alencastre a informação quanto ao encontro das duas bandeiras é confirmada. Melhor dizendo, o cronista de Barra do Garças fez uso de informações existentes nos *Anais da Província de Goiás* para fundamentar sua escritura. Nas obras de Bertran, Teles, Alencastre e Americano do Brasil são encontradas informações a respeito das bandeiras em Goiás através dos escritos originais de Silva e Souza e José Ribeiro da Fonseca apresentados em forma de textos durante os séc. XVIII e

---

<sup>117</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 1985: 27.

<sup>118</sup> TELES, J.M. Vida e obra de Silva e Souza; 1998: 17.

XIX. Quanto aos comentários obtidos pela questão das bandeiras de forma geral, são extraídas de Holanda<sup>119</sup>, Coutinho, Southey, e historiográficas como Freitas, Goes Filho, Wegner, Monteiro e Galletti. Estes são alguns nomes que proporcionaram a pensar sobre a afirmação de Varjão quanto ao movimento bandeirante e sua relação com Barra do Garças.

As bandeiras foram em seu princípio movimentos que buscavam ou pretendiam a captura de índios e não a busca de ouro<sup>120</sup>.

(...) seguido de um filho do mesmo nome, de idade de doze anos (que veio a ser o descobridor d'esta capitania), e outros aggregados, chegou pouco mais ou menos em 1682 ao domicilio do pacifico gentio Goya, que agora habitamos (...) reconheceu a riqueza do logar vendo folhetos de ouro bruto pendentos ao collo das Indias: e com esta certeza, confirmando de algumas indagações, regressou ao seu paiz natal, seguindo da numerosa presa que tinha feito, a utilizar-se do fructo dos seus trabalhos<sup>121</sup>.

A idéia central de que Bartolomeu Bueno da Silva esteve em terras goiana durante o séc. XVII era exclusivamente a fim de capturar índios e leva-los para São Paulo. Sua utilidade seria para o trabalho braçal, cada índio custava um quinto do valor de um escravo africano.

O momento da escrita cronista de Varjão compreende uma forma de enunciação comprovada. As bandeiras são comprovações das verdades anunciadas. As bandeiras do séc.XVII consolidam-se pelo fator apresador, o que não caracteriza a presença de interesses econômicos envolvidos, mas a questão estava nos interesses oficiais da Coroa. Na obra de Varjão, a Mina de Araés e Martírios possuem um mesmo correspondente, porém para Southey esta passagem denota uma distinção mais cautelosa. Em seus escritos caracteriza a partir de uma fonte incerta, assim refere-se ao próprio Martírios, um lugar não mais encontrado ou ao próprio Xingu<sup>122</sup>. Os dados sobre as bandeiras que seguiram para Goiás e Mato Grosso são insuficientes e imprecisas; há poucos documentos sobre as bandeiras<sup>123</sup>. Por fazerem parte dela os mamelucos e índios, a historiografia brasileira não dava atenção para esse movimento. Varnhagem, como primeiro historiador do Brasil segundo Francisco Iglesias, não deu nenhuma atenção para os cidadãos comuns, mestiços ou índios, sua preocupação centrou-se exclusivamente sobre a política<sup>124</sup>.

---

<sup>119</sup> Considerado o primeiro historiador da História cultural no Brasil. MELO E SOUZA, L.de. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial; 2003: 24.

<sup>120</sup> ABREU, C. de. Capítulos de história colonial; 1976: 99.

<sup>121</sup> TELES, J.M. Vida e obra de Silva e Souza: 1998: 74.

<sup>122</sup> SOUTHEY, R. História do Brasil; 1977; 1981: 173,174.

<sup>123</sup> AMERICANO DO BRASIL, A. Súmula de história de Goiás; 1982: 26.

<sup>124</sup> GOES FILHO, S.S. Navegantes, bandeirantes, diplomatas; 1999: 103.

Os Martírios é um problema histórico ligado aos mitos<sup>125</sup>. Segundo a escritura cronista, Pires de Campos foi quem havia visto esta localidade quando navegava com seu pai.

Por esta época já circulava entre os sertanistas uma nova figuração do velho mito do Eldorado: uma serra dourada, avistada uma vez e para sempre perdida no mais recôndito dos sertões do oeste. Chamaram-na dos *Martírios* porque, *por obra da natureza*, conforme versão do sertanista Antônio Pires de Campos, apresentava *umas semelhanças da Coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo*. Seu relato sugere a visão de paredões de cristais, onde o sol se refletia iluminando a mata, por ela serpenteando um rio, em cujo leito rebrilhavam pepitas de ouro em grande profusão. Pires de Campos teria catorze anos de idade, quando teria avistado, pela primeira e última vez, a Serra dos Martírios. Acompanhava uma bandeira chefiada por seu pai, o sertanista Manuel de Campos Bicudo. Realizada por volta de 1670, a bandeira varara a região entre os rios Cuiabá e Paranatinga, em busca de índios para aprisionar. Nesse trajeto, os sertanistas teriam avistado a serra fantástica e armado pouso nas margens do rio que lhe corria aos pés. Ali, lembrava-se Pires de Campos de ter brincado com os preciosos granetes amarelos, aos quais só viria a dar importância passados muitos anos, quando foram descobertas as Minas Gerais e o ouro passou a ser valorizado<sup>126</sup>

Entendendo a questão, Varjão escreve logo após fazer a menção sobre os Araés e os Martírios, a sentença: *a passagem do roteiro indicava Porto Grande ex. Registro do Araguaia, denominado “Caminho Geral dos Bandeirantes” ou “Estrada Geral do Sertão*. Em contra-partida, quando está analisando o livro de memória de Antonio Pires de Campos<sup>127</sup>, essa passagem não se refere a um lugar descrito Porto Grande titulado ex. Registro do Araguaia. A bandeira localizava-se entre os rios Cuiabá e Paranatinga.

O problema dos Martírios é próprio para pensar sobre o imaginário. As referências obtidas nos documentos sobre as bandeiras são vagas e imprecisas. Na leitura de um, provoca o abandono de outro ou na confrontação de idéias e pareceres distintos. Na relação de seus cruzamentos é possível uma imaginação (histórica) sobre seus dados e a tentativa de uma representação. Como posto no terceiro capítulo desta dissertação, a migração para um lugar como Barra do Garças é característico a partir de um imaginário social. Da mesma forma, a mina dos Martírios provocou um imaginário social de migrações. Os princípios de Mato Grosso e Cuiabá estão centrados na construção mítica. Mesmo sob esta questão, a referência para Barra do Garças desse processo bandeirante é

---

<sup>125</sup> Capistrano de Abreu se refere aos Martírios como lugar ainda para ser descoberto devido a tamanha imprecisão de seus dados. ABREU, C. de. Capítulos de história colonial; 1976: 143.

<sup>126</sup> GALLETI, L. Nos confins da civilização; 2000: 52, 53 (tese doutorado).

<sup>127</sup> TAUNAY, A. de E. Relatos sertanistas; 1981.

uma arbitrariedade produzindo um fator a-histórico. Essa realidade descrita pelo cronista da cidade de Barra do Garças não pertence à localidade.

Na obra de Silva e Souza essa aparição se faz de forma um tanto diferente da composta anteriormente,

Consta por tradição antiga que Manoel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso d'este lucro chegou até o logar dos famigerados Araés d'esta capitania, a que depois o gentio Goya, habitante no logar da maior riqueza, fez dar o nome, que ainda conserva, de Goyaz (...) Outros se empregaram no mesmo exercício, tendo em vista menos descobrir o terreno e contemplar as suas maravilhas (...)<sup>128</sup>.

Com a afirmação de um escritor cronista do séc. XIX aproxima-se das idéias de Valdon Varjão. Nesse sentido poderia apresentar sua narrativa como verídica ou como princípio de verdade. Poderia, se na escrita de Silva e Souza não apresentasse uma questão semelhante à de Varjão. Silva e Souza deixa claro antes de escrever que se tratava de uma *tradição*<sup>129</sup>. Não instituiu uma verdade, assim como Varjão em algumas obras declara fazer uso de reminiscências, o que não ocorre com esta em especial. Sua idéia é apresentar uma história para Barra do Garças e faz uma dedicatória aos *pioneiros bandeirantes*. Silva e Souza concentrou-se em dados que poderia comprovar, reproduziu uma mensagem que já perdurava também sobre o imaginário daqueles migrantes que se dirigiam para Goiás já no séc. XVIII. Esse imaginário foi o que moveu os migrantes a procurarem a capitania de Goiás a fim de encontrarem as lendárias riquezas. Um indício é visto como importante: o Araés foi substituído por Goya. Há uma transcendência no ser da coisa. Ou seja, uma aplicação própria para a localidade de Goiás.

No caso da escrita de Valdon Varjão (nesta obra em análise) o mesmo faz apologia aos pioneiros e aos bandeirantes. Neste sentido, a utilização de Bartolomeu Bueno da Silva não foi de mera estética, mas desempenhou um passado próprio a fim de justificar a presença da cidade de Barra do Garças e estabelecer a relação entre ambos. Os bandeirantes estenderam desde o séc.XVII até meados do XX com a migração dos nordestinos para Barra do Garças. Logo após falar do Anhanguera e sua bravura o aproxima na figura de Cristino Cortes e à formação da cidade.

---

<sup>128</sup> TELES, J.M. Vida e obra de SILVA e Souza; 1998: 73.

<sup>129</sup> No final de seu texto *O descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz* declara ter tido apenas dois meses para pesquisar sobre o assunto e que sobre os documentos lidos e vistos também havia entrado informações de viajantes. TELES, J.M. Vida e obra de Silva e Souza; 1998: 138.

Ainda foi posto pelo cronista da cidade que havia um *Caminho Geral dos Bandeirantes ou Estrada Geral do Sertão*. Essa fala se referiu ao primeiro Anhanguera, quando seu filho pôs-se pelo caminho que trariam de volta a Goiás; ficou perdido por três anos<sup>130</sup>. A certeza que é passada pelo cronista é contrária às escrituras cronistas sobre a Capitania de Goiás do séc.XIX. A posição efetiva de que Registro do Araguaia era conhecido assim como às águas do rio Araguaia torna-se duvidosa a cada momento que aprofunda um contato com tais narrativas. O interesse do cronista Varjão não é saber as questões que envolvem tais afirmações; pelo contrário, produzir uma escritura que justifique sua história de Barra do Garças fazendo uso de documentos como forma de confiabilidade.

A forma adotada pelo cronista da cidade, Valdon Varjão, decreta uma condição imaginativa sobre uma realidade. Mesmo buscando uma questão ligada ao fator histórico, se funda sobre condição que nas outras crônicas aparecem de forma contestadas, uns sobre os outros e mítica. Concentra mais uma vez a questão direta sobre a aparição da cidade de Barra do Garças durante o início do séc.XX. Sua lendária história da garrafa cheia de diamantes também toma uma outra condição mítica, sobre o problema da Serra dos Martírios, da Lagoa de Paraupava, dos Araés e do S.S.Arraya<sup>131</sup>.

Apesar de uma figura histórica, Bartolomeu Bueno da Silva é apresentado para Barra do Garças de forma mítica. Nas palavras de José Ribeiro da Fonseca<sup>132</sup> o Anhanguera (filho) esteve perdido por essas terras por aproximadamente três anos. Essa condição impossibilita afirmar sobre os lugares que ele esteve presente ou tenha passado. Diante os relatórios de viagens e crônicas, alguns nomes foram mantidos como ponto de indicação. Sendo que, nenhum refere-se a localidade de Registro do Araguaia ou *Caminho Geral dos Bandeirantes ou Estrada Geral do Sertão*. Caso o cronista tenha usado de uma fonte nova que atribui significado para as partes descritas em suas obras, somente este as conhece. Nenhum cronista, nem mesmo Silva e Souza faz menção dessa passagem. O nome por ele utilizado é o de *Araés d'esta capitania*, mesmo assim, atribui sentido a ela como localizada nas proximidades dos rios Claro e Vermelho, ou seja, sua existência estava ligada a Capitania de Goiás.

---

<sup>130</sup> BERTRAN, P. Notícia geral da capitania de Goiás; 1997: 47, 48.

<sup>131</sup> ABREU, C.de.Capítulos de história colonial; 1976; TAUNAY, A. de E. História das bandeiras paulistas; 1975; SOUTHEY, R. História do Brasil.; 1965; BERTRAN, P. Notícia geral da capitania de goiás; 1997; TELES, J.M. Vida e obra de Silva e Souza; 1998; ALENCASTRE, J.M.P. Anais da província de goiás; 1863; AMERICANO DO BRASIL, A. Súmula de história de Goiás; 1982.

<sup>132</sup> BERTRAN, P. Notícias geral da capitania de Goiás; 1997: 48.

Consta por tradição antiga que Manoel Corrêa foi o primeiro, que ambicioso d'este lucro chegou até o lugar dos famigerados Araés d'esta capitania, a que depois o gentio Goyá, habitante no lugar da maior riqueza, fez dar o nome, que ainda conserva, de Goyaz (...)<sup>133</sup>.

As minas dos Araés já eram descritas desde o séc.XVIII, em Silva e Souza estas minas encontravam-se na Capitania de Goiás. O nome não permaneceu *Capitania dos Araés* porque os goyazes conquistaram a região, devido a isso, preservou o nome destes últimos. Assim como Varjão, Silvas e Souza parte de uma *tradição antiga*, aqui verteria para tradição oral. A informação apresentada não partiu de nenhuma fonte escrita, mas daquilo que se ouviu dizer.

Quando se propôs a desbravar os caminhos percorridos pelo seu pai, Bartolomeu Bueno filho somente o fez porque haviam descoberto as minas de Cuiabá e Mato Grosso. Acreditou ser capaz de recompor todo o caminho e o fez durante o ano de 1722.

(...) entraram pelo sertão em dias depois da Paschoa; e não tendo outra bússola que a sua vida e a eminencia dos montes, estando de alguma sorte apagadas as idéias que tinha adquirido do paiz, vagando por uma e outra parte em dilatado gyro, depois da incommoda marcha de muito tempo chegou e a sua comitiva ao ribeirão que se chama hoje de Meia-Ponte, nas visinhanças do arraial do Bomfim: d'aqui procurou a Bocaina velha, da parte de Anicuns, onde seu pai tinha feito roça, e demorando-se algum tempo a plantar, continuou depois a examinar a campanha visinha, que é vasta; mas perdendo o norte, voltejando não muito longe do lugar que demandava, foi ter perdido a um rio, que chamou de Pilões, ou por fabricarem aqui os seus companheiros estes instrumentos para facilitarem a sua grosseira sustentação, ou por se acharem ainda hoje no Rio Claro algumas pedras côncavas com a mesma configuração<sup>134</sup>.

Percebendo as condições que se encontravam, seu cunhado João Leite da Silva Hortiz, promoveu uma desordem por tentar instalar-se no local descoberto. Sua idéia partiu da realidade que vivia. O chefe da expedição Bartolomeu Bueno estava perdido. Por esta situação, a comitiva de Bartolomeu Bueno foi se desfazendo e não lhe restava outra alternativa: retornou a São Paulo<sup>135</sup>. O lugar descrito por Valdon Varjão como mina dos Araés é uma dialética. Devido à tradição vigente, esse fato foi mitificado. Para Varjão essa realidade do descobrimento dos Araés produziu uma relação direta com a formação da cidade de Barra do Garças. Na obra de Silva e Souza, esta está ligada a consolidação da

---

<sup>133</sup> TELES, J.M. Vida e obra de SILVA e SOUZA; 1998: 73.

<sup>134</sup> TELES, J.M. Vida e obra de SILVA e SOUZA; 1998: 75.

<sup>135</sup> TELES, J.M. Vida e obra de SILVA e SOUZA; 1998: 76.



Capitania de Goiás. Nos escritos de Southey há uma maior indefinição, pois poderia ser pertencente ao Xingu ou as Minas dos Martírios<sup>136</sup>.

A condição de uma escrita mítica poderia ser pensada tanto para cronista como para historiador. Não se trata da narrativa, mas da forma utilizada como meio de comprovação. Segundo Merleau-Ponty esta condição de pensar as formas originais no tempo é uma questão descrita por Husserl como hipócrita,

(...) o poder esquecer as origens e dar ao passado não uma sobrevivência que seria a forma hipócrita do olvido, mas uma nova vida que é a forma nobre da memória<sup>137</sup>.

A que Merleau-Ponty se referia? Tratava-se de um silêncio. O mundo singular e seu tempo não poderiam ser necessariamente transmitidos unicamente pelos signos. Há o universo daquilo que sobrevive ao tempo ou a morte das testemunhas de um tempo. Em caso especial, refere às pinturas. Essas expressões pintadas nas cavernas da pré-história deram sentido e forma de existência para um tempo específico. A memória não se limita a apenas gestos descritos ou reescritos, falados ou narrados. Há uma forma de cultura material que imputa uma (re)construção de uma ausência presente. As condições do silêncio auxiliam no entendimento de uma temporalidade singular. Em caso especial, Barra do Garças está sob esta imputação: ser compreendida através de sua composição configurativa e, se possível, através de sua prefiguração. Suas obras de artes podem ser percebidas por meio dos registros familiares, que não intencionaram a finalidade que agora cabe a estas. São os registros de fotografias de um tempo. Este silêncio que Merleau-Ponty manifesta pela obra de arte pode ser vertido para a localidade como os silêncios daqueles que não podem participar da narrativa vigente do lugar.

Uma anexação à forma narrativa para a localidade que não seja da memória social ou coletiva, ou que seja duma condição comparada e cruzada entre o local a uma condição de consciência histórica, produz uma narrativa que sustenta o não real. Na narrativa local, a memória histórica dum tempo é apropriada sem a reflexão que, por isso, dá a entender no presente que a cidade já possuía suas bases num processo que não tinha nada de comum com a cidade de Barra do Garças. A narrativa sem problemática produziu uma configuração que não pode ser sustentada para fundamentar uma escrita sobre o lugar, trata-se duma *comunidade imaginada*. A imaginação é algo que pode denotar uma

---

<sup>136</sup> Em Southey o nome que aparece é *Aracis*. SOUTEHEY, R. História do Brasil vol. ; 1981: 174.

<sup>137</sup> MERLEAU-PONTY, M. Textos sobre linguagem; 1980: 156.

realidade, sustentar um conjunto de possibilidades lidas por meio de discurso e transmitidas como condições reais de relações. Esta é pensada por meio da verbalização. O poder do verbo é entendido por Platão como sistema que preserva uma homogeneidade no imaginário, ou seja, produz um imaginário social, mesmo que o imaginário não parta do social, seria a legitimação de hierarquias sociais rigorosamente definidas. Para Maquiavel, governar é fazer crer, é uma relação íntima entre poder e imaginário<sup>138</sup>. O imaginário legitima e mobiliza um pensamento que determina uma prática social.

(...) o dispositivo imaginário suscita a adesão a um sistema de valores e intervém eficazmente nos processos da sua interiorização pelos indivíduos, modelando os comportamentos, capturando as energias e, em caso de necessidade, arrastando os indivíduos para uma ação comum<sup>139</sup>.

O que pode ser entendido na questão de elaboração de um imaginário sobre o social, ou seja, o poder de produção de imaginário, reflete diretamente sobre a memória coletiva do lugar. Trata de pensar a memória coletiva como fruto direto da representação sobre a localidade. Os escritos sobre a localidade não são diretamente a memória coletiva, mas que há uma intervenção sobre a memória coletiva por meio do imaginário individual que através do poder simbólico constitui uma realidade que é a da representação, ou seja, esta possui maior poder que propriamente os acontecimentos.

Uma das funções dos imaginários sociais consiste na organização e controle do tempo colectivo no plano simbólico. Esses imaginários intervém activamente na memória colectiva, para a qual, como dissemos, os acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram<sup>140</sup>.

Poderia reproduzir a idéia de Certeau, ou seja, o imaginário é fruto da representação sobre os acontecimentos por não haver a consciência do momento das práticas ou das ações do sujeitos produtores. O imaginário social da cidade é voltado para uma idéia de realidade que funda sobre um discurso imaginário do cronista utilizando-se do conjunto de acontecimentos sendo refletidos numa *cultura material* da cidade. Os sujeitos da ação local não podem reivindicar o lugar da escrita devido esta já existir em forma de história. É dado ao cronista o direito de enunciar a cidade por meio de uma configuração que julga ser a ideal, ou a mais plausível possível. É um jogo de palavras e de

---

<sup>138</sup> BACZO, B. Imaginação social; 1996:300, 301.

<sup>139</sup> BACZO, B. Imaginação social; 1996:311.

<sup>140</sup> BACZO, B. Imaginação social; 1996: 312.

atribuição de sentido por meio da força simbólica. Ainda há uma outra condição sobre a localidade, a transferência da tradição oral para a escrita. No mito de Platão, a escrita surge como dádiva dos deuses, mas como quesito, a memória deixaria de existir enquanto forma originária. A escrita seleciona e racionaliza os meios de que pode haver ou não um conjunto de afirmações<sup>141</sup>.

A sociedade local é dividida por meio da memória registrada, que é a oficial, a que encontra em livros ou na reprodução dos escritos do livro; a isto já implicaria a questão do imaginário social e uma memória oral, que é deixada no silêncio<sup>142</sup>, ou classificada como indigna por causa do sistema de valoração atribuído como referencial. Assim, o imaginário individual é constituído e passado para o social na forma relacional entre texto e reconhecimento. Não se trata de um crime cometido pelo cronista ou atribuir um sentido de maldade a este escritor, o que se requer é perceber a prática narrativa apresentada por este como forma ideal de cidade. Como a pesquisa refere a maneira de atribuir sentido, esse silêncio existe como resultado da dialética entre a memória social e a memória coletiva da localidade.

Na cidade a realidade lida com um princípio que seria a memória individual, ou seja, a tentativa de fazer ver. Na disposição relacional entre os conjuntos dos acontecimentos e a narrativa sobre os acontecimentos gera a configuração. É uma produção racional sobre a localidade descrita por meio das crônicas. Assim, na constituição imaginativa da localidade existem duas oposições, uma que é a de denotar o real dos fatos, como descrito nas obras e uma que é literalmente a inserção dos fatos num conjunto de narrativas onde não há uma distinção entre as composições romanceadas e ficcionadas e os fatos. A idéia é registrar que nas narrativas do cronista da cidade de Barra do Garças existe condições reais, de percepção, que o real, da imaginação de narrar não se torna real, por meio da narrativa, devido à imaginação subjetiva.

Destarte, a narrativa local é fruto da constituição imaginária do sujeito da narração. A proposição entre narrar e apresentar dispensa do narrador a condição básica de compreender o conjunto dos conceitos existentes que foram formulados previamente como categorias de análise para entender e identificar uma condição real e possibilitar racionalizar as condições possíveis da narrativa historiográfica. Na tentativa de conseguir uma narrativa possível, o cronista da cidade descreve uma porção de acontecimentos que poderiam ser caracterizados de maneiras: a) uso da memória histórica, b) da memória

---

<sup>141</sup> BACZO, B. Imaginação social; 1996: 313.

<sup>142</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio; 1989.

coletiva, c) da memória individual e d).este como ponto da máxima sobre a localidade, onde todas as três anteriores se confundem, na imaginação.

a) O narrador possui uma estratégia de narrar, que é a de fazer uso de uma documentação na qual não possui ligação com a cidade de Barra do Garças; isto implica tanto numa condição cronológica como na possibilidade da relação social. Essa condição foi detida sobre a questão das bandeiras.

b) Na localidade, o cronista, por meio da experiência ou tempo de existência, faz uso de uma memória emprestada, que seria a de pessoas que estiveram na cidade ou que participaram na sua formação enquanto lugar de ocupação de transformação. Ou seja, são pessoas que no tempo biológico já não existem mais, que por isso, na narrativa são fixadas as memórias e referências de justificativa do grupo de pertencimento. É uma cronologia de fatos e duma possibilidade de realidade. Refere-se a essa forma de memória emprestada dizendo apenas em suas notas aos leitores. Como prática cronista não as apresenta.

c) O momento que marca a elaboração, e a presença específica da memória individual do autor, é quando passa por uma narrativa a tentativa de descrição das festas religiosas da localidade. Por considerá-las muito importante para a localidade, o autor das crônicas tenta ser o mais fiel possível como modo de preservação. Isso porque essa memória está diretamente ligada à pessoa que reverenciava muito, Antonio Cristino Cortes.

d) O ponto de intersecção entre os três primeiros deve ser necessariamente classificado como imaginação. O cronista somente poderia conseguir fazer uma coerência entre possibilidades tão diversas por fazer uso do estilo de conformar; seria uma aplicação vulgar do método silogístico. As narrativas deveriam comportar uma condição que pudesse fazer uma aparição mítica da cidade, onde sua origem daria um fundo de originalidade e de enobrecimento, dum respeito que o próprio cronista possui pelo fundador da cidade. Mas uma narrativa deve satisfazer aos interesses locais; assim, a narrativa versou sobre a justificativa finalista do grupo a que pertence o cronista; daí convencionou chamar de memória coletiva, mesmo que esta esteja sobre a condição individualizada e este como representante dela. A memória individual entraria como comprovação, veracidade e verdade das anúncios sobre a localidade.

O que poderia ser chamado de realidade por relações deve ser considerado como uma possibilidade de realidade discursiva que reflete sobre as relações por criar um imaginário social na sociedade do presente. É uma condição distinta e de oposição se for pensar sobre realidade.

### **Prática discursiva como indicação historiográfica**

Para Derrida, o conteúdo é essencialmente a energia do sentido<sup>143</sup>. Sobre a localidade Varjão possui uma condição narrativa de produzir o sentido da cidade por meio da atribuição de valores para determinações fenomenológicas<sup>144</sup> o que implica na elaboração eficiente do real; é uma relação dos jogos de linguagem. Poderia referir a atribuição de sentido como resultante da tentativa de configurar uma realidade. O projeto de historiografia do cronista da cidade é tratado como uma questão que Derrida classifica por ausência.

Só a ausência pura- não a ausência disto ou daquilo- mas ausência de tudo em que se anuncia toda a presença- pode inspirar, ou por outras palavras trabalhar, e depois fazer trabalhar<sup>145</sup>.

A narrativa do autor pretende um recuperar o tempo ausente, mas na tentativa sem a problematização específica do objeto de estudo produz uma ausência sobre a ausência do lugar, sendo ou não intencional; a isso, há uma reprodução ou criação local de seus mitos originários. Nessa idéia, poderia então afirmar que parte da obra do escritor da localidade é uma pura relação entre texto e linguagem, ou seja, sua compreensão fica ligada a um princípio para o estudo do imaginário devido à ausência disto ou daquilo. Em Merleau-Ponty essa condição aparece como uso. Os signos não possuem um sentido próprio, pelo contrário é uma questão de uso e atribuição<sup>146</sup>.

Na relação entre o originário e os mitos de originalidade há uma ligação ao imaginário social. O que trata de pensar não é aquele criado pelo autor na narrativa, mas o que perpetuava sobre o tempo da prática do autor da narrativa. Pode-se pensar como um imaginário sobre a localidade que é transferida para uma narrativa posterior. O imaginário

---

<sup>143</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005:15.

<sup>144</sup> É pensado como proposições articuladas que sustentam uma idéia de realidade, isto por meio da prática discursiva ou da imaginação.

<sup>145</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005: 20.

<sup>146</sup> MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Linguagem; 1980: 132.

é transmitido como forma e estrutura real, a narrativa é reivindicada como sendo uma condição histórica e não como uma parte dos mitos locais. Na realidade, a sua narrativa sobre a localidade é um convite para a desconstrução, ou seja, o cronista da cidade pretende narrar sobre a cidade, mesmo fazendo uso do termo história, não se preocupa com as fundamentações que implicam sobre essa questão. Assim, o intérprete é que deve dispor de mecanismos capacitados de meditar a condição de representação sobre a localidade. Fazendo uso de Derrida, no que há de pensar a representação, para ele sua base centra-se na ausência quando, mais do que nunca, a idéia é apresentar uma forma original à localidade.

(...) se representação quer dizer superfície exposta de um espetáculo oferecido a curiosos (...) a não-representação é portanto representação originária. O regresso à representação originária implica portanto não só mas principalmente que o teatro ou a vida deixem de “representar” uma outra linguagem, deixem de derivar de uma outra arte, por exemplo da literatura, mesmo que ela seja poética<sup>147</sup>.

A representação se fixa sobre as ausências. A não representação como representação originária resulta da falta de centro que os signos possuem. Mesmo parecendo uma radicalização falar numa ausência da representação como sendo a forma mais original possível. Há de perceber em Derrida a inconsistência sobre a pretensão de capturar a realidade a partir de signos e conceitos. Pelo contrário, quanto mais se apresenta através da escrita, mais distante da realidade se torna. Essa citação possui uso exclusivamente para perceber uma relação hermenêutica entre autor-linguagem-sentido. Esse filósofo possui sentido nessa discussão para caracterizar a fragilidade que denota uma escrita e da relativização de pensamentos voltados para questão de verdade e realidade no texto. A menção sobre a imaginação individual projetada sobre a social é uma forma expressa pelo cronista e memorialista da cidade.

Para a narrativa local, o ideal é apresentar uma realidade que pudesse ser original sobre o lugar, mas na narrativa do memorialista há uma intervenção da crônica e da imaginação, ou do romance sobre a localidade. Por isso, as afirmações são pensadas sobre o critério da oposição, a afirmação é tanto afirmação como negação na obra. Esta idéia somente pode ser percebida se o intérprete pretender entender os lugares específicos das proposições e das seqüências.

---

<sup>147</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005: 157, 158.

A idéia de representação é peculiar na medida que o autor tenta descrever ou valorizar um certo sistema de relações. O cronista da cidade possui com clareza a influência do garimpo na constituição e formação da localidade, o que há de reconhecer. O garimpo possuiu uma influência forte na localidade, isto pode ser observado não apenas nos registros do cronista, tanto jornais paulistas como historiadores goianos, reconheceram, a partir de suas pesquisas, tal fator. Mas, ao mesmo tempo, o estilo de enquadrar o fenômeno na narrativa é que gera uma distinção base, por isso, que a pretensão historiográfica fica sob suspeita devido à forma.

O garimpo não pode ser classificado como a primeira fase da história de Barra do Garças, essa relação de fases não existe na compreensão histórica. Deveria ser pensada como um lugar que *é fruto* do garimpo e que devido o tempo da experiência e das necessidades locais, não poderia ser mais sustentada por uma idéia de forasteiros. A relação social passa a ocupar um outro sistema de carência orientacional do agir humano. O garimpo não pode ser considerado a primeira base de economia da cidade porque a idéia de cidade não havia e nem muito menos as pessoas que garimpavam no lugar<sup>148</sup> possuíam tal preocupação. Uma relação de significado e importância existe quando a base da Fundação Brasil Central chega do lado de Goiás e daí, a idéia de favorecer uma pequena elite da localidade, provocando a transferência da prefeitura para Barra do Garças (Barra Cuiabana). A distinção é o fato de atribuir a Fundação Brasil Central, na narrativa do cronista como extensão ou consequência do garimpo, pelo contrário, são duas perspectivas totalmente diferentes: uma de subsistência e outra de desenvolvimento do centro do Brasil, uma política populista<sup>149</sup>. Mas na prática da repetição gera um imaginário de que a realidade da localidade é a de que as fases de Barra do Garças foram indispensáveis para o desenvolvimento.

A repetição resume a negatividade, recolhe e guarda o presente passado como verdade, como idealidade. O verdadeira é sempre o que se deixa repetir<sup>150</sup>.

Para Derrida, a repetição é a retirada do centro, mas uma repetição é apenas possível com o uso do signo; assim, toda escritura é uma repetição descentrada. Em Varjão essa repetição é apresentada de maneira própria. Sua narrativa envolve condição histórica

---

<sup>148</sup> Neste sentido a localidade deixa de ser uma generalidade e passa para uma geografia específica, que é a barra do rio garça e Araguaia.

<sup>149</sup> Preocupação que é alvo desde o Brasil Império.

<sup>150</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005: 171.

que não pertence à localidade, porém, no trato das repetições essa condição histórica passou a ser legitimada e tomada como sendo pertencente a localidade. O *produtor de memória* pratica a retórica a fim de convencer seu leitor.

O mito é descrito por Derrida como o lugar mais próximo da origem, ou seja, a tentativa de encontrar um centro verdadeiro funda o mito da origem. Na escritura da localidade, o mito é centrado para fundamentar a localidade originária; por isso, a idéia de absoluto fica sobre o discurso mítico.

Não há unidade ou origem absoluta do mito. O foco ou a fonte são sempre sombras ou virtualidades inapreensíveis, inatualizáveis e em primeiro lugar inexistentes. Tudo começa com a estrutura, a configuração ou a relação. O discurso sobre esta estrutura a-cêntrica que é o mito não pode ele próprio ter sujeito e centro absolutos (...) Fenômeno imaginário implicado pelo esforço de interpretação, o seu papel é dar uma forma sintética ao mito, e impedir que ele se dilua na confusão dos contrários<sup>151</sup>.

O garimpo é o primeiro, ou seja, é o princípio social. Pela narrativa a verdade irá criar um centro para que não haja uma distinção ou negação. A estrutura romanceada vigora na medida que valoriza os garimpeiros, ou seja, atribui sentido à prática do garimpo<sup>152</sup>. O cronista os chama de *aqueles que enriqueceram a pátria*, por serem de *maior honestidade e de confiança*, por isso são *homens de valor, feliz e de esperança ilimitada*. Na localidade, os homens de valores são os *baianos, maranhenses (nordestinos), mineiros e mato-grossenses*. Estes dados relevantes e de valor para o cronista determina a forma de sociedade que surgiria como cidade de Barra do Garças, o que a tornaria uma cidade hospitaleira desde o início e ordeira desde a fundação<sup>153</sup>.

A produção de pretensão historiográfica do cronista é de importância para pensar a cidade porque disponibiliza uma função de configuração que permite fazer uma leitura sobre o lugar. A produção de escritura é uma forma de medir ou de atribuir sentido e valor, por isso, na narrativa local são identificados fundamentos para o estudo do histórico e do imaginário sobre e da localidade. Seria de insensatez não reconhecer o trabalho do cronista. O esforço de configurar requer tempo e dedicação por parte daquele

---

<sup>151</sup> DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2005: 241.

<sup>152</sup> Numa análise textual, o garimpo poderia ter sido base de constituição da cidade a partir do ano de 1924, mas quando a frente política da localidade desenvolve um mecanismo que pudesse favorecer a interesses de cunho político-econômico, ministram uma idéia que seria de interesse duma maioria de trabalhadores e de prática do interior, criar a sociedade garimpeira entre Antonio Cristino Cortes, Zeca Costa e Antonio Paulo da Costa Bilego no ano de 1942. VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980, VARJAO, V. Barra do Garças do passado ao presente; 1992 e VARJAO, V. Garimpeiros; 1987.

<sup>153</sup> VARJAO, V. Epopéia dos sertões; 1993:47-67, 221.



que se dispõe a narrar sobre a sua localidade. Destarte, na produção de uma obra, por mais que seja na sua simplificação ou nos seus exageros, é de notar as significações atribuídas e/ou ler uma realidade possível, na prática e no discurso. O diálogo com o autor das narrativas da localidade de Barra do Garças somente é possível devido a sua abertura para o mesmo. Uma obra quando publicada já não pertence mais ao seu autor, mas sim ao seu público leitor e apreciador do narrado<sup>154</sup>.

Estes dois primeiros capítulos formam uma tentativa de dialogar com o autor da localidade, da sua contribuição para o entendimento das práticas e relações sociais do lugar. As obras são como um conjunto de índices, ou seja, atribui sentido apresentando possibilidades de e para a pesquisa histórica. Mas, de acordo com as fontes, ainda não há uma história de Barra do Garças, ou seja, seria ilícito dizer que há uma obra de história sobre a cidade. Estes escritos são apenas prerrogativas para uma futura obra ou tentativa de produzir uma história da cidade. Para tal empreitada será necessário um conjunto de indícios e testemunhos que suportem uma pretensão historiográfica. De acordo com Marc Bloch, sendo a matéria prima da história, a memória, deve ser configurada por memorialista e cronistas que dedicam seu tempo para pensar e narrar a sociedade onde vivem. Suas narrativas são indispensáveis para quem quer produzir *história local*.

Na tentativa de produção historiográfica que busca uma relação de discussão entre o cronista e a pretensão que possui sobre história é que esta dissertação aproxima e distancia das seqüências afirmativas sobre a localidade. O cronista, na capacidade específica de produzir uma construção narrativa, vislumbra uma noção de narrar pela idéia de historiografia e configura numa idéia de positividade, ou seja, de um eufemismo sobre o lugar. Por fazer parte duma idéia que é a de idealizar uma localidade para o progresso e como tentativa de justificar um tempo, a narrativa pela pretensão historiográfica entra num estado de distinção. Seria o que Derrida afirma ser não a presença ou ausência, como binarismo ou pura oposição, mas duma relação que não possa ser nem uma nem outra, é um centro sempre revisto e que a repetição se torna sempre re-classificada.

A narrativa local vislumbra uma relação direta com a construção do mito da origem, e essa tentativa é racional, pois sua configuração foi premeditada. O mito, o histórico e a imaginação se confundem na enunciação sobre a cidade. Destarte, cabe a uma escrita da história detida por um rigor metodológico, mas não por buscar verdade ou mentira, o que resultaria numa construção nova de mitos, antes é perceber qual a finalidade

---

<sup>154</sup> O domínio público não significa apropriar-se de forma leviana ou parcial da proposta de escrita. É uma função eminentemente hermenêutica.

da estratégia discursiva do cronista quando enuncia duma ou de outra forma a cidade. Isto significa que a discussão resulta a partir de um conjunto de enunciados, ou conforme Dosse ao considerar Foucault, não passa duma prática discursiva. Pelo contrário, esta posição assume a idéia de signo como forma de ser preservada e meditada nas atribuições de seus usos, por determinações significativas e de sentido. Fazer uma história do conceito por perceber a historicidade do uso e o tempo da análise e aplicação sobre a experiência do homem na vida prática, levando em consideração Koselleck.

A idéia de história da cidade funda uma imagem do tempo que pode ser entendido sob os três signos ditos acima, do mítico, do histórico e do imaginário, este último como determinante sobre os dois primeiros. Fazendo uma análise de Castoriades, Habermas percebe que o imaginário define o estilo de vida duma sociedade, o que poderia entender porque há uma tentativa quase que exaustiva, na idéia do cronista, de instituir uma identidade originária para os moradores da localidade<sup>155</sup>. Este institucionalizar o saber é um poder conquistado e reconhecido. A escritura instituiu uma realidade de que passou a aderirem os meios de massificação social; a isso, é tido um imaginário sobre a cidade que advém da leitura feita pelo cronista sobre a realidade possível do local. A implicação é forte a ponto de que os outros narradores da localidade, também cronistas, não questionam sobre a idéia de pensar o início da cidade; antes, buscam reafirmar a idéia de um mito originário<sup>156</sup>. Assim, a *história* da cidade fica sob um critério de análise que seja necessário entender sobre a cristalização das verdades e de seu mito fundador, ou seja, uma análise da obra e do autor<sup>157</sup>. A produção de sentido local é possibilitada por meio da narrativa que liga a estrutura narrativa do cronista; por este motivo é que pensar a cidade fora das obras do cronista seria uma desconsideração a tentativa configurativa de um sujeito de ação e prática como do próprio entendimento do imaginário social que é existente.

(...) a práxis opera à luz de uma razão comunicativa que impõe aos participantes da interação uma orientação segundo pretensões de validade, possibilitando, assim, uma acumulação de saber capaz de modificar as imagens do mundo<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup>HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002: 459.

<sup>156</sup> O sistema de reafirmar a narrativa do cronista reconhecido da cidade é feito também pela inexistência da criticidade sobre os escritos por reconhecimento ingênuo como por promoção de produzir o reconhecimento, por contemplar o autor e sua obra.

<sup>157</sup>HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002: 263.

<sup>158</sup> HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002: 265.

A possibilidade de entender a sociedade local por meio dos escritos do cronista é de valor indiscutível, pois se o conceito de história parte da idéia de presente como orientador, na narrativa do cronista, o presente é seu ponto de finitude ainda que relate pretender o passado. Há uma teleologia, a justificativa do grupo local. Assim, o estudo da obra é o meio mais eficiente e claro, pois o uso da linguagem é uma atribuição de sentido a localidade, ou seja, a crônica local é uma realidade verdadeira e de validade.

E o sistema lingüístico fixa ainda as condições da validade das manifestações geradas com a ajuda (...) o sistema de uma manifestação não prejudica se as condições de validade e as correspondentes pretensões de validade se realizam ou não na práxis intramundana de apropriações do mundo. A práxis social é lingüisticamente constituída, mas mesmo a linguagem precisa se comprovar, por meio dessa práxis, naquilo que se encontra dentro do horizonte por ela aberto. Mas se a abertura do mundo e a práxis- que a põe a prova- se pressupõem reciprocamente, então as inovações criadoras de sentido estão de tal modo entrelaçados com os processos de aprendizado, e ambos, por sua vez, de tal modo ancorados nas estruturas universais da ação orientada ao entendimento, que a reprodução de um mundo da vida sempre se efetua também graças a produtividade se deus membros<sup>159</sup>.

A busca de reconhecimento da obra de Valdon Varjão parte do interesse narrativista da localidade, não de uma simplificada contemplação do autor e da obra, mas da contribuição de pensar a cidade de Barra do Garças como objeto de estudo para uma problemática histórica. Na pós-modernidade se promoveu um entendimento de que a universalidade somente poderia ser conseguida, não por meio de investidas generalizantes e teóricas de proposições modernistas, mas que são as localidades que resultam de entender tanto a si e que as escalas são construções discursivas, o mundo da Razão deixa de ser a referência para produção de sentido, não há o devir da História. É uma relação de cruzamentos, seria pensar o que há de local no mundial e o que há de mundial no local. A realidade do pós 1968 implica um deslocamento conceitual de referente e referência, de atribuição de sentido e de significação.

No momento da discussão, a intenção é pensar como a narrativa se comporta enquanto realidade e como validade. Isto quer dizer que trata de um estudo sobre o texto, seria um entendimento da prática discursiva que enquadra a localidade de Barra do Garças. Mesmo assim, pensar sobre a própria prática de produção de sentido, quando se trata de pensar o estilo cronista e memorialista de forma particular e generalizada, seria mais uma especulação. A prática de cronista é mais vigorante na obra do cronista que propriamente a

---

<sup>159</sup> HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002: 465, 466.

de memorialista. Mas isso não se trata de uma condição inconsciente, pelo contrário, sua preocupação era com a busca de uma verdade imaginada.

O que Halbwachs falou sobre absorver uma memória que é emprestada se aplica a construção local, pois nas obras o cronista necessita duma condição de possibilitar a verdade do lugar, mas esta está desde antes sua chegada no local, assim, sua busca parte por uma memória de grupo, que seria a de memória coletiva, possibilitando um marco inicial do lugar. E quando se trata de fundamentar o próprio mito, busca uma base na memória histórica, ou seja, nos documentos da capitania de Goiás. Trata de documentos conseguidos que retrata uma realidade do séc. XVIII e XIX. O que seria um eterno retorno na busca de uma origem. Mas esta não pode ser mais uma, deve ser uma que viva a altura do lugar, ou melhor, das pessoas que fizeram o lugar. Neste sentido, o mito seria uma construção imaginária sobre uma sociedade que por sua vez constrói a idéia de lugar, ou seja, funda uma realidade.

Certamente, as narrativas míticas chamam o individuo de volta às origens, mediadas genealogicamente pela cadeia de gerações (...) um regresso ritual às origens que, como mostrou Durkheim, garante a coesão social; mas, igualmente necessário, é o caráter meramente aparente desse regresso às origens, das quais o membro da coletividade tribal tem ao mesmo tempo de escapar, ao formar seu eu. Os poderes originários, *simultaneamente sacralizados e ludibriados, ocupam assim na proto-história da subjetividade a primeira etapa do esclarecimento*<sup>160</sup>.

O mito é na realidade, uma forma de anunciar a cidade de forma magistral e para evitar a especulação sobre sua forma original. A construção mítica de lugares é, necessariamente, como uma tentativa de apagar da memória certos acontecimentos que são considerados como indignos de serem apresentados ou de serem lembrados. No caso do cronista é declarado como *evitar descrever algo que não seja para o enobrecimento da cidade*. Esta proposição, por mais simples que possa parecer pode denotar uma condição específica de como a cidade procedia nas suas relações sociais, que por sua vez, não aparecem na narrativa do cronista, o que resultaria numa idéia contrária ao progresso. Esta proposição feita é uma tentativa de encontrar um centro ou na tentativa de modificar o centro, isto por meio da repetição e da atribuição valorativa a uma forma de escritura, ou seja, uma pretensão racional de limitar uma forma de escrita em detrimento de outra. O que não pode ser entendida apenas como uma proposição seqüencial de afirmativas ou negações de pura razão prática discursiva, antes é uma forma de pensar numa prática

---

<sup>160</sup> HABERMAS, J. O discurso filosófico da modernidade; 2002: 156.

narrativa da desconstrução, como um *a priori* da dissertação e de valoração e reconhecimento à tentativa de escritura local. A distinção não está na proposição entre o ponto A(cronista) e nem num ponto B( intérprete), mas numa *différence*. Pois, a produção racional da crítica visa uma relação de diálogo entre o eu e tu, da hermenêutica de Gadamer. Mas essa crítica somente possui sentido se o intérprete da narrativa possibilitar uma discussão que vise a uma relação entre o texto e uma idéia de realidade, ou seja, a crítica é uma forma de contribuição a forma de relação social<sup>161</sup>.

O sentido da expectativa do cronista pertencente para esta reflexão é apresentado como dois capítulos iniciais. É uma tentativa de imaginar a imaginação do cronista local. De acordo com Husserl, este entendimento nada possui com a simples função de enunciar do autor, no sentido, da sua atribuição das palavras. As palavras do memorialista da cidade é tomada como num sentido de fala e por isso,

O expressar da fala não está, pois, nas meras palavras, mas nos atos que exprimem; eles estampam num material novo os atos correlatos que devem exprimir, eles criam para eles uma expressão ao nível do pensamento e é a essência genérica dessa última que constitui a significação da fala correspondente<sup>162</sup>.

O entendimento sobre o cronista não perpassa numa forma simplesmente por ela mesma, ou seja, o texto não é um fim em si. Em toda análise tenta-se promover uma discussão que pudesse diretamente perfazer uma idéia mais fora do texto que propriamente sobre ele mesmo. Uma significação é identificada como fim da obra, ou seja, nasce duma idéia para uma finalidade já prevista.

### **Proposições seqüenciais**

Como finalidade, a obra do cronista narra fatores pertinentes para entender a cidade. Mesmo que tenha sido debatida a condição de produção e na identificação feita pela obra, é tido como acertada a idéia de que para a localidade havia a necessidade de dedicação para uma representação, ou seja, chamar para a atenção local das condições práticas e de ações duma realidade. Nenhuma sociedade se constitui enquanto tal fora dos seus parâmetros orientadores que devem partir duma base que seja a de necessidade local.

---

<sup>161</sup> MARROU, H-I. Sobre o conhecimento histórico; 1978:192, 193.

<sup>162</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980: 14. .

Isto significa que para a narrativa local, o objeto de expectativa é tido como real. O que anteriormente ficou sob discussão foi o resultado da expectativa e da sua teleologia.

O que é de caracterização na obra do cronista, que denota uma condição histórica, é o fato da localidade ficar sob restrição quanto ao deslocamento. Por ser uma localidade de pouca expressão, até a década de 1940 Barra do Garças (cuiabana) estava isolada do resto, tanto de Goiás como do próprio Mato Grosso. Como a idéia de progresso destinada para o interior vinha do Governo Federal e tendo a construção de Goiânia e de Brasília, foi feita uma estrada que pudesse fazer ligação entre Aragarças (Barra Goiana) até a cidade de Jataí- GO. Esta estrada iria interligar a localidade por meio da rodovia que ligava Minas Gerais, Bom Jardim e Baliza.

Trafegavam os caminhões entre Uberlândia- RiO Verde- Rio Bonito- Bom Jardim- Balisa- Balisinha- Barra Goiana e conseqüentemente nossa Velha Barra cuiabana, conduzindo nossas mercadorias, que antes chagavam via fluvial ou em tropas de burros<sup>163</sup>.  
De Bom Jardim à Aragarças era 5 dias o trajeto<sup>164</sup>.

Ferreira quer denotar que para chegar a localidade, mesmo com o caminho já delimitado pela Fundação, ainda era de difícil acesso, isto por motivos reais de, ou pela falta de estrutura ou, pela falta de tráfegos intensos para localidade, o que não justificaria a abertura de uma estrada bem estruturada<sup>165</sup>.

Barra do Garças, não é dita na crônica, mas uma significação possibilita entender porque na cidade surgem investimentos necessariamente a partir da década de 1950. Logo após a chegada da Fundação Brasil Central, na tentativa de ligar o centro até o Xingu, Barra do Garças se beneficiou por meio dum processo que não tinha destino para ela, mas dum projeto nacional de povoação e ocupação do centro do Brasil<sup>166</sup>. Não se pode pensar numa causa e efeito para localidade, mas que por meio do sistema de relações desenvolvidas, logo a seguir permitiu que Barra do Garças se entendesse como cidade.

Durante os dias que permanecemos em Aragarças aproveitamos para percorrer a região, principalmente os garimpos de diamantes, a serra chamada “Voadeira”, e a Barra Goiana e em frente, do outro lado do Rio Araguaia, a Barra cuiabana, duas currutelas de garimpeiros<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> VARJAO, V. Janela do Tempo; 1998: 11.

<sup>164</sup> FERREIRA, M.R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997: 26.

<sup>165</sup> A partir da memória social, essa situação era vivida principalmente na época de chuva. Na precariedade da estrutura da estrada e das pontes provocavam atoleiros. Joaquim Silvério de Godoi.

<sup>166</sup> Entrevista com Orlando Villas Boas. Centro de documentação áudio-visual da UNIVAR.

<sup>167</sup> FERREIRA, M.R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997: 27.

Assim, é detida à atenção que por meio do projeto nacional, como já dito pelo autor das crônicas, Barra do Garças, de um pequeno lugar sem expressão, na década de 1940, com uma existência comedidamente inferior a Voadeira, foi beneficiada pela esperteza de poucos políticos e negociantes e pelo Governo Federal, como abertura de estradas e geração de empregos. Quando em Aragarças esteve, Ferreira apresenta sua narrativa idéia de que o garimpo era uma atividade forte na localidade tanto de Barra Cuiabana como na Goiana e em Voadeira. Ao mesmo tempo, essa atividade passou a ceder lugar para o trabalho na Fundação.

(...) os moradores eram todos funcionários da Fundação Brasil-Central... alguns eram pertencentes a Expedição Roncador Xingu (...). Aragarças era um acampamento, um embrião de cidade, onde cujos habitantes eram todos, sem exceção, funcionários da Fundação Brasil-Central, procedentes do Rio de Janeiro, de Porto Alegre (RS), e os outros estados do Brasil. Eram quase todos do sexo masculino, e nada havia que os amalgamasse em uma sociedade uniforme e solidária. Tudo era instável e perigoso como numa boca de sertão, que realmente Aragarças era <sup>168</sup>.

A chegada da Fundação representou para a localidade de Aragarças uma possibilidade de se tornar uma cidade. Ferreira citou mais acima que as localidades visitadas por ele eram basicamente composta de garimpo. Com a chegada da Expedição os moradores passaram a trabalhar para o governo. Este fala sobre Aragarças; isso pode denotar que as outras localidades permaneceram com sua prática de garimpo paralelo a presença da Fundação. Os homens que residiam nessas localidades antes mesmo da Fundação foram usados como trabalhadores braçais. Isso pode permitir uma reflexão de justificativa porque os homens que tinham cargos de responsabilidades eram todos de fora. Os homens que moravam nas localidades descritas por Ferreira eram homens de baixíssima instrução educacional e sabiam executar funções que não precisavam do exercício de cálculos. Esses homens foram utilizados como comissão de frente, aqueles que iam abrindo picadas com machados para que o restante pudesse passar<sup>169</sup>.

A localidade não viveu uma nova fase, mas que numa condição histórica, a cidade foi inventada mais por meio da Fundação Brasil Central que propriamente pelo garimpo. Cidades que se desenvolveram a partir do garimpo, como Baliza e uma

---

<sup>168</sup> FERREIRA, M.R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997: 27, 37.

<sup>169</sup> As entradas no sertão pela Fundação eram feitas em quatro etapas. As duas da frente, que eram mais pesadas eram compostas pelos machadeiros, foiceiros e facãozeiros (Orlando Villas Boas). Videoteca-UNIVAR.

localidade como Voadeira, logo perdem um sentido de ser, sua base de sustentação era o garimpo. Em caso particular de Barra do Garças, devido à condição possibilitada pela Fundação, sua importância passa a ser da geração de emprego e na construção duma nova localidade, uma cidade nova de fronteira<sup>170</sup>. O que pode deduzir é que na localidade, devido a chegada da Fundação Brasil Central, muitos aderiram ao trabalho braçal como também continuaram na exploração do ouro, ou seja, ambas de forma simultânea, com menor expressividade a extração do ouro devido a queda da produção desde o início da década de 1930. A classificação sobre a localidade de Barra do Garças, ao contrário da idéia de progresso, estava mais para uma mudança da relação na noção de trabalho, o que refletiria na própria estrutura social. Esta idéia poderia ser trabalhada no sentido da complexidade da vida social, de um pequeno povoado, começa a surgir um princípio de urbanidade, que são mecanismos gerados pelo próprio homem na tentativa de uma cultura material.

A intenção de narrar ou da expectativa é correta, o que provoca uma distinção sobre a narração e a expectativa é o fruto da imaginação refletindo diretamente na condição de produção da obra. O que pode afirmar é que o estilo adotado reflete sobre a forma, que seria a apresentação pública de conclusões acertadas por meio de proposições seqüenciais.

No caso dos enunciados fundados na imaginação, é possível duvidar, entretanto, de que neles exista um verdadeiro juízo, e temos até mesmo a certeza de que aí não existe juízo<sup>171</sup>

A proposição seqüencial do cronista da cidade é entendida em pontos isolados, ou seja, a idéia de que no conjunto das obras há algumas seqüências narradas pelo autor que são de propriedade histórica e que a partir deste fator, sua imaginação toma conta da estrutura narrada. Seria uma distinção, como se por meio da interpretação fosse possível estabelecer um paralelo do que procede da base puramente de condições possíveis de verificação, a partir das referências empíricas, e do sistema de análise daquilo que derivou de sua base histórica ou da memória. Assim, é tido como uma condição verificável das proposições, o que permitiria uma análise de dados históricos da localidade e de dados provenientes da imaginação sobre os dados obtidos e expostos pela imaginação<sup>172</sup>.

---

<sup>170</sup> SILVA, L.S.D. da. Conceito de cidade Nova de fronteira ou teses para a construção de um tipo ideal de cidade Nova de fronteira; 2005

<sup>171</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980: 16.

<sup>172</sup> Por imaginação é entendido como tentativa de projeção e de expectativa do cronista para produzir uma obra que pudesse ser chamada de história.



Esta proposição anunciada é resultante da análise dos textos de significação do autor. Por meio desta, é que pode ser entendido como uma condição de expectativa é estabelecida pelo autor. Na apropriação dos documentos e da memória adquirida, pela vivência ou pelo compartilhamento, se dispõe a narrar e a não permitir que ficasse sobre uma nuvem de fumaça que com o tempo pudesse ser apagada. Numa pretensão histórica de narrar, quer portar uma verdade que seja incontestável. Há uma idéia de que as proposições partem de uma base empírica de realidade. Seria aqui uma tentativa de validar o próprio enunciado do cronista.

O problema entendido nesta análise é o fato da deriva estabelecida na narrativa pelo cronista. Um conjunto de proposições é de necessidade primária e um outro como de oposição. Na realidade, na busca de narrar uma verdade, o cronista esqueceu de algo importante: narrar os acontecimentos como estavam presentes na memória e não numa tentativa frustrada de produzir história da cidade. Quando no primeiro capítulo foi adotado o termo *retrodição* a forma do cronista, é porque não foi possível descrever outra. Trata-se de um sistema de montagem, como um quebra-cabeça que já possuía sua forma fora das próprias peças<sup>173</sup>. São raras às vezes possíveis de perceber na narrativa uma discussão que parte da individualidade do autor, nestes poucos ditos, deixa para a intuição uma meditação para o pensar histórico a partir das bases empíricas apresentadas por um narrador.

A intuição preenchedora do pensamento *representação signitiva* não é a representação signitiva *integral*, e sim a **percepção interna** dessa representação; em vez de atuar como intuição preenchedora, essa representação atua como **objeto** da intuição preenchedora<sup>174</sup>.

A discussão neste limite está centrada sob o debate da relação entre os escritos do cronista e memorialista da cidade, de sua composição de *signos* e a *intuição do intérprete* dessa concepção narrativa apresentada. Assim, a representação *signitiva* do cronista se apresenta como objeto da intuição preenchedora, visa entender as partes internas da construção representacional. Toda a fundamentação estabelecida nesta primeira parte da dissertação está diretamente ligada a uma crítica da prática narrativa configurativa. Apesar de que o texto lida *diretamente* com as feições do universo, de suas manifestações objetivas, a análise pretende compreender como essas feições foram apreendidas e apresentadas em forma de conhecimento previamente estabelecido.

---

<sup>173</sup> Neste sentido trata de pensar este jogo de linguagem por causa da tentativa de conformar a narrativa a uma idéia de cidade que ele, cronista, já desejava ser manifesta.

<sup>174</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980: 57.

## Obra e feições

Mesmo dando atenção exclusiva ao garimpo, o cronista reconhece a existência de outras atividades na localidade de Barra do Garças. Quando quer produzir uma idéia de cotidiano, narra sobre mulheres e homens em suas práticas. Estas levantavam cedo para os afazeres da casa e aqueles para ir trabalhar nos garimpos, nas lavouras, no comércio ou na pecuária.

Quando o sol começava a iluminar o dia, as mulheres davam início aos afazeres da casa e os homens preparavam-se para os trabalhos nos garimpos, nas lavouras, nos comércios ou pecuárias (...)<sup>175</sup>.

Nesta mesma obra citada, o cronista ainda afirma que na década de 1940 havia uma delegacia e a sociedade era ruralizada. Esta proposição denota uma confirmação das prerrogativas estabelecidas pela análise visadas até aqui. A localidade somente passa a ocupar uma idéia de cidade a partir da influência da Fundação Brasil Central. Mas há de propositar que cidade não significa e não pode ser sinônimo de sociedade. Mesmo que a primeira dependa da segunda, esta independente de haver ou não a cidade. A cidade será fruto da complexidade das relações humanas que irão se dando no lugar. Esta seria somente uma localidade de passagem de pequenas embarcações que ligavam corrutelas goianas ou de pernoite e depois um lugar de extração de ouro. Para essa realidade, alguns procedimentos básicos eram tomados, como fazer barracos e residirem bem próximos do lugar de trabalho, ou seja, na beira do rio e ainda, ficavam em pequenos grupos, seja por causa do trabalho ou devido a segurança contra riscos. Essa compreensão poderia ser realizada caso houvesse uma pesquisa direcionada a uma história da cidade.

Para formação da localidade, o cronista narra algo que de certa forma, por meio das atribuições descritas em muitas partes, valida uma proposição de que o chamado fundador da cidade, Antonio Cristino Cortes era mais um coronel na localidade assim como o restante de Mato Grosso e Goiás. Por este motivo lhe foi e é atribuído o termo de coronel, significado pelo próprio cronista da cidade.

As ordens do Coronel Cristino eram cumpridas como sentença de qualquer juiz<sup>176</sup>.

---

<sup>175</sup> VARJAO, V. Coletânea de crônicas, histórias e estórias ou fatos do passado. 1997: 21.

<sup>176</sup> VARJAO, V. Janela da tempo; 1998: 33.

Mesmo nessa condição, o referido possuía uma *simpatia*<sup>177</sup> devido sua atitude de mandar matar boi no período das festas religiosas, e que, o evento, é descrito pelo cronista como uma *era de ouro* da localidade, onde uma prática da tradição estava viva.

(...) o povo aguardava o ano inteiro aquele mês para o destaque religioso, oportunidade em que melhoravam a feição do casario com pinturas ou rebocos, exibiam as melhores roupas e as moças trajavam mais elegantemente. Era a melhor oportunidade dos encontros, dos namoros e dos casamentos (...) coronel Antonio Cristino Cortes, mandava matar um boi e às vezes mais, que eram repartidos entre todos os habitantes em pedaços equivalentes e suprirem as necessidades da família aquinhoadada. O ambiente era de Máximo respeito, não só ao padroeiro da cidade como aos chefes locais que sempre compareciam às festividades para evitar contratempos<sup>178</sup>.

Essa é uma oportunidade de compreender como o campo simbólico está integrado a essa fala. Mesmo que sua intenção fosse passar uma idéia de ordem e organização social na presença de seu companheiro Antonio Cristino Cortes, muitos indícios são percebidos na fala. A religiosidade era utilizada como forma de coerção e coesão social. Cristino Cortes era respeitado e instituído como líder na localidade. Tornava-se carismático; por isso era reconhecido, administrava uma realidade miserável e cheia de contingências, tornando-se importante para o suprimento de necessidades básicas de alguns. Dois grupos estavam presentes, a dos extremamente dependentes e aqueles diretamente ligados a ele<sup>179</sup>. Nessas reuniões da cidade, também era usado o interesse da classe dominante em exercer sua influência sobre os outros por meio de exigências, construções e fazer-se reconhecer. Finalmente, *o ambiente era de Máximo respeito, não só ao padroeiro da cidade como aos chefes locais que sempre compareciam às festividades para evitar contratempos*. O poder simbólico na localidade estava presente na junção entre poder religioso e local. A força de ambos preservava uma sociedade voltada para os interesses de uma minoria e a comunidade reconhecia a presença desta como forma de manter a ordem. E como fechamento, afirma que toda comunidade era feita de amigos, parentes ou compadres<sup>180</sup>. Estas proposições dadas pelo autor são um indício de como a sociedade possuía uma forma de organização e de código de *lei*. Esta é a parte onde a

---

<sup>177</sup> Esta a partir da significação dada pelo autor.

<sup>178</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 71, 129, 131.

<sup>179</sup> A distinção entre dois grupos na localidade de Barra do Garças foi expressa na memória social tratada no terceiro capítulo.

<sup>180</sup> VARJAO, V. Barra do Garças no passado; 1980: 131.

intuição interna observa uma possibilidade de realidade, na medida da expectativa do autor e da objetivação apresentada dum empírico.

Na citação posta anteriormente pode ser tomada como forma de entender internamente como estava organizada a sociedade barra-garcense até, necessariamente, a década de 1950. Uma pequena sociedade sem poder político administrativo já se organizava pela distribuição do Poder. A forma comumente adotada para tal finalidade era a de fazer-se reconhecido. Em caso especial, uma pequena minoria fazia uso do maior bem simbólico da época por utilizar-se da fé e da desgraça. Essa prática é chamada na atualidade de clientelismo e cabresto. Uma sociedade despótica produzia seres comuns dependentes das vontades arbitrárias de um ou de pequena elite. Porém, independente de classificações de cunho individualista e liberal, é notado o princípio da organização político-social de uma pequena sociedade nascente num lugar de fronteira no interior do Centro-Oeste.

Até a década de 1930, as duas localidades, Barra cuiabana e Barra goiana eram apenas lugares de peão. Devido à chegada da Fundação, Aragarças passa a ocupar um lugar de destaque, pois na medida que a Fundação ia se instalando, trazia consigo também, biblioteca e hospital, ou seja, serviços de primeira necessidade. Aragarças, nesta época na década 1940, possuía por volta de umas seis casas de tijolos, outras de pau-a-pique ou de barro cobertas de palha, sendo uma delas como hospital.

Uma dessas casas servia de hospital, onde dois médicos da Fundação faziam inclusive cirurgia. Um casarão de pau-a-pique, coberto de palha, era sede do clube, que era também restaurante, com mesas toscas, feitas de troncos de árvores serradas transversalmente e as cadeiras eram do mesmo feitio. Principalmente o teto era decorado com objetos indígenas coloridos além de peles de onça<sup>181</sup>

A condição histórica que é passada pelo narrador da localidade, cruzada com outras bases de entendimento ou de narradores, significa ou afigura uma condição de que hipoteticamente a localidade possuía uma característica ocupacional até a década de 1930, que seria uma forma de sociedade instável, que possuía uma forma de economia primitiva de extração, não havia hospitais, escolas e nem uma forma democrática de poder. O que havia na cidade, conforme o próprio narrador, eram benzedeadas e parteiras. Havia todo um imaginário sobre esta prática e sobre as crenças nas práticas. No que tratava de doenças, eram feitas raizadas, benzeção, simpatia ou orações com promessas a Santos de devoção

---

<sup>181</sup> FERREIRA, M.R. História os irmãos Vilas Boas; 1997: 26.

particular. Para o nascimento de crianças, a prática era guardar quarenta frangos no nono mês para o resguardo; não se tomava banho e ficava com a cabeça enrolada num pano para não pegar resfriado; na hora do parto colocava-se dentro dum saco de pano um despacho, dentro havia orações; antes de ser vista, a criança era benzida para não pegar quebrante. Para realização do parto usava cebola branca, azeite doce, óleo de copaíba e pó de fumo torrado, para o umbigo do recém nascido. Para cinco tiros ao alto, indicaria que era menino e dois tiros, menina. Havia também o foguete para avisar que já era hora de receber as visitas<sup>182</sup>.

Na localidade existiam poucas *casas* na parte que pode se chamar de cidade velha<sup>183</sup>, compreendendo toda uma faixa na beira do rio, lugar onde se localiza o Porto, que passa a rua Antonio Cristino Cortes<sup>184</sup>. O cronista tenta descrever um pouco sobre como se deu o processo de desenvolvimento do lugar desde a chegada do fundador da cidade, ou seja, na década de 1920 o lugar era menos expressivo que qualquer outra localidade que já estava estabelecida nas proximidades, como Registro e Baliza. Mas, o importante é observar que para o autor a expansão da cidade se dará a partir da década de 1950, devido a influência da Fundação, com a criação de escola e com o ramal para linha telegráfica de Marechal Rondon, que ficava em Voadeira<sup>185</sup>.

Com a abertura dos garimpos, começa a chegar garimpeiros que Antonio Cristino vai colocando nas imediações da corrutela onde as terras são agricultáveis e devolutas. Não havendo armazéns que fornecesse mercadorias ao povo, Antonio solicitou de Emiliano Costa, seu grande amigo residente em Registro, que abra uma filial na nova corrutela. Emiliano designou seu cunhado, João Sousa, com o objetivo de vender mercadorias e comprar diamantes. Com ele vem um rapaz de 15 anos, empregado de balcão, para tomar conta da loja. Esse rapaz, que mais tarde viria ser um cidadão barra-garçense, é Antonio P.C.Bilego<sup>186</sup>.

Sobre as obras e sua relação com a narração das feições da realidade, o cronista e memorialista caracteriza uma sociedade muito distante do que pode observar hoje nas ruas da cidade. Mesmo porque esta ainda não existia. Nas décadas de 1920-1940 a sociedade que viria a se chamar de Barra do Garças era ocupada, na sua maioria, de garimpeiros. O princípio da cidade está localizado num imaginário social de riqueza e

---

<sup>182</sup> VARJÃO, V. Janela do tempo; s/d.: 100, 101.

<sup>183</sup> Nos dias atuais essa cidade velha fica pouco notada, pois com a criação de lugares de lazer resultou na morte de parte da cultura material e da memória da cidade.

<sup>184</sup> Nos dias de hoje restam pouquíssimas casas que ainda mantém a forma original.

<sup>185</sup> Este perídio foi o do primeiro mandato do cronista como prefeito da cidade de Barra do Garças.

<sup>186</sup> Varjão. Barra do Garças; 1985: 35.

prosperidade. De acordo com o terceiro capítulo essa noção muda a partir do migrante. A fama de riqueza não se concentrava em Barra Cuiabana ou Goiana, mas sim em Mato Grosso. Os homens sozinhos ou acompanhados de suas famílias alimentavam um imaginário sobre um lugar não determinado nas terras de Mato Grosso. Quanto maior a distância, assim também seu sonho. No caso de Goiás, muitos chegavam nessa região porque também freqüentaram outras localidades de garimpo. Seria a esperança alimentada por um imaginário.

As duas localidades eram de extrema dificuldade, além do isolamento ainda havia muita presença de índios e de animais. Quando a Fundação Brasil Central chegou, peças de artesanato indígena eram presentes nos acampamentos assim como peles de animais, como o da onça. Traços da cultura sertaneja compunham a realidade desses homens. Aqueles que chegavam de São Paulo ou outra parte da região sudeste tinham que se adequarem à realidade estabelecida pela localidade<sup>187</sup>. Na década de 1950 foi possível estabelecer uma linha telegráfica da localidade até Voadeira, lugar que passava a linha telegráfica de Marechal Rondon. Iniciava na cidade de Cuiabá e descia até a cidade de Araguaiana e Registro desde fins do séc. XIX.

No conjunto das proposições, o estilo possibilitou perceber uma condição histórica, seria uma possibilidade de história da cidade, ou da tentativa de narrar sobre o cotidiano da localidade. Numa condição de retórica, no uso da imaginação e de pretensões históricas, o conjunto das obras sobrecarrega-se em pontos onde mistura a pura *ficção* como se fosse uma relação social. Este é ponto onde o autor passa a contemplar uma cidade que não existe na prática e nem nas ações, mas uma condição de valoração subjetiva, nas suas poesias, romances e nas lendas creditadas.

A cidade é propositada numa seqüência de validade. O autor demonstra nas narrativas uma tentativa de realidade expectada e objetivada. Na condição histórica da cidade, possibilidades de leituras são dadas; seria um objeto dado a percepção, mesmo em parte, pois a proposição se rege pela própria coisa e fica enunciada a idealidade<sup>188</sup>. Na condição histórica, a narrativa apresenta uma possibilidade que pareça evidente, na medida da verdade propositada, mas de acordo com Husserl, pode não ser verdadeira<sup>189</sup>. Pois a proposição pode não pertencer a uma condição da essência o que resultaria na incoerência.

---

<sup>187</sup> Segundo Orlando Villas Boas, muitos não agüentavam e retornavam as suas cidades de origens. As pragas de mosquitos, répteis e condições precárias eram os motivos aparentes e determinantes. Videoteca-UNIVAR.

<sup>188</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980:94.

<sup>189</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980:97.

Se alguém experimenta a evidência de A, é evidente que ninguém poderá experimentar o absurdo do mesmo A; pois dizer que A é evidente é o mesmo que dizer: A não apenas visado, mas é também verdadeiramente dado, exatamente como aquilo-como-o que é visado; ele próprio está presente, no sentido mais estrito da palavra. Como seria então possível, no caso de uma segunda pessoa, que este mesmo A fosse visado mas que o visar de que é em A fosse excluído por um não-A verdadeiramente dado? Como se vê, trata-se de um estado de coisas que diz respeito à essência, o mesmo que se exprime no princípio de contradição<sup>190</sup>.

Quanto à localidade a incoerência que disputa é o fator base das tentativas de retrodicção e de ficcionalização da realidade por uma realidade objetivada. A expectativa da realidade descrita nas crônicas não é de pura percepção, mas que presente e passado deveriam se confundir, fatores que fogem ao tempo, no *precatão* e na história de amor que ocorreu na cidade de Baliza descrito no livro *Epopéia dos Sertões*. Possibilidades as quais condições de espaço e tempo, não condizem com uma realidade, este é o maior sistema imaginativo presente nas narrativas sobre a localidade. Essas obras de ficção se confundem com a tentativa histórica de abordar a cidade. Numa tentativa de encontrar a essência da cidade, incoerências são encontradas. Primeiro, na atividade narrativa, ser cronista se confunde com o ser memorialista. Segundo, a prática narrativa não concentrou em narrar os acontecimentos da cidade, mas de produzir uma cidade ideal através da narrativa. Nesse sentido, ler as obras do cronista envolve perceber uma proposição de montagem histórica. Usa de fontes documentais para corroborar com sua atividade de memorialista. Para essa segunda, entender suas construções míticas e sincrônicas é indispensável. Destarte, na obra, suas feições de realidade e proposições, encontram elementos de análise literária e histórica, somente uma atividade hermenêutica sobre esses escritos possibilita compreender os padrões mentais dispostos pelo narrador e suas intenções sobre essa prática de narrar.

---

<sup>190</sup> HUSSERL, E. Investigações lógicas; 1980:97.

**PARTE II**  
**NARRATIVA COMO EXPLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO**

(...) Por isso, faz sentido que o intérprete não se dirija diretamente aos textos a partir da opinião prévia que lhe é própria, mas examine expressamente essas opiniões quanto à sua legitimação, ou seja, quanto a sua origem de validade.

Gadamer



### Cap.III

## POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DA MEMÓRIA

A memória social sobre Barra do Garças traça uma realidade que liga a vida prática e ao cotidiano de pessoas do lugar. Uma constatação deve ser feita, uma escrita da história quanto mais próxima estiver da mudança de escala, tanto mais chegará a uma elucubração entre história e memória. A cidade de Barra do Garças é peculiar, os cruzamentos entre informações configuram e refiguram possibilidades de entendimento. Representar o cotidiano de práticas existenciais e de particularidades é ponto de (uma) falésia, a narrativa é uma obrigação de enquadramento. Isso não significa que há uma negatividade na micro-análise ou numa descrição da vida prática dos sujeitos e sua historicidade. Pelo contrário, são essas particularidades que determinam o lugar que a narrativa se trata, da experiência apresentada. A proposta da história é entender esses mecanismos de envolvimento entre perspectivas orientadoras particulares.

A condição histórica da cidade é medida de duas maneiras: a) da representação reconhecida, de sua história-memória (memória coletiva) e, b) da experiência possibilitada que condiciona um *res getae*<sup>191</sup> do sublunar. Haverá uma abordagem necessariamente sobre a experiência, de uma memória social<sup>192</sup>. Ou seja, este capítulo tem por objetivação produzir uma narrativa acerca de arquivos de memória, configurando um lugar específico de memória, e seus cruzamentos de sincronia e diacronia com a primeira parte desta obra. Destarte, uma construção (narrativo reflexivo) a partir de uma (re)construção (narrativo descritivo).

A narrativa sobre a cidade parte da própria idéia de cidade. Falar de Barra do Garças é retomar a afirmação do cronista da cidade, sua formação é possibilitada por meio do garimpo. Incondicionalmente é de reconhecer a presença deste, mas o que também é sugerido pela memória social, a configuração da narrativa sobre a cidade implica sobre um olhar generalizante. A cidade não existia, o projeto de uma localidade, por definição é ilusório. Mas ao mesmo tempo, demarcar uma formação para o lugar é evidente que prevaleça sobre a questão do garimpo. O campo simbólico que a extração de ouro ou diamante em toda a extensão do Rio Garças e de outras localidades onde havia córregos, é muito forte. O poder simbólico produziu um imaginário social que promoveu a

---

<sup>191</sup> LOUZANO, J. El discurso histórico; 1994: 114, EPPLE, A. Género e a espécie humana; 2006: 143 e KOSELLECK, R. Futuro Passado; 2006: 247.

<sup>192</sup> A discussão em torno da memória social é possível a partir do arquivo de memória produzida por outrem.

transferência de pessoas de muitas partes do Brasil a fim de conquistar a plenitude e satisfação pessoal. Não se trata da fundação da cidade pelo garimpo, mas de pensar que, por meio dele a migração se tornou possível, a propaganda e a divulgação, condicionou a entrada de sertanejos. Um princípio deve ser atribuído para qualquer lugar e convencionou-se dizer que o garimpo é base da economia local. Ao mesmo tempo, não é mencionada a participação da agricultura doméstica como possibilidade de preservação e continuidade do garimpo.

Em Karl Polanyi a simultaneidade é possível, é mais provável que a cidade tenha nascido por causa de um imaginário que necessariamente do garimpo<sup>193</sup>. A sociedade barra-garcense não existia até meados da década de 1920. A memória social constitui um conjunto de informações nas quais há um distanciamento entre garimpo e sociedade (cidade). É possível observar que a realidade, de necessidade prática de uma, tenha possibilitado o desenvolvimento de outra, não havendo a intenção da primeira sobre a segunda, a idéia de fases da história deve ser descartada para entender uma história social.

A cada década passada a necessidade do lugar favorecia para uma transferência, ou seja, a importância de uma atividade se evidencia em relação a outra. No mesmo tempo que o lugar possuía sua base de produção e captação de dinheiro na concentração da produção de diamantes, a condição de pura existência do lugar concentrava-se sobre a produção de alimentos como nas hortaliças, plantação de milho, arroz, mandioca e criação de animais de pequeno porte como a galinha. Ainda havia os fazendeiros donos de propriedades e criadores de gado. A explicação possível para esse fenômeno na intensa procura de pedras de valor, se dava devido a motivos não objetáveis; somente a partir da década de 1960<sup>194</sup>, a estrada que ligava Barra do Garças até a cidade de Goiânia foi efetivamente construída. Antes, o caminho traçado poderia ser de cinco dias entre Bom Jardim de Goiás até Barra do Garças<sup>195</sup>. A problemática se resume em poucos termos; na realidade, a localidade de Barra do Garças estava isolada de outras. Para que pessoas

---

<sup>193</sup> Essa afirmação refaz uma idéia mítica da origem.

<sup>194</sup> A estrada que liga Barra do Garças a Bom Jardim de Goiás-GO foi construída na década de 1940, que seria a ligação da localidade com a rodovia que ligava a Belo Horizonte-MG. Na década de 1950 a estrada construída não passava por Goiânia-GO, mas era uma ligação a cidade de Jataí-GO passando pelos municípios de Piranhas-GO e Caiapônia-GO. Na memória individual, até a década de 1970, o trajeto de Bom Jardim a Barra do Graças ainda era muito difícil, pois com as constantes cheias de córregos e engenharia precária da estrada, a mesma fica cheia de atoleiros, impossibilitando a chegada de ônibus que faziam o trajeto. Porém, a estrada que corta Barra do Garças-MT a Jataí-GO estava sendo construída desde a década de 1940.

<sup>195</sup> FERREIRA, M.R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997: 26.

pudessem manter-se no garimpo deveriam produzir seu alimento de consumo (aqueles que não garimpavam, plantavam para sustento familiar).

A região quando eu cheguei por aqui isso aqui era uma capoeira era a fazenda do Manoel Pedro aqui embaixo e a fundação comprou desse lado aqui até no Jaraguá comprou dizendo eles que 300 alqueires de chão dessa região do Araguaia até no Km2, tudo era capim era trieiro a estrada de Bom Jardim por exemplo passava pela Vila Ceará essa rua grande hoje em dia e era só mato a Fundação foi que beneficiou a estrada mais ou menos<sup>196</sup>.

A dificuldade encontrada por aqueles que chegavam na localidade, seja do lado esquerdo ou direito do rio, era muito grande. Além de haver somente garimpeiros na região e criadores de gado, quando a Fundação Brasil Central chega constitui para si uma quantidade de terra que conserva as *características de fazenda*<sup>197</sup>. A quantidade de terra adquirida era o suficiente para *incorporar* a cidade de Aragarças na atualidade. Somente a partir desse momento histórico que passou a haver investimentos de benefício para ambas localidades. Como consta na discussão, a estrada que ligava Aragarças a Bom Jardim passou a ser aberta para uma facilitação de contatos e negócios. Quando aparece na fala do arquivo de memória *a Fundação foi que beneficiou a estrada mais ou menos* caracteriza um entendimento de que com o projeto do Governo Federal a região central do país foi beneficiada, através de suas obras caracterizando o objetivo de abrir caminhos que pudessem ligar grandes centros às periferias. A Fundação não chegou em Aragarças para fazer avenidas ou asfaltar as estradas, o objetivo era abrir caminho através de uma frente de expansão.

A primeira obra realizada foi a estrada que nós fizemos de Caiapônia para cá, porque não existia estrada, aí fizemos de Caiapônia para cá. Foi a primeira obra, a segunda obra feita foi a ponte lá de Piranhas, aquela de madeira (...)<sup>198</sup>.

Diante à realidade, antes e no período da Fundação, aqueles que pretendiam sobreviver nesses meios deviam empenhar em alguma atividade sendo as mais prováveis no garimpo e/ou plantio de roças.

---

<sup>196</sup> A.CAPH.

<sup>197</sup> Conforme entrevista cedida para Valdon Varjão, Orlando Vilas Boas descreveu esse momento como crucial. Havia a necessidade de constituir uma base para a Fundação, o lugar escolhido era cupado por um senhor conhecido como Velho Pio. Após acordo resolveu vender uma parte de sua fazenda para a Fundação Brasil Central. (A.UNIVAR- videoteca).

<sup>198</sup> A.CAPH (transcrição do autor).

Quando cheguei o povo daqui dessa região os que não trabalhavam nas roças particulares fora, passaram a trabalhar na F.B.C e viviam também do garimpo (...)<sup>199</sup>.

A realidade daqueles que chegavam era de extrema provação e insistência. O trabalho existente era exclusivamente para homens. Uma simultaneidade de atividades é percebida, quer seja no garimpo ou em roças e na Fundação. Ambos arquivos de memória concentram suas falas sobre o período dos anos de 1930 e 1940. Há uma memória antes e durante a Fundação. Assim como vários outros, a necessidade de ambos era conseguir emprego quer seja no garimpo quer seja na Fundação (ambos por meio da propaganda).

A localidade de Barra do Garças possuía, segundo o arquivo de memória, uma condição natural que nos lugares de origem de muitos seria impossível. A presença de muita água e terra fértil seduzia as pessoas nordestinas a estabelecer plantios nas redondezas. Nesse sentido, é possível observar que na memória daqueles que chegaram a Barra Cuiabana nas décadas de 1930 e 1940, juntamente com a família, era comum a prática de cultivo da terra. Uma segunda via se abre para tentar entender a presença da agricultura na localidade de Barra do Garças. Para esse fim tem-se: a) pela condição natural de isolamento e b) pela frustração de não correspondência do imaginado e da realidade encontrada. Para essa segunda, a frustração não significaria o retorno à terra natal, devido à falta de recursos (mesmo se o quisessem), a terra era agricultável (caso se endividasse com os arrendamentos de coronéis, o retorno seria menos provável ainda).

Devido a interesse de fazendeiros<sup>200</sup>, fora criado um pequeno campo de pouso,, próximo das imediações do Supermercado Cogal. Essa investida é pensada como uma solução prática. O valor atribuído a um diamante e sua praticidade de transporte favoreceu para que fosse reconhecida sua presença na localidade como *base da economia*. Essa idéia de base da economia parte de um pensamento exógeno, a agricultura não poderia ser de importância para os compradores porque o material de maior bem simbólico era o diamante extraído das minas. A base da economia destes já era agrícola, porém não possuíam o diamante assim como era extraída na localidade de Barra do Garças. A partir desse princípio o lugar encontrava-se sobre a dependência do garimpo<sup>201</sup>.

Enquanto na beira do Rio Garças havia uma pequena concentração de pessoas explorando o garimpo, logo mais acima, no que hoje é conhecido como bairro Campinas,

---

<sup>199</sup> A.CAPH.

<sup>200</sup> É possível inquirir, havia interesses de fazendeiros em produzir diamantes ou ouro, ficavam sempre a procura, destarte muitos tinham peões trabalhando nas fazendas e nos garimpos.

<sup>201</sup> Referindo ao campo de pouso, em apenas um arquivo de memória foi dito algo relacionado.

existiam propriedades de terras e pequenos produtores de alimentos, ou os chamados roceiros. Essa prática de plantio é identificada como familiar ou artesanal (ao mesmo tempo de troca). O lugar estava rodeado de mato tendo passagem por Bom Jardim e General Carneiro, com péssima condição de viagem. O trajeto era demorado e a chegada de alimentos para o lugar era improvável. De forma semelhante, assim como havia a plantação de alimentos para a família, o patriarca cedia-os para trabalhadores que não tinham tempo a fim de dedicar-se ao plantio (havia exigência e dedicação de tempo para a extração de diamante). Numa relação de cruzamentos, alguns plantavam e nas horas de folga, como finais de semana, garimpavam, já outros garimpavam e trabalhavam menos em roças para garantir o que comer. Interesses diferentes produziu uma sociedade estável e durável, seu sistema de relação se torna complexo e de dependência.

O sistema de transporte até a década de 1930 era essencialmente o animal ou fluvial. Poderia deslocar-se por meio do Rio Araguaia ou ir a cavalo. Geralmente as pessoas que chegavam a localidade de Barra Cuiabana, primariamente haviam estado em Baliza (Go) ou em outra localidade<sup>202</sup>. Essa era uma rota importante de migração para a beira do Rio Garças. Assim, havia uma ligação entre o lugar e a cidade de Araguaiana. Era uma extensão de Registro do Araguaia até Baliza. Muitos chegavam por meio de Araguaiana, fazendo o trajeto normal com destino a Baliza. Aqueles que percorriam um longo caminho, como na maioria eram nordestinos, fixavam em Baliza, isso até final da década de 1920. Quanto ao trajeto que era feito de Cuiabá, a partir de Marechal Rondon, a importância estava sob uma localidade chamada Voadeira<sup>203</sup>. A partir da memória social, os córregos desempenham muita importância para o garimpo, como aparecem o Voadeira e Diamantino.

(...) naquele tempo tinha garimpeiro em qualquer beira de rio, qualquer córrego tinha mil/dois mil garimpeiros (...) tinha garimpeiro que ficava no Rio Voadeira e tem o Rio Diamantino, que cai aqui no Garças, afluente do Araguaia, pois é, por todos esses locais era cheio de garimpeiros e tem essa água bonita que dava diamante e até hoje e tem o Voadeira que cai no Rio e em todos esses dá diamante<sup>204</sup>.

---

<sup>202</sup> Nessa idéia relativiza a produção narrativa generalizante de Varjão. Barra Cuiabana não era a finalidade dos homens e mulheres que deixavam seus estados originários. A investida estava para o Goiás e Mato Grosso. Chegar em Barra Cuiabana era ou não uma contigência na vida daqueles.

<sup>203</sup> Durante a década de 1920, essa localidade era mais conhecida que Barra do Garças, isso porque esta não existia. Os que chegavam na localidade não procuraram Barra do Garças para residir, mas sim Voadeira (devido a presença do garimpo nos córregos desta).

<sup>204</sup> A.M.

É impossível observar um lugar, nas imediações do Rio Garças e de córregos acessados a partir deste, que não estivesse fragmentado e insuficiente em si. Se levar em consideração as afirmações de Max Weber, buscar uma causa para a formação da sociedade barra-garcense resvala-se no mito das origens, então essa deve ser descartada. A cidade é um fato, percebível e verificável, é material<sup>205</sup>. Mas suas causas estão além de uma montagem histórica onde a pura imaginação pode refazer. O antes não existe; há sim, um conjunto de contingências nas quais aparecem como coerentes apenas na narrativa. Dentro de uma consciência histórica nacional, Mato Grosso desempenhou papel de significância e interesse para a Coroa. Foram decretados interventores para cuidar das novas terras e de imediato cuidar de lugares de fronteira, como a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade, sob comando de Antonio Rolim de Moura, gerando o rompimento do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha. Ainda há a questão de viajantes, homens que descreviam essas novas terras como lugar que brotava ouro em sua superfície. Desde sua matriz, Mato Grosso foi mitificado<sup>206</sup>. Também o próprio Rio Araguaia, com a chamada navegação de Bartolomeu Bueno da Silva (Anhangüera)<sup>207</sup>.

Uma narrativa sobre Barra do Garças é possibilitada a partir de seus restos materiais intencionais ou não. Como fato, é atribuída e reconhecida a presença do garimpo como ponto de formação. Como na poética, a formação da localidade ultrapassa seus limites de racionalidade para um imaginário. Há uma mistura entre acontecimentos e sua desnaturalização. Não há causas para a história de Barra do Garças, quando essas são produzidas; tornam-se um efeito discursivo. Há de pensar sobre, quando da cidade se trata, a ação do discurso e o discurso da ação. Há uma dupla temporalização, do enunciado e da enunciação. Barra do Garças existe porque é material, mas sua consciência sobre os acontecimentos somente são possíveis porque existe sua narrativa. A cidade já está configurada, existe um discurso sobre ela que exerce um poder simbólico. Logo, é uma construção e atribuição de sentido a datas, fatos e acontecimentos. Uma hermenêutica é necessária, pois um lugar não *aparece* por meio de uma narrativa *relato*; possui características teleológica.

Mito e história estão mesclados<sup>208</sup>. Quanto a Barra do Garças, não poderia ser diferente; o que marca uma narrativa épica, cronista e memorialista é a *escrita original*. Determinar a origem, marcar o *premier* é fundamental; assim, uma escrita nestas

---

<sup>205</sup> A (co)memoração se encarregou disso.

<sup>206</sup> Holanda, S.B. Mato Grosso e Goiás; 1985 e Monções; 2000.

<sup>207</sup> Ver capítulo segundo sob *Realidade e imaginação*.

<sup>208</sup> LOZANO, J. El discurso histórico; 1994:122.

perspectivas somente é verdadeira se marcar a origem. Valdon Varjão se dispõe a tal trabalho; logo há uma *história* da cidade. Entre os cruzamentos das informações da configuração, da imaginação e da memória social uma sociedade barra-garcense não existe antes da década de 1930. Há uma rota fluvial e interesses que ligavam Araguaiana, como cidade, a Baliza, como produtora de riqueza. O que existe neste íterim são pequenos exploradores, essencialmente solitários que se deslocavam em busca de novas minas; isto justifica o alto índice de homens em relação a mulheres.

Tinha uma longe da outra, as vezes tinha uma aqui, outra em General Carneiro e outra mais longe ainda, as vezes em Torixoreu, aí quando tinha ali perto, era assim, aquela disputa, era aí que tinha morte, aí eles matava (...)<sup>209 210</sup>.

Dentro dos registros da configuração, Baliza é descrita como um lugar de importância e de relevância, o que justifica a concentração de pessoas e de um sistema de transporte para o lugar. Como muitos homens chegavam sozinhos sem a família, a partir de uma imaginação histórica, poderiam trabalhar na extração como peão e logo buscar outras possibilidades, autonomia, por adentrar em novas terras e beiras de córregos. O Rio Araguaia era a porta de entrada para Baliza, alguns poderiam ficar na encosta que ligava o Araguaia e Garças e outros já subiam por córregos que tais rios davam acesso. A realidade dos homens num lugar como da localidade durante o início do séc.XX não era muito favorável, além das dificuldades naturais ainda existiam os conflitos entre esses e índios<sup>211</sup>. A entrada dos sertanejos é descrita como rudimentar e de difícil acesso.

Ele vinha por um trilheiro dessa largura assim (cerca de um metro de largura), desviando, as vezes pisando nas cobras, nos bichos do mato e eles carregavam a mochila na cacunda ( nos ombros ou nas costas), traziam alguma rede dentro de um saco de linhagem, uma enxada, picareta, as coisas que eles usam para trabalhar no garimpo, as vezes traziam uma caixa na cabeça. Tudo era com uma dificuldade (dificuldade) de morrer é por Deus mesmo o que eles faziam, mas eles enfrentavam e muito deles eram muito feliz, pegava um monte de diamante, muitos são ricos ate hoje, eu conheço uns que compraram fazenda, coisas novas, criação<sup>212</sup>.

---

<sup>209</sup> A.M.

<sup>210</sup> Nesta descrição é possível apresentar a partir de 1940, o que seria mais complicado na década de 1920 ou 1930. Caso contrário, se fosse uma família de migrantes.

<sup>211</sup> Na apresentação mítica da cidade de Barra do Garças, o cronista local enfatiza a lenda da garrafa de diamantes fazendo alusão ao conflito entre índios e não índios.

<sup>212</sup> A.M.

Essa é uma retratação da experiência, e indica pontos de análise. Primeiro, o acesso aos lugares de garimpo era feito por meio do que o sertanejo chama de *picada*<sup>213</sup>, para a localidade de Barra do Garças, durante o primeiro e segundo decênio. Não havia estrada que pudesse ligar uma localidade à outra, apenas caminhos estreitos, desconhecidos e não permanentes, o que justifica a importância da via fluvial Araguaia. Segundo, a frequência de um garimpeiro num lugar seria de acordo com aquilo que pudesse lhe render. A noção de tempo estava determinada pela extração de ouro ou diamante, sendo que, no ato de transferência de um lugar para outro, não havia interesse em retornar. Isso justifica moradias feitas de forma para preservar apenas o descanso noturno, barracos sem divisória e nem estrutura (coberta com palha, chão batido e camas feitas com palha ou coqueiros, chamadas de jirau)<sup>214</sup>. Terceiro, a partir de uma mudança de realidade, alguns se estabeleciam na localidade, após acumular possibilidades de ganho, por meio de um achado de diamante, comprava terra ou se dedicava a outra atividade existente<sup>215</sup>, ou então, apenas por pura acomodação. Quarto, a memória individual apresentada pode ser lida de duas formas: a) essa afirmação não pertence ao expoente, sim a uma memória dividida; b) devido a seqüência do relato, ou na regularidade da fala, trata-se de percepção. Sendo assim, há uma mudança de condição ou da imagem produzida pelo mundo exterior sobre a mente<sup>216</sup>, em relação à percepção produzida pelo cronista da cidade (indica simultaneidade das temporalidades). O lugar de experiência da memória individual conduz a que chamou de periferia; logo poderia afirmar: a imagem produzida dependeu do espaço que ocupa cada sujeito em sua historicidade. Não se quer aqui causar impressão de pura relativização da realidade, mas o mundo exterior existente, sendo repassado como imagem pelas percepções; na relação de seus cruzamentos, nota-se a presença de limitação da localidade em relação às outras ainda durante a década de 1930<sup>217</sup>.

Aqui onde a gente morava era só mato, a agente era chamado de os pés vermelhos porque a campina era pó demais, era aquele pó vermelho e quando a

---

<sup>213</sup> Caminho rudimentar aberto com uso de ferramentas como machado, facão e, em alguns casos, o enxadão ou enxada.

<sup>214</sup> Nas obras de Valdon Varjão, essa situação é descaracterizada a partir de 1914, quando Antonio Cristino Cortes chega a localidade com a finalidade de estabelecer-se e, devido a influência sobre o lugar passar a exigir uma mudança de comportamento, as casas passariam a ser construídas por meio de um *projeto* que o mesmo havia determinado.

<sup>215</sup> Aqui é tratada como paralela ou não.

<sup>216</sup> BERGSON, H. Matéria e memória; 1999:20.

<sup>217</sup> A memória está voltada para enquadrar a cidade a partir da década de 1940 e 1950 quando tenta enfatizar a cidade no sistema de relação e a produção material nela empregada para dar exemplos ou fazer comparações, como o caso da construção das pontes que ligam Goiás e Mato Grosso na década de 1950. Mas também é possível perceber mudanças temporais (cronologia).



gente ia lá embaixo, nas ruas lá de baixo, o pessoal já nos conhecia e apelidou a gente de os pés vermelhos parece uma juriti, uma pomba muito bonita que tem os pés vermelhos. Então, era tudo mato, era puro Matão ai para baixo<sup>218</sup>.

Essa forma de memória está voltada para enquadrar a cidade a partir da década de 1940 e 1950, quando tenta enfatizá-la no sistema de relação e a produção material nela empregada para dar exemplos ou fazer comparações, como o caso da construção das pontes que ligam Goiás e Mato Grosso na década de 1950. Mas também é possível perceber mudanças temporais (cronologia). Percebe-se a presença de um lugar da fala. É um sentimento retraído de exigência de reconhecimento. Se Campinas era um lugar periférico, hoje é um dos bairros tradicionais de Barra do Garças. Nessa época já há a presença de uma sociedade dividida e da consolidação da cidade. A preocupação se volta para uma relação de antagonismos entre centro e periferia. Um plano de desenvolvimento urbano não era possível; assim, havia uma distância considerável entre a localidade de garimpagem e as localidades de plantios de roças. Com a chegada da Fundação Brasil Central, esse distanciamento humano e físico se torna mais acentuado.

Uma sociedade como a local apresenta dados, ou suas testemunhas apresentam noções de uma realidade que pode ser lida a partir de uma memória coletiva ou social. O apego a uma e desprezo pela outra seria o mesmo que a discussão produzida sobre os idealistas e realistas, posta por Bergson, ou ainda, da objetividade ou subjetividade em Rügen. Trata de perceber as imagens produzidas sobre a localidade. Destarte, a memória, nos seus cruzamentos, indica uma condição além do que se consegue narrar. Uma história da cidade perpassa não necessariamente sobre a localidade (espaço urbano), mas sua noção de lugar está relacionada a lugares fragmentados possuindo sentido na narrativa de configuração. Pensar a cidade de Barra do Garças na sua presença-ausente refere-se a questão pura da percepção e da noção de realidade exterior. A distinção entre a memória individual, social e coletiva produz uma idéia de história localizada na narrativa. A produção de sentido à localidade é pensada a partir de uma linearidade acontecimental e cronológica, sendo disposta a uma finalidade narrativa, ou seja, os acontecimentos existem, na consciência coletiva porque a narrativa os produziu. Logo, toda narrativa de memória é um auto-reconhecimento e produtora de mitos<sup>219</sup>.

---

<sup>218</sup> A.M.

<sup>219</sup> LOZANO, J. El discurso histórico;1994: 114.

Na memória social, a cidade passou a ter importância com a construção das pontes entre os rios Araguaia e Garças, ligando Barra do Garças a Aragarças. Devido à presença dos fazendeiros na localidade, constituiu uma cidade propriamente dita.

(...) a cidade começou com garimpo, havia a praia, onde é a beleza de praia hoje né, aí os garimpeiros fustava ali e tirava o diamante de lá e de cá na beira do rio e passava na canoa e aí quando fez a ponte acabou, mas o garimpeiro ainda continuou né e foi, tinha uns fazendeiros, aí a cidade por essa razão foi crescendo né, foi criando aquela fama<sup>220</sup>.

Nesse relato de arquivo de memória o narrador produz uma ideia de cidade que está ligada a Fundação Brasil Central. As pontes foram construídas na década de 1950. Dessa forma, a união do progresso, a prática de garimpo e a presença de fazendeiros, deu à localidade de Barra do Garças a posição de prosperidade e de integração. As pontes, mais que apenas uma produção material é também uma produção simbólica<sup>221</sup>. Essas possibilitaram a localidade de Barra do Garças se ligar as demais cidades vizinhas assim como com as capitais. Por meio das pontes, ocorreu um traçado de bens e serviços, a cidade toma uma nova forma física e humana. Mesmo sendo as pontes o elo de ligação, na fala é percebida também uma significação ao local, o garimpo como atividade primeira.

Quando fala: *a cidade começou com o garimpo*, está se referindo a uma prática primária que identifica a cidade de Barra do Garças. Tomando essa afirmação pelo conjunto, acresce-se ainda que, a cidade somente se desenvolveu através do auxílio de outras práticas como a agropecuária e por finalidade o progresso, o contato direto com centros urbanos (o fator humano se sobrepôs ao natural). A construção das pontes representou um significado importante para a localidade. Era chegado o progresso e a civilidade em contradição ao que antes, somente com o garimpo, reinava a servidão humana em relação à natureza. Ou seja, esta determinava e ditava o ritmo de vida das pessoas. Se chovesse muito, a prática de garimpo era impossibilitada; se fizesse muita seca, o cultivo de alimentos era escasso. Sem ligação com cidades, as casas eram construídas com o que a natureza oferecia: de taipa coberta com palha. As roupas eram artesanais, o que justificava a presença de homens quase nus, usavam apenas calções. Quando algum meio de bens e serviço chegava na localidade, era ditado de acordo com a vontade do rio.

---

<sup>220</sup> A.M.

<sup>221</sup> A consolidação das pontes consolidou a substituição da natureza sobre os homens para estes sobre ela. A ação humana e sua relação de trans posição das condições impostas pela natureza passaram a ser rompidas pela técnica .

Devido ao caráter de subjetividade presente em narrativas de memória, os acontecimentos são significados de formas distintas; isso devido à condição de percepção individualizada. A memória de quem vive a partir de um momento, sua experiência será retratada por meio dela mesma. Na divisão da memória social em sua sociabilidade os relatos são produzidos e referidos como divididos, seja pela vontade do entrevistado ou pela heurística do pesquisador. Para essa segunda é necessária, quando se trata de cruzamentos com memória coletiva. Exemplificando, quando refere à Barra do Garças, a heurística é necessária para tratar de testemunhos produzidos por pessoas políticas, nas quais conscientemente ordenam e selecionam a uma finalidade específica. A memória coletiva busca instituir a verdade; há citação de leis, decretos, atas de reuniões, projetos. Isso para validar as afirmações, pois são dados materiais incontestáveis na sua presença enquanto prova; faz-se legítima. Para se fazer reconhecer, institui feriados, dedicatórias, nomes de praças, ruas e monumentos. A memória coletiva manipula pela narrativa na construção dos acontecimentos, o acidental e contingencial não são permitidos.

Na década de 1930 Barra do Garças é vista a partir de um confronto entre nascimento da cidade e meio rural. O lugar possuía chácaras ou propriedades de terras griladas ou compras, a partir de intervenção do Estado de Mato Grosso<sup>222</sup>, sendo na beira do rio havendo uma maior concentração de pessoas, o que seria natural, visto que o rio era o local de trabalho<sup>223</sup>. Havia uma forma de existência que se contrapunha uma a outra, porém se complementavam pelas necessidades. A concentração de pessoas na encosta do rio foi descrita:

Tinha algumas casa de palha, uma aqui outra acolá e tinha aquela rua de cá, lá embaixo, que era do finado Lalau. Lá tinha só aquela rua naquela época, que era uma casa de adobe<sup>224</sup>.

A cidade pode ser entendida aqui sob duas formas: a primeira, como retratada nas obras de Valdon Varjão, a intenção de constituir o mito fundador, o original. Nesse sentido, há uma individualização; a busca de uma razão (sentido) histórica, o que produziu a forma de narrar a cidade a partir de documentos não pertencentes da localidade, sendo uma construção imaginária do sentido; e, segundo, sob o olhar da periferia, no qual o reconhecimento de formação da cidade somente é possibilitado com a criação de bairros, o

---

<sup>222</sup> É citado o nome do Deputado Heronides Araújo, que era conhecido de Valdon Varjão.

<sup>223</sup> Sendo lugar de garimpeiros, sua base era a posse pelo poder.

<sup>224</sup> A.M.

que integra o centro a periferia, na construção de casas e ruas. O rural passa a perder espaço em virtude a vida integrada da cidade.

Naquele tempo as pessoas viviam na roça, muita gente vivia na roça. Isso foi uma coisa que falo que melhorou, muita gente deixou a roça e veio para a cidade. Para muitas pessoas isso não foi bom, porque lá eles tinham muito e às vezes hoje aqui eles não tem nada e a gente planta, se Deus manda a chuva a planta está pura né. Então muitos, não tem aqui na cidade, estão sofrendo, venderam as terras para o fazendeiro mais rico, muitos até largou daquela influencia, largou e veio e hoje são todos sofrendores, muito sofrendores. Eu mesmo conheço muito deles, inclusive tem muitos até na nossa família (...) Tem deles que começou a mexer com um negócio, com um ramo, com uma loja aqui dentro de Barra do Garças, muitos deles ainda estão aí. Muitos deles começaram com um cacho de banana, a vender cacho de banana comprando de outros aí pelas chácaras e hoje e um negociante né e hoje até tem casa boa e outros não deram em nada(...) <sup>225</sup>.

A questão da migração para Barra do Garças pode ser lida e apresentada pela memória de várias formas ou fatores. Então, durante a década de 1930 lugares como Torixoréu e Baliza desempenham papel mais importante quanto à garimpagem, porém com a chegada da F.B.C. (Fundação Brasil Central) ocorreram investimentos quanto à organização urbana, implantando bens e serviços. É comum em falas da memória social a expressão *vim pela educação* <sup>226</sup>. Sendo isso característico do lugar ou não é de reconhecer que foi com a Fundação a implantação de uma biblioteca na cidade de Aragarças <sup>227</sup>. Referida como embrião de cidade, Aragarças está em vantagem a Barra do Garças, durante o final da década de 1930 e 1940. Uma sociedade modifica sua forma; não são apenas sertanejos ou garimpeiros que viviam no lugar, também homens de ações e mentes metropolitana.

Uma vida em Barra do Garças, na década ainda de 1940, estava dividida entre perspectivas diferentes e de organização existencial diferente, mais a beira do Rio Araguaia e Garças, estavam localizados os garimpeiros, com sua preocupação na extração de diamantes e sua estrutura provisória. Mais distante do rio encontravam os chacareiros e logo a dos índios e sua tradição. A cidade nasce da diferença entre ambos e da presença do incentivo (voluntário) do Governo Federal para o povoamento e crescimento das duas localidades. Nesse ínterim, cada vez que a F.B.C. adentrava ao território de Mato Grosso,

---

<sup>225</sup> A.M.

<sup>226</sup> Um ponto a ser debatido e pesquisado é saber se essa afirmação é tida como motivo de ação e relação social da época ou se, devido o fato da pesquisadora, produtora dos arquivos de memória, lidar com a questão da educação os depoentes ordenaram sua memória a fim de satisfazer os interesses da pesquisa. Esse problema é reconhecido e previsto para aqueles que lidam com a prática de oralidade como técnica de pesquisa.

<sup>227</sup> FERREIRA, M. R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997:25.

havia um (re)direcionamento dos caminhos; construíram-se novas picadas para a construção de estrada. Assim, Voadeira passa a ser isolada em relação às novas movimentações na localidade. A F.B.C. movimenta uma mentalidade na qual as pessoas passam a modificar prática e cotidiano; a importância maior não é mais nem roças e nem garimpo, mas trabalhar na Fundação, ser funcionário do governo. Assim, *todos passam a ser, sem exceção, funcionários da Fundação Brasil Central*<sup>228</sup>.

Enquanto há a presença na narrativa de uma formação social a partir de 1924, através do mito da pedra de S.S.Arraya<sup>229</sup>, devido a memória fundadora. Em contra partida, na memória social há um indício importante: a cidade de Barra do Garças (sendo pensada nas décadas de 1920 e 1930 como sociedade garimpeira) é constituída não pelo sentimento de identidade, resultando no esvaziamento dessa zona de garimpo na segunda metade da década de 1930 devido a um outro achado de diamantes.

Então Barra do Garças foi, foi evoluindo e foi chegando gente e depois Barra do Garças foi ficando fraca sobre os diamantes, mas porque, porque se surgiu Munchão do Aroeira. Munchão do Aroeira ligado com Barra Cuiabana. Então (...) então tinha aquele garimpo ali, ali se formo uma vila(zinha), formo uma vila como aqui era antigamente. Então aquela Vila tão bonita pegava muito, muito diamante ai Barra do Garças foi ficando mais, mais quietinha, sem aquele movimento quer dizer. Então a gente ia pro Manchão do Aroeira (...)<sup>230</sup>.

Uma vida ordeira de planos futuros que estivessem ligados a uma realidade de migração constantes, com ideais de riquezas e retorno ao lar não combinaria com a de uma sociedade harmônica. Uma harmonia pode ser pensada na relação de dependência entre uma prática consigo (seus integrantes) com outras práticas (e seus integrantes). No momento que poderia ser atribuída uma idéia de sociedade durante a década de 1930, ocorre um esvaziamento do lugar. Nas atribuições dos escritos de Varjão é percebida a presença de uma ordem a partir da figura de Antonio Cristino Cortes, pois neste fixou limites de *urbanização*, na delimitação de terrenos, casas e ruas. Mas em contra partida, durante o final da década de 1930, o lugar é significado como apenas mais um dentre as outras localidades garimpeiras que partiram de uma matriz, Baliza. O chamado Manchão do Aroeira, pela própria memória individual, ficava próximo ao Parque das Águas Quentes, via rio Araguaia, sentido cidade de Araguaiana.

---

<sup>228</sup> FERREIRA, M. R. História dos irmãos Vilas Boas; 1997:37.

<sup>229</sup> Que precede a essa data.

<sup>230</sup> A.M.

A transferência de pessoas para essa localidade não significou a morte de Barra Cuiabana (um ponto de discussão permanente nesta problemática). Então não era o garimpo que dava a sustentação ao lugar e sim o sistema desenvolvido que era a propriedade de terra e criação de animais e produção de alimentos. Ao mesmo tempo, pode ser repensada essa hipótese alegando que o garimpo possui esplendor na cidade desde o início do séc. XX, o que logicamente desenvolveu a atividade rural. Porém, na memória social, a relação entre garimpo e rural era de dependência, não se pode condicionar ou determinar um sobre outro. Quando se trata da análise do lugar, essas atividades desenvolveram total importância, mas devido à particularidade de cada indivíduo e de suas disposições a valoração poderia ser mais ou menos para uma como para outra. Muitos plantavam para sustentar a família e garimpavam nas horas de folga para auxiliar na produção e alimentos, já outros garimpavam porque eram sozinhos e esperavam retornar ao lugar de origem; por isso, dedicavam menos tempo ao plantio de alimentos para a sua subsistência. Ambos fatores são de ordem humana, de sua ação e reação, ainda existia a questão que ultrapassava as vontades dos homens, era o período das cheias, o que impossibilitava o trabalho no garimpo.

O garimpo era eminentemente composto de homens. No lugar até poderia existir famílias inteiras trabalhando, plantando e garimpando, mas o garimpo não era para mulheres. Isso se dava à condição humana desses homens que ali se encontravam: eram solteiros e não apresentavam ambiente para uma senhora(ita) de família ficar. Nesse sentido, o lugar da mulher era diferenciado ao do homem, limitado aos afazeres domésticos e ajuda na manutenção das roças. Como em crônicas é descrito, é um local sem lei, o que ocasionava muitas brigas, disputas e mortes. Desde os relatos de viajantes, jornalista e memorialistas, a tentativa de remontar a um conjunto de fatos e datas que cada vez mais se distanciam uma da outra e assim também sua importância seja ela mais ou menos retroativa. Algo é de reconhecer: todos referem ao garimpo nascente (matriz) que, ao mesmo tempo, havia disputas com os fazendeiros existentes antes deles. É sabido sobre as passagens pelo Rio Araguaia, subiram e desceram, mas a localidade não pode ser descrita com a presença de tais movimentos.

A constante regressão finda sobre a busca da causa, e essa não existe. O que pode ser visto para a localidade é o fator: a) enquanto em crônicas generalizantes há uma idéia de disputa entre fazendeiros, mineiros e sertanejos, b) em Barra Cuiabana, essa descrição é apresentada como lugar de interdependência. Uma relação de práticas passou a

ser dependente da outra; isso, sem dúvida, pela necessidade<sup>231</sup>. Enquanto no fator *a* há um envolvimento com a memória coletiva da localidade, no *b* aproxima-se à perspectiva da memória social. Então o que justifica o distanciamento entre ambas? Poderia apresentar como intenção de *instituir* e intenção de *relatar*. Nos relatos de memória social, a única verdade é a da experiência que se aproxima muito da memória individual, o fator de convívio pela participação nos acontecimentos e na família pelo compartilhar é determinante. A única seleção permitida para essa prática de relato é a justificativa do ser da família, mesmo havendo a reivindicação do lugar deste(s) na memória local (mitos) também como original. Formas de experiências distintas justificam percepções e criação de imagens distintas.

A presença da mulher num lugar onde a maioria das pessoas possuía uma moral voltada a princípios de religiosidade e ainda sob um número muito reduzido gerava desconfiança e tratamentos ligados à idéia de sexo e não de gênero. O espaço que cada uma deveria ocupar era determinado pelo marido ou pai. A questão de castidade era um tabu ainda presente. A honra era a identidade de uma família, na relação entre garimpo e meio rural os medos eram produzidos de forma diferenciada. Para quem não tinha família e que trabalhava na mineração, a vida e o seu espaço de produção de mão-de-obra era o centro da atenção. No caso do meio rural, onde na maioria dos casos a família estava toda presente, a preservação da integridade e moral familiar era uma problemática inquietante, o que poderia afetar na produção (na roça). Por serem afastadas do lugar onde era feita a casa e num lugar onde não se havia nada para fazer além das questões determinadas pelos pais, como buscar água e lavar roupas (no caso das meninas), essas casavam entre 15 e 17 anos. Essa idéia é dividida pela fala da memória individual, assim como constatação, a partir dos arquivos de memória analisados<sup>232</sup>.

(...) um dia meu pai me chamou e disse: sabe minha filha esse homem eu o conheci muito jovem, é uma pessoa de muita responsabilidade, é uma pessoa muito boa, muito querida, a gente conhece muito bem a família dele. Então eu disse, ta bom, porque ele queria, foi ele quem me pediu em namoro e eu aceitei. Naquela época eu tinha quinze anos, e eu queria casar com vinte e cinco anos, eu tinha aquela idéia, mas meu pai não queria, ele não queria pois naquela época ele queria ficar solto já que era ele que criava nós (...) Ele ficava muito tempo na roça, e aí ele não queria que nós ficasse ali tirando o sossego dele<sup>233</sup>.

---

<sup>231</sup> Ver SILVA, H.R.da. Garimpeiros do Mato Grosso; s/d:78-88; ENCICLOPEDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS. Barra do Garças; 1958; DINIZ, Z.dos. Município de Aragarças; 1990, Cinqüentenário de emancipação política de Barra do Garças; 1999; MIGUEZ, J.M.G. Araguaia; 1996 e as obras de Varjão.

<sup>232</sup> TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas; 2005: 233-245.

<sup>233</sup> A.M.

Nesse caso, a fala pertence a uma particularidade vivida pelo relator, porém esta é apenas uma parte do todo. A presença sexual era forte quanto ao tratamento das meninas. Essas não poderiam contrariar as ordens do pai. A presença de uma coerção social impedia que as meninas expressassem sua vontade assim como neste arquivo de memória aparece. Na mudança de sexo para gênero, como ser social e de individualidade, esta pode expressar um descontentamento com o trato dado pelo pai<sup>234</sup>. Os casamentos eram apresentados a partir de um ideal social e não emocional, ou seja, observava-se não se ambos estavam apaixonados e sim de como era cada família no seu sistema de relação e ação social, resumindo, sua moral. O interesse individual era sufocado pela vontade daquele que representava a família: *o pai. Eu disse, ta bom, porque ele queria* é uma afirmação como uma sociedade pequena representava a si em torno de princípios ligados à moral e à religião<sup>235</sup>.

A presença de uma idéia sexual era viva e incomodava os interessados. A reação produzida por uma contrariedade, nesse sentido era violenta. Num lugar onde a justiça jurídica não era presente, ela se fazia pelos próprios juízos de valor, ou seja, um ato de desonra gerava a morte, em caso de estupro ou relações ilícitas entre homem e mulher, a morte deste era certa<sup>236</sup>. Juntamente com o pai da *moça*, os compadres perseguiram até encontrar o foragido *a fim de reparar o dano*.

Naquele tempo era assim (...) No caso de fazer maldade com uma moça ou com uma pessoa inocente, geralmente eles capavam direitinho, os homens eram duros<sup>237</sup>.

Na parte a seguir o relato mostra como se fazia com a pessoa, a partir de um acontecido na *localidade* referindo tanto a questão da honra e assassinato. Demonstra o padrão de justiça e a participação do coletivo,

Foi, esse caso foi aqui perto, de General Carneiro, é até parente de meu marido, para cá um pouco de General, eles mexiam com gado de corte, o Seu Sebastião, pessoal trabalhador e ele tinha aquela filha muito bonita. Foi um rapaz, um moreno, negrão, que se interessou por aquela moça, queria namorar com aquela moça, mas os pais não queria que eles namorassem, não havia condição de ele

---

<sup>234</sup> Memória como distanciamento e julgamento.

<sup>235</sup> MUNIZ, D.C. Meninos e meninas na escola; 2000: 189-218.

<sup>236</sup> Essa questão não é presente apenas na localidade, mas pertence a uma consciência histórica vinculada a princípios da religião. Como a religião possui princípios transcultural, essa prática foi reproduzida em lugares nos quais a religiosidade e moral se fundiam em sociedades nas quais o poder jurídico não desempenhava papel superior as oligarquias e barões, no caso do Brasil.

<sup>237</sup> A.M.



namorara com ela, os pais não queriam que ela namorasse com aquele negro. Aí um dia Seu Sebastião foi para a roça, era um moço trabalhador, a mulher dele que agora eu não me lembro o nome também foi, ... não ela ficou em casa, ela ficou em casa fazendo almoço. Aí o moço chegou com uma carabina, aí ele falou que ele tava interessado para que ela saísse, que ela não ia mais morar ali, aí ele mandou ela ficar deitada e matou com um tiro de carabina, foi a coisa mais grave do mundo, matou a sogra e a moça. E aí naquela hora aquela menina correu para dentro do quarto e se enfiou debaixo da cama e ele matou a moça lá dentro do quarto aquela que ele queria e a outra ficou debaixo da cama pedindo pelo amor de Deus, pedindo que escapasse, ficou rezando (...) o pai reuniu um bando de homens e saíram atrás deles porque naquele tempo era assim. Quem cometia barbaridade como essas os homens caçavam para fazer vingança, justiça. Aí eles pegaram ele lá pelos rumos dos garimpo que ficava aí pela frente (...) amarram ele, mandaram-no cavar seu túnel, um buraco, aí jogaram-no lá dentro, mas antes, caparam, cortaram as mãos dele, foram matando aos poucos<sup>238</sup>.

A demonstração de justiça por lei própria era uma prática na qual tinha a conveniência de seus pares, ou seja, esse imaginário era dividido e partilhado por aqueles que viviam tanto em zona rural ou em zona de garimpo, mais pela primeira que pela segunda. Como visto, cada qual possuía peculiaridades e preocupações distintas, o que os unia era a necessidade e a busca pela sobrevivência. A fixação sobre a localidade não era fácil para nenhum dos dois lados, não havia a quem recorrer por ajuda; as questões eram resolvidas o mais rápido possível e sem meio termo. A noção de instabilidade era resultante da posse que muitos tinham sobre armas como revólveres ou espingardas, além das próprias ferramentas de trabalho que se aproximavam de instrumentos tidos para o trabalho ou para resolver questões de discórdia entre os residentes, como facão, foice, picareta, machado, enxada e outros. Tamanha instabilidade era produtora de muitas mortes, levando em consideração a proporção e a quantidade de pessoas concentradas na região<sup>239</sup>. O que é de comum acordo entre os relatos de memória social, dentro dos arquivos de memória é a presença intrínseca da instabilidade social em sua ação e relação<sup>240</sup> e extrínseca quanto à identificação do garimpo a práticas de barbaridades violentas e irracionais. O garimpo era, sem dúvida, uma variação na localidade, era nesses lugares de concentração masculina que tomava atenção das pessoas, sua ação social produziu uma imagem sobre aqueles que não dividiam dos princípios de gênero como relacional: as mulheres.

Mais aqui era, era habitado pelos índios, aqui existia só índios, essas pessoas, as pessoas assim, mesmo que eles era branco como diz a língua, mas a gente

---

<sup>238</sup> A.M.

<sup>239</sup> Política, geográfica ou simbolicamente falando. BOURDIEU, P. O poder simbólico; 2004:107-132

<sup>240</sup> No conceito de Max Weber. COHN, G.(org). Weber. Sociologia; 1997:30.

achava que era índio, porque a pobreza era grande. Eles vivia quase nus, todo mundo porque todo mundo só vivia do garimpo, tirando do garimpo (...) ia enfrenta a roça<sup>241</sup>.

Fatores importantes dessa fala que referem a pontos de cruzamentos entre outras falas, quem estava de fora da realidade de mineração identificava ou associava os homens de vida essencialmente voltada ao garimpo a bárbaros ou índios. A realidade poderia ser estranha no momento da duração, porém era tratada com indiferença, fazia parte daquele momento histórico. A condição da memória, da seleção e julgamento pelo distanciamento, produz relatos caracterizando uma realidade difícil e sofrida, tanto pelos meios de subsistência como pela condição humana produzida a partir do meio. Essa imagem reflete sobre a expressão *achava que era índio*. Homens sozinhos, num garimpo, lugar onde não havia entrada e saída de bens e serviços, isolados, resultava numa forma existencial que fugia a questão da estética e padrões ideais de relacionamento. Pelo contrário, essas relações eram produzidas de ordem prática entre os limites viver e morrer.

Ainda, como dito, não havia onde encontrar roupas para comprar e os caminhos de acesso à localidade eram difíceis o que inviabilizava a procura ou a venda de tais produtos. Por último, duas eram a possibilidade de existir numa localidade como Barra Cuiabana: ou garimpava ou ia para a roça; caso contrário, este não seria lugar de inapto para ambas as funções<sup>242</sup>. Uma imaginação provocava alvorecer de pessoas para a localidade e um imaginário coletivo<sup>243</sup> produzia a permanência dos homens por anos a garimpar. Uma relação de elucubração está presente para a formação da cidade de Barra do Garças<sup>244</sup>. Mas a busca de sua origem não dará uma resposta e nem deve ser motivo de investigação histórica; está mais próxima a poética. A importância de identificação é saber como de forma tal ou tal se deu o sistema de ação e relação humana na formação dessa localidade. Há uma reivindicação que ultrapassa os limites de uma *naturgeschichte*<sup>245</sup>, das possibilidades existenciais do social de si consigo em primeiro momento e de si com outrem, num segundo.

---

<sup>241</sup> A.M.

<sup>242</sup> Nessa hipótese, motivo pelo qual muitos deixaram a localidade e foram para o Manchão do Aroeira com a queda de extração na Barra Cuiabana. Numa distinção, haviam aqueles que foram porém, permaneceram na localidade, tanto por desejo, interesses novos (F.B.C.) ou propriedades que haviam deixado.

<sup>243</sup> O termo está sendo usado na medida que nesta dissertação o garimpo não é tratado como única forma de práticas na localidade e nem a mais importante, por isso, o garimpo era de interesse de um grupo diretamente ligado a ele.

<sup>244</sup> O mesmo seria dar a resposta a pergunta *o que surgiu primeiro o ovo ou a galinha?*

<sup>245</sup> KOSELLECK, R. L'expérience de l'histoire; 1997: 53-57.

A demografia para a localidade era resultante de um constante processo. Algumas vias eram reconhecidas como ponto de entrada a Barra Cuiabana, sendo por Cuiabá ou por Goiás. Esse segundo possui maior expressão pelo fato de, a maioria desses, chegando do Nordeste e do Norte do Brasil, faziam uso do caminho que atravessava o Estado de Goiás. Esse caminho poderia ser por via terrestre ou fluvial. Pela terra o caminho cortava todo o trajeto de Vila Boa até chegar na localidade<sup>246</sup>. A descrição sobre o uso de cada um fixou-se sobre a memória individual ou na compartilhada. O ponto de ligação entre ambos reflete uma luta constante contra as adversidades apresentadas pela natureza preservada e rotas desconhecidas.

Há vinha, vinha gente como meu pai, meu pai veio do Norte no Batelão. Hoje em dia o povo fala de barco, é avoadeira. O meu pai veio de Batelão (...) Ave Maria, ele foi uma pessoa sofredora com minha mãe. Chegava nas praias, ali eles como que pousava porque não podia chega, até chega aqui era praga de mosquito, ali meu pai pousava, acendia aquele fogo, pescava, ali pegava aquele peixe, comia com a minha mãe e com mais 4 filhos que trazia. As vezes quando chegava, como teve praia que eles encontravam ovos de tartaruga e vem vindo até chega em Barra do Garças<sup>247</sup>.

O rio Araguaia tornou uma forma de transporte ideal para atravessar da região norte até Baliza. Esse transporte também revela alguns indícios, por exemplo, a demonstração de dificuldade que era chegar até o lugar. Muitos saíam somente com a esperança de prosperar, uma migração por necessidade na qual aumentava a cada dia que se passava dentro dessas pequenas embarcações de transporte. É de notar ainda que é atribuída a essas embarcações uma presença na localidade no início da década de 1920<sup>248</sup>.

É datado o ano de 1922 a primeira embarcação que chegou em Barra do Garças, porém, há relatos de memória no qual a família chegou no ano de 1920 na cidade através da via fluvial numa espécie de embarcação chamada batelão. A discussão não está concentrada sobre qual a primeira embarcação que chegou no lugar denominado Barra Cuiabana, antes cada *produção narrativa* existente reivindica uma produção de imagem e, ainda, pode-se acrescentar, todas refazem uma idéia de origem que estejam diretamente relacionadas a sua genealogia<sup>249</sup>. Com essas palavras retira-se o interesse de uma busca da verdade e também, acrescenta-se, a busca pela mentira. Há um interesse pela regularidade

---

<sup>246</sup> O caminho de Vila Boa até Cuiabá já era realizado desde a década de 1730. Ligava Vila Boa a Registro do Araguaia, atravessava o Rio Araguaia e seguia em direção a Cuiabá. No séc. XIX, a partir da mineração em Baliza, passaram a subir o rio. SOUTHEY, R. História do Brasil; 1977; 1981 e IHGMT 1839-1845.

<sup>247</sup> A.M.

<sup>248</sup> MIGUEZ, J.M.G.Araguaia; 1996: 76.

<sup>249</sup> Ver o filme *Narradores de Javé*.

discursiva entre a memória social consigo e seu cruzamento com a memória coletiva. No caso especial dessa citação acima, trata-se de uma memória emprestada ou compartilhada. O relato é produzido por alguém nascido anos posteriores a 1920; logo a memória chamada individual por Halbwachs, refere-se a uma imagem na qual quem relata não fez parte, mas é experiência porque foi dividida<sup>250</sup>.

É importante a reparação de um provável mal entendido. Não é afirmada aqui uma improvável manifestação da realidade por meio de imaginação. Por exemplo, se não há uma busca da verdade e nem da mentira nas narrativas de memória ou crônica sobre a cidade, então porque tanta tentativa de enquadrar algo que, em si não existe? A questão é mais complexa que uma pura observação binária; certo ou errado; falso ou verdadeiro; verdade ou mentira e bem ou mal. A radicalização apenas gera pensamentos deterministas como disse Rüsen. A noção dos cruzamentos, aqui sendo tratado como conceito<sup>251</sup>, é caracterizado a partir de uma noção entre realidade, percepção, narrativa e linguagem<sup>252</sup>. A noção de que a realidade não pode ser apresentada pela narrativa, primeiro pelo *interesse* narrativo e segundo, pelo *tempo*, é concebida, mas somente pela narrativa que pode chegar a conhecer alguma coisa sobre um tempo de presença-ausente<sup>253</sup>. Independente de qualquer especulação acerca da realidade é possível uma análise da sociedade a partir de dois elementos: *social* e *linguagem*. Nesta análise, o termo realidade está voltado para uma questão semântica que para a busca de uma realidade objetiva. Um objetivo é exercitado, como as imagens produzidas na atualidade (extra-lingüísticas)<sup>254</sup>, são frutos de uma produção imagética total. História e linguagem é uma relação tensa, porém a análise lingüística é uma condição sócio-histórica. Por meio dos dados relacionais entre matéria-imagem-memória<sup>255</sup>, busca a compreensão de como um lugar é construído na narrativa.

*Die geschichte* é tomada como síntese das histórias particulares<sup>256</sup>. Como lugar de experiência, a *história local* é apresentada em forma de narrativas de memória ou crônica. Neste sentido, pela produção de imagens sob memória social, na questão de

---

<sup>250</sup> BENJAMIN, W. O narrador; 1980: 68.

<sup>251</sup> WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. Penser l'histoire croisée; 2003: 8.

<sup>252</sup> Condição pensada apenas com o uso da hermenêutica, teoria da interpretação e da compreensão. GUMBRECHT, H.U. e LÜSEBRINK, H-J. Histoire et langage; 1983: 185.

<sup>253</sup> Neste retoma a noção de conceito. DERRIDA, J. A escritura e a diferença; 2001: 20 e RICOEUR, P. La mémoire, l'histoire, l'oubli; 2000: 7.

<sup>254</sup> KOSELLECK, R. L'expérience de l'histoire; 1997: 106.

<sup>255</sup> BERGSON, H. Matéria e memória; 1999.

<sup>256</sup> DROYSEN, J.G. Précis de théorie de l'histoire; 2002: 24 e KOSELLECK, R. L'expérience de l'histoire; 1997: 25.

condição de existência dos seres, são apresentadas noções de *acontecimentos acidentais*<sup>257</sup> nos quais retratam uma realidade enquadrada como sofrida e de migração.

Ave Maria, ele foi uma pessoa sofredora com minha mãe. Chegavam nas praias, ali eles como que pousavam porque não podiam chegar, até chegar aqui era prega de mosquito, ali meu pai pousava, ascendia aquele fogo, pescava, ali pegava aquele peixe, comia com minha mãe e com mais quatro filhos que trazia.<sup>258</sup>

Uma história social da memória movimenta a perspectiva solidária de dividir a memória, o narrador da memória também passa a fazer parte dela. Nessa perspectiva, há participação numa memória emprestada, ou seja, quem relata a experiência, a faz por meio do compartilhar. Quando o historiador reproduz a passagem de uma memória, voluntariamente ou não, este perpetua a presença desta. A fim de um propósito para a escrita da história, a memória é enquadrada numa função de fundamentar algum argumento e para não passar para um campo puramente abstrato. A memória faz parte de uma experiência, a de vivência particular. No fator de uma relação, a memória transcende ao mero fator individual. Numa memória social os sujeitos das ações de determinada sociedade e de uma temporalidade se reconhecem como participantes, funda-se a identidade de um lugar. No campo da memória coletiva, essa passa para um momento que envolve uma relação direta entre poder e política. Na identificação dessas questões da memória para a localidade, há pontos que necessitam ser ressaltados, a presença nordestina<sup>259</sup> na localidade é uma evidência, caso ela não seja enquadrada na experiência de vida vivida, sua forma torna naturalizada<sup>260</sup>. O que deve referir é se essa presença se particularizada e demonstrada caracteriza pontos importantes; primeiro, se movimenta a representação sobre a ação e relação social particular e, segundo, se caracteriza noção de temporalidade.

A expressão *ele foi uma pessoa sofredora com minha mãe*, pode ser inquirida de formas diferentes e no conjunto das falas, essa produz uma imagem pela qual justifica o processo migratório de nortistas e nordestinos para o centro do país. Apesar de representar, em síntese, as dificuldades externas a localidade, essa também deve ser lida, para que se saiba como era a condição dessas pessoas ao chegarem numa localidade como Barra

---

<sup>257</sup> KOSELLECK, R. L'expérience de l'histoire; 1997: 33.

<sup>258</sup> A.M.

<sup>259</sup> Esse exemplo é referido para identificar a escrita do cronista local Valdon Varjão ao tratar sobre a questão da migração para a localidade.

<sup>260</sup> Sendo pura descrição factual.

Cuiabana. Ao mesmo tempo ela pode ser reflexo de várias outras falas que tratam do mesmo problema, migração.

Essa dificuldade encontrada pelos migrantes ao chegarem na localidade designada Barra Cuiabana, ou em particular, Baliza, a imagem produzida e repassada para a posteridade em forma de memória, se materializa de forma semelhante ou distinta, depende muito da imaginação que cada um projetou sobre a localidade, mesmo antes de chegar nela. Mas, o que ficou marcado em alguns é a presença de condição natural bem diferente daquela encontrada em sua origem. A localidade de Barra Cuiabana era de mata densa, dois rios, águas termais (que fez muitos andarem até seis quilômetros por dia para desfrutar dessa condição, mesmo antes de se tornar clube), córregos, uma terra fértil que ainda, produzia diamantes. Para alguns, o paraíso que não havia num lugar onde a seca era o fator de ultra-oposição em relação ao novo lugar. E nessa linha de raciocínio uma hipótese é reforçada: a cidade não nasce do garimpo, mas da prática de cultivo e extração. O garimpo produzia o dinheiro necessário para preservar a roça e essa a permanência dos sujeitos na localidade; caso contrário, após acumular pequenas pedras iriam embora, como muitos foram.

Até a década de 1930 a relação direta com a terra permitiu a permanência de pessoas em Barra Cuiabana. Com a chegada da Fundação Brasil Central na cidade de Aragarças, o sistema de bens e serviços levados as duas localidades gerou novas expectativas e introduz uma sociedade mais complexa; os cidadãos de Barra Cuiabana e Barra Goiana deixam de viver suas vidas em função de necessidades puramente existencial e local, para uma necessidade exógena e nacional. O que o cronista e memorialista local chamou de nascimento da segunda fase da cidade, neste escrito sobre história da memória local, a partir da interpretação, está sendo chamado de fundação de Barra do Garças. As pessoas passam a pensar num futuro para responder suas expectativas presentes. A migração deixa de ser imaginária para uma material. Com a Fundação, há a abertura de estradas, criação de escolas, construção de casas, fluxo de pessoas, automóvel, avião, máquinas, hospital, funcionários públicos e liberal e mais importante, troca cultural<sup>261</sup> entre centro e periferia. Há uma mudança radical na vida daqueles que estavam habituados à pesca, mineração, roça, conversa de compadre. Destarte, a noção de tempo e espaço é alterada. Tamanha foi distinção de um antes e depois da Fundação, que sua presença nas duas localidades tornou-se um fato reconhecido nas narrativas de crônica e de memória.

---

<sup>261</sup> No sentido dos juízos de valores.

(...) a evolução foi muito rápida, porque quando implantou a fundação foi mundial assim como uma pessoa que ganha uma loteria e de uma dia pro outro fica rico ele não muda rapidamente as coisas. Mudou rapidamente tudo, porque o movimento lá era tão grande, aqueles *quarteirão cheio*, aquelas cozinhas enormes, aquele mundo de panelas, aquele tanto de gentes trabalhando. Aqui era um movimento muito grande então foi um impulso muito rápido o povo do lugar ficou até meio constrangido pela maneira com que foi implantada a Fundação<sup>262</sup>.

A Fundação mudou a realidade dos moradores locais. Com a definição de *quarteirão cheio* marca algo novo, para o cronista Valdon Varjão é vertido por ordem e progresso ou porta de entrada para o novo Brasil. A organização a partir de uma racionalização do espaço gera espanto: *o povo do lugar ficou até meio constrangido*. Numa mudança na noção de tempo, é introduzida uma nova temporalização. Como existiam outras localidades próximas de Barra Cuiabana e Goiana, a notícia se espalha ocasionando migrações maiores na década de 1940. Um novo espaço é produzido por aqueles que chegam e por outros já presentes, o da residência e da mão-de-obra operária não especializada. A relação entre trabalho e existência é alterada; uma terceira opção passou a ser ofertada pela Fundação que distanciava do peão de garimpo ou de roça. O sistema de relação social torna mais complexo a cada dia que bens e serviços são tramitados nas duas localidades. Isso não significou o fim do garimpo por uma transplantação de fase, o que pode ser apresentado não por uma imaginação histórica, e sim a partir de arquivo de memória. Pessoas que migraram na década de 1940, ao chegarem em Barra Cuiabana viam a presença nítida da extração de diamantes dentro dos rios. Porém a imaginação que predominou os motivos de migração até a década de 1930 passou a ser dividida por uma outra realidade que não mais estava associada unicamente ao desejo de ficar rico, mas ao de educação, trabalho e qualidade de vida. Foi a partir da década de 1940 que ocorreu um vulto migratório a Barra Cuiabana.

É preciso notar que, a imagem produzida na fala abaixo caracteriza uma noção evidente da representação feita por aqueles que na atualidade repensam a década de 1940.

Depois que nós chegamos foi chegando família, foi chegando família pra Barra do Garças, empregando tudo na Fundação, porque aqui não tinha emprego, aqui não tinha nada<sup>263</sup>.

---

<sup>262</sup> A.M.

<sup>263</sup> A.M.

Na memória foram retidas informações que enquadram a localidade a lugar parado e de atraso tendo apenas *oito casas de telha e o resto tudo de palha*. Assim, a Fundação foi uma libertação desse atraso marcante e presente. Essa imagem produzida reforça questões levantadas: primeiro, na memória coletiva ocorreu um esvaziamento na localidade, na década de 1930, com a descoberta de garimpo em Aroeira e Poxoréu e segundo, na memória social esse acontecimento é marcado pela migração de uma família para a localidade de Manchão do Aroeira justamente pela mineração mas que retornaram a Barra Cuiabana pela questão do estudo e da terra. Ambas coincidem com uma questão já referida, com a descoberta do Manchão do Aroeira ocorreu um esvaziamento de Barra Cuiabana, por parte daqueles que viviam do garimpo, permanecendo aqueles que cultivavam roça; assim, a movimentação que existia de compradores e trabalhadores na mineração se transferiu para a outra localidade. Isso não quer dizer que a prática de garimpagem terminou, aqueles que ficavam continuavam a garimpar, pois como é presente no arquivo de memória, garimpava para preservar a roça. No momento que chega a Fundação, os presentes se assustam porque sua *tranqüilidade* é rompida pelo barulho de motores e fluxo de pessoas como retoma a atenção daqueles que haviam partido e que ainda permaneciam próximos a localidade<sup>264</sup>.

O fato de não haver água encanada, na década de 1940 a localidade é configurada em forma de um L. Na atualidade o que se conhece como Lajedo e Córrego do Monjolo marcava os limites da localidade e se estendia até a Rua Antonio Cristino Cortes, existindo apenas duas ruas definidas. Ambos os córregos eram utilizados para pescar, banhar, lavar roupa e utilização doméstica. Antes, na década de 1930, esses dois córregos também eram usados com mesma finalidade, que fica claro devido ao fato de haver sujeira no rio devido ao garimpo.

### **Cotidiano e práticas 1920-1940**

Viver numa localidade como Barra Cuiabana apresentava algumas particularidades durante as décadas de 1920-1940, em especial. Sua gênese é concebida a partir de um sistema *agir e sofrer humano*. Para agir e sofrer envolve o sistema de ação e

---

<sup>264</sup> Por meio da memória social, é percebida nas falas a existência de inúmeros lugares que se comparavam com Barra Cuiabana, mas que sua função primeira de existir era o garimpo, com a chegada da Fundação as pessoas passam a escoar para a localidade a fim de uma nova possibilidade de existir. Ainda, há radicalizações, pois alguns, mesmo não nascendo na localidade se consideram nascidas em Barra do Garças pelo fato de considerarem que os outros lugares faziam parte do todo.



ralação social. Uma vida em sociedade é possível em Barra Cuiabana no primeiro quartel do séc. XX, as pessoas já divergiam nas formas de relação e ação social, havia uma inter-relação entre práticas existenciais num objetivo em comum, melhorar a qualidade de vida. Esse sentimento ficou traduzido na década de 1920 e 1930 por garimpo. O sonho produzido na imaginação gerou uma imagem<sup>265</sup> sobre a localidade, na qual as pessoas passavam a vivê-la mesmo antes de chegar. O processo migratório que saía de Goiás, Norte, Nordeste era justificado por outras imagens produzidas sobre o Mato Grosso, lugar de muito ouro. Não importava a localidade, o que importava era o ouro a ser encontrado nas terras da garrafa escondida, onde não se conhece sua precisão, porém o referencial era Mato Grosso. Mesmo havendo várias outras localidades de mineração, Baliza era um referencial pela prática de extração já existente por alguns anos. Na medida que as pessoas iam subindo pelo rio Araguaia, muitos paravam por algum tempo, trabalhavam, conseguiam dinheiro, alimento e seguiam em busca de novas localidades. Baliza era um dos pontos finais das embarcações, que levavam comida e materiais necessários para a permanência no lugar e a prática essencial que movia as pessoas a migrarem.

Pelo garimpo, porque eles falavam, lá chamava Rio das Garças. Meu pai, eles em 1906, quatro irmãos entraram pra mata amazônica, em 1906. Em 1913 eles saíram da mata, aí passaram direto pra cá, mãe dele tinha morrido (...) chegaram aqui na beira do Araguaia no dia quinze de setembro de 1914<sup>266</sup>.

A necessidade encontrada por pessoas de outras regiões do Brasil juntada ao imaginário produzido pelas riquezas existentes fez com que muitos se aventurassem por essas partes não conhecidas. A propaganda de que havia muitas reservas de diamantes e ouro em Mato Grosso desenhava o desejo de prosperidade, algo não conhecido pelos nordestinos e muitos nortistas. Em caso especial, este arquivo de memória está referindo a uma memória emprestada de família e retrata a chegada do pai na região. Na ocasião já estivera por outras partes do Brasil, devido ao conhecimento de ouro na região tratou de adentrar por mais uma investida. Seguindo os rastros deste mesmo arquivo de memória é observado, em outras passagens, que ao chegar à beira do rio, o que chamou a atenção não foi o garimpo e sim a possibilidade de se tornar um proprietário de terra ou um fazendeiro.

De acordo com o arquivo de memória o garimpo na beira do Rio, necessariamente nas proximidades do que hoje são as duas cidades, somente veio a

---

<sup>265</sup> Essa imagem é pensada como conceito de realidade. BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 20,21.

<sup>266</sup> A.CAPH.

consolidar-se a partir do ano de 1922<sup>267</sup>. Nas terras do lado de Goiás era existente uma outra prática: a de criação de gado. Devido ao tamanho das propriedades a quantidade de moradores não era significativa e nem vista. Muitas vezes uma única pessoa poderia ter a posse de mais de uma fazenda criando gado, como é o caso de um senhor conhecido como Pio Barros (o mesmo que vendeu parte de sua propriedade para a Fundação Brasil Central na década de 1940).

Trabalhou (...) trabalhava em fazenda para os outros (...) Pio Barros e Antonio Baiano, só pra esses dois homens que ele trabalhava. Então era uns homens de nome, era só Pio Barros e Antonio Baiano. Muito bem, aí depois ele garimpou pouco, aí era mexendo em roça (...) toda vida (...)<sup>268</sup>.

Na falta de opção para trabalho ou por algum outro motivo as pessoas passavam a abandonar o sonho de ficar rico por meio do garimpo e dedicavam grande parte do tempo no trabalho com roça. Em caso especial, esta passagem da memória descreve uma situação que precedia a presença de garimpo na localidade. Na sua inexistência passou a desempenhar funções na criação de gado. Também não havendo nenhum tipo de indicativo para existência de cidade, a vida concentrava-se no meio rural num lugar chamado Manchão do Divino. A vida estava resumida a cerca de dezoito quilômetros de distância da atual cidade de Aragarças<sup>269</sup>. Em síntese, até o início dos anos 1920 toda a redondeza do Araguaia próxima as duas cidades era de mato ou pastagem para gado.

Uma imagem. Na década de 1920-1930 Barra Cuiabana é descrita como *pobrezinha e totalmente ligada a Araguaiana*, lugar de puro mato onde *se andava com um pau na mão com medo da onça*. Lugar no qual a presença indígena era forte, *aqui existia só índio*<sup>270</sup>.

(...) eu conheci na Barra eu e mais o Pio Barros, só tinha duas casas de palha ali ... duas casas e só, quando eu era pequeno, duas casinhas. Aí foi chegando, foi indo, foi indo, foi assim, aí foi crescendo Barra do Garças...<sup>271</sup>

---

<sup>267</sup> Se tomada por base as referências de Valdon Varjão essa realidade é caracterizada no momento de chegada para localidade de Barra do Graças Antonio Cristino Cortes (necessariamente como consta na memória coletiva no ano de 1924).

<sup>268</sup> A.CAPH (os parênteses encontrados nesta citação é devido a dificuldades de compreensão da gravação).

<sup>269</sup> Em Diniz o nome que aparece refere a um lugar chamado Deixado. DINIZ, Z.dos S. Aragarças; 1990: 143.

<sup>270</sup> A.M.

<sup>271</sup> A. CAPH.

No começo dos anos de 1920 na localidade onde hoje é Barra do Garças de um lado e Aragarças de outro não havia nada mais além do que propriedades de terras e sem nenhum motivo para retratação. Essa idéia torna-se ainda mais forte se levar em consideração as palavras de Valdon Varjão na tentativa de marcar a presença de Antonio Cristino Cortes como marco inicial na formação da localidade de Barra do Garças, a partir do ano de 1924. De fato, no mesmo arquivo de memória, é posta a numeração por volta de três mil garimpeiros reunidos nos anos de 1928. Com uma população sendo ou não nessa faixa numérica e de tamanho isolamento, a privação e falta de estrutura era evidente.

As pessoas, diante toda aquela dificuldade de conseguir roupas, porque não havia para se comprar, e devido ao ambiente, andavam quase nus. Até a década de 1930, o lugar é descrito como não havendo casa de alvenaria ou com telha; era sim feita com madeira, retirada das roças e coberta com palhas de coqueiros que existiam na época. Uma sociedade nascente com princípios opostos, devido a imaginação e a migração, logo depois a condição e a necessidade. Muitos não conseguiram a conformação entre imaginação e condição. O sonho de ficar rico era frustrado, porque não teve a chamada *sorte* no garimpo ou porque se endividou com os patrões ficando fadados a cumpridores de ordens. Garimpavam sobre a tutela de alguém com mais dinheiro e poder na localidade; e já outros (devido a família) dedicaram-se ao cultivo da terra. Um outro indício sobre o Arquivo de memória social pode ser observado quando, na relação entre matéria e memória (corpo e percepção) ainda na década de 1920-1930, as casas estavam sendo construídas não em espaço vazio, no sentido de que não havia a ação humana, estavam em lugares denominados *pastos*. As casas são referidas como *rancho*, porque as pessoas eram *povo tão humilde, aquele povo tão sofrido*. Na maioria das vezes as pessoas dormiam em redes<sup>272</sup>. Uma importância do gado foi na utilização do couro para a fabricação de uma espécie de cama chamada *Catre*. Os lugares de se sentar era nos *tamburetes feitos de madeira ou em caixotes*<sup>273</sup>. No final da década de 1920 e começo da 1930, o lugar é descrito como não havendo aula e de muito atraso. No conjunto dos enunciados, a isso é possível deduzir que, em relação a lugares como Araguaiana e Baliza, Barra Cuiabana, estava muito longe de ser um lugar ideal dentre as demais. E a situação agrava mais

---

<sup>272</sup> traços da cultura nordestina.

<sup>273</sup> Essa parte do Arquivo da memória social deve se referir a um tempo mais próximo da década de 1940 porque está fazendo alusão a um tempo que se aplica-lo a década de 1920-1930 haverá uma contradição na produção narrativa da memória por quem relata. Em dado momento refere a década de 1920-1930 como sem nenhum recurso ou meio, por exemplo, essa idéia esta sendo produzida a partir das roupas. Dizia que não haviam roupas para serem compradas por isso a semi-nudez por aqueles que na localidade estavam, mas nessa idéia tida ela está muito próxima das lembranças de quando saía para lavar roupa nos córregos e as passava com *ferro a brasa*.

quando encontram o Manchão do Aroeira; ficou descrita como ficando *quietinha*. É uma representação da instabilidade em qualquer uma das localidades onde o garimpo fosse a principal atividade de base econômica (o que não era o caso de Barra Cuiabana). As coisas não eram fáceis; como a maioria que migravam eram pobres e possuíam apenas a mão-de-obra para oferecer, ao chegar nessas localidades, já havia os coronéis; restava apenas ir para a roça ou trabalhar com peões.

O Cristino Côrtes era professor primário em Goiás Velho (...) quando ele chegou aqui pra Barra ele chegou ele mexia com sapataria, fazedor de sapatos e o tio Antonio foi homem pras fazendas e o caso dele era mexer com fazenda ele nunca soube que era professor. Aqui ele não foi não, era lá em Goiás Velho, esta no livro do Valdo<sup>274</sup>.

Por essa referência, algumas inquirições podem ajudar ao objetivo dos enquadramentos. O poder de Cristino Cortes é evidente porque dentre as pessoas humildes, esse era *culto*, sem dizer do poder sobre dinheiro e bens. Já estava em Goiás por algum tempo, numa zona de garimpo muito forte que no séc. XVIII já fazia parte do interesse da Coroa de Portugal. Segue pela rota que ligava Vila Boa a Cuiabá e chega em Registro do Araguaia, atravessa o rio Araguaia e fica do lado de Mato Grosso (Araguaiana). Na busca de zona de garimpo chega a Barra Cuiabana na década de 1920. Sua influência é percebida porque passa a ser chamado de Coronel Antonio Cristino Cortes. Contrariando as afirmações da memória coletiva, seu objetivo não era o de garimpar, mas de usufruir dele para seus objetivos último: fazenda. É de perceber que em todo momento, por mais que haja a presença do garimpo, sua função para a localidade já era para preservar uma outra: o cultivo da terra. Isso é evidente, o bem maior que poderiam adquirir não era essencialmente o diamante e sim a terra. Devido à possibilidade de ter peões que trabalhassem para ele, passou a exercer influência sobre a localidade, ficando mais forte sua presença, porque já não é mais uma relação social puramente, mas uma relação social de reconhecimento; há pretensões políticas.

Por uma história social da memória (social) o entendimento da *res getae* da cidade de Barra do Graças conduz para uma realidade histórica marcada por contingências difíceis de organizar numa narrativa coerente (não contingencial). O que separa essa vida prática social para uma narrativa propositada na obra de Valdon Varjão é o fato de que a

---

<sup>274</sup> A.M..

memória coletiva é seletiva. Mas nas atribuições de Pollak, o necessário para quem pesquisa é saber se essa seleção é ou não intencional e por quê.

O cotidiano de Barra do Garças está ligado a uma temporalidade não distinta. Nas palavras de Silva, é considerada uma cidade nova de fronteira; juntamente com sua vizinha que faz parte de Goiás, apresentam-se para a leitura holística ou heurística (anos de 1930) para um estudo de história social ou urbana (anos de 1940). Caso o interesse perpassa para o estudo de uma história econômica ou agrária, é possível identificar atividades ainda durante os anos de 1920. De qualquer modo, por meio de uma história da memória social o estudo concentra-se justamente dos anos de 1920 até os anos de 1940, período de concentração para entender os mitos de origem.

Do início dos anos 1910 aos 1920 as localidades que circundavam a beira dos rios Araguaia e Garças eram compostas por uma vegetação descrita como jaraguá. Na linguagem, essa expressão pode significar *cultura para gado*, indicando a presença de produtores rurais ou de fazendeiros, é uma expressão local ou regionalista. O que não é possível saber é se a população nessa região era ou não mais ou menos densa. Através de dedução as áreas ocupadas pelos fazendeiros eram grandes, visto que não compravam as terras (a ocupação e demarcação das terras eram feitas de forma aleatória). Apenas a partir da segunda metade dos anos 1920 passou a haver uma maior concentração de pessoas na localidade, em virtude do garimpo. Percebe-se a inexistência de garimpo até esse período na localidade, o que não ocorria na região de Baliza ou de córregos afluentes, tanto no rio Araguaia (que subindo sua águas chega a Baliza) como no Garças (subindo chega a uma localidade através de afluentes a Voadeira).

No arquivo de memória o garimpo aparece como economia na localidade, devido à realidade das pessoas. Num lugar onde a fazenda ou roça não gerava dinheiro apenas troca de mercadoria e uma situação de subsistência, o garimpo possibilitou o ganho e o lucro. Num inconsciente social a economia rural e de subsistência esteve sempre presente, mas a chegada do garimpo possibilitou a compra e venda de mercadorias. Foi também através do garimpo que passaram a ser instalados os primeiros comércios na localidade. Algumas mercadorias chegavam através de Araguaiana (entrepasto) ou chegavam diretamente de São Paulo por meio de pequenas embarcações a motor chamadas batelão.

(...) meu marido fazia navegação de Conceição do Araguaia a Baliza, Torixoréu (...)  
(...) então ele fazia essa navegação. Trazia de Belém castanha do Pará e perfumes né... e sabonete de sebo, mas não era esse sebo (...) Toda mercadoria

de lá levava para Araguaiana (...) nem tinha estrada, de lado nenhum (...) a gente ia comprar em São Paulo as mercadorias, sabe, e saía entregando aqui nessas beira de rio, Cocalinho, Aruanã, São Felix, Santa Terezinha, Luciara, Forro de Pedras, até chegar Conceição do Araguaia (...) Quando subia (...) a gente em Araguacema comprava pele de boi né, que eles davam espichada, pele de, uma pele cara, eu não me lembro de que, Ariranha, várias peles sabe, levava tudo para São Paulo, essas peles caras né, vendia (...) <sup>275</sup>

Quando o garimpo passa a ser um sistema de renda, outros interesses passaram a rondar essas beiras de rios. Como percebido, o comércio exigia daqueles que buscavam por mercadoria o dinheiro. Neste arquivo específico de memória está concentrada uma imagem de experiência que parte dos anos de 1930, perfazendo lembranças, caracterizando como estava organizado o mercado de compra e venda de mercadorias. Aqueles que moravam nos garimpos dependiam de pequenas coisas para sobreviver como a compra de um simples sabonete. O vendedor era também um comprador; trazia mercadorias industrializadas e manufaturadas para o interior e levava para o sudeste a matéria-prima. Como não havia estradas para transporte das mercadorias, principalmente para uma localidade como Barra Cuiabana, o rio era a mais lógica via de abastecimento. Claro que esta localidade não possuía nada de especial para os mercadores; eles passavam por essa via fluvial; subindo o rio, o objetivo era comercializar com Baliza e Torixoréu; e descendo, com cidades como Aruanã.

Para que alguém pudesse comercializar com os mercadores fluviais, deviam ter dinheiro ou fazer troca de mercadorias. No caso de Barra Cuiabana os únicos possíveis de fazer isso ou deveria ser fazendeiros ou pescadores (poderia conseguir essas matérias-primas em qualquer outra localidade no interior de Goiás. A economia local passou a consolidar-se através do garimpo. Por esse ângulo de visão junto com o da memória coletiva, tem-se o nascimento econômico da localidade.

Através do garimpo e essencialmente pelo imaginário social existente na época essa prática econômica desenvolveu o tráfego de pessoas indo e vindo por todo o rio Araguaia. No caso das duas localidades, ainda nos anos de 1930, algumas mercadorias passaram a ser transportadas por tração animal.

A mercadoria vinha tudo em lombo de burro, era tudo em lombo de burro, depois que a Fundação Brasil Central criou a estrada né, aí veio tudo de caminhão ... foi assim, antes disso era tudo no lombo do burro, coisa medonha <sup>276</sup>.

---

<sup>275</sup> A.CAPH.

<sup>276</sup> A.CAPH.

Como a localidade de Araguaiana era conhecida na época por Registro do Araguaia e ficava localizada na margem goiana do rio Araguaia, essas mercadorias eram postas nas costas de animais e conduzidas para a localidade. Diferentemente das embarcações existentes que possuíam destinos para além das localidades, melhor, essas nem possuíam destino; para esses lugares as mercadorias que chegavam em *lombos de burros* tinham um destino certo, que era Barra Goiana. Ao chegar a localidade de destino, essas mercadorias eram transportadas para o outro lado do rio em pequenos barcos.

Ia, Barra do Garças era pouquinho mas passava na canoa pra Barra do Garças. Tudo era de canoa, aí passava, mercadoria tudo, trem de comer ... passava na canoa (...) pouquinho coisa, sem movimento nenhum, presa ali a cidade, mas primeiro foi a Barra. Eu conheci na Barra, eu mais o Pio Barros, só tinha duas casas de palha ali ... duas casas e só. Quando eu era pequeno, duas casinhas, aí foi chegando, foi indo, foi indo, foi assim, aí foi crescendo Barra do Garças ...<sup>277</sup>

Essa é uma pessoa nascida na localidade de Manchão do Divino. Sua memória (re)faz uma idéia de que entre as localidades a que mais próxima e tempo esteve do rio foi Barra Cuiabana, visto que do outro lado era uma propriedade de terra de seu Pio Barros. A localidade mais próxima de Barra Cuiabana, que não tinha nada de sociedade constituída com apenas duas casas, era o Manchão do Divino a mais de dezoito quilômetros no estado de Goiás. Devido à prática de garimpo, alguns ficavam do lado direito da margem do rio e outros da margem esquerda. Para quem saía de Registro do Araguaia (Araguaiana) subindo, Barra Cuiabana estava à margem direita e Goiana à esquerda; assim sendo, as mercadorias que eram transportadas por via terrestre deveriam chegar pelo lado de Goiás, sendo que Registro pertencia a Goiás. Ainda há uma curiosidade: como fizeram a divisão das margens do rio para exploração? Analisando os registros de Valdon Varjão, essa parece ser uma questão fácil de ser respondida. Logo após a chegada de Antonio Cristino Cortes à localidade organizou um grupo de pessoas e manipulou o lado direito da margem do Araguaia; por isso, quando alguém chegava à localidade por volta da década de 1930, esse juntamente com seu grupo (cada um com sua praça inteira ou a meia), obrigava os recém-chegados a estabelecerem garimpo do lado esquerdo do rio, ou seja, às margens do que hoje é tida como Aragarças.

De maneira geral, nos anos de 1930, Barra Goiana teve uma quantidade de pessoas maior que Barra Cuiabana, devido ao sistema instituído por aqueles pertencentes a Barra Cuiabana. Com o direito de posse do garimpo e com uma política *urbana* descrita

---

<sup>277</sup> A.CAPH.

por Valdon Varjão, Antonio Cristino Cortes e seus companheiros definiram uma forma de sociedade<sup>278</sup>. Como a migração nessa época passou a ser mais intensa seja de fora ou de localidades próximas, Barra Goiana passou a exercitar um número de trabalhadores maior que a de Cuiabana, realidade essa mudada quando a Fundação Brasil Central chega (mesmo tendo estabelecido sua base no lado de Goiás).

Antes da chegada da Fundação Brasil Central, essas eram localidades insignificantes em sentido prático da palavra *cidade*. Na década de 1930, Barra Cuiabana possuía poucas casas de palha. Para quem chegasse nessa época de uma cidade não teria uma boa impressão do lugar.

(...) ele veio em 1932 né, para ele se casar, ele foi nos buscar lá em Barreiros na Bahia, nós já estávamos no colégio de lá, que era uma cidade grande, uma cidade bem desenvolvida. A minha família, por parte da minha mãe, é era, fazia parte de tudo aquilo né, da administração da cidade, da, das principais pessoas também da cidade né, e os trouxe pra cá. E aí a gente chegando aqui, in, teve uma decepção muito grande, porque chegando tinha era um povoadozinho, duas, duzentas e poucas pessoas, aí ficou desapontado né, até querendo voltar. Mas com o tempo ia passando, a gente foi acostumando, aí passamos a gostar demais da Barra (...)<sup>279</sup>.

A cidade de Barra do Garças passa necessariamente a consolidar-se somente a partir da década de 1940. Antes desse período seria impossível perceber alguma atividade de significância para o lugar. Até mesmo o comércio veio a se estabelecer em Barra Cuiabana somente na transição para a década de 1940. O comércio anterior a essa data marca uma instabilidade e de muita insistência por parte daqueles que aqui residiam. No registro de Valdon Varjão esse comércio aparece atrelado ao interesse no diamante<sup>280</sup>.

A vida no garimpo não era uma realidade fácil, muito menos uma honestidade ou hospitalidade. Viver em região garimpeira exigia do sujeito muita atenção e sorte, o lugar é característico de constantes brigas e mortes por motivos de competição e conflito, tanto por diamantes como por mulheres.

Havia, havia briga na rua, os pessoal brigava na rua, garimpeiro também brigava muito, mas depois acabou as brigas porque acabou os diamantes né<sup>281</sup>.

---

<sup>278</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: VIII e A.CAPH.

<sup>279</sup> A.CAPH.

<sup>280</sup> VARJAO, V. Barra do Garças; 2000: IX.

<sup>281</sup> A.CAPH.



Onde estavam localizados os garimpeiros (na parte baixa ou nas proximidades do rio), a vida instável reinava, de acordo com o arquivo de memória da professora Marilene cruzado ao do CAPH, havia uma separação entre os que residiam no meio rural daqueles que moravam no garimpo. Uns preferiam chegar-se ao núcleo *urbano* com a finalidade de comércio de compra e venda e retornar ao campo; já outros residiam na cidade porque tinham negócios no garimpo (os donos das praças) e controlavam o comércio de compra e venda de diamantes e mercadorias, por fim, os meeiros, assim chamados, eram os homens de mão-de-obra, os trabalhadores no garimpo e também os responsáveis pela fama deste.

(...) minha filha naquele tempo não tinha nada, naquele tempo só tinha explorador, só tinha matador de gente, soldado. Você encontrava um revólver pra experimentar no outro, assim, pra saber se o revólver era bom, isso eu cansei de ver. Isso eu nunca fiz porque minha condição nunca deu, mas eu vi muito nego fazendo, comprava o revólver pra experimentar no outro assim, pra saber se o revólver era bom, isso eu vi demais. Naquele tempo não tinha soldado, naquele tempo não tinha, dizer assim, tem uma delegacia, tem um sargento, tem um delegado, não tinha soldado não, era tudo só o garimpo. Agora de cinqüenta pra cá é que a coisa veio a mudar, agora de cinqüenta pra traz sempre foi assim né, sempre assim<sup>282</sup>.

O que neste relato de memória anuncia é a falta de lei que reinava nessa parte de Mato Grosso. Somente a partir da emancipação da cidade em 1948 foi presenciada a instalação da primeira delegacia em Barra do Garças. Viver em meio a essa realidade somente estando armado; os que não tinham alguma arma estavam a mercê dos outros que poderiam a qualquer momento começar uma *arruaça*.

(...) quando nós chegamos aqui isso era zona de garimpo mesmo, tinha aquelas **grupiaras** que chamavam, aquelas pedras enormes, era tudo barrancada, e o garimpeiro ele trabalhava a semana inteira e ele vendia o diamante que ele conseguia catar para o patrão e aquele dinheiro que ele conseguia ele gastava todo naqueles botiquins que tinha, quase não tinha muita casa, mas tinha vários botequinhos e era uma farra, tiroteio, era tanto que logo que nós chegamos, no quintal da nossa casa, o papai fez um buraco, um buraco fundo mesmo, com escadinha, então quando era noite e que começa o tiroteio ele tirava a gente todos da cama e levava para dentro daquele buraco porque ele tinha medo das balas, porque era muita bala<sup>283</sup>.

Os problemas com o garimpo se agravam no momento que passara a haver os cabarés na localidade. Os homens que trabalhavam no garimpo, quando solteiros, toda sua produção ia parar nos cabarés. Ali gastavam tudo o que tinham com prostitutas e cachaça,

---

<sup>282</sup> A.CAPH.

<sup>283</sup> A.M.

além de promover disparos com suas armas provocando medo naqueles que moravam na localidade. Esse período pode ser visto a partir dos anos de 1940.

Muita, eu vi matar muita gente (...) matava até o delegado, se viesse né, é tinha muita, muita morte sabe (...) vinham todas de fora. Tinha avião que fazia, tinha aqui muito movimento de avião porque nem tinha carro ... aí tinha, tinha um, esqueci o nome, é uma boate, *Jose Couto*<sup>284</sup> (...) com o movimento de Aragarças, veio também as moças pra, pra boate né, que aí ficou, a zona meretriz em Aragarças. Não tinha aqui sabe, aí depois fez boate, era só lá, que vinha pra cantar (...) agora me lembrei (...) teve a dona *Paulina*<sup>285</sup> que é viúva aí, tinha aquela zona lá de Campinas, como eles falavam (...) ela só tinha a boate (...) <sup>286</sup>.

Por meio das citações anteriormente estabelecidas, é possível observar a presença de uma forte impressão a fim de afirmar o garimpo como primeira forma econômica local. Porém, a idéia defendida nesta discussão é de que o garimpo em si não constituiu em momento algum a base econômica da localidade. Esta posição está estabelecida no fato de que aqueles que garimpavam eram homens que não possuíam identidade no lugar, tanto que nem a família trazia consigo. No princípio os garimpeiros ou eram autônomos ou trabalhavam sob a tutela de alguém, porém, essa forma garimpeira era primitiva ou artesanal, puramente ligada a subsistência. Aqueles que extraíam as pedras tinham duas possibilidades básicas: acumulavam ou iam vender em outra localidade. Esse movimento retira a noção de economia local, se esta existia era em lugares como Baliza, Araguaiana ou Registro do Araguaia. Somente na década de 1930 que passou a haver a compra e venda de diamantes devido ao interesse de terceiros. Mesmo assim há duas questões: o diamante era levado para as capitais e o dinheiro da venda ia para as cidades vizinhas. Neste sentido, a economia constituiu-se na localidade a partir do momento que passa a haver uma relação complexa deixando de ser puramente primária, passando para uma relação secundária e terciária. Isso a partir da instalação de comércios de mercadorias, bens e serviços, ou seja, pode-se concluir que o garimpo não torna a economia da localidade, mas a matriz para o desenvolvimento da economia local. Essa idéia é desenvolvida pelo fato de que, se fosse o garimpo a primeira forma de economia local, assim também deveria a agricultura doméstica.

Mesmo não a considerando como a primeira economia, o garimpo influencia fortemente a forma de configuração local, o que envolve acordos, discórdias e conflitos

---

<sup>284</sup> O nome é fictício.

<sup>285</sup> O nome é fictício.

<sup>286</sup> A.CAPH.

pelo direito a posse de tal atividade. Em caso especial, a relação entre as margens direita e esquerda do Rio Araguaia possibilita uma leitura, essencialmente a partir da década de 1940. A presença de Aragarças no início da Fundação Brasil Central era bem mais significativa que a de Barra do Garças, visto que a área comprada pela empresa do governo localizava-se onde não havia cidade e nem concentração de pessoas. Devido ao tamanho das obras e da vila começada para os funcionários e de todas as instalações, a euforia passou a configurar uma nova localidade. Com a abertura da estrada o sistema de abastecimento passou a ser através de caminhões e pelos aviões da F.A.B. A partir de 1942, Aragarças passou a consolidar uma estrutura que era invejada pelos barra-garcenses, a vida agitada e noturna estava do lado goiano. Por isso, na fala registrada pelo arquivo de memória demonstra uma vida organizada do outro lado do rio, os moradores de Barra Cuiabana atravessavam-no para se divertirem. É de perceber ainda que Barra Cuiabana estava se recuperando do êxodo estabelecido para o Manchão do Aroeira ainda na década de 1930. Com o advento da Fundação, muitos passaram a retornar a Barra Cuiabana e uma vida *urbana* passou a florescer a partir desse período, tanto que conseguiu emancipar-se primeiro que Aragarças<sup>287</sup>.

Com a chegada da Fundação Aragarças é configurada, toma uma postura de cidade que passa a concorrer com a Barra Cuiabana, existia entre as duas um clima de hostilidade. Aqueles que saíam de Barra Cuiabana com o objetivo de aproveitar a noite do outro lado do rio deveria ficar muito atento ou poderia voltar para casa *corrido debaixo de bala*.

(...) tão esquisito que falava Barra Cuiabana e Barra Goiana, tinha uma rivalidade tão grande. Quando as moças de Barra do Garças chegava em Aragarças elas saía do salão, se tinha um baile né, e as daqui também, como é que faz né (...) era pedrada mesmo né, na hora do jogo assim, aquela rivalidade, mais foi muito difícil sabe, difícil mesmo, mas superamos, sabe, essa situação<sup>288</sup>.

Um problema de relacionamento entre as duas localidades possivelmente está diretamente ligado à questão da concorrência entre os lugares, iniciada por Barra Cuiabana. Uma questão política interfere sobre o espaço social; assim, produziu sociedades que concorriam entre si. Como descrito anteriormente, a hostilidade era tamanha nesses lugares de garimpo que na menor das rixas o problema era resolvido a bala. Alguns no arquivo de

---

<sup>287</sup> DINIZ, Z.S. Município de Aragarças; 1990: 157.

<sup>288</sup> A.CAPH.

memória evitam estar falando sobre essas problemáticas, e aqueles que falam deixam bem claro como era o comportamento de um garimpeiro. A camaradagem deveria existir entre seus pares; o patrão e seus meeiros, caso ultrapasse esse círculo, não havia lei. O padrão de ética era estipulado pelos próprios garimpeiros.

De acordo com os arquivos de memória, a questão do garimpo passou a ser um problema federal. Quando a Fundação Brasil Central instalou-se em Aragarças foi proibida a cata de diamante nas proximidades. Estabeleceu-se um decreto, proibindo que ocorresse o garimpo na beira do rio Araguaia. A procura de diamantes baixou e alguns foram para outras localidades (isso não significou o seu fim).

Quando eu cheguei o povo daqui dessa região os que não trabalhavam nas roças particulares fora, passaram a trabalhar na F.B.C e viviam também do garimpo, agora depois que a F.B.C. tomou conta dessa região é que proibiu a gente de tocar garimpo, tocasse muito escondidinho senão ia preso<sup>289</sup>

A presença da Fundação na localidade fez com que os trabalhadores reorientassem suas funções existenciais. Ocorreu uma força simbólica na qual condicionou os peões a perceberem uma forma de organização social que não estava ligada ao extrativismo. Essa nova força simbólica não era local, pelo contrário, era representada<sup>290</sup> por burocratas que estavam na ordem do discurso<sup>291</sup> e que eram autorizados a tal. Por meio dessa autorização, tinham a liberdade de ordenar uma ou outra forma de organização social. Com a F.B.C. os residentes na localidade passaram a experimentar um distanciamento entre a política burocrata do Estado e a prática existencial (sublunar). A partir dos anos de 1940 passou a existir na localidade princípios de realidades opostas, da necessidade existencial e prática e da obrigação de obedecer a burocracia estatal.

A expedição que conduziria as partes interioranas do país deslocou-se à foz do Rio Garças com a Araguaia; não havia preocupação nenhuma de encontrar pessoas residindo por estas partes. Pelo contrário, possuíam medo do desconhecido, ou seja, tinham uma visão de barbárie (animais ferozes assim como os nativos). De acordo com o arquivo de memória individual sabia-se da existência de arraiais, vilas e distritos no interior de Goiás<sup>292</sup>. A Expedição passaria primariamente pelo triângulo mineiro e posteriormente para Goiás, aproveitando algumas *áreas de rodagem*, até chegar às margens do rio das

---

<sup>289</sup> A. CAPH.

<sup>290</sup> No conceito de Chartier, pela ausência.

<sup>291</sup> A partir de Foucault.

<sup>292</sup> VARJAO, V.(org). Depoimento de um expedicionário; 1971: 15.

Garças. De Goiás passariam pelas localidades, como Monte Alegre, Santa Rita do Paranaíba, Rio Verde, Rio Bonito, Bom Jardim e, finalmente, Barra do Garças, último ponto atingido pela rodovia<sup>293</sup>. Durante o momento da narrativa assim observa o que havia visto:

Barra do Garças, - assim conhecida vulgarmente- é uma desolada povoação de garimpeiros que se ergue, solitária, na barranca direita do Araguaia e em frente a embocadura do Rio das Garças. Ao lado do vilarejo paupérrimo (...) <sup>294</sup>.

Uma localidade como Barra do Garças nada possuía de ligação com Cuiabá. Pelo contrário sua vida era dependente de mercadorias transportadas por terras goiana. O caminho existente para chegar a esse lugar era de pequenas *estradas* mal feitas e pouco trafegadas. Num lugar onde o contato não era muito satisfatório o que se poderia esperar, além de pobreza?

No arquivo de memória datilografado e organizado pelo cronista da cidade ainda na década de 1970, segundo a professora Zélia dos Santos Diniz <sup>295</sup>, estão retratadas as informações apresentadas por aqueles que passaram por essas terras ainda no início dos anos de 1940. No começo do depoimento, o narrador (que não é identificado pelo organizador) diz que iria passar por estrada, porém para chegar à localidade de Barra do Garças fez uso do rio Araguaia. Ao chegar no pequeno lugarejo faz sua descrição do que vê (o lugar parece tão insignificante para ele, diante das duzentas e oitenta e uma páginas, caracteriza o lugar em três parágrafos - na sua estética). Sua descrição não se distancia dos outros arquivos de memória,

Estamos hoje em Barra do Garças. É um rústico povoado que se ergue à margem direita do Araguaia na confluência com o Rio das Garças. Está situado ao lado de Goiás. Do outro lado fica o Estado de Mato Grosso, onde se vê também um outro povoadinho de garimpeiros. Barra do Garças não é uma cidade, nem ao menos uma vila. Trata-se apenas de uma “currutela”, no dizer dos sertanejos da região. Consiste num amontoado de casebres de barro, ou ranchos de adobes cobertos de babaçu e piaçaba. Existem ali somente três casas cobertas de telhas (...), são garimpeiros, que, pode-se dizer, vivem enterrando as tífias na lama (...). Eis ligeiro golpe de vista e que era Barra do Garças, quando em agosto de 1943, ali acampou a Expedição Roncador Xingu, erguendo as suas tendas às sombras das palmeiras, antes de iniciar sua marcha em direção ao Xingu. <sup>296</sup>.

---

<sup>293</sup> VARJAO, V.(org). Depoimento de um expedicionário; 1971: 20.

<sup>294</sup> VARJAO, V.(org). Depoimento de um expedicionário; 1971: 22.

<sup>295</sup> Arquivo UNIVAR-videoteca.

<sup>296</sup> VARJAO, V.(org). Depoimento de um expedicionário; 1971: 25, 26.

Desconsiderando aqui um equívoco por parte daquele que narrou referente à localidade de Barra do Garças por talvez ter confundido os nomes por algum lapso de memória<sup>297</sup>, há uma caracterização marcante de como o lugar estava organizado e composto. Pelo conjunto de suas afirmações, Barra do Garças era a última localidade conhecida antes de adentrar para as margens do rio das Mortes por via terrestre. Continuando na mesma seqüência da citação, logo adiante, é dito que *seguia para Leopoldina o senhor Francisco Brasileiro, com o fim de buscar uma turma de trabalhadores*<sup>298</sup> resultando em cem recrutas. Relacionado as partes anteriores a esta é possível (re)afirmar: a pobreza era tamanha que para conseguir trabalhadores para a F.B.C. foi necessário ir em outra localidade e buscá-los. Como descrito em ambas, Barras Goiana ou Cuiabana, não havia homens além de garimpeiros desajeitados.

### **Reflexão sobre a história social da memória barra-garcense**

Na mudança tanto de ação e relação como também de narrativa, o sentido de história muda, não há mais uma visão de lugar contigencial que é caracterizado nos relatos de memória social, mas de instituir pelo poder e discurso uma sociedade real e sólida na memória coletiva. Cristino Cortes é presente nesta porque aqui se trata de uma relação entre a ação do discurso e o discurso da ação. É uma dupla temporalização, na forma mais ambígua possível, e uma delas é a temporalidade. Desse enunciado está a temporalidade enunciada pela narrativa da memória coletiva que institui e é reconhecida. O cronista da cidade enunciou e foi reconhecido, por isso a forma presente na narrativa de memória social fica influenciada pelo poder que exerce tal forma. Antonio Cristino Cortes seria mais um dos muitos que apareceram nas narrativas de memória social, porém o reconhecimento fez a diferença. Por mais que a memória social permaneça, ela apresentará a figura de Cristino Cortes como presença marcante, a *história da cidade* diz isso. Foi construído um fato e esse é compartilhado pela memória social local, assim justifica a afirmação *está no*

---

<sup>297</sup> O que não é possível afirmar quanto ao nome apresentado. Este chegou a localidade através de embarcação saída de Registro do Araguaia o que estabelece a localidade de Barra do Garças realmente a margem direita do rio como dito. Em fonte registrada por Valdon Varjão, a localidade descrita era Barra Goiana e não Barra Cuiabana (GAZITA, N°3; 1978: 3). Se tomada por válida a questão proposta por Varjão, isto indica o debate acerca da maior expressividade de Barra Goiana frente a Barra Cuiabana em fins dos anos de 1930 por causa da posse realizada por Antonio Cristino Cortes as margens direita do rio bem como da transferência de muitos para o Manchão do Aroeira (estas palavras de Varjão foram extraídas provavelmente da mesma fonte por ele organizada anos antes da revista aqui apresentada).

<sup>298</sup> VARJAO, V.(org). Depoimento de um expedicionário; 1971: 26.

*livro do Valdo*. Essa é a verdade sendo compartilhada e ao mesmo tempo porque estes estão próximos, tanto do cronista como do *fundador* local.

Seria impossível encontrar uma espécie de pessoa vivendo na década de 1920 em Barra Cuiabana que não fosse conhecida por todos os envolvidos, numa localidade na qual o fluxo de pessoas e as transações geradoras de dinheiro se concentrassem onde este sujeito estava. O enunciado pode ser descrito como sendo a partir de uma releitura, em Gadamer isso é chamado de compreensão<sup>299</sup>. Não dizendo aquilo que disseram, no arquivo de memória social há uma regularidade, pois aqueles que fizeram parte da localidade Barra Cuiabana, foram influenciados diretamente da presença de Antonio Cristino Cortes. Descrito como homem de poder a partir do título recebido (*Coronel*), esse acumulador de bens (terra e criador de gado) interessou-se pela política<sup>300</sup>. Na década de 1930 começa a aparecer os princípios de distinção e essa somente era real para aqueles que uniam a extração de diamantes com a posse de terra; caso contrário, havia apenas uma pequena agricultura familiar ou trabalho de peão no garimpo. Uma nova hipótese, a distinção entre uma e outra na localidade de Barra Cuiabana é no momento em que homens passam a adotar política conciliatória entre as duas formas praticadas na localidade (de sobrevivência). No caso de Cristino, esse reconhecimento é dado com sua morte. O homem morre na década de 1950 e seus pares o reconhecem na narrativa e nasce o mito da fundação da cidade. Desse grupo da década de 1920-1930, Valdon Varjão é um dos últimos, caso não o seja, porém, sua morte não estabelece o fim da memória coletiva local, essa já está presente pela narrativa. Com a morte de cada membro desse grupo há a comemoração juntamente com o reconhecimento.

A localidade de Barra Cuiabana deve ser lida de duas maneiras, primeira pela memória social e segundo, pela narrativa configurativa produzida. A diferença está no fato de que a memória social está separada e fragmentada; está sem sentido. Em contrapartida, a narrativa configurativa da localidade está presente em bibliotecas públicas, escolas, departamentos administrativos da Prefeitura e na Câmara Municipal. Nessa contraposição, duas evidências são anunciadas; primeiro, esse poder simbólico somente é presente porque há um compartilhar da tradição inventada entre os pares que usam da narrativa e reproduzem-na; e segundo, em síntese, essa forma possui sentido.

---

<sup>299</sup> GADAMER, H-G. Verdade e método I; 2005: 249.

<sup>300</sup> Nesse sentido, a hipótese que vigora é: suas motivações são puramente egoístas, nos princípios de Maquiavel, o que provoca o nascimento de uma divisão social entre quem manda e quem obedece. Essa posição de divisão da sociedade é enfatizada pelo arquivo de memória social da década de 1940 e aparece no texto de Procópio Filho ao ligar essa prática coronelista a Valdon Varjão. PROCÓPIO FILHO, A. A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia; 1984: 134.

Para a localidade discutida nessa dissertação é preciso separar uma existencialidade marcada entre a década de 1920 e suas posteriores; e com elas, a marca do nascimento da memória coletiva. Essa apresentação somente é possível porque há a narrativa. Na narrativa encontra-se uma história que não é história, é poética. Na memória social arquivada, encontra-se uma história que não é história, é histórica. Essa é uma percepção presente a partir do cruzamento compreensão, interpretação e intuição apresentado por Gadamer.

Esta discussão tenta marcar uma separação entre a memória social e a memória coletiva, segundo Halbwachs, essa primeira pode se misturar com a segunda e não o inverso. Por essa perspectiva lança-se mais um desafio para pensar uma história local, refere-se ao reconhecimento, em Jauss como teoria da recepção. Nos últimos parágrafos é tentado anunciar uma quebra que deve ser percebida para o estudo da história local, uma sociedade presente na década de 1920 e uma posterior, momento de formação e constituição de uma memória coletiva. A partir da década de 1930 a memória coletiva começa a se configurar por parte daqueles que dela buscam representar, essa aparece em nome do progresso. A partir da década de 1970 a idéia estabelece-se e fixa-se e na década de 1980 a configuração aparece. Desde esse período que a *história* de Barra do Garças aparece assim como a obra e seu autor Valdon Varjão. Aqui é de repensar, tendo em consideração que a memória não é passado, mas que sua projeção é presente; há uma definição: *a memória social de Barra do Garças se projeta sobre um passado mas que é influenciado pela memória coletiva*. A memória social confunde-se com a memória coletiva quando esta tenta referir-se com exatidão aos fatos e datas. Refere-se aos escritos de Valdon Varjão quando querem se lembrar de algo que para eles está esquecido ou para compartilhar, atesta uma verdade. Ao mesmo tempo essa memória social não pode ser confundida com a memória coletiva porque é a partir dela que este capítulo se configura; é uma tentativa de atribuir sentido (nessa tentativa as falas diferem da produção de sentido da memória coletiva). São duas formas de anunciar a cidade que se diferem, se entrecruzam, compartilham e se complementam. A distinção está, como já dito: a memória social relata e a memória coletiva institui; seu poder simbólico é maior. Ambas se cruzam porque reivindicam condições semelhantes; querem ser reconhecidas e produzem mitos. A escrita da história é capaz de marcar as semelhanças e diferenças de ambas e sua forma é pensada como distinção ou uma *différence*.

A importância de um estudo que privilegie a memória social e coletiva de uma sociedade possibilita um entendimento de como se organizavam no seu cotidiano, nas suas



práticas, nos jogos de interesse e na busca do Poder. Apenas assim considera uma história social. Ao mesmo tempo, no caso específico de Barra do Garças, essa perspectiva hermenêutica evita usos e abusos da história que não sejam configurados dentro de uma racionalidade objetivante, que esteja dentro das metodologias da história. A desconstrução mítica possibilita uma compreensão histórica.

Na década de 1940, a localidade possuía uma diferença razoável dentre as demais citadas, pois uma sociedade mais organizada se movia. Onde atualmente se localiza o hospital Dom Bosco e a atual Igreja da Matriz eram os limites da cidade. Essa parte já era considerada como subúrbio, ou seja, as casas eram todas de palha e havia uma proximidade muito grande com as propriedades rurais. A concentração das melhores casas estava em torno de onde hoje se localiza o Parque Salomé Rodrigues, ou também conhecido Porto do Baé. Ali havia oito casas de adobe com telha. O importante é que quem morava em casas de adobe e telha tinha que ter dinheiro, pois essas telhas chegavam de Uberlândia; o acesso a bens e serviços ainda eram limitados. O sistema de progresso que afirmam é de fato traduzido pela F.B.C. Nesse período fica marcada uma mudança radical dentro da localidade de Barra Cuiabana, a instalação da administração constitui oficialmente a cidade. Sua invenção reconhecida se manifesta pela política. Com a prefeitura instalada, a busca pelo poder é uma constante, os grupos mais organizados que tinham posse do mesmo. A memória coletiva se intensifica; os grupos deveriam se justificar e se organizar. Os cargos políticos e públicos estavam se formando e as pessoas deveriam ocupá-los.

A memória social de Barra do Garças está ligada a uma duplicidade se tomar Bergson como suporte de análise conceitual. Outro fator deve ser tomado em consideração: a memória social local pensada está ligada a *velhos*<sup>301</sup>, isso por dois motivos básicos: primeiro, porque a problemática de estudo está interessada em pensar o espaço de formação e sua justificativa e segundo, como aqueles que viveram na época se enxergam a partir de suas lembranças e da constituída pela narrativa local. Retomando Bergson, as duas formas distintas de memória que se fixam sob lembranças podem ser comparadas a uma leitura e lembrança dela.

---

<sup>301</sup> Deve-se distinguir pois o estudo de uma memória social dos últimos anos sobre Barra do Garças deveria enfatizar suas particularidades, pois a memória daqueles que nasceram a partir de 1980 não pode ser considerada de forma igual a daqueles que nasceram antes deste período. Os anos de 1980 é um marco de transformação da memória, há o nascimento da escritura.

Estudo uma lição, e para aprendê-la de cor leio-a primeiramente escandindo cada verso; repito-a em seguida um certo numero de vezes. A cada nova leitura efetua-se um progresso; as palavras ligam-se cada vez melhor; acabam por se organizar juntas. Nesse momento preciso sei minha lição de cor; dizemos que ela tornou-se lembrança, que ela se imprimiu em minha memória<sup>302</sup>.

Esta é a primeira marca da memória, mas surge a questão ligada a que tipo de memória é essa? Poderia falar de uma memória verdadeira? Se memória é sinônimo de lembrar, logo a leitura de uma lição é evidentemente um fato ligado a memória. Seguindo Bergson, esse fato de ler uma lição apresenta duas conclusões que aqui é de interesse fazer uma aplicação como ilustração do que se está tentando anunciar.

A lembrança de determinada leitura é uma representação, e não mais que uma representação; diz respeito a uma intuição do espírito que posso, a meu bel-prazer, alongar ou abreviar; eu lhe atribuo uma duração arbitrária: nada me impede de abarcá-la de uma só vez, como num quadro. Ao contrário, a lembrança da lição aprendida, mesmo quando me limito a repetir essa lição interiormente, exige um tempo bem determinado, o mesmo que é necessário para desenvolver um a um, ainda que na imaginação, todos os movimentos de articulação requeridos: portanto não se trata mais de uma representação, trata-se de uma ação<sup>303</sup>.

Tomando as afirmações de Bergson como verdade estão presentes duas formas de memória que uma cruza sobre a outra. A primeira memória refere-se a uma condição natural, seria um enquadramento sem utilidade, ou seja, a lembrança da leitura é algo natural que ficou no tempo; foi vivido, mas que não possui utilidade; sua lembrança não afeta o presente. Em caso contrário, a segunda forma de memória, que é a da lição, essa exige um esforço mais sistemático, que repensa as funções do conteúdo: sua mensagem. Esse estado de espírito influencia o corpo e pode produzir uma reação; logo, a segunda parte da memória não é natural e nem passada é um esforço intelectual e presente é o *hábito esclarecido pela memória*<sup>304</sup>. O que produz a memória que recorda de lembranças numa ou noutra forma? A memória somente é tomada quando algo externo induz; logo, movido pela percepção. A primeira memória se completa na segunda, porém a segunda sempre modifica a primeira em função de uma necessidade: o presente. Daí a questão posta por Bergson *Matéria e memória*. A memória somente é possibilitada porque a percepção a possibilitou por meio do *reconhecimento*<sup>305</sup>. O passado é retomado quando se reconhece

---

<sup>302</sup> BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 85.

<sup>303</sup> BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 87.

<sup>304</sup> BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 91.

<sup>305</sup> BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 99.

algo através da percepção<sup>306</sup>. O ponto de ligação, na justificativa de uma busca da origem estaria sob as palavras do próprio Bergson, sendo que:

(...) as lembranças, para se atualizarem, têm necessidade de um coadjuvante motor<sup>307</sup>.

A matéria é uma forte impressão na qual há uma relação estreita entre as imagens-lembrança e lembranças-imagem; essa primeira atualiza a segunda.

Da aplicação. Poderia haver a pergunta por que o uso de Bergson? Pode-se acrescentar mais, o que justifica a utilização de tal autor nesta parte da reflexão? Nessa parte final do capítulo, é encontrado um ponto limítrofe para discussão no próximo e último capítulo da dissertação. Trata-se diretamente sobre o reconhecimento; seria o clímax da discussão na qual retomaria o tema sob a relação entre *narrativa e história*. Reconhecer está associado aqui a memória; retomar as lembranças que pareciam estar passadas ou esquecidas. No caso do estudo sobre Barra do Garças, Bergson é importante porque esclarece pormenores que antes, mesmo tentando apresentá-los para discussão não havia tomado um centro ou uma reflexão específica sobre o assunto. Até parece que está havendo um estudo sobre as duas memórias, essa cogitação estava descartada, porém neste ponto de mutação da dissertação, ou da sua transferência da memória natural para a do hábito torna-se inevitável uma observação sobre a questão.

Até o presente momento da dissertação houve uma análise e descrição sobre a memória social e coletiva de Barra do Garças. Como o objeto se refere à memória e a narrativa da memória, no que é traçado na primeira parte como memória coletiva e nesta segunda por memória social, resta saber até que ponto estas entrecruzaram. E ainda, mais um fator, como a dissertação não está diretamente interessada em estar reproduzindo relatos de memórias ou menos ainda de separar uma memória rígida social e outra coletiva? A busca está diretamente relacionada ao reconhecimento de uma forma de memória como história, por um lado e por outro, como as individualidades se identificam como pertencentes essa forma de memória. Destarte, o estudo sobre o reconhecimento é diretamente ligado à questão própria da narrativa. A dissertação se concentra em abordar um tempo que não mais existe, pela cronologia e acessada, a princípio, somente pela

---

<sup>306</sup> Nesse momento é provável utilizar o conceito de Derrida para se referir condições confusas entre passado e presente e presente e passado, essa é uma situação legítima da presença-ausente.

<sup>307</sup> BERGSON, H. *Matéria e memória*; 1999: 139.

narrativa que é posterior à coisa narrada. Qual a relação entre a idéia e a coisa<sup>308</sup>? Numa ordem prática, é entender a partir deste ponto, porque mesmo estando tão distinta da narrativa a memória social a reconhece como verdade. Não basta apenas saber que é um poder simbólico, mas como este se dá, o que a experiência tem a contar.

Na leitura e análise do arquivo de memória social percebe-se a ênfase que se dá a Valdon Varjão; resta agora saber por quê. Nos relatos há uma tentativa de encontrar trechos que se aproximem de Valdon Varjão, por quê? Seria Valdon Varjão, em sua composição narrativa parte da memória social, como? Um dado é inegável: Valdon Varjão conviveu com as pessoas do arquivo de memória. As experiências foram trocadas, visto que ambos são contemporâneos e num lugar onde seria impossível alguém passar despercebido; logo, a memória social e a coletiva se cruzam e relacionam-se. Ao mesmo tempo, o mesmo escritor local, em suas memórias, crônicas e ou contos procura apresentar a memória social, do cotidiano e dos costumes de um outro grupo. Como disse Halbwachs, uma mesma pessoa pode pertencer a grupos diferentes e se identificar com ambos, de forma abrangente aqui se trata de apenas dois: social e coletivo. Mesmo estando integrado ao espaço social, Valdon Varjão tenta representá-lo fora dele, o faz pelo coletivo. Ora arquiva momentos que pertencem ao *res getae* na *historiam rerum gestarum*, ora atribui sentido a partir de uma espécie de *silogismo*, pelo fato de atribuir sentido local a acontecimentos não locais, o que seria classificado como pura imaginação imaginativa. Pelo fator *narrativa e memória coletiva*, o *silogismo* sobrepôs-se em relação a *res getae*. Resta saber como há o reconhecimento a partir desse princípio.

---

<sup>308</sup> HEIDDEGER, M. Que é Verdade *in* Os Pensadores; 1980.

## CAP IV

### ÍCONE:

#### RECONHECIMENTO E ALTERAÇÃO DA MEMÓRIA

De acordo com os capítulos anteriores, este torna a última tentativa de pensar sobre a configuração, a narrativa e o sentido apresentado a Barra do Garças como cidade. De maneira geral, a cidade até o presente momento, direcionou-se sobre alguns lugares de memória. Em primeiro, o lugar de memória a qual fora dedicado nesta discussão centrou-se sobre a narrativa. O cronista e memorialista da cidade Valdon Varjão tratou de apresentá-la sob seu aspecto narrativo (configuracional) produzindo um sentido. Nesse lugar específico de memória a história se apresenta sob uma noção de cronologia e linearidade. Na medida do possível, houve uma dedicação especial de retratar a obra e seu autor como perspectiva histórica de produzir história. Num segundo momento, ocorreu uma disposição de pensar como uma noção histórica foi configurada no interior da própria obra do cronista e memorialista. Em síntese, na primeira parte adotou-se uma discussão centrada na prática *Narrativa como desconstrução e narrativa como prática analítica*.

No primeiro capítulo ocorreu uma análise externa e no segundo na parte interna da obra de Valdon Varjão. Sob uma suspeita de enquadramento, os dois primeiros capítulos redundam sobre uma prática epistemológica da história, apreciando alguns autores específicos que puderam dar suporte às discussões. O que ocorrera com essa prática em especial, foi uma compreensão da obra em si. Uma *análise* voltada para a composição do segundo capítulo e uma formulação sistemática das prerrogativas da *análise* no primeiro. A *análise* está tomada como a composição fenomenológica em si (os textos de Varjão)<sup>309</sup>. Quanto à segunda parte dessa discussão proposta, há uma observação sobre um outro lugar de memória, classificada como arquivos de memória. Relatos da memória individual e social<sup>310</sup> arquivados como patrimônio histórico da cidade. Por meio disto houve uma seqüência de considerações essenciais sobre os mesmos tomando em consideração um cruzamento entre estes e a história da cidade contida nos textos de Valdon Varjão. Por fim, este capítulo se apresentará como uma elucubração dos três primeiros. O leitor foi tomado como participante de uma experiência de leitura e de uma abordagem histórica (técnica) a partir da visão de um historiador.

---

<sup>309</sup> MARROU, H-I. Sobre o conhecimento histórico; 1978.

<sup>310</sup> HALBWACHS, M. A memória coletiva; 1990.

Para deixar bem claro, *ícone: reconhecimento e alteração da memória* concentra-se sob pontos de análise e interpretação específica. O tempo está destinado a ser pensado sob duas vertentes: primeira, a que está contida nas abordagens anteriores presentes nos três primeiros capítulos da obra, de sua significação e segunda, na sua (re)significação. Nessa medida interpretativa, apresenta-se para a discussão a fonte (ícone) da cidade de Barra do Garças, um outro lugar de memória, o monumento-documento, a *Praça dos Garimpeiros*. Por meio deste, dedicar-se-á exclusivamente na condição histórica de sua solidificação e do imaginário que ronda sua produção. O termo *narrativa* é tomado como uma generalização, no trato da obra do cronista e memorialista da cidade, essa condição de apresentação da cidade pela escrita é posta como discutível. Por meio de uma *Naturgeschichte*<sup>311</sup>, assim denominada, a narrativa está envolta de uma tendência forte da descrição. É assim designada pelo fato de que uma narrativa em efetivo (pela carga semântica) concentre-se em esboçar a utilização de conceitos. Ao contrário, a obra de Valdon Varjão dedicou-se a estabelecer uma visão da memória coletiva, havendo uma descrição de ocorrência num primeiro momento e na (co)memoração destas num segundo.

No tocante ao *reconhecimento* este desempenha uma fundamentação precisa para a construção do capítulo em questão. Esse signo é apresentado aqui sob uma significação específica ligada a obra. Refaz uma discriminação específica a que tempo se refere, conduz a evidência temporal. Não remonta a um tempo da ausência-presente, sim da presença-ausente. A primeira é considerada ligada à consciência e a segunda à evidência (material). Enquanto uma é imaterial que se aproxima da memória, a segunda é uma demonstração clara do inverso. É um espírito que persiste pela incontestável presença, é uma (re)atualização do tempo. O documento-monumento serve para designar uma evidência inconfundível entre tempos, há uma *différence*<sup>312</sup>. Tomar o monumento por documento-monumento é uma demonstração clara da subjetividade interpretativa (da prática historiadora) pela apresentação de fundamentação da intersubjetividade sócio-cultural.

A memória como história tomada como objeto de estudo da história, é uma atividade que por vezes se torna tautológica ou hermética, assim como ética e moral não podem ser pensadas uma fora da outra (os seus lugares fixos e rígidos não existem). Da mesma forma que um lugar específico da história e um limite preciso da memória é

---

<sup>311</sup> KOSELLECK, R. L'expérience de l'histoire; 1997: 53-57.

<sup>312</sup> Essa discussão é apresentada num texto recentemente publicado por QUADROS, E.G.de. Derrida revoluciona a história?; 2007.

*impossível*, a memória é preservada na história assim como a história é mantenedora da memória. Ambas apresentam noções como tempo, acontecimentos, datas e fatos. A memória possui seus lugares assim como a história. Aliás, falar de história e memória precedidas pelo artigo definido *a* é uma incoerência de ordem hermenêutica, não há *a história* assim como não há *a memória*. Um exemplo a ser apresentado sobre essa questão concentrou-se na discussão proposta por Henri Bergson, este referiu que há uma lembrança da coisa em si e uma da coisa referida. Mudando a palavra *lembrança* e inserindo um termo designado nas abordagens de Reinhart Koselleck *experiência* tem-se uma experiência da coisa em si e uma experiência da coisa referida. Na substituição do termo *coisa em si* por *vida vivida* e *coisa referida* por *vida experienciada*, mediante Walter Benjamin, tem-se uma memória que pode ser meditada sobre a experiência da vida vivida das pessoas, o que inclui especialmente sua relação consigo e com outrem (sociedade) e uma memória meditada sobre a experiência de vida experienciada, o que também inclui uma relação mais ampla, ela enfatiza as trocas intersubjetivas. Nas considerações de Henri Bergson, esta segunda pode ser determinante sobre a primeira. O poder simbólico exercido por esta sobre a primeira é descrita por esse filósofo como *produtora de orientação*. Um caso específico e prático que pode ser citado mediante essa abordagem é no momento que um arquivo de memória (individual) valida sua memória por fazer menção ao texto de Valdon Varjão. Aí, nesse momento foram evocadas duas memórias: a primeira, pela participação efetiva na ocorrência narrada (da coisa em si) e uma segunda, pela lembrança (da coisa referida). Para essa segunda, há um reconhecimento de Valdon Varjão como produtor de história. O poder simbólico que envolveu esta afirmação caracteriza a escritura de Varjão como uma história (verdade), e para validar sua memória (individual) evoca a verdade da memória coletiva. Como disse Bergson, lembrar de uma leitura feita (a obra de Valdon Varjão) orientou na forma como essa pessoa apresentou sua memória<sup>313</sup>. Re-aproveitando a fala do arquivo de memória tem-se:

O Cristino Côrtes era professor primário em Goiás Velho (...)  
quando ele chegou aqui pra Barra ele chegou ele mexia com sapataria, fazedor  
de sapatos e o tio Antonio foi homem pras fazendas e o caso dele era mexer  
com fazenda ele nunca soube que era professor.  
Aqui ele não foi não, era lá em Goiás Velho, esta no livro do Valdo.

---

<sup>313</sup> Ver o capítulo terceiro da dissertação debaixo do sub-tópico *cotidiano e práticas 1920-1940*.

Essa fala pode ser tomada como simplista, porém apresenta uma fundamentação sólida do que é apresentado nesta abordagem. Mesmo tendo convivido com a pessoa a qual faz referência sob o título de *tio Antonio*, sua fala é reforçada e comprovada, dada por verdadeira, no momento que cita como prova as palavras de Valdon Varjão. Em outras palavras, a memória individual é comprovada na memória coletiva. Ao mesmo tempo, por meio destas palavras é percebido um princípio fundamental ao qual se refere este capítulo, a comemoração pelo reconhecimento. A compreensão que se apresenta a essa parte quanto à noção de história está ligada justamente ao Poder. Pelo senso comum, toda história deve possuir os grandes homens; aquele que decide, deve haver um *status-quo*. A narrativa de Valdon supre essa necessidade, configura uma história ligada à *experiência* local. É uma visão completa e ampla das coisas narradas; é retomado um tempo não existente, os fatos são apresentados de forma sequencial e cronológica. A problemática da história de Barra do Garças exposta por Varjão é (re)construir o passado, através do direito de narrar, elabora a história da cidade. É uma experiência compartilhada por todos da primeira e segunda geração presente na localidade. Por meio da política a estratégia narrativa produz uma verdade das coisas narradas, o cruzamento entre a trajetória política local, o mito de fundação e a retrodicção (pelo uso de documentos não pertencentes à cidade de Barra do Garças e pela noção sincrônica) produz-se História (*magistra vitae*).

Em decorrência dessa pequena introdução ao capítulo que se configura, é chegada a hora de ir a frente. Por meio do monumento-documento-monumento uma compreensão do presente é a busca incansável desta abordagem. Tem-se que para história o presente é o princípio, o meio e o fim da análise histórica, antes propriamente de lidar com o fenômeno este passa pelo clive da abordagem de uma *Historik*. Por meio desta o quadro de hipótese e disposições do esforço mental se apresentam e tomam corpo. A corporificação é constituída pela manifestação da inquietude problemática de um dado presente a partir da presença de uma dada noção de história.

A presença da narrativa de Valdon Varjão, de sua elaboração dedicada e comprometida para uma finalidade, resultou numa recepção na qual o mesmo não poderia de forma racional prever. Como foi dito no capítulo segundo, a partir dos anos de 1980 foi projetada na cidade uma investida oficial para se consolidar uma idéia de história. Antes das obras do cronista, tendo sua monumental no ano de 1983, o mesmo já exercitava um lugar de memória na publicação de uma revista chamada *Gazita*. Por meio desta eram feitas apologias a cidade e na produção de seus mitos. A grande diferença entre a revista e



a constituição da primeira obra histórica do referido escritor está no fato de que na revista os enunciados apareciam de forma dispersa e cheia de eufemismo. Dedicava-se exclusivamente a perceber a cidade em suas particularidades, em sentido contrário, o primeiro livro de história do autor se constitui como iniciativa de sistematizar uma história para Barra do Garças. Nessa escritura, busco-se ir além da localidade, seu objetivo central estava na tentativa de explicar como uma cidade se constituiu. Valdon Varjão desejava explicar a constituição de uma cidade apresentando dados históricos, reais, concretos e objetivos. Nesse momento apresenta-se para a sociedade barra-garcense o *historiador* da cidade.

Tomando o primeiro no último capítulo, ambos concentram-se no reconhecimento da obra e do autor. Enquanto um está estabelecido no fator simbólico, este debruça sobre o material, e por meio disso é possível identificar o espírito desta investida hermenêutica, o presente como princípio e fim da pesquisa histórica. Enquanto o cronista buscou identificar uma seqüência sincrônica de fatos para justificar um presente, aqui este foi tomado como efeito de uma justificativa. Pela desconstrução simbólica e de escritura reconhecidas, foi possível encontrar o sentido histórico da cidade apresentado enquanto narrativa. Nesta medida o material como efetual encerra uma pretensão cíclica hermenêutica.

### **Noção efetual e de recepção**



Imagem 1 (extraída dia 16.06.07)

Algumas proposições são encontradas para leitura imagética nesta fonte (partindo de uma descrição da mesma). Essa é uma das últimas formas apresentada até o

presente momento da estética do monumento. Na praça municipal são percebidos alguns fatores que se apresentam para leitura. Nas partes que o compõe, há uma presença de ordem humana e outra natural. Direcionando o olhar para o centro da praça é presente a figura do garimpeiro. Em contra partida, na parte extrema que a envolve é notada a presença dos índios<sup>314</sup>. Quando observado os fatores naturais é presente pés de coqueiros e animais silvestres.

Numa margem de leitura da fonte imagética (semiótica), a imaginação é presente. Como um espectador puramente ligado ao senso comum duas possibilidades possíveis é notada. Uma primeira, esse é um espaço de embelezamento da cidade. Uma condição histórica não é percebida, o monumento é naturalizado a cidade da mesma forma que o prédio (fundos) da imagem central (praça). No dia-a-dia (cotidiano) daqueles que passam por esse monumento, essa é uma imagem estética e não histórica que caracteriza o centro da cidade e da maior avenida que a compõe. Poderia ser também a simples condição de ordenar o trânsito. Tomando o garimpeiro como norte, à suas costas está o sentido no qual a avenida Ministro João Alberto passa a ser Br 070 e que conduz a cidade de Cuiabá. Antes, esta traça uma reta que determina um rizoma para outros bairros que compõem a cidade. Na parte frontal da imagem do garimpeiro é a porta de entrada para o estado de Mato Grosso (a praça está ao centro da cidade assim como da principal avenida que perpassa toda a cidade de Barra do Garças). O ângulo ao qual se comporta o fotógrafo, é a rua que dará acesso a bairros como o Campinas. A extrema direita da imagem é a rua que cruzará outras vias importantes da cidade que circundam de forma paralela a avenida Ministro João Alberto, rua Mato Grosso e Goiás. Nessa visão de perspectiva limita o monumento a uma condição de ordenação do trânsito urbano. De forma estética, essa praça também anuncia a localização máxima do poder local (lojas, hotéis, bancos, supermercados e o antigo centro administrativo da cidade, ou seja, a sociedade do espetáculo<sup>315</sup>). Essa noção sobre a imagem do monumento-documento concentra-se sob uma perspectiva puramente arquitetônica, urbana<sup>316</sup>.

---

<sup>314</sup> No presente ano de 2007 estes já não são encontrados. Sua representação deixou de ser importante (não possuía mais sentido sua permanência).

<sup>315</sup> DEBORD, G. Sociedade do espetáculo; 1997.

<sup>316</sup> Devido a forma de enquadramento do monumento, essa visão arquitetônica (estética) é comprovada porque a imagem está servindo de embelezamento de uma outra obra (arquitetura), o hotel Tawfic's. A imagem da praça dos garimpeiros é tomada como um cartão postal de embelezamento e não como lugar de memória. Justamente a que se propõe o site *amigosdabarra*. Aqueles que visitam a cidade e mesmo os sites de divulgação associam-na a uma questão de turismo ligada as paisagens belas como a Serra do Roncador, a praia de água doce, ao clube Águas Quentes, as cachoeiras e a própria imagem que representa Jesus Cristo (outro monumento sobre a Serra Azul).

Uma segunda leitura pode ser realizada tomando em consideração uma abordagem mais consciente. Com um pouco de crítica (consciência social) observa uma *realidade*<sup>317</sup>, podendo ser ou não objeto de debates na academia ou de grupos sociais (concentração de pessoas em movimentos de greve ou reivindicações). Observe a atenção dispensada à figura do garimpeiro; este se encontra ao centro a um lugar mais elevado; está em destaque, acima de todos os outros; possui um lugar frente ao sol. A localização é evidência clara de sua importância, está ao centro, possui um lugar que separa a avenida Ministro João Alberto; está no centro tanto de maneira física como simbólica.

A composição física da praça é marcada por uma circunferência, possuindo como limite à malha rodoviária. Pode-se imaginar a caracterização de uma realidade, de um mundo existente, simbolicamente de uma presença-ausente. Mesmo sob essa circunferência há lugares específicos, da borda ao centro é encontrada a presença dos índios na parte destinada ao passeio de transeuntes, logo atrás há uma outra localização, uma elevação de nível, um espaço que não há a presença de índios, mas de uma vegetação rasteira. Seria o mesmo que estivesse indicando uma parte física da geografia (o solo e subsolo), o espaço do garimpo. O subsolo é composto por pedras, as mesmas encontradas nos garimpos tanto na parte envolvida pelas águas do rio como mais distante. Entre essa circunferência e a que compõe os índios há um distanciamento; seria uma relação da presença e exclusão<sup>318</sup>. De maneira semelhante no mesmo tempo que aquela localidade não pertence aos índios também pode ser caracterizado como desconhecido pelos garimpeiros, seria o lugar que iriam desbravar (garimpar e plantar). A presença dos coqueiros é uma caracterização das espécies nativas da região, de suas palhas foram feitos principalmente telhados de barracos de pau-a-pique ou taipa. Mais ao centro há uma outra circunferência e última, a da presença do garimpeiro, de seu lugar. Na presença da água está este que garimpa, de sua partida inicial. Dentro desta circunferência há no centro, sob os pés do garimpeiro, uma outra pequena circunferência elevada e ao lado desta mais outras três menores. Nessa leitura pode-se deduzir que trata de territórios disputados entre os próprios

---

<sup>317</sup> Sem levar em consideração as discussões acerca do que seja realidade.

<sup>318</sup> Os índios não pertenciam ao universo da extração de ouro (recurso econômico), nesse sentido estes estão excluídos da prática mineradora (a exclusão é tamanha que estes estão presentes num lugar no qual as pessoas que passam por aquela pequena via de pedestres muitos não deixavam de fazer piadas ou atitudes de desprezo- como dar tapas nas cabeças das figuras indígenas- talvez possa ser por este motivo que sua presença é ausente na atualidade naquele local). As imagens apresentadas caracterizam uma das tribos existentes na localidade, os mesmos que os irmãos Vilas Boas encontraram e *civilizaram* no Mato Grosso, os Xavante (são assim identificados devido ao corte de cabelo e ornamentos). Há massivamente a presença masculina e de menor proporção a feminina. Sua aparência é de seres estáticos e sem forma, seres estranhos a nova realidade imposta pelo adentramento garimpeiro.

garimpeiros. Um lugar constituído puramente pelo interesse humano, de suas motivações egoístas, financeira e econômica.

Uma outra leitura pode ser feita desse monumento-documento, esta foge a perspectiva puramente imagética e situacionista; é uma condição histórica (contextual, racional, de subsunção). Quanto aos indígenas, os que freqüentavam primariamente essa localidade (região), foram expulsos por meio da força física ou simbólica. Na chegada de garimpeiros, os confrontos foram inevitáveis; dois mundos diferentes, perspectivas distintas. Na relação civilização e barbárie (cultura), a força física provocou a morte de muitos índios e pela força simbólica, o Estado se encarregou de constituir novos lugares para estes (a Casa do Índio na cidade de Aragarças) e demarcação de aldeamentos (São Marcos). Na união entre Estado e Igreja, os índios passaram a absorver uma experiência cultural que não fazia parte de sua vivência.

Os coqueiros são presentes devido à necessidade e utilidade que os mesmos desempenharam no momento que muitos estavam se instalando na localidade de Barra do Garças. No cruzamento entre o arquivo de memória e a obra de Valdon Varjão, as palhas dos coqueiros eram a única solução para cobrir os barracos<sup>319</sup>. Numa região na qual não existia acesso por via terrestre a única forma era sobreviver com o que a natureza provinha (uma vez que materiais de construção eram inexistentes). Na parte da circunferência medida pelas pedras, é notada a força existente do garimpo no imaginário local. Este não está presente na parte que comporta os indígenas. Na memória coletiva essa presença marcante do garimpo é motivadora (isolada) da formação e consolidação da cidade de Barra do Garças. A praça é uma homenagem aos garimpeiros, sua essência é o garimpo (os índios são meros figurantes do esplendor). Na mesma linha de raciocínio, ao centro, na presença isolada do garimpeiro, este é o senhor comemorado. Essa caracterização é evidente nas contemplações de Valdon Varjão e no próprio arquivo de memória, motivo pelo qual se dedica esta dissertação. A presença das exaltações livresca evocante de uma presença-ausente é manifesta, pelo monumento, uma ausência-presente.

A imagem do garimpeiro ao centro da cidade de Barra do Garças manifesta o que aparenta ser um imaginário social. O poder simbólico da representação impõe-se sobre a memória individual e social. A memória coletiva organiza um (re)pensar direcionado, quando se trata de passado.

---

<sup>319</sup> Imagens expostas na obra de RIBEIRO, H. de S. O migrante e a cidade; 2001: 40, 41.



Imagem2 (recortada a partir da imagem 1)

A figura, ou melhor, o monumento-documento-monumento torna-se uma produção de dupla imaginação: a primeira relaciona-se ao projeto de criação do monumento como forma de comemoração, e a segunda, está ligada a uma condição de esforço mental daquele que busca interpretar ou de tornar o monumento como documento (no ato da narrativa a interpretação legitima o monumento como documento-monumento). Por meio dessa seqüência de proposições, a segunda imagem, representa um foco especialmente destinado ao garimpeiro. Uma figura notável.

Por meio das apresentações constituídas pelo escritor local Valdon Varjão, ocorre nesse momento uma representação da representação. Ambas são identificadas nesta abordagem como frutos de uma imaginação. Nas narrativas de Varjão, esse sujeito histórico aparece com algumas características de ordem humana. De forma geral, como nas memórias e crônicas do escritor há uma saudação à presença deste, sua apresentação destina-se a observar uma parte romântica da presença do garimpeiro. Tomando o capítulo primeiro da dissertação é observado em sua epopéia um garimpeiro honesto, ordeiro e audacioso. De maneira geral, o sentido narrativo dado ao garimpeiro é o melhor possível.

Na imagem segunda, não há uma evidência das características humanas desenhadas por Varjão, mas uma apresentação física do que dizia o escritor em suas narrativas. Na imagem, o homem está numa posição que denota *trabalho*. Sua representação está caracterizando um sujeito batalhador (um formador). Em suas mãos encontra-se presente àquilo de que ele mais necessitava, uma bateia.

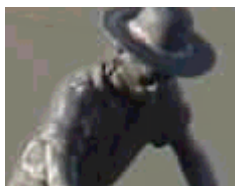


Imagem 3 (recortada a partir da imagem 2)

As mangas da camisa e calça estão dobradas num sentido de atividade, esse homem trabalha e seu lugar é o garimpo.



Imagem 4 (recortada a partir da imagem 2).

Esse homem está descalço, trabalha em um lugar molhado. A localidade a que este concentra, é um lugar cercado de água, que envolvem seus pés. Um outro dado importantíssimo, esse garimpeiro é *civilizado*. Em sua vestimenta, esse homem porta-se elegantemente num lugar de barbárie. O material ao qual é feita essa imagem é o bronze<sup>320</sup>, nobre. O garimpo está diretamente ligado à *prosperidade* e *progresso* (um civilizado em meio à barbárie). Há um distanciamento tanto físico como simbólico entre o garimpeiro e o indígena; a posição geográfica a qual está o garimpeiro caracteriza ainda mais esse distanciamento. Mesmo compondo os arredores da praça o índio é visto como uma figura exótica; em contra partida, o garimpeiro é o homem de visão de futuro. Este está com a sua face em direção ao rio Araguaia e Garças, sua visão está sob o lugar de sua grandeza que é o rio e o garimpo. Ainda, este está fixado em direção a porta de entrada para o Mato Grosso, pelo mesmo lugar de onde chegaram os paulistas. E falando em paulistas, na cabeça do garimpeiro há um chapéu; este indício demonstra como está presente na obra de arte uma estética da recepção, um objeto de uso comum que apresenta na presença uma indicação de civilidade. O garimpeiro de chapéu denota que a formação da cidade está ligada também a influência do sudeste, provavelmente uma alusão à importância da Fundação Brasil Central trazida pelos paulistas (o chapéu é um título de nobreza). Quando ainda no séc.XIX e início do XX, os homens usavam chapéu em São Paulo como forma de copiar a nobreza européia<sup>321</sup>.

De forma material, há uma busca de consolidação do mito de origem. A imagem representa uma representação de uma matriz do progresso. Se a representação do cronista e memorialista da cidade de Barra do Garças, Valdon Varjão, é uma forma imaginativa, a representação da representação é maior ainda. Novamente cruzando a

---

<sup>320</sup> Bem, deveria ser. Se não é mas apresenta-se para parecer ser. Segundo especialista no ramo de reforma de monumentos ou na sua construção como é o caso da praça dos garimpeiros, o material utilizado é conhecido como *supergraldi* (uma espécie de cimento especial).

<sup>321</sup> Essa mesma influência é observada em Cuiabá onde as mulheres usavam o chapéu, o véu e vestidos pretos num sol de 40°C além de salto em ruas feitas com paralelepípedos, a fim de parecerem civilizadas. Isso ocorre durante o séc.XIX no momento que Cuiabá vivia a euforia das monções e no séc.XX quando pretendiam produzir uma identidade.

memória coletiva com a memória social, há um distanciamento muito grande entre o que está (re)conhecido como história da cidade e o que está silenciado dessa mesma *história*. Tomar o capítulo terceiro como parte dialógica com este que se segue, há uma previsão de que, nesse momento, é uma contradição daquilo relatado nos livros de memória e crônicas com o que é relatado nos arquivos de memória. Como toda contradição não pode ser vista simplesmente como processo de oposição, mas de dialética, vale saber ler o que se pretende com uma ou outra forma anunciativa.

Na primeira parte desta obra a comemoração local estabeleceu-se sobre uma forma institucional, ou seja, a obra do cronista e memorialista enfatizou uma formação social da história da memória do coletivo. Na segunda parte a instituição consolida-se sobre uma história da memória do social. No terceiro capítulo, a memória é reconhecida como história; isso pode ser entendido pelo fato de que no momento da elaboração do arquivo de memória possa ter ficado claro sua condição (o poder de anunciar). De outra maneira, a própria consciência de quem fala (re-produtor de memória) detectou que sua apresentação é parte integrante da memória. De qualquer forma, a condição da escrita determina uma possível memória, quando deixa de pertencer a aquele que reporta a um passado e torna-se de domínio público (escritura) é evidentemente uma história.

O termo história nesse sentido é constituído em Barra do Garças; sua utilização está mais para uma questão de uso prático que propriamente para uma problemática ligada à epistemologia da história. A identificação da *história* como *história* dependerá da carga semântica adotada por aquele que deste faz uso. De forma particular, em Barra do Garças, a memória é a obra, não importando qual seja. Se sua estética concentra-se em forma de livro e, mais importante, houver o reconhecimento, é de fato história. No caso da praça dos garimpeiros, já não é a história e sim uma representação da história de Barra do Garças. A história da cidade até os anos de 2000 estava fragmentada sob uma visão política e familiar, ou seja, sua representação baseava-se sob uma noção de administração pública, dos prefeitos da cidade, ou pelas famílias nobre da localidade. Para essa última, a base está na família Cortes, a que liga a genealogia do fundador da cidade de Barra do Garças<sup>322</sup>. Recentemente, a noção de história passa por uma alteração; sua base deixa de ser as famílias nobres local e concentra-se sobre a uma *história vista de baixo*<sup>323</sup>. De forma geral, essa concepção é intitulada por meio e a partir de uma nova geração de pesquisadores

---

<sup>322</sup> DINIZ, Z. dos. Aragarças; 1990.

<sup>323</sup> SHARPE, J. História vista de baixo; 1992, RIBEIRO, M. M. Memória de migrantes; 2004; 2005.

também conscientes de uma condição histórica da cidade. Essa atitude é totalmente válida e normal, uma vez que a configuração da cidade foi realizada.

Na medida que os nobres da cidade passam a configurar sua própria representação, os intelectuais a partir de uma tendência academicista e tradição ocidental passam também a considerar a própria condição desses estabelecerem representações. De maneira geral, aqueles que passam a considerar ou produzir conhecimento a partir do conhecimento elaborado estão basicamente centrados sob a perspectiva atual de uma *história social da cultura* (os ligados por essa noção são os alemães por meio de sua base filosófica e antropológica). Ainda os franceses com sua importância, como os filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida com uma tendência *pós-moderna* ligada à desconstrução da razão. Em maneira americana, os Estados Unidos da América ligam-se essencialmente a uma vertente inspirada na literatura, em caso especial Terry Eagleton. Por meio dessas influências teóricas inculcadas nas academias brasileiras, os estudantes de ciências humanas passam a experimentar tais possibilidades. Sob a concentração de uma suposta teoria da interpretação e da hermenêutica de Paul Ricoeur, Hans-Georg Gadamer e Schleiermacher a análise de Valdon Varjão e sua obra é justificável assim como plausível. Mesmo sendo este a base de toda a discussão, como se verifica até o presente momento, outras implicações tiveram peso, como por exemplo, a ampliação da noção e dos lugares de memória pelo próprio debate sobre a epistemologia da história.

Mas este capítulo não intitula especialmente por uma representação ou discussão puramente teórica sobre a noção de história; pelo contrário, há uma investida quanto ao reconhecimento.

O responsável pelo maior acervo histórico de Barra do Garças, o historiador Valdon Varjão, de 78 anos, receberá ainda este ano uma homenagem da prefeitura e Câmara de Vereadores. O Centro de Cultura e Artes, obra em fase de conclusão no Complexo Turístico do Porto do Baé, terá a denominação de “Centro de Cultura e Artes Valdon Varjão”<sup>324</sup>.

O cronista e memorialista Valdon Varjão é reconhecido pela sociedade barragense como sendo um historiador em efetivo e no próprio termo da palavra. Essa possibilidade é verificável a partir do conceito de história que ronda no inconsciente coletivo da cidade. Da mesma forma que muitos já foram comemorados pelos feitos de Barra do Garças, Valdon Varjão também o está sob uma forma diferente, pois se reconhece

---

<sup>324</sup> AMORIM, F. Barra homenageia Valdon Varjão; 2007.



que este merecidamente foi o promotor da não morte da memória da história da cidade. De maneira geral, um imaginário social existe na cidade porque este esteve ligado a não permitir uma perda da memória.

Através de seus livros de *história de Barra do Garças* produziu e atribuiu sentido às atividades locais. Seu reconhecimento pauta-se no reconhecimento que este mesmo teve sobre o tempo. Buscou configurar e atribuir sentido a uma sociedade renegada a uma condição de atraso e barbárie. O espectro destinado a comemoração de Varjão será realizado por aqueles que este mesmo defendeu em suas escritas sobre a cidade e os barra-garcenses. Essencialmente o reconhecimento de Varjão está sob aqueles a quem sempre defendeu em suas narrativas, ou seja, ao grupo social a que pertenceu.

Com a memória de velhos, sendo associado ao patrimônio histórico da cidade, este passa da condição de cidadão para uma de celebração. Valdon Varjão é pensado como o portador do maior patrimônio histórico e documental sobre Barra do Garças. Sua presença na cidade é importantíssima, sua memória individual, social e coletiva consolida a eficiência de uma história da cidade. Essa comemoração passa a sofrer resistência somente para aqueles que observam a história sob um ponto de vista crítico e racional. A ausência de emoção no trato da fonte por um pesquisador técnico (burocrático) a relação romanceada da presença passa a ser questionada à luz de outras possibilidades de organização histórico social local. Uma presença da presença-ausente passa a ser relativizada a partir de uma proposta simples do relacional entre empírico e teórico. O ser da pessoa (sendo mitificado pela comemoração) é preciso conviver com a outra vertente da análise social, uma desconstrução do mito. Assim, é possível identificar uma relação dialética sobre a aceção da história.

A formação da praça dos garimpeiros de Barra do Garças é uma presença nítida do reconhecimento da escritura de Valdon Varjão. Esse reconhecimento pode ser dividido em duas possibilidades: a primeira ligada ao conteúdo, a obra e suas informações; e a segunda ligada à pessoa, de sua comemoração. Nesse momento, não está em jogo a reivindicação pelo reconhecimento à produção textual de Valdon Varjão, mas a necessidade do grupo a que pertence produzir uma comemoração à pessoa ou ao político.

O reconhecimento da obra e do autor identifica uma condição de recepção. Uma história da cidade de Barra do Garças constituída que não levar em conta as observações de Valdon Varjão está fadada à verificação por meio da desconfiança. Não há referência de que seja uma narrativa falsa ou não verdadeira, mas que no imaginário social é produzida uma forma de história que liga a pessoa de Varjão. O reconhecimento produz a

comemoração do autor. Em sentido ordinário, a história de Barra do Garças funda-se essencialmente sob uma idéia de história cronológica, ou seja, poderia acrescentar que essa visão de história está delimitada por uma perspectiva tradicionalmente ligada à política. Essa concepção de história distancia-se da abordagem ligada a Antropologia como da Sociologia num sentido social ou da Psicologia num sentido do imaginário e da própria Lingüística quanto ao caráter da semântica dos significados, sentidos, significações, e por fim, de uma nova prática adotada por muitos historiadores da atualidade, que nesta parte é apresentada uma introdução, a questão da semiologia pela utilização das imagens como fonte. Como os historiadores não entram num consenso entre o dever de contextualizar ou não, esta discussão é baseada numa leitura da imagem em si sem perder o norte do contexto social.

A imagem ícone da cidade de Barra do Garças canaliza um repensar a história do local. Ao inverso do que propôs uma história social da memória, essa fonte é uma forma de reafirmar a perspectiva orientada pelo autor das narrativas. De forma geral, a praça dos garimpeiros é uma manifestação material da presença-ausente e a transporta para uma ausência-presente. A imortalização de uma narrativa por meio do monumento é uma prática adotada por sociedades que buscam reconhecer. Elevar monumentos é comemorar, que está ligada a edificação de monumentos, constituição de memorial, nomes de ruas, praças e locais públicos.

Na presente discussão o reflexo de proposições teóricas é fundamental. Tomando em consideração as observações de Hans Robert Jauss, este capítulo se enquadra no que o teórico alemão estabelece *Por uma estética da recepção*<sup>325</sup>. Sob influência de suas palavras, a estética da recepção não pode ser considerada como uma disciplina autônoma; pelo contrário, sua abordagem<sup>326</sup> é parcial e necessita de outras áreas<sup>326</sup>.

(...) l'esthétique de la réception déduit son caractère partiel de la conscience que nous avons prise qu'il est désormais impossible de comprendre l'oeuvre dans sa structure et l'art dans son histoire comme des substances, des entéléchies<sup>327</sup>. ((...) a estética da recepção deduz seu caráter parcial da consciência que tomamos, ademais ela é impossível de compreender a obra em sua estrutura e a arte em sua história como as substâncias, dos intelectos)<sup>328</sup>.

---

<sup>325</sup> JAUSS, H.R. Pour une esthétique de la réception; 2005.

<sup>326</sup> JAUSS, H.R. Pour une esthétique de la réception; 2005:267.

<sup>327</sup> JAUSS, H.R. Pour une esthétique de la réception; 2005: 268.

<sup>328</sup> Tradução do autor.

Observar uma obra de arte ou analisar sua história compreende uma busca por meio de fatores que apresentem ambos para o entendimento através de seu autor e seu conteúdo. Em contra partida, o estudo da obra de arte e de sua história através de sua recepção, não contempla essencialmente o autor e seu conteúdo, mas de como o receptor a produz e re-produz. Uma estética da recepção concentra-se unicamente e exclusivamente sob o prisma daquele que reflete sobre determinada coisa que está fora de seu corpo. Há uma relação direta entre a idéia e a coisa. Nessa relação poderiam ser retomadas as leituras tanto do próprio Heidegger como de Bergson. Ambos com objetivações diferentes, porém preocupados com a existência humana e seu processo neurológico de apropriação e expropriação. Como se trata de uma análise, essa perspectiva deve estar atribuída ao interesse próprio de algo, ou seja, de um resultado parcial. Uma estética da recepção consolida-se por meio de uma regularidade que não seja tradicional, por pretender produzir uma análise de simples justaposição.

Tomando a base teórica com a pesquisa, uma relação de aproximação pode ser feita, sendo parcial o método hermenêutico da estética da recepção, assim também o é o método analítico dispensado para o entendimento do monumento. Esse por sua vez, possui na atualidade uma existência que independente da relação com o passado, sua presença é presente. Sua produção é de forma clara, observa uma recepção da obra de arte através de um imaginário social existente na sociedade barra-garcense. Por meio dos arquivos de memória oral e/ou visual e pela própria narrativa cronista ou memorialista o monumento-documento-monumento torna uma relativização de qualquer afirmação de ordem generalizante. Sua generalização é tamanha que pode ser lido como um monumento, como monumento-documento e como documento-monumento. Sua percepção poder ser dada através do fenômeno em si ou por meio de uma inquirição histórica<sup>329</sup>. Essas afirmações são possibilitadas porque o teórico em questão sugere essa possibilidade. Ou seja, não se trata de uma mudança de observação, mas de reconhecer a existência nova de observação testemunhal.

(...) Le caractère partiel de la réception par rapport à la production et à la représentation correspond en fait à celui de l'histoire de l'art par rapport à l'histoire en général, dont elle fait partie. Une histoire de la littérature ou de l'art fondée sur l'esthétique de la réception présuppose que soit reconnu ce caractère partiel, cette "autonomie relative" de l'art; c'est pourquoi précisément elle peut contribuer à faire comprendre le rapport dialectique (*Interaktion*) entre l'art et la

---

<sup>329</sup> Mesmo apresentando esses esclarecimentos uma visão binária não pode ser totalizante. A obra de arte pode ser extraída de um sentido puramente estético, político, social, econômico, identitário, preconceituoso, turístico. Ver a consideração de GADAMER, H-G. Verdade e método; 2005: 168.

société- en d'autres termes: le rapport entre production, consommation et communication à l'intérieur de la praxis historique global dont elles sont des éléments<sup>330</sup>. (...) O caráter parcial da recepção por relação à produção e a representação corresponde, em efeito, àquela da história da arte por relação à história em geral, da qual faz parte. Uma história da literatura ou da arte fundada sobre a estética da recepção pressupõe que seja reconhecido este caráter parcial, esta "autonomia relativa" da arte, isto porque precisamente ela pode contribuir para fazer compreender a relação dialética (*Interaktion*) entre a arte e a sociedade- em outros termos: a relação entre produção, consumação e comunicação para o interior da práxis histórica global com elas estão os elementos)<sup>331</sup>.

Uma produção de obra de arte, como é o caso do monumento identificador de Barra do Garças, ou seja, seu ícone representacional, manifesta uma relação (in)direta com a história em geral. Claro, a relação (in)direta está contemplada sob aspectos determináveis por meio da leitura e da análise não da obra em si, mas da recepção. O monumento como obra de arte é um fenômeno em si, sua recepção é um fenômeno *social* e sua (re)construção é uma elaboração de realidade. A história da cidade de Barra do Garças é pautada através de monumentos, dedicatórias e comemorações, sejam elas política ou academicista. O campo simbólico que envolve a recepção e a (re)produção de uma história da cidade perpassa através da obra de arte. A construção material institui uma proposição de realidade<sup>332</sup>. O estudo sobre a obra de arte como documento não valida sua base de ser ou não mítica, o que concentra é sobre seu efeito (como aparece em Gadamer uma *história efetual*). No consciente social a presença do monumento ao centro da cidade conforma uma função, sendo ela puramente estética ou não. Seu efeito é a elaboração de uma conformação entre os enunciados acerca da história de Barra do Garças.

(...) Ce sont les deux composantes de la concrétisation ou élément constitutif de la tradition; l'une- l'effet (*Wirkung*)- est déterminée par le texte, et l'autre- la réception (*Rezeption*)- par le destinataire. L'effet présuppose un appel ou un rayonnement venus du texte, mais aussi une réceptivité du destinataire qui se l'approprie<sup>333</sup>. (...) Estas são as duas composições da concretização ou elementos constitutivos da tradição, uma- o efeito (*Wirkung*)- é determinada pelo texto, e outra- a recepção (*Rezeption*)- pelo destinatário. O efeito pressupõe uma chamada ou uma radiação vinda do texto, mas também uma receptividade do destinatário que o apropria)<sup>334</sup>.

---

<sup>330</sup> JAUSS, H.R. Pour une esthétique de la réception; 2005: 268.

<sup>331</sup> Tradução do autor.

<sup>332</sup> A noção de realidade estabelecida neste capítulo está além de uma determinação causal ou econômica. A carga semântica aplicada a *realidade* não é a mesma comumente aplicada por historiadores marxistas ou positivistas. O termo concentra-se unicamente sobre o prisma da recepção, seja ela esquizofrênica ou não.

<sup>333</sup> JAUSS, H.R. Pour une esthétique de la réception; 2005: 269.

<sup>334</sup> Tradução do autor.

A recepção às obras do cronista e memorialista da cidade Valdon Varjão produziram um monumento de forma consciente. A apropriação de suas obras é fruto da recepção e a elaboração da obra de arte é produto dessa. Pensar uma (re)produção da recepção que esteja além das obras ou dos textos produzidos pelo cronista da cidade é uma produção puramente imaginativa. Não há nada além das obras do cronista da cidade, isso quando refere à recepção e (re)produção. A obra de arte é possível porque sua forma fora esculpida a partir dos indicativos do escritor local. O monumento é uma recepção-imagem, o autor não meditou na forma material da obra de arte; pelo contrário, sua preocupação primária foi a de produzir uma imagem local que conformasse uma pretensão política. A obra de arte caracteriza uma forma receptiva que elaborou uma estética. De maneira geral o monumento produzido ainda na década de 1980; é uma convergência entre o texto e a recepção.

O monumento produzido no centro da cidade de Barra do Garças cumpre uma função de informar sobre uma realidade traduzida, que é apresentada em forma de texto. A imagem estabelecida é uma (re)construção porque nenhuma reconstrução assume o papel de *mimésis*, ou seja, a reconstrução é uma (re)construção no sentido tempo e memória. Assim chamada, a (re)construção mesmo na intenção de retomar algo nada mais faz que construir novamente. A recepção da obra do cronista local refigurou sua base original. A (re)construção da obra de arte produziu uma tentativa de imitação. De acordo com Gadamer toda imitação deve deixar algo de fora e valorizar outros pormenores<sup>335</sup>. Na valorização há o exagero; nesse sentido, a obra de arte produzida pela recepção refigurou enfatizando características estéticas que contrariam aos arquivos de memória social. Provavelmente, essa forma estética da recepção é resultante da configuração sugerida pelo próprio produtor da memória local. Sua obra escrita reivindica uma posição de destaque àqueles que considera os pioneiros formadores da cidade.

A presença do garimpeiro como centro na obra de Valdon Varjão destaca uma possibilidade de leitura feita por aquele que idealizou o monumento. O garimpeiro, como percebido nos capítulos anteriores, apresenta para a percepção o sujeito (no sentido modernista): aquele que irá pôr em efetivo o plano de uma cidade; a concretização de um progresso e a constituição da identidade local. Destarte, na estética da recepção a obra do cronista e memorialista local estabelece um sujeito que deve sim ser reverenciado e posto num plano que ele mesmo descreve como ordeiro, honesto, amigo e pacífico.

---

<sup>335</sup> GADAMER, H-G. Verdade e método; 2005: 171.

A construção da cidade através da narrativa produziu um efeito. A possibilidade de encontrar uma relação causa-efeito torna-se improvável nessa ordem, seria mais provável identificar uma postura descrita por Aristóteles como efeito-causa. Para tornar inteligível uma realidade aparente necessitou da exigência de estabelecer uma discussão daquilo que se encontrava submerso ao inconsciente social local. Numa análise da obra e do autor das narrativas, foi possível entender como o estilo e as escolhas voluntárias constituíram a posição configuracional. Tomando uma postura de imaginário social como realidade e efeito, as narrativas apresentaram-se como medida para desconstrução sejam elas coletivas, sociais ou individuais.

Por meio do monumento apresentado como estética da recepção, a escrita desta dissertação apresentou seus primeiros passos e por meio dele ela se encerra. Pela percepção e intuição foi possibilitada uma leitura das realidades que se apresentaram como possibilidades de entendimento duma problemática, história como reconhecimento.

Destarte, a dissertação começou e terminou discutindo a memória coletiva sobre a localidade. Por uma filosofia da linguagem a narrativa encontrou-se centrada em forma de signos, símbolos e ícones buscando a construção de sentido. A idealização da obra ou do monumento-documento-monumento produziu uma ação voluntária de caracterizar, visualmente, o que o barra-garcense é.

## CONCLUSÃO

Na *histórica: configuração, narrativa, sentido* a preocupação central girou em torno de um problema que se fragmenta sob duas perspectivas: do mito fundador e da idéia de história. De maneira geral, este foi entendido numa distribuição em quatro capítulos que apresentaram uma forma peculiar de abordá-lo através de um ângulo distinto. O primeiro capítulo baseou-se na narrativa cronista através de seu poder simbólico, da autoridade que cerca seus enunciados. No segundo capítulo houve uma observação por meio do conteúdo, ou seja, do estilo e da forma presumida como fundamento. No terceiro capítulo a memória e seu arquivo passaram para uma meditação *antítese*. Não foi uma busca simplista de pura oposição ou afirmação, mas de considerar fontes antes não utilizadas para esse fim. No último capítulo a noção de mito deixa de ser um lugar simbólico presente na narrativa passando para uma materialidade.

Numa posição dialética por meio de uma leitura despreocupada, os textos parecem contradizer-se por ora negar a afirmação da negação ou por afirmar a afirmação da negação. Essa meditação pode ser percebida no momento que buscou, por meio de uma base de reflexão, contestar a posição do garimpo como produtor da cidade (social e economicamente) através de uma base antropológica e por reconhecê-lo através do simbólico. Num outro ponto, a questão pode também ser percebida, na discussão sobre o mito (motor de toda dissertação), ora questionado e negado na primeira parte, ora parcialmente reconhecido na segunda, ligado ao terceiro capítulo sob a questão de uma dupla memória (a segunda reorientar a primeira); e deste mito, como realidade final para entender a cidade através da história estética da recepção.

A cidade de Barra do Garças consolidou-se por meio de um esforço mental e político. Aqueles que buscaram desenvolver um programa para o crescimento social e para uma construção identitária propuseram várias formas e uma delas foi apresentada neste pequeno debate em torno da fundação da cidade. Uma necessidade se fazia para uma consciência histórica, tomando em consideração a sociedade local de Barra do Garças. Em medita de apressar essa formulação de uma configuração do social, Valdon Varjão não poupou esforços para designar seu poderio frente a uma produção narrativa propensa a ser reconhecida por todos os barra-garcenses. A investida do cronista e memorialista da cidade foi posta a prova no momento que este escreve uma história da cidade no início de 1980.

Antes havia organizado uma apostila que pudesse consolidar uma idéia sobre Barra do Garças e o princípio de sua projeção.

Após organizada a obra chamada de apostila, contendo um relatório de viagem ou um lugar de memória, buscou compor uma revista que pudesse projetar a cidade a partir de alguém que estivesse interessado para tal propósito. Constituiu uma revista chamada Gazita, sendo seu lema explícito a promoção da cidade mato-grossense. Já durante a Segunda metade da década de 1970, Valdon Varjão dedicou-se a escrever e produzir um marco de formação a sociedade local.

Valdon Varjão buscou em sua primeira obra publicada oficialmente como livro e como história da cidade, destacar as características históricas da cidade. Num estilo cronista de síntese, concentrou-se basicamente numa narrativa de caráter político. As datas, nomes e fatos passaram a ocupar o centro das atenções em suas narrativas. Um enquadramento histórico esteve diretamente ligado a influências exógenas. A chegada de Antonio Cristino Cortes foi imortalizada por Valdon Varjão atribuindo-lhe o título de fundador da cidade de Barra do Garças. Mesmo sendo mais um dentre os demais migrantes, o cronista da localidade buscou atribuir a ele qualidades que pudessem destacá-lo. Antes dele é compreendida uma noção mítica seja pela pedra encontrada as margens do rio Araguaia ou pela presença-ausente de Bartolomeu Bueno da Silva.

De qualquer modo, o cronista remonta um tempo que seja original. Assim como encontrado em *Ilíada* e *Odisséia* de Homero, o tempo e a memória em Barra do Garças são estabelecidos por uma *justaposição*. O autor não estava preocupado com um campo de verificação de uma verdade ou mentira na apropriação de suas fontes documentais; sua narrativa partiu do princípio ordenador de uma memória e de um tempo. Ao escrever em suas crônicas, que ora se confunde com a memória, este se projetou a partir de um presente que deveria ser justificado. Varjão não esteve preocupado com uma problemática que estivesse além da que ele chamou de passado majestoso.

Quando escreve sobre a cidade tenta buscar um conjunto de provas que pudessem consolidar sua prerrogativa, *a origem*. Para esse fim sua narrativa deveria ser verídica, confiável e comprovada. Adotou uma prática discursiva da retórica (no conjunto das repetições) e apresentação de fontes não contestáveis (a questão do Anhanguera). Para essa última, foi necessário deste que justa-posse as fontes, ou seja, unisse dois contextos históricos historicamente distintos, numa narrativa que os apresentasse aparentemente



ligados<sup>336</sup>. Na insistência de suas repetições através de obras e obras publicadas produziu um valor tradicional em Barra do Garças, o reconhecimento. Numa estética da recepção, a obra de Valdon Varjão passa a ocupar espaços materiais em todo o perímetro urbano da cidade, através de monumentos, dedicatórias, feriados e na reprodução de seu discurso. Por meio de um poder e força simbólica sua forma narrativa passa a ser confirmada e reafirmada por outrem, quer seja num imaginário social ou na academia de letras. Este reconhecimento produziu ao cronista e memorialista o título de historiador e sua obra *naturgeschichte* de história.

Para compreender os escritos de Valdon Varjão fora necessário partir de um princípio semelhante ao do autor das obras, caracterizar um mito fundador e uma prática discursiva. Na tentativa de uma hermenêutica sobre essa mesma prática, a consideração de uma história social da memória. Mas de ordem inversa ao autor, não ocorreu uma tentativa linear de abordagem sobre o tempo. Sua relação com a interpretação foi constituída de forma dialética. Enquanto o cronista visou a uma perspectiva finalista para a história aqui buscou uma circularidade em torno de um problema histórico. O presente foi o motivo de saída e chegada para discussão; um simples monumento edificado no meio da cidade passou a ocupar preocupação. Sua base é consolidada numa simultaneidade do tempo ou na sua multiplicidade.

O tempo presente nessa dissertação considerou um outro tipo de tempo o da obra e de seu autor. Seria uma dupla temporalização do tempo, o tempo da narrativa e a narrativa do tempo, conduzindo para uma leitura analítica propensa a erros, incoerência e injustificável (tratar de uma suposta idéia original estabelece uma leitura de falésia implicando em ocorrências já descritas). Uma temporalização da obra e do autor somente foi possível se tomada algumas cautelas como a leitura equivocada dos textos apresentados pelo próprio cronista e memorialista, estabelecer uma relação de cruzamentos entre as informações apresentadas e suas fontes, tentar compreender até que ponto chegou a implicação memorialista e a cronista em cada obra analisada; do estilo e da prática da retórica, do uso e da apropriação de documentos (por mais que não fez questão de apresenta-los provocando uma miscigenação entre uma prática cronista e uma memorialista).

Mesmo parecendo que nesta abordagem o tempo tenha se apresentado de forma tradicional, a intenção foi de caracteriza-lo de forma múltipla e ambígua. A narrativa

---

<sup>336</sup> Atividade também característica de historiadores. HALBWACHS, M. A memória coletiva; 1990.

impõe um enquadramento, e pela consideração de uma abordagem tradicional (linear) do tempo, a sua análise possa aparentemente ter se constituída enquanto tal também, isto por uma estética. Na fundamentação, a carência de cada consideração produziu uma observação sobre um outro tipo de determinante temporal. Poderia extrapolar e dizer que esta preocupação cabida sobre o autor e sua obra refere a uma história da experiência estética.

Quanto aos princípios produtores de ação ou da escrita ligados a fontes é possível identificar a preocupação com a fundamentação. A interpretação entra como força motriz para entender o campo da experiência apresentada e configurada. Para essa intenção a discussão sobre tempo e realidade fez-se necessária visando a uma compreensão do conteúdo contido nas obras. Por meio dessa estética da experiência o autor das obras passa para um segundo plano e há uma consideração direta sobre as proposições contidas em seus escritos.

Para compreensão e interpretação da obra de Valdon Varjão um quadro teórico foi utilizado e considerado. Em palavras sucintas, esse quadro teórico esteve ligado a um conjunto de intenção filosófica, sociológica, literária, hermenêutica, interpretativa, semântica, psicológica e epistemológica. Por esse conjunto teórico não foi pensado uma opção dogmática acerca da defesa de um ou outro princípio ou modelo. O uso de referenciais teóricos foi feito na medida necessária e justificável para cada capítulo. No primeiro capítulo o campo teórico que mais o envolveu foi à discussão em Max Weber e Pierre Bourdieu. No segundo capítulo envolveu-se sobre um conjunto de questões ligadas a Wittgenstein, Santo Agostinho, Baczo, Ricoeur, Derrida e Merleau-Ponty. Para o terceiro capítulo com Halbwachs, Bergson e Ricoeur. No último capítulo com Jauss. Cada um com sua base de discussão peculiar e defesa de um conjunto teórico. Sua necessidade pode ser apresentada como infraestrutural e estrutural. No caso de Rûsen, Gadamer, Droysen e Koselleck pertencem a uma questão estrutural da discussão, poderia afirmar que fazem parte dos fundamentos não vistos *a priori* pelo leitor. Fazem parte de uma teoria da história e da interpretação. Os demais teóricos que aparecem constantemente nas citações e notas de rodapé foram convidados para estabelecer um diálogo direto numa infra-estrutura a partir de orientações postas pela estrutura do trabalho.

O primeiro capítulo cumpre uma função estratégica narrativa, mobilizar o leitor para o campo de perspectiva que está o intérprete das obras de Valdon Varjão. Como prática desconstrutiva não há necessariamente uma análise da questão literária da obra, antes na sua posição simbólica. Este capítulo dedicou-se a pensar a partir de uma obra em

especial, publicada durante os anos de 2000. Por meio dela e através dela que houve o trabalho de principiar o reconhecimento da presença material da ausência, ou seja, o indivíduo como agente próprio e atestador de um tempo ausente. Esse reconhecimento somente foi retomado no último capítulo da dissertação no qual a resultante entre a obra e do indivíduo constituíram as formas materiais da cidade, seus lugares de memória.

No capítulo segundo, buscou identificar as partes que compuseram o conjunto das obras do cronista e memorialista local. Mesmo sob suspeição, ocorreu uma tentativa heurística das partes compostas por Valdon Varjão. Não deixando a interpretação de lado, este segundo capítulo buscou enxergar o processo de construção configurativa de Barra do Garças, de como o autor significou os fatos e de como organizou sua trama histórica. Como entendimento, este capítulo pode ser visto a partir de três vertentes que o compôs: uma primeira, ligada à noção de reconhecimento por meio da figuração e afiguração; uma segunda, a partir da constituição da noção de realidade e da configuração temporal e uma terceira, por meio da consciência histórica como construção mítica.

Na parte final da pesquisa há uma preocupação direta com uma suposta realidade sensível. Novamente com um sistema de cruzamentos entre o que ficou chamado de memória coletiva e memória social resultando numa consideração direta com um arquivo de memória. A produção foi feita por pesquisadores, graduandos do curso de história, pelo próprio cronista e memorialista e por aqueles ligados a sistema de informação. Nesse capítulo fez-se necessário uma história da memória local levando em consideração dados da experiência que pudessem evidenciar a presença de uma realidade própria para localidade. Compreender de que maneira uma sociedade se manifestou de uma ou de outra forma. Manifestar uma história da experiência barra-garcense por meio de uma memória social demonstrou a sensibilidade de uma sociedade ou de um grupo de pessoas que no caso foi o objetivo desse capítulo. Descrever maneiras, costumes e hábitos de indivíduos caracteriza o que é peculiar dessa sociedade. Por meio dessa peculiaridade configurou uma realidade que ora distanciou ora se aproximou da narrativa do cronista e memorialista da cidade. Por outro lado essa memória social também possibilitou uma leitura da experiência estética apresentada por Valdon Varjão.

No quarto e último capítulo há uma tentativa de esboçar o princípio de uma estética da recepção. A presença de Valdon Varjão como fenômeno social local, lido e reconhecido pela sociedade barra-garcense denota uma outra forma de pensar a realidade de como uma experiência estética possibilita a ação social. Houve uma dedicação de considerar um monumento como documento numa primeira leitura da obra de arte e mais

radicalmente de monumento-documento-monumento. A ligação do monumento como documento foi estabelecido como força mental do interprete produtor desta dissertação e sua presença enquanto documento-monumento como consideração de Husserl do fenômeno manifesto contra a vontade daquele que vê. O monumento-documento-monumento concentra-se sobre uma cíclica hermenêutica em Ricoeur que circunda toda a presença desse fenômeno. Mesmo sob o conjunto de pretensões lançadas para esta dissertação, é reconhecida a posição incompleta em que se apresentou o este capítulo, a máxima da interpretação sugerida na introdução fica sob suspeição. Um motivo plausível está no que Rûsen chamou de fôlego e tempo, além disso, este capítulo é o ponto limítrofe para uma nova investida. Sob o tópico de *pragmática*<sup>337</sup> da memória, um aprofundar nesta abordagem fica pré-anunciada.

Destarte, pensar Barra do Garças em sua essência resvala-se sobre seu mito de origem logo em Valdon Varjão. A compreensão histórica hermenêutica sobre a localidade como produção histórica requer experimentar uma epistemologia da história. A *Configuração, narrativa, sentido* é um projeto de história que em princípio buscou se constituir por meio de proposições intuitivas.

---

<sup>337</sup> DROYSEN, J.G. Précis de théorie de l'histoire;2002 e RICOEUR, P. La mémoire, l'histoire, l'oubli; 2000.

## FONTES

### Fonte impressa (publicadas)

ALENCASTRE, J. M. P. de. **Anais da Província de Goiás**. 1863.

AMERICANO DO BRASIL, A. **Súmula de história de Goiás**. 3ªed. Goiânia: Unigraf; 1982.

AMORIM, F. **Barra homenageia Valdon Varjão**. [www.diariodecuiaba.com.br](http://www.diariodecuiaba.com.br). (acessado 15.06.07).

BERTRAN, P (org). Relação do primeiro descobrimento da minas de Goiás, por Bartolomeu Bueno da Silva, escrita por José Ribeiro da Fonseca *in* **Notícia geral da capitania de Goiás**. Goiânia: UCG/UFG; 1997.

CORREIO OFICIAL, maio 1918- maio 1920, vol. I.

CORREIO OFICIAL, maio 1921-maio 1926, vol.II.

COUTINHO, J.J. da C.A. **Roteiro do Brasil. Obras econômicas**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional; 1966.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo** (documentário produzido em 1967).

DINIZ, Z.dos. **Cinqüentenário de emancipação política de Barra do Garças**. Barra do Garças; 1999

DINIZ, Z.dos. **Município de Aragarças**. Barra do Garças: Editora 31 de março; 1990

DOCUMENTOS OFFICIAES *in* **Artigos Contidos na Coleção de Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Acerca da história de Mato Grosso. 1839-1845**. Bemat/ IHGMT.

ENCICLOPEDIA DOS MUNICIPIOS BRASILEIROS. **Barra do Garças**; 1958.

FERREIRA, M.R. **História dos irmãos Vilas Boas: Fundação Brasil Central. Expedição Roncador Xingu. Parque indígena do Xingu**. São Paulo: RG editores; 1997.

MIGUEZ, J.M.G. **Araguaia**. Goiânia; 1996

NASCIMENTO, M.das G.S. **O escritor e suas obras**. Barra do Garças: UFMT/Médio Araguaia; 1988 (Monografia *Lato Sensu*).

REVISTA GAZITA MAGAZINE. **Nascemos com um ideal: promover Barra do Garças**. Ano 1, nº3, Barra do Garças, 31 de janeiro de 1978.

RIBEIRO, H.de S. **O migrante e a cidade: dilemas e conflitos**. Araraquara, Rio de Janeiro: Gráfica Wunderlich; 2001.

SILVA, H.R.da. **Garimpeiros do Mato Grosso**.

SOUTHEY, R. **História do Brasil. Vol3**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP; 1981, 1977.

SCHWANTES, N. **Uma cruz em terra Nova**. São Paulo: Scritta Oficina Editorial; 1989.

TELES, J. M. **Vida e obra de Silva e Souza**. 2ºed. Goiânia: UFG; 1998.

TAUNAY, A. de E. **História das bandeiras paulistas Tomo I e II**. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL; 1975.

VARJAO, V. **Barra do Garças. Do passado ao presente**. Brasília: Centro gráfico; 1992.

VARJAO, V. **Barra do Garças (Migalhas de sua história)**. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal; 1985.

VARJAO, V. **Barra do Garças no passado**. Brasília: Centro gráfico; 1980.

VARJAO, V. **Coletânea de crônicas, historia e estórias ou fatos do passado: reavivando a memória histórica**. 1997.

VARAJAO, V. **Epopéia dos sertões**. Brasília: Centro gráfico; 1993.

VARJAO, V. **Festa de Santo Antonio. Em Barra do Garças no passado**; s/d.

VARJAO, V. **Garimpeiros: visionários da esperança**. Brasília: Centro gráfico; 1987.

VARJAO, V. **Janela do tempo. Historia e estórias: do nosso povo, nossa gente, nosso passado. 50 anos de paz, ordem e progresso**. Barra do Garças; 1998.

VARJAO, V. **Janela do tempo: homenagem ao passado. História e estórias vivenciadas**. 2ªed. S/d.

VARJAO, V. (org). **Marcha para oeste: Fundação Brasil Central (Depoimento escrito por um expedicionário)**. Barra do Garças; 1971.

#### **Fonte impressa (arquivo de memória)**

MARILENE MARZARIO

Os nomes são fictícios (respeito a vontade da produtora do arquivo de memória).

- Sebastiana Souza Muniz;
- Geraldo Cunha Matos;

- Senhorinha Barbosa Mendes;
- Raimundo Barros;
- Amanda Silva Souza;
- Cícera Maria Martins;
- Maria José Amado;
- Augustina Medeiros;

**Fonte não impressa (arquivo de memória)**

CAPH (transcrita/áudio).

- Aldemar Araújo Guirra;
- Dorina da Cruz Silva;
- Gonçalo Elgênio do Nascimento;
- João Barbosa de Souza;
- João Leão Pinto;
- João Pinto da Luz;
- José dos Anjos;
- Laudelina Gomes de Carvalho;
- Levino Moreira da Silva;
- Lídio Pereira;
- Manuel Ferreira Rego
- Maria Miracy Dutra Corrêa;
- Pedro Rocha Miranda;
- Tereza Costa Mello de Carvalho;

**Fonte áudio-visual (arquivo de memória)**

Biblioteca UNIVAR

- A obra histórico-literária de Valdon Varjão na historiografia barra-garcense;
- Barra do Garças;
- Barra do Garças 50 anos (entrevista com pioneiros).

**Fonte oral (prática de oralidade)**

- Joaquim Silvério de Godoi
- Rosalina de Jesus



## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABREU, C. **Capítulos de história colonial**. 7ªed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP; 1988.

ACHARD, P et alii. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes; 1999.

AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (orgs) **Usos e abusos da história oral**. 7ªed. Rio de Janeiro: FGV; 2005.

ANKERMIT, F.R. **Historia y tropologia**. México: Fondo de Cultura Económica; 2004.

ANKERSMIT, F.R. Historicismus, postmodernr und historiographie in KÜTLER, W. Et alii.(hrg). **Geschichtsdiskurs. Band 1: Grundlagen und Methoden der Historiographieggeschichte**. Frankfurt; 1993. ( extraído de [www.history.univ.kiev.ua/rus/methodology/sources/sour011.html](http://www.history.univ.kiev.ua/rus/methodology/sources/sour011.html)).

BACZO, B. Imaginação social in **Enciclopédia Einaudi**. Vol5. Portugal, Porto: Imprensa Nacional: Casa da moeda; 1996.

BENJAMIN, W. a obra de arte in **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense; 1994.

BENJAMIN, W. O Narrador in **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.

BEDARIDA, F. Une invitation à penser l’histoire: Paul Ricoeur, La mémoire, l’histoire et l’oubli in **Revue historique**. França, nº619, jul-set; 2001.

BITTENCOURT, L.B. et alii (org). **Escritas da história**. Goiânia: UFG/UCG; 2004.

BLOCH, M. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001.

BOURDÉ, G. e MARTIN, H. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa-America; 1983.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas lingüística: o que falar quer dizer**. 2ªed. São Paulo: USP; 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2004.

BURKE, P. **A Escola dos Annales 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP; 1997.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ªed. São Paulo: EDUSP; 2006.

- CARDOSO, CF. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: EDUSC; 2005.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 1 artes de fazer. 9ªed. Petrópolis, RJ: Vozes; 1994.
- CHARTIER, R. O mundo como representação *in* **Revista Estudos Avançados**, 11 (5), jan-abr; 1991.
- COHN, G. (org). **Weber. Sociologia**. São Paulo: Ática; 1997.
- COLLINGWOOD, R.G. **A idéia de história**. Lisboa: Presença; 1972.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 1ªed. Rio de Janeiro: Contraponto; 1997.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva; 1995.
- DOSSE, F. A oposição História/Memória *in* **História e Ciências Sociais**. São Paulo, Bauru: EDUSC; 2004.
- DROYSEN, J.G. **Précis de théorie de l'histoire**. Paris, France: CERF; 2002.
- EAGLETON, T. Fenomenologia, hermenêutica e teoria da recepção *in* **Teoria da literatura: uma introdução**. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes; 2006.
- FALCON, F. História das idéias *in* CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia da historia**. 4ªed. Rio de Janeiro: Campus; 1997.
- FÉLIX, L.O. **História e memória. A problemática da pesquisa**. Passo Fundo, RS: EDIUPF; 1998.
- FERRO, M. **A história vigiada**. São Paulo: Martins Fontes; 1989.
- FINLEY, M. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes; 1989.
- FONTES, V. História e Modelos *in* CARDOSO, C.F. e VAINFAS, R.(orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus; 1997.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 16ªed. Rio de Janeiro: Graal; 2001.
- GADAMER, H-G. **O problema da consciência histórica**. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV; 2003.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação**. 3ªed. São Paulo: Cortez: editores associados; 1984.
- GAGNEBIN, J.M. Memória, história, testemunho *in* BRESCIANI, S. e NAXARA, M.(orgs). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: UNICAMP; 2004.

GALLETTI, L. da S. G. A redenção pela história *in* **Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. São Paulo: USP; 2000 (tese de doutorado).

GARDINER, P. **Teorias da história**. 4ªed. Lisboa, Portugal:FCE; 1995.

GAY, P. **O estilo na história**. São Paulo: Cia das Letras; 1990.

GLÉNISSON, J. **Iniciação aos estudos históricos**. 4ªed. São Paulo: Difel; 1983.

GOES FILHO, S.S. Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes; 1999.

GUILHAUMOU, J. **Le corpus en analyse de discours: perspective historique..**  
[www.revel.unice.fr](http://www.revel.unice.fr).

GUILHAUMOU, J. L'histoire des concepts: lê contexte historique em débat *in* **Annales: Histoire, Science Soiales**: Paris; 56º, Année nº3. mai-juin; 2001.

GUIMARAES, M.L.S. Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional *in* **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol1, nº1; 1988.

GUMBRECHT, H-U. et allii. Historie et langage: travaux allemands en lexicologie historique et en histoire conceptuelle *in* **Revue d'histoire moderne et contemporaine**. Tome XXX, Avril-Juin; 1983.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes; 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; 1990.

HALBWACHS, M. **Conscience individuelle et esprit collectif**. Québec: édition électronique; 2002.

HALBWACHS, M. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Québec: édition électronique; 2002.

HARTOG, F. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB; 2003.

HEGEL, G.W.F. **Fenomenologia do espírito**. 3ªed.Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; 2005.

HEGEL, G.W.F. **A Razão na História: uma introdução geral à filosofia da história**. 2ªed. São Paulo: Centauro; 2001.

- HEIDEGGER, M. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.
- HOBBSAWM, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1994.
- HOLANDA, S.B. de. **Caminhos e fronteiras**. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora; 1957.
- HOLANDA, S.B. de. Mato Grosso e Goiás *in* **História geral da civilização brasileira. II O Brasil monárquico: 2 dispersão e unidade**. 5ªed. São Paulo: DIFEL; 1985.
- HOLANDA, S.B. de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense; 2000.
- HOLANDA, S.B. de. **O extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense/ Secretaria do Estado da cultura; 1986.
- HUSSERL, E. Investigações lógicas: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.
- IGLÉSIAS, F. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. 2ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Belo Horizonte: UFMG, IPEA; 2000.
- JAPIASSU, H. O que é Ciência? *in* **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1978.
- JAUSS, H.R. **Pour une esthétique de la réception**. França: Gallimard; 2005.
- JAUSS, H.R. O texto poético na mudança de horizonte da leitura *in* LIMA, L.C.(org) **Teoria da literatura em suas fontes vol.2**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; 2002.
- KOSELLECK, R. **Futuro-passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: PUC; 2006.
- KOSELLECK, R. **L'expérience de l'histoire**. França: Hautes études: Gallimard; 1997.
- KOSELLECK, R. Linguistic change and the history of events *in* **Journal of Modern History**. Nº61, december; 1989: 649-666.
- KOSELLECK, R. Transformations of experience and methodological change: a historical-anthropological essay *in* **The practice of conceptual history**. Estados Unidos, California: Standford university; 2002.
- KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos *in* **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol5, nº10; 1992.
- LEFEBVRE, G. **El nacimiento de la historiografia moderna**. Barcelon, Espanha: Martínez Roca; 1974.

- LE GOFF, J. **História e memória**. 4ªed. Campinas, SP: UNICAMP; 1996.
- LIMA, L.C. **História, ficção, literatura**. São Paulo: Companhia das letras; 2006.
- LOUZANO, J. **EL discurso histórico**. Espanha, Madri: Alianza; 1994.
- MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes; 1999.
- MALERBA, J. (org). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto; 2006.
- MARROU, H-I. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar editores; 1978.
- MELLO E SOUZA, L. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil Colonial in FREITAS, M.C. de (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 5ªed. São Paulo: Contexto; 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. Textos sobre linguagem in **Os Pensadores**. São Paulo? Abril cultural; 1980.
- MUNIZ, D.C. Meninos e meninas na escola: a modelagem das diferenças in **Textos de história**, 8 (1/2); 2000.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire in **Les lieux de mémoire**. França: Gallimard; 1997.
- PÉREZ-ESTÉVEZ, A. EL diálogo como lectura en Gadamer in **Diálogo filosófico**. 52; 2002.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Ed. Campus; 1980.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio in **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol2, nº3; 1989.
- PROCOPIO FILHO, A. A miséria do colono e o ouro no Araguaia e Amazônia in ROCHA, G.A. (org). **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. São Paulo: Marco Zero; 1984.
- REIS, J.C. **As identidades do Brasil. De Varnhagem a FHC**. 7ªed. Rio de Janeiro: FGV; 2005.
- REIS, J.C. **História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV; 2005.
- RIBEIRO, M.M. **Memória de migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Barra do Garças; 2004 (Dissertação de Mestrado).
- RIBEIRO, M.M. **Memória de migrantes: onde viver o fazer faz o saber**. Barra do Garças: CATHEDRAL; 2005.

- RICOEUR, P. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes; 1957.
- RICOEUR, P. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. França: Seuil; 2000.
- RICOEUR, P. l'écriture de l'histoire et la représentation du passé *in* **Annales**. França, anee 55, nº4, Jul-Set; 2000.
- RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo I. Campinas, SP: Papirus; 1994.
- RUSEN, J. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB; 2001.
- SANTO AGOSTINHO. Confissões *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.
- SANTO AGOSTINHO. Livro XI: o homem e o tempo *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1980.
- SARTRE, J-P. A imaginação *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1978.
- SCHAFF, A. **Historia e verdade**. São Paulo: Martins Fontes; 1991.
- SHARPE, J. A história vista de baixo *in* BURKE, P. (org) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP; 1992.
- SILVA, L.S.D. da. Conceito de cidade Nova de fronteira ou teses para a construção de um tipo ideal de cidade Nova de fronteira *in* ROCHA, L. et ali (orgs). **Processos de territorialização: entre a história e Antropolgia**. Goiânia: UFG; 2005.
- THOMPSON, P. **A voz do passado. História oral**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1998
- THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias *in* ANTONACCI, M. e PERELMUTTER, D. (org). **Ética e história oral**. São Paulo: EDUSC; 1981.
- WEBER, M. **Économie et société**. Tome premier. Paris: Librairie Plon; 1971.
- WEGNER, R. A conquista do oeste. A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: UFMG; 2000
- WERNER, M. e ZIMMERMANN, B. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité *in* **Annales**. Paris, 58, nº1, jan-fev; 2003.
- WHITE, H. **Meta-história: a imaginação histórica do séc.XIX**. 1ªed. São Paulo: EDUSP; 1995.
- WHITE, H. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; 2002.
- WITTGENSTEIN, L.J.J. Investigações filosóficas *in* **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural; 1979.

VEYNE, P. A história conceitual *in* LE GOFF, J. e NORA, P. **História Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1995.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Michel Foucault revoluciona a história**. 4ªed. Brasília: UnB; 1998.

VEYNE, P. O último Foucault e sua moral. [www.unb.br](http://www.unb.br). Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Le dernier Foucault et sa morale *in* **Critique**, vol XLIL, n°471-472, p933-941, Paris; 1985.

ZORZATO, O. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. São Paulo: USP; 1998 (tese de doutorado).

Autorizo a reprodução deste trabalho  
Dourados-MS, 01 de setembro de 2007

**RODRIGO TAVARES GODOI**